

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: FORMAÇÃO  
DOCENTE EM DISCUSSÃO**

**EDYANE SILVA DE LIMA**

**MARINGÁ - PR  
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: FORMAÇÃO  
DOCENTE EM DISCUSSÃO**

**EDYANE SILVA DE LIMA**

**MARINGÁ  
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: FORMAÇÃO DOCENTE EM  
DISCUSSÃO**

Dissertação apresentada por EDYANE SILVA DE LIMA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.  
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup>. Dra.: ELIANE ROSE MAIO.

MARINGÁ  
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

L217v Lima, Edyane Silva de  
Violência sexual contra crianças: formação docente em discussão/ . -- Maringá, 2013.  
256 f. il. : figs., tabs., color.

Orientador: Prof.a. Dr.a. Eliane Rose Maio.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Educação, 2013.

1. Violência sexual. 2. Infância. 3. Gênero. 4. Formação docente. I. Maio, Eliane Rose, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 22. ED.362.76  
370

JLM-001344

EDYANE SILVA DE LIMA

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: FORMAÇÃO DOCENTE EM  
DISCUSSÃO**

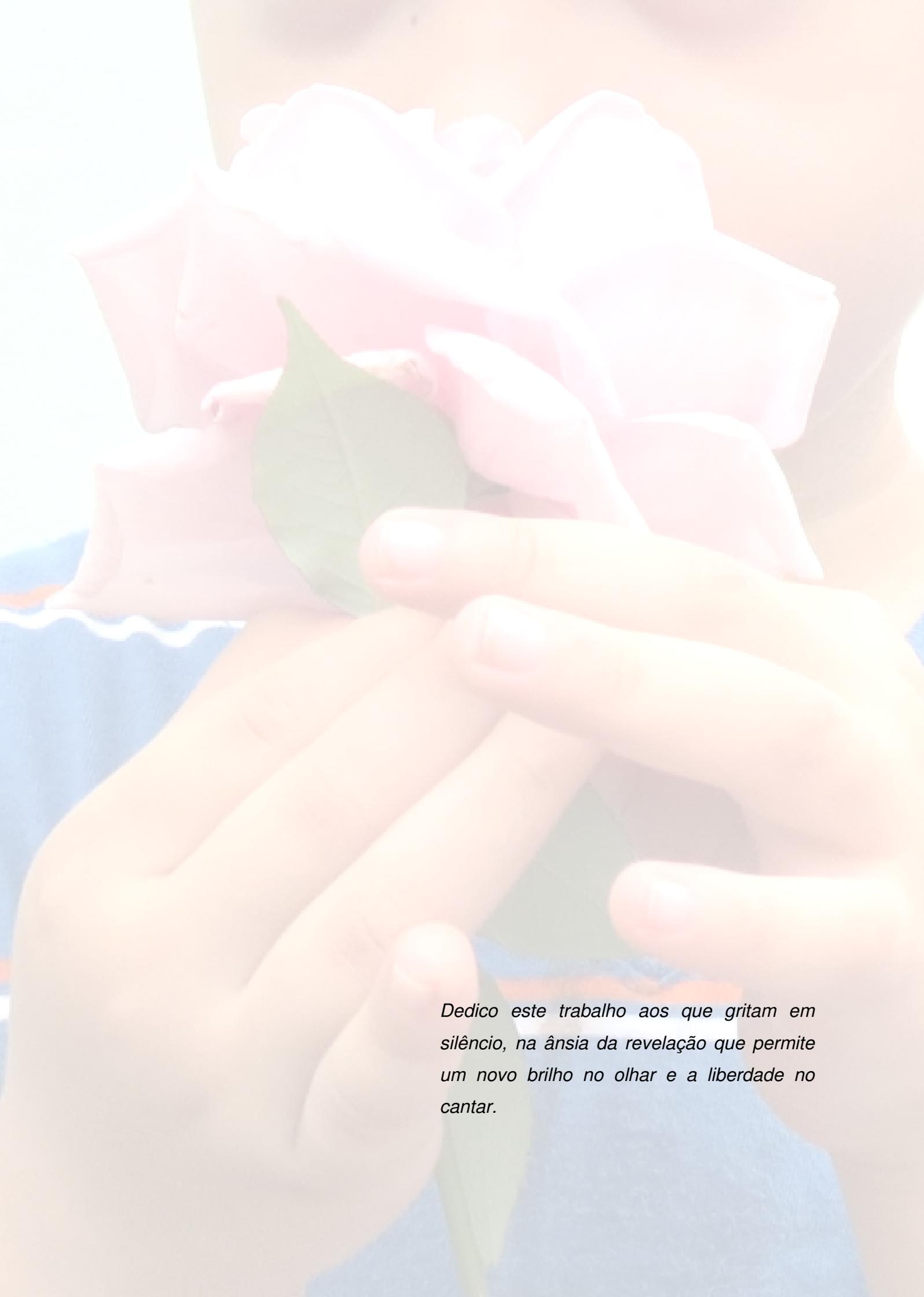
**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Dra. Eliane Rose Maio (Orientadora) – UEM

Prof<sup>a</sup>. Dra. Jane Felipe de Souza UFRGS – Rio Grande do Sul

Prof<sup>a</sup>. Dra. Patrícia Lessa dos Santos – UEM

18 de Dezembro de 2013.



*Dedico este trabalho aos que gritam em  
silêncio, na ânsia da revelação que permite  
um novo brilho no olhar e a liberdade no  
cantar.*

## AGRADECIMENTOS

São muitos agradecimentos pela conclusão de mais uma etapa que ultrapassa um ato formativo pedagógico. Pessoas e experiências maravilhosas fizeram parte deste percurso, aponto, aqui, grandes responsáveis pelo crescimento e graciosidades que vivenciei neste período, que a princípio parecia distante, mas cuja etapa se aproxima de findar-se, repito: etapa, pois a caminhada da militância em pactuar por uma realidade onde minimize a violência permanece.

Primeiramente aos/as motivadores/as deste traçado, rostinhos infantis de uma experiência profissional inigualável, obrigada/o Mirelas e Joãos.

Aos meus pais José e Ednalva, que desde a preparação e processo de seleção me apoiam interminavelmente, bem como aos meus familiares amados Daslainy, Alisson, Eduardo e João Pedro.

À Eliane Rose Maio que mais do que me orientar, oportunizou a abertura de caminhos, o crescimento pessoal e profissional, com todo carinho, dedicação e simplicidade me encantou com a sagacidade pela busca incessante do conhecimento e de transformação da realidade, obrigada por tudo.

Especiais agradecimentos a pessoas que neste processo tive a graciosidade em conhecer, Isaías Júnior e Jhonathan Amorim, com quem pude compartilhar de trabalhos científicos, experiências inéditas de viagens, risadas e até mesmo momentos de puro estresse.

Aos meus nobres e incentivadores amigos/as que sempre me apoiaram e incentivaram Thiago, Iara, Ananhy, Eder Cordeiro, Gislaine Mendonça, Lucilene, Josiane, Elmides, Marcela, Gislaine e Luciano Flach.

Também ao NUDISEX, grupo em que aprendi e cresci imensamente, no qual juntos/as fomos descobrindo nossa força e solidificando o projeto de perpetuar o

amor entre as pessoas, especialmente à Luciene, Vanessa, Crishna, Ariane, Dani, Larissa, Eliane Tortola, Priscila, Eliana, Márcio e Reginaldo.

E por fim, a todos aqueles/as que acreditam e fazem da universidade um dos melhores espaços, principalmente aos/as que não medem esforços pela qualidade desse programa que são a Márcia e o Hugo, assim como a todos os/as funcionários/as e professores/as da UEM.

*“O que me assusta não é a violência de poucos, mas o silêncio de muitos”  
Martin Luther King*

LIMA, Edyane Silva de. **VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: FORMAÇÃO DOCENTE EM DISCUSSÃO**. 256 f. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Eliane Rose Maio. Maringá, 2013.

## RESUMO

Debruçar sobre o objeto violência sexual envolve situações dolorosas, que deixam marcas imensuráveis, principalmente quando essa é contra crianças, que em dada circunstância, não conseguem se manifestar, tornando a situação mais complexa e revoltante. Porém, mesmo com todas as marcas deixadas, esse fenômeno é inquietante e move a paixão pessoal e profissional-pesquisadora, com vistas a contribuir para minimizar as ardências dessa ferida que se abre em muitas vidas. Visualizo na política de educação, potencial para enfrentar a violência sexual, por meio do exercício enquanto assistente social, observo que poucos eram os casos que advinham da escola, o que me causava estranhamento, visto ser um ambiente em que a criança permanece parte significativa de seu tempo. Tal fato levou-me a suspeitar que os/as profissionais do espaço escolar têm dificuldades em identificar e notificar o abuso e a exploração sexual contra crianças de 0 a 10 anos de idade, ou até mesmo em perceberem esse sofrimento na criança. Impulsionada por essas motivações, o objetivo geral deste estudo é compreender a concepção e o tratamento dispensados pelos/as profissionais da educação municipal, de Assis Chateaubriand/PR, em relação à violência sexual. Primeiramente, levanto e analiso bibliografias e documentos que legislam e balizam o enfrentamento ao fenômeno, bem como realizo a leitura e exposição acerca das políticas de atendimento e intervenções existentes às crianças vítimas de violência sexual, que reflete também como violência de gênero. Segue com a realização de pesquisa qualitativa, na qual emprego a entrevista semi-estruturada a 59 entrevistados/as, que são gestoras, coordenadoras, professores/as e profissionais dos serviços de atendimento a vítimas de violência do município. Emprego a análise de conteúdo pautada em Bardin, que permitiu traçar categorias e subcategorias para compreender o objeto. Por meio da análise, verifico percepções, representações e fragilidades na formação docente dos/as entrevistados/as, que exige medidas de racionalização de recursos e capacitação continuada aos/às docentes, na perspectiva de abordar elementos sobre suas atitudes e encaminhamentos diante de demandas dessa violação de direitos.

**Palavras-chave:** Violência sexual. Infâncias. Gênero. Formação docente.

LIMA, Edyane Silva de. **SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN: TEACHING IN DISCUSSION**. 256 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Eliane Rose Maio. Maringá, 2013.

## **ABSTRACT**

Dwell on the object sexual violence involves painful situations that leave marks immeasurable, especially when this is against children, which in given circumstances, fail to manifest, making the situation more complex and revolting. However, even with all the marks left, this phenomenon is disturbing and moving personal passion and professional - researcher, aiming to contribute to minimize ardências this wound that opens many lives. Visualize in education, potential policy to address sexual violence, through the exercise as a social worker, I note that there were few cases that stemmed from the school, which caused me strangeness, as it is an environment in which the child remains a significant part of your time. This led me to suspect that the/ professional school itself fail to spot and report sexual abuse and exploitation of children 0-10 years of age, or even realize that suffering in children. Driven by these motivations, the general objective of this study is to understand the design and treatment dispensed by professional education of municipal, Assis Chateaubriand/PR in relation to sexual violence. First, raise and analyze documents and bibliographies that legislate and mark out the Affronting and realize the reading and exposition about existing child victims of sexual violence, which also reflects how gender violence care policies and interventions. Follows with conducting qualitative research, which employs semi - structured 59 respondents those who are managers, coordinators, teachers professionals and the care of victims of violence in the city services interview. Job content analysis guided by Bardin, allowing trace categories and subcategories to understand the object. Through the analysis, check perceptions, representations and weaknesses in teacher training the respondents those requiring rationalization of resources and continuing to training to teachers, from the perspective of addressing elements about their attitudes and referrals before this demands violation of rights.

**Keywords:** Sexual Violence. Childhood. Genre. Teacher training.

## LISTA DE SIGLAS

- ABRAPIA** – Associação Brasileira de Proteção à Infância
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CRP** – Conselho Federal de Psicologia
- CONANDA** – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CEMEI** – Centro de Educação Infantil
- DST** – Doença Sexualmente Transmissível
- FIA** - Fundo da Infância e da Juventude
- MEC** - Ministério da Educação
- MDS** – Ministério de Desenvolvimento Social
- NRE** – Núcleo Regional de Educação
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PAIR** – Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro
- PAEFI** – Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
- PPP** – Projeto Político Pedagógico
- PRF** – Polícia Rodoviária Federal
- SEDH** - Secretaria Especial dos Direitos Humanos
- SECJ** - Secretaria de Estado da Criança e da Juventude
- SECADI** – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
- SINAN** - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
- SIPIA** – Sistema de Informação para Infância e Juventude
- SUS** – Sistema Único de Saúde
- TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- TEPT** - Transtorno de Estresse Pós-Traumático
- UEM** – Universidade Estadual de Maringá
- UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- USAID** – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> – Casos de violência sexual no Paraná .....	63
<b>FIGURA 2</b> – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	73
<b>FIGURA 3</b> – Localização geográfica do município de Assis Chateaubriand/PR .....	107
<b>FIGURA 4</b> – Divisão territorial do município de Assis Chateaubriand.....	110
<b>FIGURA 5</b> - Fluxograma dos encaminhamentos e procedimentos aos casos de violência sexual .....	153

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> – Distribuição dos CREAS no território brasileiro.....	40
<b>GRÁFICO 2</b> – Casos x Demandas atendidas nos CREAS.....	41
<b>GRÁFICO 3</b> - Violações de direitos fundamentais no Brasil.....	55
<b>GRÁFICO 4</b> - Especificação do direito fundamental Liberdade, Respeito e Dignidade.....	56
<b>GRÁFICO 5</b> – Violações de direitos x violência sexual.....	57
<b>GRÁFICO 6</b> – Distribuição de violência sexual por gênero.....	60
<b>GRÁFICO 7</b> – Violência sexual x faixa-etária.....	61
<b>GRÁFICO 8</b> – Violência sexual x cor.....	61
<b>GRÁFICO 9</b> – Proporção de casos de violência sexual.....	63
<b>GRÁFICO 10</b> – Distribuição de abuso sexual.....	64
<b>GRÁFICO 11</b> – Predominância do vínculo do/a agressor/a no abuso sexual.....	65
<b>GRÁFICO 12</b> – Casos de exploração sexual comercial.....	65
<b>GRÁFICO 13</b> – Vínculos do/a agressor/a da exploração sexual comercial.....	66

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> - Situações das rodovias em relação à exploração sexual infanto-juvenil .....	51
<b>QUADRO 2</b> - Número, % e taxas (em 100 mil) de atendimentos por violência sexual de crianças e adolescentes (< 1 a 19 anos) segundo tipo de violência e faixa etária das vítimas.....	52
<b>QUADRO 3</b> - Funções da escola .....	79
<b>QUADRO 4</b> – Perfil dos entrevistados/as .....	118
<b>QUADRO 5</b> - Categorias e subcategorias de análise .....	125

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b> – Incidência de casos de abuso sexual em relação à faixa etária em 2002 .....	50
<b>TABELA 2</b> - Abuso sexual nos estados brasileiros.....	58
<b>TABELA 3</b> – Exploração sexual comercial nos estados brasileiros .....	59
<b>TABELA 4</b> – Classificação dos bairros x casos de violência sexual infantil .	110
<b>TABELA 5</b> – Organização das unidades de ensino x entrevistados/as .....	112
<b>TABELA 6</b> – Faixa etária dos/as pesquisados/as .....	121
<b>TABELA 7</b> – Ano de formação dos/as pesquisados/as .....	121
<b>TABELA 8</b> – Tempo de atuação dos/as pesquisados/as.....	122
<b>TABELA 9</b> – Classificação temática sobre abuso sexual: Gestoras .....	126
<b>TABELA 10</b> - Classificação temática sobre abuso sexual: Apoio Pedagógico .....	128
<b>TABELA 11</b> - Classificação temática sobre abuso sexual: Professores/as ..	129
<b>TABELA 12</b> - Classificação temática sobre abuso sexual: Serviço de Atendimento .....	134
<b>TABELA 13</b> - Classificação temática sobre exploração sexual: Apoio Pedagógico .....	137
<b>TABELA 14</b> - Classificação temática sobre exploração sexual: Professores/as .....	139
<b>TABELA 15</b> – Demandantes de casos de violência sexual .....	151
<b>TABELA 16</b> – Sinais violência sexual: Gestoras .....	155
<b>TABELA 17</b> - Sinais violência sexual: Apoio Pedagógico .....	156
<b>TABELA 18</b> - Sinais violência sexual: Professores/as .....	158
<b>TABELA 19</b> – Consequências pedagógicas da violência sexual: Apoio Pedagógico .....	167

<b>TABELA 20</b> - Consequências pedagógicas da violência sexual: Professores/as .....	169
<b>TABELA 21</b> – Atitudes em casos de violência sexual: Gestoras .....	174
<b>TABELA 22</b> - Atitudes em casos de violência sexual: Apoio Pedagógico .....	176
<b>TABELA 23</b> - Atitudes em casos de violência sexual: Professores/as .....	178
<b>TABELA 24</b> – Papel da escola: Gestoras .....	181
<b>TABELA 25</b> – Papel da escola: Apoio Pedagógico .....	182
<b>TABELA 26</b> – Papel da escola: Professores/as .....	184
<b>TABELA 27</b> – Local adequado: Gestoras .....	193
<b>TABELA 28</b> - Local adequado: Apoio Pedagógico .....	194
<b>TABELA 29</b> - Local adequado: Professores/as .....	195
<b>TABELA 30</b> – Idade adequada para abordar a violência sexual com crianças .....	198
<b>TABELA 31</b> – Formação inicial .....	207
<b>TABELA 32</b> – Formação continuada .....	210

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	20
<b>2. COMPREENSÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA E SUAS TIPIFICAÇÕES</b> .....	24
2.1. Configurações gerais da violência .....	24
2.2. Aspectos históricos da violação da infância .....	29
2.3. Aspectos legais da violência sexual .....	32
2.4. Compreensões teóricas sobre violência sexual .....	44
<b>3. CONHECENDO AS IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL NA ESCOLA</b> .....	69
3.1. Políticas de atendimento à criança .....	69
3.2. Prejuízos pedagógicos.....	74
3.3. Sinais indicativos da violência sexual.....	76
<b>4. FORMAÇÃO DO/A PROFESSOR/A E A VIOLÊNCIA SEXUAL</b> .....	80
4.1. A necessidade da formação docente sobre violência sexual contra criança .....	80
4.2. A ação intersetorial como possibilidade de enfrentamento e prevenção à violência sexual contra a criança .....	92
<b>5. RECORTES METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	103
5.1. Tracejando o tipo de pesquisa e instrumentos de coleta dos dados .....	103
5.2. Caracterização do ambiente de pesquisa .....	106
5.3. Processo de coleta de dados .....	113
5.4. Método de análise de dados .....	114
<b>6. APREENSÕES E REFLEXÕES DO PROCESSO INVESTIGATIVO</b> .....	117
6.1. Perfil dos entrevistados/as .....	117
6.2. Bastidores da pesquisa.....	122
6.3. Apresentação e análise dos dados.....	124
A. <i>Aspectos conceituais sobre o fenômeno violência sexual infantil</i> .....	126

a1) <i>Compreensão sobre abuso sexual</i> .....	126
a2) <i>Compreensão sobre exploração sexual</i> .....	136
a3) <i>Ocorrência de casos de violência sexual na escola</i> .....	147
a4) <i>Demandantes e procedimentos de casos de violência sexual aos Serviços de Atendimento</i> .....	151
a5) <i>Sinais para identificação da violência sexual no comportamento da criança</i> .....	154
a6) <i>Consequências da violência sexual para o desenvolvimento integral da criança, perceptíveis no âmbito da escola</i> .....	165
<b>B. Encaminhamentos e resoluções sobre casos de violência sexual infantil</b> .....	174
b1) <i>Atitudes em casos de violência sexual</i> .....	174
b2) <i>Qual o papel da escola diante de casos de violência sexual</i> .....	181
b3) <i>Potencial da escola e ação articulada para enfrentar a violência sexual</i> .....	188
<b>C. Enfrentamento e prevenção à violência sexual contra a criança</b> .....	192
c1) <i>Local adequado para tratar sobre a violência sexual</i> .....	193
c2) <i>Idade apropriada para falar sobre a violência sexual contra criança</i> .....	197
<b>D. Formação sobre violência sexual infantil</b> .....	205
d1) <i>Conhecimento sobre o material “<b>Guia Escolar</b>”</i> .....	205
d2) <i>Formação inicial sobre violência sexual</i> .....	207
d3) <i>Participação em cursos de capacitação sobre a temática</i> .....	209
d4) <i>Interesse por formação na área</i> .....	213
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	215
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	219
<b>APÊNDICES</b> .....	240
<b>ANEXO</b> .....	255

## 1. INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência sexual data historicamente na sociedade, entretanto ser entendido como uma violação de direitos não remonta a longos anos, tendo em vista que a cultura e o predomínio da subordinação da criança, sobretudo da figura feminina em relação ao seu pai, monarca, prevaleceu durante muito tempo. Essa relação de dominação e subordinação, principalmente sexual, era tida como algo natural na relação sexual entre homens mais velhos com crianças, assim como a culpabilização delas, em virtude da dimensão sócio-cultural predominante. No entanto, somente no final do século XVIII, início do século XIX, inicia a condenação dessa prática naturalizada sob a tônica de crime. O que é incomum no decorrer da história é a dimensão da relação abusiva de poder que permeia essa prática da satisfação dos desejos sexuais do adulto ou mais velho/a pela criança (ARIÈS, 2006).

Porém, com as lutas impulsionadas por organizações da sociedade civil, garante-se legalmente a proteção à criança, passando esta a ser vista a partir do século XX enquanto sujeito de direitos, que deve ser protegida, desencadeando através do surgimento de instituições e órgãos, a viabilidade desse amparo (FÁVERO, 1999). Diante disso, a escola é um desses mecanismos em que pressupõe realizar a proteção à criança e garantir seus direitos fundamentais por meio daqueles/as que administram, planejam, executam e avaliam essa política, exigindo diante da violência sexual, também sua demanda profissional, bem como potencial para realizar o enfrentamento a este fenômeno no seu interior, visto que é a segunda referência de sociabilidade da criança, na qual cria vínculos, interfere e sofre intervenções pelas relações travadas na escola, em que, muitas, passam mais horas nela do que em seu próprio lar.

Considero que a escola é local de proteção à criança que passa cada vez por mais tempo, e que os casos de abuso e/ou exploração sexual aumentam gradativamente em nosso país, desdobrando-se em particularidades de variáveis de ocorrência e enfrentamento nas diferentes regiões brasileiras, busco compreender como essa expressão vem sendo enfrentada naquela que considero a base de formação da criança, a escola.

A proximidade e experiência profissional de atuação com vítimas de violência sexual desde a implantação do Programa Sentinela, que, também, se direcionava ao atendimento de vítimas de violência sexual, de Janeiro à Setembro de 2007, no CREAS de 2009 à 2012, em Assis Chateaubriand/PR, bem como com produções científicas sobre a temática e participação em eventos correlatos, me inquieta. Vista a demanda crescente no serviço de enfrentamento, a qual poderia ser encaminhada com antecedência, evitando danos ainda mais nocivos e duradouros, e pelo/a demandante não ser aquele/a que está mais próximo/a e que passa maior parte tempo como a escola, leva-me a refletir sobre o papel da escola no sentido de enfrentar e fortalecer a rede de proteção às crianças, vítimas de violência<sup>1</sup>.

E ainda, outro fator deve aos poucos trabalhos acerca da temática, Spósito (2002), em pesquisa realizada sobre estudos da juventude na área da educação, verificou que sobre a temática violência de 1980-1998, perfizeram somente 12 trabalhos de um total de 8.667 entre teses e dissertações, confirmando a fala de Barbosa (2008, p. 53) sobre os “[...] estudos acerca da violência sexual envolvendo o sistema educacional ainda são escassos [...]”. Correlacionando com a atualidade, destaco alguns dados acerca de resultados de pesquisas sobre a temática, sendo que no *Google Acadêmico* apareceram 14.800 resultados pela busca “violência sexual infantil e educação”, 7.660 resultados com a busca “identificação do abuso sexual e educação”, 4.940 por meio de “[...] identificação do abuso sexual e formação do/a professor/a” (GOOGLE, 2013). No portal de periódicos da CAPES, localizei por “violência sexual infantil e educação” 114 resultados, 84 por “abuso sexual infantil e educação”, 00 por “identificação do abuso sexual e formação do/a professor/a”, estes revelam que, no geral, o número de estudos cresceu, porém mediante pesquisas isoladas e ainda há que destacar que o conjunto de palavras mostra também como resultados o aparecimento de estudos que evocam algumas das palavras avulsas (CAPES, 2013).

Proponho estudo dissertativo acerca da temática, objetivando compreender qual é a concepção e a forma de tratamento dispensadas pelos/as profissionais

---

<sup>1</sup> Para tanto, escrevo o texto em primeira pessoa, por assumir as ideias e posicionamento aqui expostos. E, utilizo a linguagem inclusiva de ele e ela, assim como Jimena Furlani, assumindo um “modo feminista”.

da educação na perspectiva de enfrentamento e prevenção à violência sexual no município de Assis Chateaubriand, cidade do interior do Paraná, que possui 33.025 habitantes (IBGE, 2010).

Realizo tal estudo mediante pesquisa exploratória, respaldada por revisão bibliográfica e documental relativa à temática, bem como a realização de pesquisa de campo, utilizando o instrumento entrevista semi-estruturada com 59 professores/as, diretoras e equipe pedagógica de escolas e CEMEI (Centros de Educação Infantil) de Assis Chateaubriand, em virtude de atenderem crianças na faixa etária de 00 a 10 anos de idade, nosso recorte de pesquisa, cujas unidades de ensino selecionadas atenderam ao critério de estarem em território onde foram registrados casos de violência sexual. Bem como, entrevisto os/as profissionais dos serviços de atendimentos que compõem a rede proteção à criança e ao adolescente do município.

Para apreciação e discussão dos dados coletados, emprego a técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009), uma vez que permite observar como cada grupo de sujeitos evidencia a questão, possibilitando verificar e mensurar as fragilidades na compreensão dos/as mesmos/as sobre o objeto de estudo.

A organização do trabalho ocorre por meio de seis seções, sendo que a primeira diz respeito à introdução, na segunda apresento a conceituação sobre violência e violência sexual em seus aspectos histórico, cultural, social e legal, enfocando as formas de tratamentos dispensadas e as relações entre adultos/as e crianças, delineadas na sociedade europeia e brasileira, abarcando uma visão de relações de abuso de poder do/a mais velho/a sobre o/a infante para satisfação dos desejos sexuais cujos aparatos legais coíbem e, além disso, como as ações de mobilização discutem e traçam mecanismos de enfrentamento mundial e nacional.

Na terceira seção discuto sobre as implicações da violência sexual para o desenvolvimento infantil, enfocando aspectos psíquicos, físicos e de sociabilidade enquanto formas de prejuízos da violação de direitos, levantando as alterações no comportamento da criança, capazes de revelar os danos causados pelo abuso e/ou exploração sexual na vida pessoal e social da criança. Principalmente, na dimensão da aprendizagem, em que o/a professor/a muitas vezes tem

dificuldades em identificar e perceber. Canalizando, assim, a quarta seção para uma discussão sobre a formação docente, na qual levanto as fragilidades dos/as professores/as em reconhecerem e lidarem com as crianças vítimas de violência, identificando os sinais dessa violência e encaminhando adequadamente tal demanda. A literatura embasada confirma algumas das hipóteses sobre o desconhecimento e necessidade de formação pedagógica urgente sobre essa expressão.

Por fim, apresento na quinta seção, a metodologia utilizada na pesquisa, explicando o processo de planejamento e execução da investigação, que seguiu um rigor metodológico e ético, pautado na pesquisa qualitativa. Realizo entrevistas, utilizando de roteiros semi-estruturados para cada grupo de investigados/as, isto é, um para os/as entrevistados/as que compreendem a gestoras, equipe pedagógica e professores/as, e outro para os/as inquiridos/as do grupo de serviço de atendimento, demarcando 48 pessoas atreladas à educação e 11 pessoas ao serviço de atendimento, seguindo critérios de seleção previamente estabelecidos, e ainda, utilizo o gravador como subsídio para melhor apreensão. Após, finalizo com a sexta seção com a apresentação dos resultados da pesquisa, os dados e a discussão sobre os mesmos, que foram subdivididos por categorias e subcategorias de análise conforme a técnica de Bardin (2009), expondo gráficos, tabelas e quadros para ilustrar melhor os dados coletados, de modo a dialogar com o referencial teórico, proporcionando fundamentar reflexões sobre a formação do/a professor/a acerca da violência sexual, o papel da escola e a articulação com os serviços de atendimento às crianças vítimas do abuso e/ou exploração sexual no município, sinalizando uma ação propositiva com vistas à superação dessa realidade que urge por intervenções efetivas.

## 2. COMPREENSÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA E SUAS TIPIFICAÇÕES

Compartilho com o posicionamento de Leal e César (1998) quando assinalam que se debruçar a compreender a violência sexual contra a criança, exige realizar o exercício de articular as bases conceituais com as operacionais, numa dinâmica de se aproximar, conhecer, analisar dados qualitativos e quantitativos, dimensionando as intervenções realizadas e suas possibilidades. Pautada nessa compreensão, inicio a exposição acerca da violência e suas tipologias.

Violência não é assunto fácil e agradável de tratar, remetendo a situações de dor, abandono, sofrimento, amargor, sobretudo quando esta ocorre sobre a relação de abuso, brutalidade, agressividade de uma pessoa mais velha em relação a uma criança, indivíduo em desenvolvimento, que ainda não tem condições de discernir o que realmente envolve um ato violento.

Antes de compreender a violência sexual, abordo, inicialmente, a violência num contexto mais generalizado para então se debruçar sobre esta temática comovente, causa de estranhamento quando mencionada, que ainda é pouco discutida nos lares e demais espaços de sociabilidade, como a escola, por exemplo.

### 2.1. Configurações gerais da violência

Traço um percurso sobre estudiosos/as como Arendt (1994), Foucault (1995) e Chauí (1999) para compreender a violência. Porém, a concepção central de violência se pauta em Michel Foucault (1995), pós-estruturalista, por entendê-la enquanto relação de poder, e em Chauí (1999), que se apropria de sua conotação objetiva. Portanto, primeiramente exponho a leitura realizada sobre esses/as autores/as para posteriormente apresentar a acepção utilizada neste estudo.

Arendt (1994) dimensiona a violência no âmbito da estrutura social e política, como instrumental que se difere do poder, ou seja, a violência se expressa no uso de ferramentas para que seja exercida quando o poder fica

enfraquecido. Sua concepção de poder se alinha a Sartre, Voltaire e Weber, destaca que “o poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva unido” (ARENDR, 1994, p. 36). Ou seja, um grupo exerce o poder sobre outro e/ou um indivíduo, via mecanismo de dominação, caracteriza este exercício como uma ação prazerosa (ARENDR, 1994).

Para Arendt (1994) o poder é como um fim e a violência como um instrumento de manutenção deste, assim, a violência se imprime sem qualquer relação de diálogo quando se perde o domínio sobre o que ou quem se quer dominar. Arendt (1994) define que

[...] os homens (e as mulheres) podem ser “manipulados” por meio da coerção física, da tortura ou da fome, e suas opiniões podem formar-se arbitrariamente em função da informação deliberada e organizadamente falsa, mas não através de “persuasores ocultos”, tais como a televisão, propaganda ou quaisquer outros meios psicológicos, em uma sociedade livre (ARENDR, 1994, p. 28).

Diante dessa compreensão, concordo com Arendt (1994) sobre a violência ocorrer mediante um mecanismo para manutenção de relações de poder, no entanto, posiciono-me contrariamente quanto a esta prover somente de uma coletividade, visto que pode emanar, também, de um único indivíduo para exercer essa submissão, sendo que por tais aspectos, não subsidia quanto à compreensão de violência para este estudo.

Já a concepção de violência sustentada por Foucault (1995), é caracterizada por uma relação de forças desiguais, em que o/a mais forte domina e explora o/a mais fraco/a. O estudo sobre poder, proposto pelo autor, advém de uma linha de pensamento filosófica em que o poder ocorre por meio de processos sociais expressos por ações, ou seja, permeiam as relações sociais que são implícitas de ações sobre ações.

Há uma ‘insubmissão’ e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta (FOUCAULT, 1995, p. 248).

Diante disso, compreendo que essa relação de poder que se exprime como uma relação de violência se evidencia mediante a submissão, a destruição e o forçar de um corpo, do pensamento, em que a pessoa e/ou grupo resiste de diferentes formas, mas não quer dizer que a cessará.

Uma *relação de poder*, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito da ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 1995, p. 243, grifo do autor).

Em suma, até o momento Arendt (1994) fundamenta a violência como oriunda de um grupo manifesta quando o poder se enfraquece e Foucault (1995) considera as relações de poder que subestima, força o/a outro/a, a fim de sustentar seu poder e direção, sendo que este último é tomado como referência para o estudo, trazendo-o mais adiante para compreensão de violência sexual. Por hora, teço considerações sobre o pensamento de violência em seu contexto mais amplo invocando Chauí (1999, p. 03), a qual define que “violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror”. Nessa perspectiva, violência se opõe a qualquer ato de racionalidade, em que predomine o diálogo e relações sociais éticas.

Sua compreensão, também, envolve dimensões do contexto social e histórico vivenciado, pois as relações socialmente construídas estão emaranhadas por ações violentas que se refletem na desigualdade. Vale considerar que a violência estrutural e a violência social geram exclusão social e discriminações de classes, que decorrem em discriminação por grupos, destaque grupos de mulheres, homossexuais, afro-descendentes, e também, crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, entendo que toda ação cometida ou omitida que implique a morte de uma ou mais pessoas ou que lhes inflige, de maneira intencional ou não, sofrimento, lesões físicas, psíquicas ou morais contra a sua vontade ou com o concurso da mesma, constitui violência.

A violência pode ser de caráter momentâneo ou repetitivo “[...] com o intuito de forçar o outro a abandonar o seu espaço construído e a preservação da sua

identidade como sujeito de relações econômicas, políticas, estéticas, éticas, religiosas e eróticas” (FILIPE, 1998, p. 29).

Por mais que delineio a escolha pelo conceito de violência neste estudo, encerro a compreensão com a definição do dicionário de política, no qual

[...] por violência entende-se a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo). Para que haja é preciso que a intervenção física seja voluntária: o motorista implicado num acidente de trânsito não exerce a violência contra as pessoas que ficaram feridas, enquanto exerce violência quem atropela intencionalmente uma pessoa odiada. Além disso, a intervenção física, na qual a violência consiste, tem por finalidade destruir, ofender e coagir. É violência a intervenção do torturador que mutila sua vítima; não é violência a operação do cirurgião que busca salvar a vida de seu paciente. **Exerce violência quem tortura, fere ou mata; quem, não obstante a resistência, imobiliza ou manipula o corpo de outro; quem impede materialmente o outro de cumprir determinada ação** (STOPPINO, 1992, p. 1291, grifos nossos).

Chamo atenção ao fragmento negrito, uma vez que, ancorada pelos/as autores/as escolhidos/as, Foucault (1995) e Chauí (1999), sustenta os dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008), que revela a violência como a quarta principal causa de óbitos entre crianças de 0 a 9 anos, e, a primeira principal causa de óbitos entre adolescentes de 10 a 19 anos, e que a violência se explicita sobre as mais diversas conotações em dimensões médicas, sociais, culturais e psíquicas.

Pode ser cometida por qualquer pessoa e, é uma situação que ocorre em diversas classes econômicas, não tendo como dizer que é intrínseca à classe pobre. Para Santos (1997), essa conotação do atrelamento da violência à pobreza, que entendo como errônea, se destaca pelo fato da classe popular frequentar amplamente os serviços públicos, tendo, assim, sua expressão mais visível. Em contrapartida, nas famílias de classe média e alta, o abuso intrafamiliar, assim como os demais tipos de violência, também ocorre, porém essas famílias pouco procuram os atendimentos das políticas públicas, devido terem condições socioeconômicas de acessarem serviços de cunho privado, por entenderem que este serviço não publicizará a questão e a falsa idéia de que possam manter em segredo a violência sexual. No entanto, em 2006 teve a

implantação da Vigilância de Violências e Acidentes, nos serviços de saúde e de proteção, de natureza pública ou privada, os quais devem preencher a Ficha de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências, utilizada para a notificação de qualquer caso suspeito ou confirmado de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra homens e mulheres, independente de faixa etária (BRASIL, 2013).

Mesmo com índices importantíssimos como os acima divulgados, os quais estão constantemente sendo atualizados e disponibilizados, por meio de pesquisas e relatórios elaborados nas universidades, organizações governamentais e não-governamentais que toma dimensão ampla quando veiculados nos meios de comunicação, estes ainda não revelam a totalidade da dimensão da violência. Além disso, muitas vezes não há uma distinção das particularidades da forma de ocorrência, o que se deve, pela ausência de conhecimento sobre sua tipificação para mapeamento, que inclusive não é estática, observada suas mais variadas nuances de acontecimento.

Pautada em Azevedo e Guerra (2001), os tipos de violência se desdobra em:

a) Violência Física: corresponde ao emprego de força física no processo disciplinador de uma criança, caracterizado como toda a ação que causa dor física (AZEVEDO; GUERRA, 2001).

b) Violência Psicológica: consiste na interferência negativa do/a adulto/a sobre as crianças formando um comportamento destrutivo, de baixa autoestima e autoconfiabilidade, envolvendo subordinações (AZEVEDO; GUERRA, 2001).

c) Negligência: pode ser considerada como omissão e descuido para com a criança e/ou adolescente, podendo se caracterizar pela ausência de auxílio financeiro, expondo a criança e/ou adolescente a situações de vulnerabilidade pessoal e social, como desnutrição, doenças e falta de higiene (AZEVEDO; GUERRA, 2001).

d) Violência Sexual: implica todo ato ou jogo sexual entre um/a ou mais adulto/a e uma criança e/ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança e/ou adolescente, ou utilizá-lo/a para obter satisfação sexual. Considerada uma das violências mais graves, pois afeta o físico e o emocional da vítima (AZEVEDO; GUERRA, 2001).

Visto que a violência implica em diversos atos, caminho na vertente de que esta é permeada pela submissão, agressividade, na qual uma das partes é vitimizada, assim elucidado sobre a trajetória histórica da violência cometida para com a criança e faço a reflexão sobre o descaso dos aparatos legais e institucionais.

## 2.2. Aspectos históricos da violação da infância

Em algumas culturas no mundo, como a da Turquia, do Brasil rural e de outras, o toque nas partes genitais de bebês eram considerados normais, tido como algo natural, entretanto, “[...] não há nenhuma cultura ocidental que considere contato sexual adulto-criança como comportamento apropriado” (CONTE, 1993, p. 60). Embora essa prática ocorra particularmente em algumas famílias, na maioria das vezes não se conota enquanto violação sexual, sendo isto percebido em nossa própria vivência profissional, cujo ocorrem historicamente nas relações entre adultos/as e crianças, demarcada por características particulares em cada momento.

Corazza (2002) assinala o descaso histórico em relatar os acontecimentos da infância, visto o desinteresse dos/as estudiosos/as da Antiguidade até a Idade Média pelas crianças, demarcando escassos dados históricos, pois o sujeito criança não o era assim reconhecido. Confirmado por Ariès (2006, p. 18) ao mencionar que “os homens (e as mulheres) dos séculos X-XI não se detinham diante da imagem da infância, que esta não tinha para eles (elas) interesse, nem mesmo realidade”.

Ariès (2006) apresenta as diferentes concepções acerca da infância ao longo da trajetória histórica, busca nas artes para fundamentar a visão que foi se construindo sobre o ser humano criança. O autor destaca que, até o século XII, aproximadamente, a infância era desconhecida pela arte medieval, sendo a criança (re) produzida nas obras em tamanho menores aos adultos, mas com as características destes, onde cabe observar o conjunto de detalhes das roupas e corpos no delineamento dos músculos.

Saliento que a questão da idade não tinha importância como nos dias de hoje, representada pela marca do indivíduo e motivo de celebração. Ademais, as

vestes dos/as pequenos/as até o século XVII não se diferenciava dos/as adultos/as, após as crianças deixarem os cueiros, aderiam aos vestidos e calças, ressaltando que os meninos até o século XVI usavam vestidos longos com golas, diferenciando-se dos vestidos das meninas quanto aos acessórios e pedras que não os tinham, neste momento não permeia o preconceito e a repressão como na idade contemporânea

[...] tornou-se impossível distinguir um menino de uma menina antes dos quatro ou cinco anos, e esse hábito se fixou de maneira definitiva durante cerca de dois séculos. Por volta de 1770, os meninos deixaram de usar o vestido com gola aos quatro-cinco anos. Antes dessa idade, porém, eles eram vestidos como meninas, e isso continuaria até o fim do século XIX: o hábito de efeminar os meninos só desapareceria após a Primeira Guerra Mundial, e seu abandono deve ser relacionado com o abandono do espartilho das mulheres: uma revolução do traje se traduz a mudança dos costumes (ARIÈS, 2006, p. 39).

Os trajes demarcavam as fases de idade, no caso do gênero masculino, até quatro/cinco anos de idade usava vestidos e touca, a partir dos sete/oito anos é que passa usar calça e gibão, transpondo para a fase adulta. O feminino já estava delineado com os vestidos de mulheres desde o abandono das fraldas. Saliento que esta não é uma cultura que envolve todas as classes, os pobres não usufruíam desta transição de trajes característicos das fases de crescimento, usavam o que tinham e/ou ganhavam, logo as roupas de adultos eram vestes desde a negação dos cueiros (ARIÈS, 2006).

Quanto à dimensão sexual, muitas atitudes não tinham a mesma conotação de repúdio como na Idade Contemporânea, eram comuns brincadeiras como mostrar o pênis para os/as mais velhos/as, os/as adultos/as beijarem e acariciarem as partes íntimas como um ato engraçado, “Luis XIII ainda não tem um ano: ele dá gargalhadas quando sua ama lhe sacode o pênis com a ponta dos dedos” (ARIÈS, 2006, p. 75). O respeito à infância data somente no final do século XVI, quando se inicia o controle sobre aquilo que a criança lê, no entanto, a organização da vida escolar ocorre no mesmo ambiente entre crianças e adultos/as, não fragmentando, nem mesmo por níveis de conhecimento. Com relação a isto, reflito sobre as formas de atos de submissão dos/as menores em relação aos/as maiores e mais velhos/as, suponho pensar em atos de violência

sexual. Essa prática de indiferenciação de idade na escola ocorre até o início do século XVIII.

Lloyd de Mause (1975 apud GUERRA, 1998), na organização da obra *A história da infância*, expõe que é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar, pois na sociedade medieval não se dava muita importância às crianças, visto o grande número de mortalidade infantil, agindo naturalmente com relação a esta, demarcando um longo período de tempo em que a criança é um ser insignificante. Entre os/as romanos/as, era comum o abandono de crianças e o pai tinha direito de decisão sobre a vida ou a morte dos/as filhos/as. Na Grécia Antiga, as crianças deformadas eram exterminadas e as saudáveis estavam aptas à oferenda aos/às deuses/as (ASSIS, 1992).

Somente nos séculos XVII e XVIII, a infância passou a ser objeto de reflexão filosófica e científica, pois as condições de sobrevivência começam a ser revertidas com a diminuição das taxas de mortalidade infantil, propiciada pela ampliação e amadurecimento do Capitalismo (ASSIS, 1992).

No Brasil, as crianças negras escravas eram utilizadas pelos/as filhos/as de seus/suas senhores/as como “*muleque leva-pancadas*”. Freyre (2007, p. 411) apresenta que

[...] os meninos, uns homenzinhos à força desde os nove ou dez anos. Obrigados a se comportarem como gente grande: o cabelo bem penteado, às vezes frisado à Menino Jesus; o colarinho duro: calça comprida; roupa preta: botinas pretas; o andar grave; os gestos sisudos: um ar tristonho de quem acompanha enterro. Meninos-diabos eles só eram até os dez anos. Daí em diante tornavam-se rapazes. Seu traje, o de homens feitos. Seus vícios, os de homens. Sua preocupação, civilizarem-se o mais breve possível, adquirindo as cicatrizes gloriosas dos combates.

As meninas foram tolhidas de qualquer tipo de liberdade ou educação naquela época, não podiam levantar a voz na presença dos/as mais velhos/as, deviam ser moças boas, com comportamento humilde e com ar acanhado, à menina respondona era utilizado como castigo o beliscão. “As meninas criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos” (FREYRE, 2007, p. 421).

Desde os primeiros momentos, na colônia de Santa Cruz, como tentativa de adestramento físico e mental das crianças indígenas pelos Jesuítas, nas Minas Setecentistas, se destacam aspectos da sexualidade infantil, como a pederastia<sup>2</sup>, bem como o preconceito e a discriminação racial na adoção de “enjeitadinhos mulatos” (FERRARI; VECINA, 2002, p. 48). Essa perspectiva historiográfica coloca que crianças e adolescentes foram vitimizadas por meio de castigos corporais e métodos severos, dando margem aos abandonos, assassinatos, espancamentos, e, até mesmo, a abusos sexuais.

Contam os historiadores que as primeiras embarcações de Portugal lançaram ao mar, mesmo antes do descobrimento, navegações repletas de crianças órfãs do rei, que recebiam a incumbência de prestar serviços aos homens durante a viagem, que era longa e trabalhosa, eram submetidas aos abusos sexuais praticados pelos marujos rudes e violentos. Em caso de tempestade, era a primeira carga a ser lançada ao mar (AZAMBUJA, 2006, p. 4).

A partir disto, percebo que a violência demarca longa data, sendo que desde o século XVII até o início do século XIX, eram toleradas essas práticas, delimitadas pela ausência de políticas públicas de proteção, estando além desta época pensar em condições humanas, quiçá direitos da criança e esta ser compreendida enquanto sujeito. Muitas destas características perpetuam durante os séculos XX e XXI, observada a dominação e a discriminação social prevaletentes, mas, saliento o reconhecimento de direitos das crianças e adolescentes, embora o campo da efetividade destes ainda seja desafio a ser vencido (FALEIROS, 2000).

### 2.3. Aspectos legais da violência sexual

Vigarello (1998) escreve que na França o estupro durante o Antigo Regime, entre os séculos XVI e XVII, é muito pouco penalizado pela Justiça, embora fortemente condenado pelos textos legais, há assim neste período uma tolerância para com a violência. Neste momento, o Estado pune com muita severidade

---

<sup>2</sup> Prática sexual entre um homem e um rapaz mais jovem. Derivação por extensão de sentido. Homossexualidade masculina (HOUAISS, 2004).

alguns crimes, especialmente os realizados com derramamento de sangue, mas uma significativa parcela dos criminosos beneficia-se com a impunidade, pois é bastante precária a organização judiciária e não há uma polícia científica.

O autor direciona que, no caso da violência sexual, a negligência era ainda maior, devido à carência de legislação específica a respeito, o vocábulo "estupro" inexistia naquele momento, era punido eventualmente quando contra crianças, pois se observava a "inocência" da vítima, porém, sendo a vítima uma mulher adulta era geralmente recusado.

Neste momento histórico, a questão da impunidade está diretamente atrelada à classe social das partes, pois o estupro cometido contra a filha ou esposa de um membro da elite é justificado, sendo a pobreza do/a autor/a um agravante, quando cometido contra pessoas órfãs, sequer é digno de ser tomado conhecimento das autoridades (VIGARELLO, 1998).

Observo que o Antigo Regime foi permeado pelo zelo da reputação e imagem, pois em se tratando de moças solteiras mantinha-se absoluto sigilo, em virtude da estigmatização física, escondia-se a perda da virgindade, pois, caso se propagasse o fato, perdia-se a possibilidade do casamento. E também, havia a questão pecaminosa, como se fosse da vontade da vítima, encarada como indigna (VIGARELLO, 1998).

Mesmo quando ocorre o incesto<sup>3</sup>, Vigarello (1998) ressalta que há a presunção de consentimento, sendo somente corrupção quando a vítima é uma criança, não se observa esta última enquanto a que sofreu maiores danos, e sim seu proprietário, no caso o esposo, o pai. Para tanto, neste momento histórico, a compreensão da violência sexual é tolerada socialmente, o ato é visto como uma transgressão moral, a vítima é sempre suspeita e envolvida na indignidade, e a dimensão do corpo violado não é prova suficiente de crime.

A partir do final do século XIX, a medicina legal, embora rudimentar, contribuiu nas investigações dos casos de estupro, que se complexificaram, e paralelamente às contribuições da Psicologia, buscou compreender os indivíduos

---

<sup>3</sup>Compreende a relação em que a criança e/ou adolescente estão como vítimas e pais, mães biológicos/as, padrastos e madrastas, tutores/as enquanto agressores/as seja por vínculo de sangue, afinidade ou religioso (AZEVEDO, 1993).

em livre-arbítrio, fundamental para a definição da responsabilidade, bem como a determinação das perversões, fazendo surgir, então, os primeiros estudos a respeito da violência contra a criança e sua constituição como um problema social, especificamente em 1860 na França com o *Etude médico-legale sur lês services et mauvais traitements exerces sur de enfants*. Surge, também, as primeiras ações políticas a respeito, impulsionados pelo caso Mary Ellen, no século XIX, nos Estados Unidos, uma menina de 9 anos que é mal tratada fisicamente pelo pais adotivos chama a atenção para proteção à criança, resultando na criação, em 1899 em Illinois, do Primeiro Tribunal de Menores no mundo (PRISZKULNIK, 2009). Mais tarde, em 1962, em Chicago, a obra “Síndrome da Criança Espancada”, de Kempe e cols., chamou a atenção dos/as profissionais de saúde e da sociedade para a necessidade de proteção à criança (PRISZKULNIK, 2009).

No Brasil, é publicado apenas em 1973, em São Paulo, sobre um caso de espancamento de uma criança de um ano e três meses, realizado por professores/as de Medicina da Santa Casa, por meio de um artigo, os/as autores/as realizam “[...] uma revisão da bibliografia mais relevante na época sobre o assunto, apontam as formas mais adequadas de se fazer o diagnóstico clínico, as dificuldades a ele inerentes, o prognóstico e as implicações sociais e psicológicas do fenômeno” (GUERRA, 1998, p. 81). No entanto, Pimentel e Araújo (2006) em seus estudos demarcam que em 1895 acontece a primeira denúncia à polícia de um caso de abuso sexual praticado contra uma criança no país.

Avançando para o século XX, houve algumas significativas mudanças na compreensão dos crimes sexuais, agora imbuídos pelos ideais de liberdade, sendo tais princípios impressos nos novos códigos, em que pese em 1924 a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, que deriva em preceitos legais posteriores que tinham por norte a proteção da infância, destacando aparatos importantes como em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos; em 1959 a Declaração dos Direitos da Criança; em 1985 Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude – Regras de Beijing; em 1989 Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (MOTTI et al, 2008).

No Brasil, somente no século XX, mais precisamente em 1923 é criado o Juizado de Menores do Distrito Federal e 1927 o Código de Menores. Nos anos de 1940 temos o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), marcado por caráter punitivo a crianças e adolescentes. Sendo somente em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se prevê a proteção integral às crianças e se tem a compreensão destes/as como sujeitos de direitos (FÁVERO, 1999).

Até resultar nesta dimensão da proteção integral da criança e do/a adolescente, respaldada no aparato legal, observo que a própria legislação acompanhou essas características da conduta moral, sendo visualizadas no Código Penal Republicano de 1890 que vigorou até 1940, alterado pela lei nº. 12.015/2009, que continua a tratar *Dos Crimes Contra os Costumes e Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual, Da Sedução e Dos Crimes Sexuais Contra Vulnerável*, que versa sobre os crimes contra menores de idade e também aqueles que têm enfermidade ou deficiência mental (FIGUEIREDO, 2012).

A legislação classifica em seu artigo 213 os seguintes crimes sexuais:

Estupro: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso (FIGUEIREDO, 2012, p. 359).

E no artigo 215

Violação sexual mediante fraude: Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima (FIGUEIREDO, 2012, p. 360).

No que tange às pessoas menores de idade, o Código Penal prevê os crimes sexuais contra vulnerável em seu artigo 217-A, classifica que consiste em “induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem” (FIGUEIREDO, 2012, p. 360), bem como ainda sinaliza o

Estupro de vulnerável:  
Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:  
Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.  
§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental,

não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência;

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4º Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos (FIGUEIREDO, 2012, p. 360).

Também tiveram alterações quanto à prostituição e à exploração sexual, tendo as seguintes conotações e penas previstas no Código Penal:

Artigo 228 - Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual - Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º Se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos

Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:

Artigo 219 - Rufianismo

§ 1º Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Se o crime é cometido mediante violência, grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência (FIGUEIREDO, 2012, p. 360).

A vigente lei ainda prevê concepções e penas para o tráfico de pessoas, visando à exploração sexual, ficando, assim, definido o favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual no Art. 228. “Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone” (FIGUEIREDO, 2012, p. 361). Bem como quanto ao crime de casa de prostituição cujo artigo 229 caracteriza em “manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração

sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente” (FIGUEIREDO, 2012, p. 361).

Com relação ao tráfico de pessoas, o novo Código Penal o classifica em internacional e interno, sendo que o tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual: está previsto no “Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro” (FIGUEIREDO, 2012, 361). E o tráfico interno de pessoas para fim de exploração sexual é definido no “Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual” (FIGUEIREDO, 2012, p. 361).

Inicialmente no Brasil a preocupação estava voltada para crianças e adolescentes em situação de rua e abandono, sendo que as Organizações Não-Governamentais (ONG), no período de 1980 a 1990 tinham seus trabalhos com o foco nesse tipo de demanda, somente a partir de 1990 que as ONG e serviços governamentais atentaram à questão da violência sexual infantil, tendo como marco, em 1996, a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, que deu visibilidade ao tema, principalmente aos crimes pela *internet* (DESLANDES, 1994; MINAYO; SOUZA, 1999; HABIGZANG; KOLLER; MACHADO, 2005).

Em 1993, o Brasil foi apontado como o segundo país do mundo em prostituição infanto-juvenil, perdendo para Tailândia (LEAL, 1999). E, em 2001, conforme relatório sobre Exploração Infantil produzido pela ONU, o Brasil ocupa o primeiro lugar em Exploração Sexual Infanto-Juvenil na América Latina e o segundo no mundo, dados que permanece segundo o documentário "**Nosso Mundo: As Crianças Prostituídas do Brasil**" (BBC, 2010).

Na sequência apresento uma gama de eventos que demarcaram a luta pelo reconhecimento para enfrentar a violência sexual infantil, pautadas em Associação Brasileira de Proteção à Infância (1997, 2002) e Child Welfare Information Gateway (2003) destaque:

1992 - IX Congresso Internacional de Abuso e Negligência, em Chicago;

1996 - I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Estocolmo, Suécia;

1999 - Conferência Ibero-Americana de Altos Responsables de La Infancia e La Adolescencia em um Mundo Globalizado com Derechos, Havana, Cuba;

2001 - II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Yokohama, Japão, que objetivou ampliar o compromisso sobre o enfrentamento a violência, observando os avanços e desafios, sobretudo sobre as novas formas de exploração sexual;

2003 – Criação da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, composta por representantes dos Poderes Públicos: Executivo, Legislativo e Judiciário; Ministério Público; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Comitê Nacional; Organismos Internacionais e Organizações da Sociedade Civil.

2004 - Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que desenvolveu o projeto Escola que Protege, objetivando realizar a prevenção da violência sexual nas escolas, produzindo materiais didáticos e paradidáticos para professores/as da rede pública;

2008 - III Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Rio de Janeiro, Brasil, definindo novas prioridades de ações, construindo uma agenda de intervenção entre as diferentes instâncias de governo e sociedade, discutindo sobre a importância do atendimento humanizado e especializado às vítimas de violência;

No ano de 2000 foi elaborado o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, revisado em 2013 tendo como atual nomenclatura Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Neste mesmo ano foi instituído o Dia 18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, Lei nº. 9.870, que tem como tema “Esquecer é permitir, lembrar é combater” impulsionado pelo caso Araceli, menina de 8 anos, sequestrada em 18 de Maio de 1973, que foi drogada, espancada, estuprada e morta por Paulo Helal e Dante de Brito Michelini, tendo seu corpo desfigurado por ácido nas ruas de Vitória (BRASIL, 2000).

O plano tem como objetivo afirmar o embasamento de suas diretrizes dentro do contexto de definição legal e apresentar as normativas internacionais e nacionais correlatas ao direito da criança sob o enfoque do enfrentamento da

violência, compreendendo a intersectorialidade da temática na garantia dos direitos humanos.

Nesse processo de revisão, o plano incorporou as diretrizes do Plano Decenal dos Direitos de Crianças e Adolescentes aos seus eixos de enfoque que são: *Atenção* que provê atendimento especializado, e em rede, às crianças e adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, bem como ao/à agente violador/a. *Comunicação e Mobilização* visa fomentar e fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de enfrentamento e eliminação de todo tipo de violência sexual, envolvendo instâncias deliberativas, consultivas e aparelhos midiáticos. *Defesa e responsabilização* pretende atualizar as legislações e normativas sobre crimes sexuais, combate à impunidade, disponibilização de serviços de notificação e responsabilização. *Prevenção* desenvolvimento de ações preventivas contra violência sexual contra crianças e adolescentes, pautadas na educação, sensibilização e autodefesa. *Participação e protagonismo* que busca fomentar a participação de crianças e adolescentes na elaboração e execução de políticas de proteção. *Estudos e pesquisas* visa desenvolver ações para conhecer as expressões do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, através de levantamento de dados, estudos e pesquisas (BRASIL, 2013).

Considero de extrema importância, para este estudo em específico, os eixos da Atenção e da Prevenção, visto almejarem desempenhar ações de atendimento e enfrentamento à violência sexual contra crianças, indo de encontro ao objeto de investigação aqui proposto, ponderando o espaço escolar.

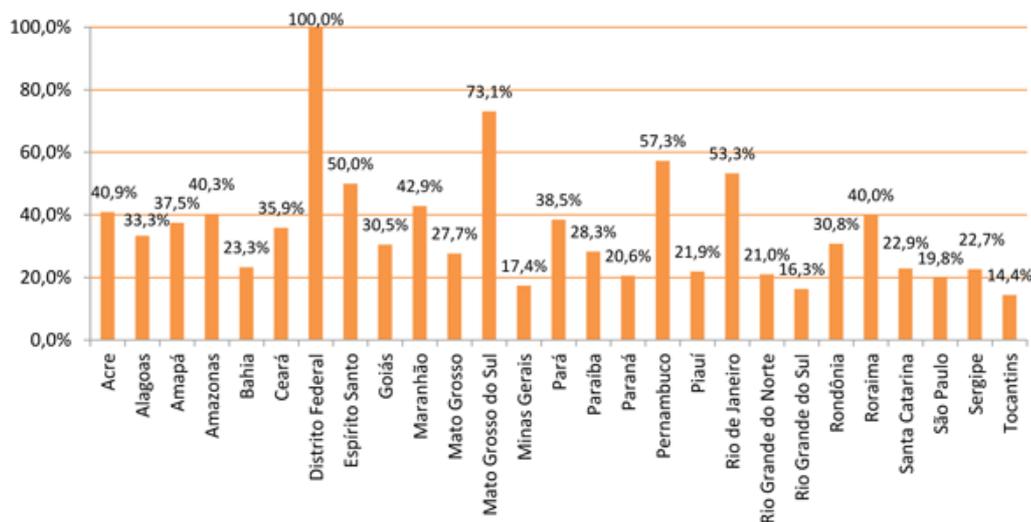
No entanto, essas premissas legais, jurídicas e socialmente instituídas são incipientemente viabilizadas, pois o fenômeno tem sido retomado nos aparelhos midiáticos com frequência quando veiculados casos de repercussão nacional de violência infantil, mas, em contrapartida, há deficiência de ações transversais e discussões sobre o assunto, sendo impressos por meio de projetos de curta duração, que, por sua natureza de projeto, não têm um caráter continuado.

Enquanto serviço de atendimento, em 2002, houve no país a implantação do Programa Sentinela, definindo-se como um conjunto de ações sociais especializadas e multiprofissionais dirigidas ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a violência sexual, estruturado para

atender as determinações da Constituição Federal, do ECA, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Os atendimentos integrantes desse programa, desde 2006, com a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), passaram a ser desenvolvidos enquanto um serviço continuado nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), obedecendo à Norma Operacional Básica da Política Pública de Assistência Social (BRASIL, 2010).

O serviço de atendimento às vítimas de violência ofertado nos CREAS é realizado por uma equipe técnica formada por assistentes sociais, psicólogos/as, educadores/as sociais e advogados/as. Esse serviço foi reformulado em 2008, passando a atender outras populações vulneráveis, como vítimas de diversas formas de violência como mulheres, idosos/as, deficientes, adolescentes infratores/as, entre outros/as. Em 2010, acrescentou a sua demanda de atendimento, vulnerabilidades sociais, como moradores/as de rua, caracterizando-se um serviço em construção. Destaco que, o Censo SUAS 2010 registrou 1.590 unidades de CREAS no Brasil, concentrando no Estado no Paraná 20,6% destes equipamentos públicos, que representa poucas cidades que dispõem dos serviços, cujos são de suma importância. No gráfico a seguir, é possível visualizar a distribuição de CREAS no território brasileiro (BRASIL, 2011).

**GRÁFICO 1 – Distribuição dos CREAS no território brasileiro**



**Fonte:** BRASIL, 2010.

A análise do Censo SUAS 2010, revela que o Distrito Federal contempla um município com 8 centros especializados, estando o CREAS em pelo menos 30% dos municípios de 14 unidades da Federação. Com relação aos atendimentos contabilizados em 2010, foram 1.464 casos de abuso sexual e 1.398 casos de exploração sexual, conforme ilustra o gráfico a seguir.

**GRÁFICO 2 – Casos x Demandas atendidas nos CREAS**

SITUAÇÕES ATENDIDAS PELO PAEFI		CRIANÇAS, ADOLESCENTES	MULHERES ADULTAS	HOMENS ADULTOS	IDOSOS	NÃO ATENDE
VIOLÊNCIA FÍSICA	N.ABS	1.431	1.192	375	1.132	83
	%	90,0%	75,0%	23,6%	71,2%	5,2%
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	N.ABS	1.464	1.172	456	1.139	76
	%	92,1%	73,7%	28,7%	71,6%	4,8%
ABUSO SEXUAL	N.ABS	1.492	712	204	454	81
	%	93,8%	44,8%	12,8%	28,6%	5,1%
EXPLORAÇÃO SEXUAL	N.ABS	1.398	444	144	268	177
	%	87,9%	27,9%	9,1%	16,9%	11,1%
NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO	N.ABS	1.431	0	0	1.167	88
	%	90,0%	0,0%	0,0%	73,4%	5,5%
TRÁFICO DE PESSOAS	N.ABS	309	183	0	0	1.267
	%	19,4%	11,5%	0,0%	0,0%	79,7%
TRABALHO INFANTIL	N.ABS	1.248	0	0	0	342
	%	78,5%	0,0%	0,0%	0,0%	21,5%
SITUAÇÃO DE RUA	N.ABS	814	619	670	624	573
	%	51,2%	38,9%	42,1%	39,2%	36,0%
DISCRIMINAÇÃO EM DECORRÊNCIA DA ORIENTAÇÃO SEXUAL	N.ABS	673	446	411	264	807
	%	42,3%	28,1%	25,8%	16,6%	50,8%
DISCRIMINAÇÃO EM DECORRÊNCIA DA RAÇA/ETNIA	N.ABS	538	387	330	335	1.016
	%	33,8%	24,3%	20,8%	21,1%	63,9%

**Fonte:** BRASIL, 2010.

Outra ação do Governo Federal foi a elaboração do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PAIR) no território brasileiro, em 2003, pela então Secretaria de Estado de Assistência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social (atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS) e a Secretaria de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça, em parceria com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), por meio da *Partners of the Americas*. O projeto piloto do PAIR ocorreu em seis

municípios: Campina Grande (PB), Corumbá (MS), Feira de Santana (BA), Manaus (AM), Pacaraíma (RR) e Rio Branco (AC).<sup>4</sup>

Motti et al (2008) menciona que o PAIR tem como objetivos estratégicos,

[...] qualificar o serviço e a rede já existente na área da infância com o objetivo de fortalecer as ações voltadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como socializar experiências exitosas implementadas em diversas cidades e regiões do país. A partir da execução do projeto piloto, o Governo Federal continuou a disseminação desta metodologia para outros municípios do país e desde lá, todos os anos, por meio de editais lançados pela SEDH, tem ocorrido a expansão deste programa em todo o território nacional (MOTTI et al, 2008, p. 25-26).

Em janeiro de 2013, foi lançado o novo edital do PAIR, destinado a executar o curso “Violência Sexual contra criança e adolescentes – teoria e prática para o enfrentamento”, na modalidade Educação à Distância - EaD, sendo selecionados/as profissionais que atuam nas 12 cidades-sede da Copa 2014, o projeto foi iniciado em Agosto/2012 e realizou até o momento oito turmas (PLATAFORMA LEVEAD, 2013). Partilho a crítica de Motti et al (2008), sobre a expansão lenta do programa, visto que, em contrapartida, os casos de violência sexual crescem em todo o Brasil, mas infelizmente prioriza-se um momento de possibilidades econômicas e visibilidade mundial, para então desencadear uma formação de como lidar com uma expressão social chocante como esta.

O *blog* do Comitê EVESCA Porto Alegre disponibilizou o convite para as inscrições na 9ª turma do Curso de Educação à Distância de Disseminação da Metodologia do PAIR, mencionando que

[...] esta turma está sendo disponibilizada para a Região Sul e o prazo para as inscrições é de 15 a 30 de janeiro de 2013. O curso está estruturado em oito módulos e com carga horária de 60 horas. Será realizado no período de 14/02 a 22/03 de 2013. Ao final os participantes serão certificados em nível de extensão pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). É fundamental a participação de profissionais das cidades gaúchas onde o PAIR foi implementado. Esta é uma parceria com o Instituto Aliança para desenvolvimento do Curso de Disseminação da Metodologia do PAIR na modalidade EaD, para contemplar, especialmente, os municípios sedes da Copa do Mundo 2014 e os municípios que

---

<sup>4</sup> Disponível no site: <http://pair.ledes.net/index.php?toSection=institucional&ItemID=6>

poderão sofrer forte impacto no turismo durante a realização deste evento esportivo. O Curso de Disseminação da Metodologia do PAIR se insere no esforço para prevenir e apoiar ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças adolescentes nas cidades sedes da Copa do Mundo 2014. No período de **15 a 30 de janeiro de 2013** estarão abertas as inscrições, os interessados devem preencher até 30 de janeiro a Ficha de Inscrição disponibilizada no seguinte site para acesso a plataforma LevEAD: [www.levead.com.br/pair](http://www.levead.com.br/pair) (PLATAFORMA LEVEAD, 2013).

Não visualizo negativamente tal iniciativa, pelo contrário, apoio, e até mesmo me inscrevi e fui selecionada para esta formação, com intuito de aprofundar os estudos sobre a temática, mas compreendo que há necessidade de ampliar essa ação formativa e interventiva, por meio do aumento de vagas nesses cursos, propiciando a participação de profissionais das mais diversas áreas de atuação e comunidade, para que, após uma formação, tenham condições de desenvolverem ações de enfrentamento à violência sexual em rede.

Nesta perspectiva, Preciado (2008 apud LESSA, 2011) cita a indústria do sexo como mercado crescente e lucrativo, e que na iminência do mega evento Copa do Mundo 2014, sobressai ao campo de investimentos, pois a relação entre esporte e prostituição entrelaça-se, a indústria hoteleira, turística, do ramo de entretenimento, se prepara para receber turistas, ofertando luxo, sexo, drogas e tudo mais que garantir a acumulação do lucro, independente se estará violando ou não direitos de crianças e/ou adolescentes. Sobretudo, a criança é um membro bio-político, construído pela ordem heterossexual, sob os padrões ditos “normais”, não podendo se manifestar, falar e/ou agir diante de tais imposições.

Dentre as ações que permitem viabilizar os eixos estratégicos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, temos a implementação do Disk Denúncia Nacional, que foi inicialmente implementada em parceria entre o Ministério da Justiça e a Associação Brasileira de Proteção à Infância (ABRAPIA)<sup>5</sup>. De Fevereiro de 1997 a Fevereiro de 2003,

---

<sup>5</sup> ONG criada em 1988, pelo pediatra Lauro Monteiro, com o propósito de criar um Centro de Referência para o desenvolvimento de ações e pesquisas, voltadas para a defesa de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar. Realizou amplo trabalho de equipe, de sensibilização e cooperação de parceiros/as, sobre os riscos sociais e pessoais de crianças e adolescentes vitimizados/as e explorados/as. Fechou em 2007, pelo motivo principal da falta de apoio financeiro aos seus projetos (MEDEIROS, 2013).

55.706 ligações foram registradas. O relatório da SEDH de 2010, referente ao Serviço do Disk Denúncia Nacional demonstrou que houve mais de 130.000 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o Brasil, no período de maio de 2003 a agosto de 2010, totalizando sete anos.

Em meio a esta realidade

[...] é que se encontram os/as profissionais da educação, do serviço social, da saúde e do direito, quando envolvidos no atendimento conjunto de quem é exigido um redirecionamento curativo e re-constutivo. A família como protetor inicial, falhou, cabendo aos (as) profissionais das diversas áreas a identificação da suspeita ou confirmação da violência sexual, a avaliação, o estabelecimento do diagnóstico e o acompanhamento, tanto nas fases extra-judiciais como judiciais. Se essa integração falha, o problema é reeditado com consequências nefastas para todos (as) os (as) envolvidos (as), em especial, para a criança (AZAMBUJA; FERREIRA, 2011, p. 20-21).

Situada sobre a percepção histórica, a dimensão estatística dos crimes sexuais e sua abordagem legal, versarei sobre a violência sexual infantil, de modo a enfrentá-la por meio do conjunto de instituições e sujeitos sociais, bem como enfocarei sobre a conceituação de violência sexual.

#### 2.4. Compreensões teóricas sobre violência sexual

Antes de explicar sobre a compreensão de violência sexual, esclareço que as crianças também são seres sexualizados/as, expressando-se nas mais diversas etapas de seu desenvolvimento, porém, os/as adultos/as têm o dever e a responsabilidade em não se aproveitar dos desejos sexuais da criança e/ou adolescente, estabelecendo as diferenças entre afetividade e sexo (HISGAIL, 2007). E ainda, é necessário entender o que é vitimar e vitimizar, Foucault (1995) compreende enquanto relação de poder, mas com a diferença de que, na primeira, esta relação de poder advém de organização, de um órgão de poder mais complexo, e na segunda, de algo que considera um poder individual, que não o tenha que ser de uma instituição.

Pautada nestes pressupostos, a violência sexual é um fenômeno de múltiplas faces, que assume características particulares, mas que implica numa

mesma questão, isto é, os direitos violados, definindo-se em duas dimensões, uma a do *abuso sexual* e a outra a *exploração sexual*. Enfoco a conceituação de estudiosos/as da área e a concepção dos organismos envolvidos com a formulação de políticas e atendimento dessa expressão, observando um consenso entre os/as mesmos/as no que permeia a relação opressora e desigual do agressor/a sobre a vítima, verificado nas acepções dos documentos nacionais que norteiam os protocolos de enfrentamento como sendo um:

ato ou jogo sexual que ocorre em relação hetero ou homossexual que visa estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e prática eróticas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças (BRASIL, 2001, p.51).

Qualquer ato sexual ou tentativa de ato sexual não desejado ou ato para traficar a sexualidade de uma pessoa, utilizando coerção, ameaças ou força física, praticados por qualquer pessoa, independentemente de suas relações com a vítima, em qualquer cenário, incluindo, mas não limitado ao do lar ou do trabalho (BRASIL, 2001, p. 149).

Na verdade, a conotação ofertada pelos pactos firmados, expressos nas legislações, é de crime com relação a toda e qualquer questão que envolva o sexo e a criança, mas como mencionei anteriormente, este sujeito não é assexuado/a, corroborando as reflexões de Nunes (2009) quanto à sexualidade ser também proibida à criança, seja em falar, abordar, ofertar informações. A todo instante as crianças são atacadas por arcabouço erotizado através da indústria cultural propulsora da massificação da moda e de comportamentos.

No entanto, existem diferenciações entre as tipologias de violência sexual e também entre posicionamentos teóricos que não convergem na mesma linearidade, como é o caso de Volnovich (2005), que considera a violência e o abuso sexual como dois conceitos distintos, tendo a violência o uso de força física (estupro, sevícias) ou psicológica (ameaças ou abuso de autoridade). E quanto ao abuso, à satisfação sexual obtida mediante a sedução, à criança é vitimizada, submetida ao poder do/a adulto/a para satisfazer seus interesses sexuais, ausente de força física, mas que está emaranhada por relações desiguais de poder entre adulto/a abusador/a e criança, sobre o qual discordo.

Em contrapartida, a ABRAPIA (2002) entende que o abuso sexual é permeado por uma relação de poder do/a agressor/a em relação à vítima, cujo

poder versa sobre os mais diversos aspectos: estrutura física, faixa etária de idade, incluindo atos que vão desde carícias, manipulação de genitais, *voyeurismo*<sup>6</sup>, exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem o uso da força física.

Aplico a compreensão sobre violência sexual neste trabalho a assinalada no documento elaborado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) e re-afirmada por Azevedo e Guerra (2001), sendo todo ato ou jogo sexual entre um/a ou mais adulto/a e uma criança e/ou um adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança e/ou adolescente, ou utilizá-los/as para obter satisfação sexual.

Com relação à última expressão de violência sexual, considero dois tipos:

O abuso sexual consiste em: todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança e ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (*voyeurismo*, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia (VIODRES; RISTUM, 2008, p. 12-13).

O Conselho Federal de Psicologia (CRP) (2009) classifica o abuso sexual em *extra familiar*, no qual o/a agressor/a não possui laços familiares com a vítima; *intra familiar*, no qual há laços familiares entre agressor/a e vítima; e *abuso institucional*, ocorrendo em instituições que devem proporcionar responsabilmente o cuidado em relação à criança e não o promove.

Enfatizo as considerações sobre a segunda classificação, que se configura no incesto, Cohen (1993 apud BRAUN, 2002) expõe suas variações como: o propriamente dito, *consumado* na família nuclear (pais, mães, filhos/as, irmãos/ãs, padrastos, madrastas, enteados/as, avôs/ós e netos/as); incesto entre consanguíneos/as menos grave, cometido entre parentes: tios/as, sobrinhos/as,

---

<sup>6</sup> Consiste em observar atos ou órgãos sexuais de outras pessoas, quando elas não desejam serem vistas e obtiver satisfação com essa prática (ABRAPIA, 2002).

primos/as, cunhados/as e o *paraincesto* que é verificado entre pessoas que poderiam ser consideradas parentais, por exemplo: o amante da mãe com a/o filha/o desta, ou entre filhos/as que moram juntos/as, isto é, que tenham laços de consanguinidade e/ou afetividade, responsabilidade de cuidado e proteção para com a criança. O Código Penal de 2009 prevê como crime de estupro a relação que emprega violência ou grave ameaça mediante conjunção carnal independente se há ou não vínculo familiar, e nas demais classificações dos crimes alguns fatores se alteram como a idade da vítima, suas condições psíquicas, bem como as implicações da violação de direito, mas não faz a distinção entre a característica de ter ou não vínculos com a criança e/ou adolescente (FIGUEIREDO, 2012).

Conceituo pedofilia, como “Preferência sexual por crianças, quer se tratem de meninos, meninas ou de crianças de um ou do outro sexo, geralmente pré-púberes ou no início da puberdade” (CID 10, item F65.4, 2012). Noto que é uma forma de violência sexual, mas que se caracteriza particularmente como uma ação rotineira, imprimindo enquanto uma doença que se evidencia por fantasias sexuais, impulsos ou comportamentos envolvendo atividade sexual com uma criança, sendo que o diagnóstico do/a pedófilo/a se refere a pessoas com no mínimo 16 anos e cinco anos mais velho/a do que a vítima (DSM-IV, 2003).

Sobre isto, pontuo que Felipe e Prestes (2012, p. 6) expõem que em 2004

O Brasil ocupa um dos primeiros lugares no *ranking* de produção de material pornográfico, com mais de 1000 endereços na internet. Um dos nichos desse material refere-se a pornografia infantil, com o intuito de abastecer o mercado da pedofilia.

Ou seja, um alerta da multifaceta que assume a violência sexual infantil, que ultrapassa o contato físico propriamente dito.

Já a exploração sexual

[...] compreende o abuso sexual praticado por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e a uma terceira pessoa ou várias. A criança é tratada como objeto sexual e mercadoria. A exploração sexual comercial constitui uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar trabalho forçado e forma contemporânea de escravidão (DECLARAÇÃO APROVADA NO CONGRESSO MUNDIAL CONTRA A

EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ESTOCOLMO, 1996 apud ABRÁPIA, 2002, p. 24).

Sobre esta última forma de violência, destaco suas particularidades, mas que não perde a conotação de exploração sexual que são a prática do *Turismo Sexual*, o ato de servir a turistas nacionais e estrangeiros/as, sendo as vítimas, muitas vezes, parte de pacotes turísticos ou são traficadas como mercadoria (objeto sexual) para outros países. A *Pornografia Infantil* que se retrata pela exposição e reprodução do corpo ou de atos sexuais praticados com crianças pode ser mediante produção de representação teatral, televisiva, cinematográfica, fotografias e publicações, utilizando de criança ou adolescentes em cenas de sexo explícito ou pornográfica. Evidencio também a *Prostituição infantil*, como o uso de uma criança em atividades sexuais em troca de remuneração, sendo inadmissível atribuir à vítima o papel de criminosa visto que “as crianças que vendem sexo devem ter sido diretamente forçadas a fazê-lo por um ou mais adultos” (DAVIDSON; TAYLOR, 2008, p. 121). E, o *Tráfico e venda de crianças para fins sexuais*, que é todo ato envolvendo o recrutamento ou transporte, de pessoas a fim da prostituição forçada, trabalhos forçados ou serviços domésticos exploradores (ABRÁPIA, 2002).

O que difere conceitualmente abuso e exploração sexual é o contexto de relações comerciais e mercantilização que permeia o segundo tipo de violência sexual. Os primeiros registros históricos da prática da exploração sexual de crianças e adolescentes referem-se à Corte Francesa, na época do Rei Luiz XV, o qual comprava meninas para compor seu harém real. Em Londres, no século XVIII, havia o aliciamento de meninas vindas do campo e a compra de crianças, que eram colocadas à venda do lado de fora das Igrejas (MACÊDO, 2012).

Para além das ramificações que ganham a violência sexual, que se dividem em abuso sexual e exploração sexual, temos que esta última assume particularidades como o turismo sexual e a pornografia, bem como, assumem as práticas de *sexting*, *sexcasting*, *sextosión* e *grooming*, permeadas pela utilização da tecnologia para viabilizar situações de violência sexual (PAIVA, 2012). A autora explica sobre cada uma delas, caracterizando o *sexting* como um fenômeno, que, por meio de celulares, *e-mail*, salas de bate-papo, redes sociais,

enviam fotos sensuais de corpos nus ou seminus, mensagens de texto eróticas ou com convites sexuais, entre adolescentes e jovens, porém, destaco que a criança não está livre disto, caso acesse esses mecanismos tecnológicos. O *sexcasting* consiste na troca de mensagens sexuais em serviços de conversas instantâneas, por exemplo: *skype* e *facebook in box*<sup>7</sup>. O *sextosión* remete a uma prática de chantagens com fotografias ou vídeos de criança ou adolescente sem roupa ou em relações íntimas que foram compartilhados por mensagens e redes sociais, correio eletrônico, visando à exploração sexual. E, por fim, o *grooming*, que consiste na aproximação de um/a adulto/a de crianças ou adolescentes via *internet*, objetivando praticar abuso ou exploração sexual, esta última, classifica-se enquanto uma ação do/a pedófilo/a, utilizando de uma nova forma de abordagem<sup>8</sup>.

Tanto o *sexting*, quanto o *sexcasting*, utilizam recursos tecnológicos, porém a diferença é que o último se caracteriza por mensagens textuais, sem utilização de fotos, vídeos e/ou semelhantes. Ressalto que “o Brasil é o país que fica mais tempo *on line*, de 9 a 10 h por dia” (FELIPE; PRESTES, 2012, p. 4).

Em pesquisa realizada por Martinez (2000), em vários países como o Chile, de 7% a 36% das mulheres e de 3% a 29% dos homens já sofreram abuso sexual na infância. Além disso, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou que em 2002, 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos abaixo de 18 anos foram forçadas/os a manter relações sexuais ou sofreram outras formas de violência sexual que envolveu contato físico (SILVA; RESENDE, 2011). Algumas crianças são vitimizadas quando ainda são muito pequenas, embora os casos de abuso sexual se concentrem na faixa etária entre 7 e 14 anos, mais de um terço das notificações de abuso sexual envolvem crianças de 5 anos ou menos (AZEVEDO; GUERRA, 1997).

A violência sexual historicamente vem se alastrando no contexto mundial, “[...] na Europa, os dados aparentam ser mais alarmantes, que segundo o Consejo da Europa, uma em cada cinco crianças é abusada sexualmente” (GOICOECHEA; BIEDMA, 2011 apud LIMA, 2012, p. 38).

---

<sup>7</sup> Rede social, onde é possível conversar com pessoas, compartilhar vídeos e fotos.

<sup>8</sup> Essa prática é retratada no filme “Confiar” (2010).

No Brasil de 1999 a 2007, 159.754 crianças foram vítimas de violência doméstica, 65.669 casos de negligência, 49.482 de violência física, 26.590 violência psicológica e 17.482 violência sexual (O GLOBO, 20/04/2008). E no estudo de Braun (2002) a faixa etária em que se encontrava maior incidência de abuso sexual era na faixa etária de 10 aos 14 anos, com 56%, seguida pela faixa dos 5 aos 9 anos com 20% (público alvo de nossa pesquisa), em 2002 é segundo em incidência de casos correspondendo a 30% conforme tabela ilustrativa a seguir.

**TABELA 1** – Incidência de casos de abuso sexual em relação à faixa etária em 2002

<b>Faixa etária</b>	<b>Total</b>
2 aos 4 anos	10%
5 aos 9 anos	20%
10 aos 14 anos	56%
15 aos 17 anos	14%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** BRAUN, 2002, p.53.

A UNICEF na publicação de relatório ***Situação da infância brasileira 2006: o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento*** estimou que em todo o mundo, cerca de 20% das mulheres e 10% dos homens sofreram violência sexual na infância. E no que diz respeito à punição dos/as autores/as desse tipo de violência, a estimativa cai para 6% dos casos. Aqui não me ateno a responsabilização legal dos/as autores/as de violação de direitos, mas aponto tais dados com intuito de conhecer a realidade pesquisada. Destaco, assim, a pesquisa realizada em 27 municípios do Brasil em 2007, na qual foram identificados 4.309 meninos/as com sinais de maus-tratos, uma média de 12 pessoas por dia, sendo que a ocorrência de estupro entre estes/as foi de 43,7% na faixa etária de 00 a 09 anos, e 56,3% entre aqueles/as que têm mais de 10 anos de idade (BRASIL, 2008).

No mapeamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF) 2011/2012, foram identificados 1.776 pontos vulneráveis em rodovias federais de todo o Brasil, desse total, 691 são considerados pontos críticos. Comparado ao levantamento de 2009 e 2010, houve uma redução do número de pontos críticos, registrando 924 na pesquisa anterior. O Estado que concentra a maior quantidade destes

pontos é Minas Gerais, com 252, logo após vêm o Pará, com 208; Goiás, com 168; Santa Catarina, com 113; e Mato Grosso, com 112, e o Paraná, com 111 (CHILDHOOD BRASIL, 2012). A seguir pode ser visualizada a relação dos Estados da Unidade Federativa Brasileira, bem como o comparativo entre 2009/2010 e 2011/2012.

**QUADRO 1** - Situação das rodovias em relação à exploração sexual infanto-juvenil

<b>Unidade da federação</b>	<b>Pontos vulneráveis 2009/2010</b>	<b>Pontos vulneráveis 2011 / 2012</b>
Minas Gerais	133	252
Pará	69	208
Goiás	117	168
Santa Catarina	77	113
Mato Grosso	45	112
<b>Paraná</b>	<b>168</b>	<b>111</b>
Mato Grosso do Sul	109	95
Rio Grande do Sul	154	92
Rio Grande do Norte	110	79
Bahia	148	77
Paraíba	29	62
Piauí	47	50
Rio de Janeiro	98	48
Tocantins	52	45
Espírito Santo	48	34
Ceará	44	33
Rondônia e Acre	68	30

Roraima	25	25
São Paulo	92	24
Distrito Federal	10	23
Amazonas	4	20
Maranhão	30	20
Pernambuco	87	20
Alagoas	32	19
Sergipe	18	11
Amapá	6	5
<b>TOTAL</b>	<b>1.820</b>	<b>1.776</b>

**Fonte:** Polícia Rodoviária Federal (PRF), 2012 apud CHILDHOOD BRASIL, 2012, p. 30.

Destaco que o município de Assis Chateaubriand, situado no Estado do Paraná, está próximo de duas rotas que liga o Brasil ao Paraguai, cujas são trechos vulneráveis à exploração sexual que são a BR 277, via Foz do Iguaçu e a PR 116, via Guaíra, demarcando localidade de rota da exploração sexual.

Tanto o abuso sexual quanto a exploração sexual, são compreendidas enquanto violência sexual contra criança, caracterizando-se como uma violação de direitos que infelizmente assola a realidade brasileira, notável por meio dos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)<sup>9</sup>, somente nesse serviço, atrelado ao Sistema Único de Saúde (SUS), foram atendidas, em 2011, um total de 10.425 crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

**Quadro 2** - Número, % e taxas (em 100 mil) de atendimentos por violência sexual de crianças e adolescentes (< 1 a 19 anos) segundo tipo de violência e faixa etária das vítimas.

<b>Tipo de violência</b>	<b>&lt; 1</b>	<b>1 - 4</b>	<b>5 - 9</b>	<b>10 - 14</b>	<b>15 - 19</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Assédio</b>	28	278	610	991	417	2.324	19,2%
<b>Estupro</b>	118	799	1.505	3.071	1.662	7.155	59,0%

<sup>9</sup> É um sistema alimentado por notificações e investigações de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória conforme a portaria GM/MS Nº 104, de 25 de Janeiro de 2011, sendo facultado a Estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região (WAISELFISZ, 2012).

<b>Atentado violento ao pudor</b>	33	327	634	579	258	1.831	15,1%
<b>Pornografia</b>	4	49	110	130	34	327	2,7%
<b>Exploração sexual</b>	7	49	120	231	88	495	4,1%
<b>Total</b>	190	1.502	2.979	5.002	2.459	12.132	-

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora com base em WAISELFISZ, 2012.

Verifico através dos dados do SINAN, que a maioria das vítimas é do gênero feminino, representando 83,2%, concentrando-se na faixa etária de 00 a 14 anos, com 8.395 casos e na faixa etária de 15 a 19 anos, 2.030 casos, revelando a pertinência de estudos e pesquisas voltadas ao enfrentamento à violência sexual, principalmente nas primeiras fases de desenvolvimento.

O vínculo do agressor se pauta em: amigos/as e/ou conhecidos/as - 2.950; outros/as - 2.050; desconhecidos/as - 1.848, padrasto - 1.061 e pai - 1.053, havendo uma concentração do abuso sexual intrafamiliar, revelando a dificuldade na revelação do fenômeno, uma vez que o segredo de família está presente, permeado por sentimentos de afetividade e chantagens emocionais fortes que impedem a revelação e o rompimento do ciclo do silêncio da vítima. Tal fato remonta o proposto por Foucault (1995), quando menciona sobre a relação de poder desigual, estabelecida no processo do abuso e/ou exploração sexual contra a criança, até por que

[...] o fato é que o papel de cuidador dos abusadores sexuais que cometem o crime intrafamiliarmente é um fator que os protege de uma descoberta já que dispõem da confiança e do afeto da criança (ou o adolescente) tem por ele iniciar, de forma sutil, o abuso sexual (LIMA, 2012, p. 31).

Para tanto, além da violência sexual se caracterizar como violação intrafamiliar, também é uma violência de gênero. Este conceito surgiu no final da década de 1960, o termo é empregado para distinguir o sexo, cujo rejeita o determinismo biológico, o conceito constitui “como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo política” (LOURO, 1997, p. 21). Logo, fazer-se homem ou mulher é um processo e não algo dado pelo nascimento, sendo o masculino e o feminino construídos através de práticas sociais, em consonância com as concepções de cada sociedade.

Nesse sentido, a violência sexual não está sedimentada tão e somente na diferença entre homem e mulher, mas que está tecida nas relações sócio-econômicas e culturais transcorridas pela “produção, manutenção ou re-significação” do que ser feminino e masculino nesta sociedade (MEYER, 2003, p. 18).

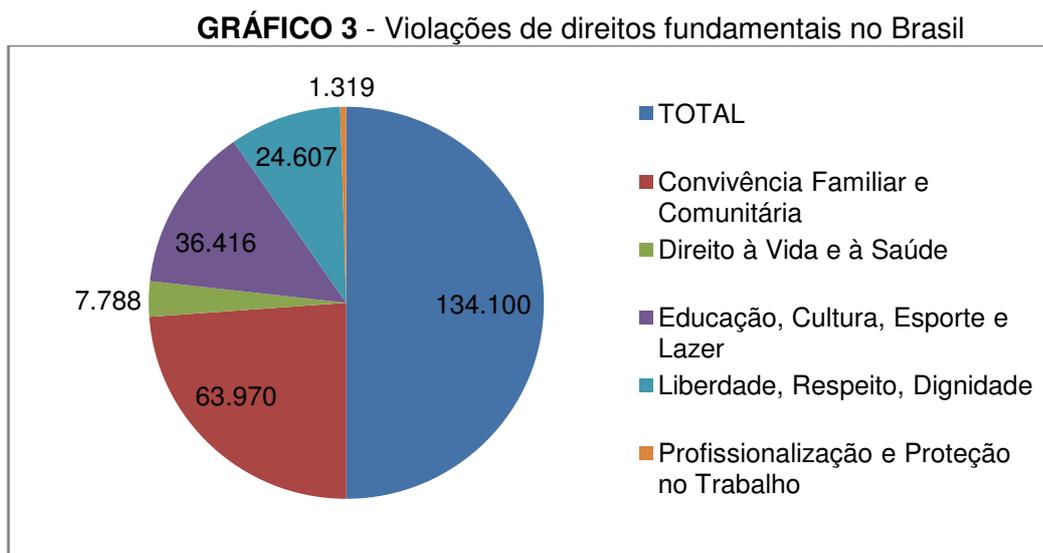
As regiões do Brasil onde mais foram registrados atendimentos às vítimas de violência sexual pelo SINAN em 2011 foram: Rio Branco (Acre), Itanhaém (São Paulo), Benevides (Pará), e no estado do Paraná, nas cidades de Piraquara em 11<sup>º</sup> lugar, São José dos Pinhais em 39<sup>º</sup>, Almirante Tamandaré em 42<sup>º</sup>, Colombo em 60<sup>º</sup> e Araucária em 69<sup>º</sup>, saliento que os municípios que fazem parte deste *ranking* são somente aqueles que registraram 20 ou mais casos atendidos pelo SUS (WASELFISZ, 2012).

Recorro ainda ao banco de dados do SIPIA-CT *Web*, um sistema nacional de registro de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no ECA (BRASIL, 1990). Esta ferramenta é alimentada pelos Conselhos Tutelares do país, na qual devem registrar todos os casos que chegam e encaminhamentos, riquíssima fonte em dados na qual busquei subsídio para pesquisa no município de Assis Chateaubriand, de modo a ilustrar a realidade da violência sexual infantil. No entanto, às vezes, nem todos os Conselhos mantêm diariamente todos os atendimentos e ocorrências, sendo possível detectar diferenças nos registros sob a mesma data de referência de pesquisa, isto é, o período do levantamento de dados foi de 01/01/2009 a 01/03/2013, e por três vezes os dados alteraram-se. Ocorre que os lançamentos não são feitos diariamente, acumulando e sendo lançados posteriormente, resultando nessas diferenças. Contudo, as alterações não permeiam somente ao quantitativo das violações de direitos, mas, também, não confrontam o montante de violações com as especificações de direitos violados e vínculos do/a agressor/a, possível visualizar no gráfico 3 que o número do vínculo do/a agressor/a da violência sexual não coincide com o total de violação desta natureza, aferindo erros nos confrontos de dados.

Em contrapartida, insisto em apresentar esses dados, uma vez que é a base nacional que retrata, apesar de suas dificuldades, uma parcela da demanda da violência sexual contra crianças que urge por iniciativas efetivas de

enfrentamento. Sobre essas incompatibilidades no confronto dos dados, acionei via *e-mail* o “Fale conosco” do SIPIA *Web* em 25/03/2013, a fim de comunicar a respeito e obter posicionamento, porém, não obtive resposta.

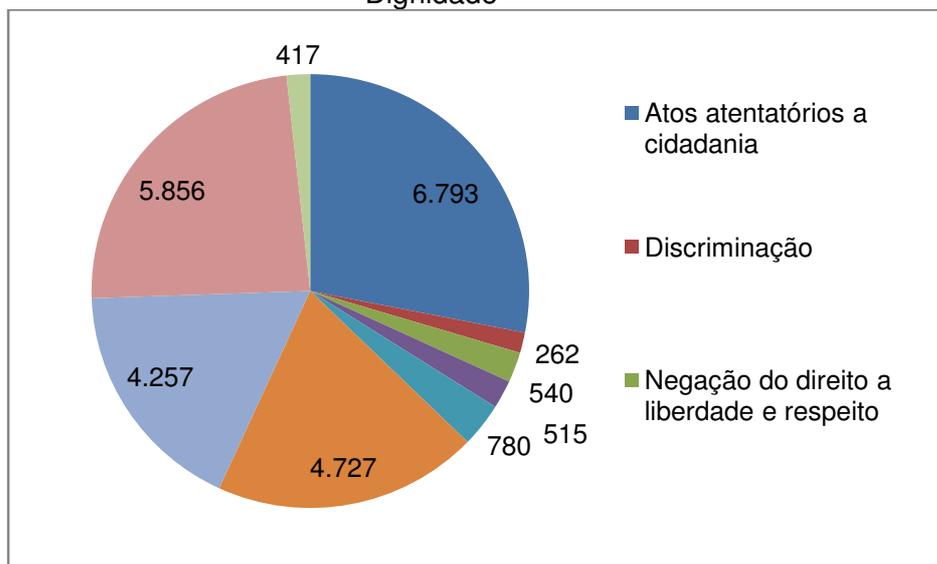
Verifico que o número de violações aos direitos da criança e do adolescente registrado somente pelos Conselhos Tutelares é bastante elevado, conforme o gráfico 3 no período de 01/01/2009 a 01/03/2013:



**Fonte:** Dados obtidos do Sistema de Informação para Infância e Juventude, 2013.

Os dados revelam 2.682 registros por mês no período de referência, perfazendo 84 situações por dia no país, estando o direito fundamental Liberdade, Respeito e Dignidade, no qual estão localizadas as violações de abuso e exploração sexual comercial, em 3ª lugar no *ranking* de violações (SIPIA 2009-2013). Este direito fundamental diz respeito às violações cometidas contra a criança e/ou o adolescente que inibe sua liberdade enquanto sujeito de direitos, de modo que lhe seja cerceado/a o respeito e sua dignidade, enquanto ser humano que tem e pode manifestar suas próprias vontades, desde que não prejudique seu desenvolvimento. Dentro deste direito fundamental é possível visualizar as violações que tiveram ocorrência no contexto brasileiro no gráfico 4 a seguir:

**GRÁFICO 4** - Especificação do direito fundamental Liberdade, Respeito e Dignidade

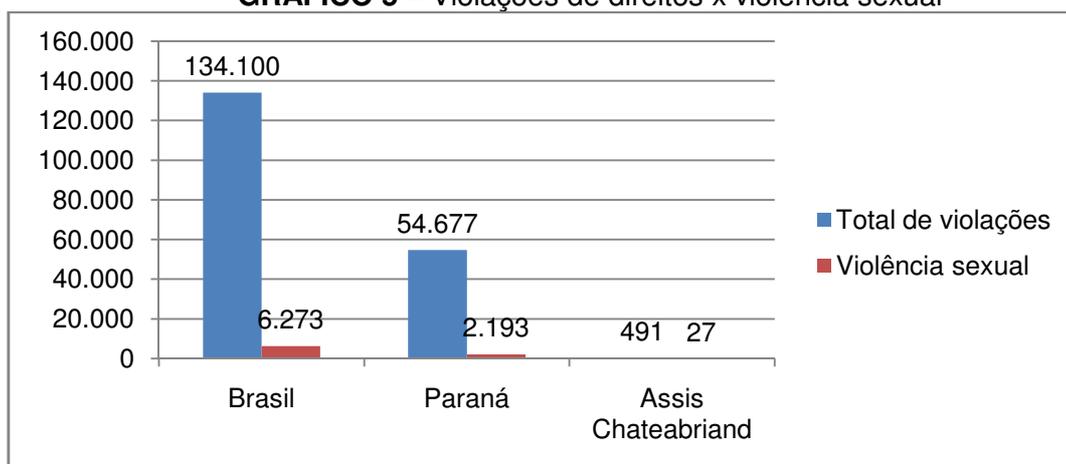


**Fonte:** Dados obtidos do Sistema de Informação para Infância e Juventude, 2013.

A partir dessas informações, que se afinam e envolvem cruzamento de dados, denoto as incompatibilidades de dados, pois o total de registros ao direito fundamental Liberdade, Respeito e Dignidade perfaz 24.607, sendo que nas suas especificações quando feita a somatória corresponde a 24.147, compreendendo que muitas situações desse grupo não foram registradas até a data de pesquisa, ou então, não foram detectadas as violações específicas.

Porém, ilustro no gráfico 5 que a violência sexual é responsável por 6.273 casos atendidos, ficando atrás dos atos atentatórios à cidadania que compreende aqueles que a criança e/ou adolescente em virtude da omissão ou negligência dos/as pais, mães e/ou responsáveis e até mesmo órgãos de atendimento não acessaram direitos básicos, como documentos civis, serviços de justiça, acolhimento e internamento adequados, bem como omitir a autoridade no registro ou na apuração de queixa e/ou propiciar a permanência da criança ou do/a adolescente em locais proibidos por lei.

Comparando os dados em nível nacional com a realidade municipal pesquisada, cabe nota o seguinte no gráfico 5.

**GRÁFICO 5 – Violações de direitos x violência sexual**

**Fonte:** Dados obtidos do Sistema de Informação para Infância e Juventude, 2013.

Os casos de violência sexual representam 4,7% dos direitos violados no país, a proporção no Estado paranaense segue na mesma dimensão com 4% e no município de Assis Chateaubriand (localidade da pesquisa) é de 5%, mas lembro que estes são casos registrados, não podendo mensurar quantos casos infelizmente não chegam até os Conselhos Tutelares e que por vezes não são registrados no sistema. Destaco a reflexão sobre o Estado do Paraná, pois é o ente federado que tem o maior número de casos registrados no SIPIA conforme é visível nas tabelas a seguir:

TABELA 2- Abuso sexual nos Estados brasileiros

UF	Abuso sexual por pessoas da família	Abuso sexual por membros do círculo de relações sociais e de amizade	Abuso sexual por cuidadores	Abuso sexual por detentores de custódia legal	Corrupção para abuso sexual	Estupro	Exibicionismo	Voyeurismo	Abuso verbal/Telefonemas obscenos	Assédio sexual	Outros
AC	87	54	0	0	7	41	5	0	1	19	10
AL	1	7	0	0	0	1	0	0	0	1	1
AM	5	2	0	0	1	4	0	0	0	0	0
BA	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	68	104	1	0	9	35	6	2	0	22	5
DF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MG	34	15	1	0	0	5	1	1	1	5	3
MS	376	251	16	0	14	140	20	4	8	107	82
MT	45	22	0	0	2	8	1	0	0	6	4
PE	136	129	3	1	17	68	9	0	3	23	15
PI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PR	884	539	47	1	40	187	38	3	10	230	78
RN	1	7	0	0	0	0	2	0	0	2	0
RO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RS	12	5	1	0	0	0	0	1	0	6	2
SC	513	350	21	0	23	128	34	8	9	172	166
SE	1	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0
SP	94	74	8	0	1	35	3	1	1	23	13

Fonte: Dados obtidos do Sistema de Informação para Infância e Juventude, 2013.

**TABELA 3** – Exploração sexual comercial nos estados brasileiros

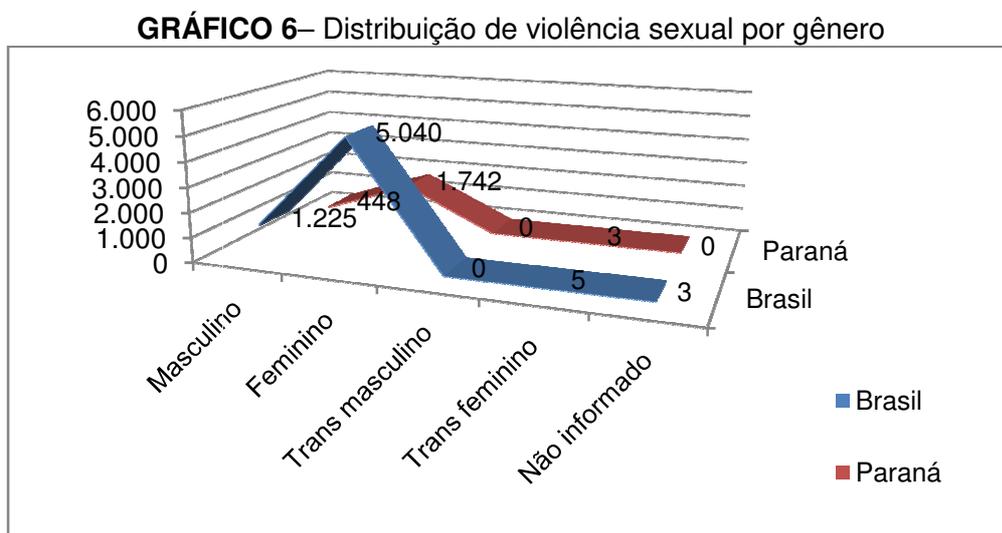
<b>UF</b>	<b>Pornografia</b>	<b>Corrupção para a prostituição e/ou exploração sexual comercial</b>	<b>Outros</b>
AC	2	16	1
AL	0	0	0
AM	0	4	0
BA	0	0	0
CE	0	21	1
DF	0	0	0
MG	1	1	0
<b>MS</b>	<b>10</b>	<b>30</b>	<b>10</b>
MT	0	2	0
PE	2	39	8
PI	0	0	0
<b>PR</b>	<b>11</b>	<b>116</b>	<b>9</b>
RN	1	1	1
RO	0	0	0
RS	0	2	0
<b>SC</b>	<b>15</b>	<b>63</b>	<b>29</b>
SE	0	0	0
SP	2	17	2

**Fonte:** Dados obtidos do Sistema de Informação para Infância e Juventude, 2013.

Considero que os investimentos realizados nesse sistema pelo Fundo da Infância e da Juventude (FIA), perfazendo em 2009 um montante de R\$1.500.000,00, sendo R\$500.000,00 da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude (SECJ) para contratação de pessoal/assessoria regionalizada e R\$1.000.000,00 do FIA destinado à compra de equipamentos para os Conselhos Tutelares como computadores para viabilizar o mesmo, garantiu melhores condições para o lançamento e atualização dos dados. Contudo, uma quantidade significativa de casos de violência sexual não chega até os Conselhos, por receio da população em denunciar, o que resultaria no aumento desses dados, aprimorando conseqüentemente as ações de enfrentamento (CEDCA, 2009).

Mas sobre os casos denunciados, verifico que o Paraná apresenta registros significativos de violência sexual, apresento o perfil das crianças e adolescentes que sofreram essa violação por cor, gênero, faixa-etária e vínculo do/a agressor/a, entretanto assinalo, adiantadamente, incompatibilidades nos dados, que não conferem com a somatória total de violações.

No que tange ao gênero sexual que mais sofre com o fenômeno da violência sexual, destaco o feminino.



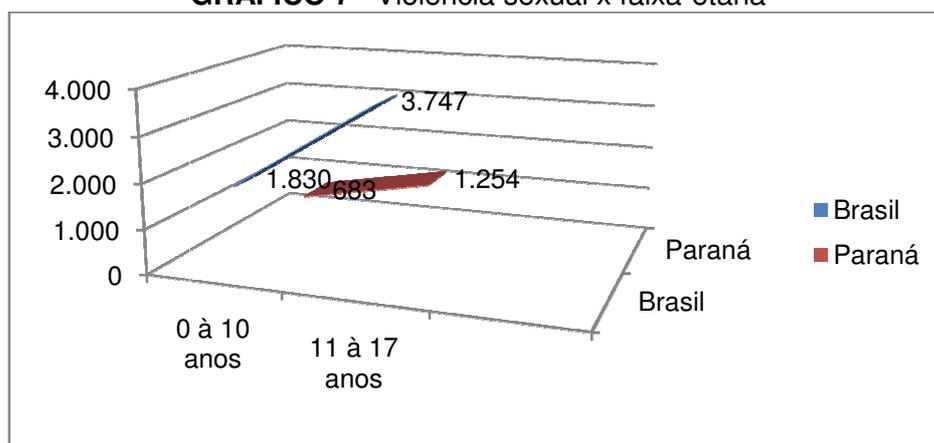
**Fonte:** Dados obtidos do Sistema de Informação para Infância e Juventude, 2013.

O feminino corresponde a 5.040 casos no Brasil e 1.742 no Paraná, contra 1.225 no Brasil e 448 no Paraná do masculino (SIPIA, 2013). A ABRAPIA (2002) identifica três fatores que remetem à reflexão sobre este indicador do último

gênero, primeiro: o tabu sobre o incesto e à homossexualidade, a relação sexual com uma pessoa do mesmo sexo acaba sobrepondo no caso do gênero masculino a relação de violência implicada, em virtude de grande parcela da sociedade ainda ter imensurável preconceito acerca da homossexualidade; segundo: em virtude da produção sobre o gênero masculino sempre se autodefender e então diante de uma situação de violência sexual não conseguir; e o terceiro: a dificuldade dos meninos em falarem o ocorrido, o que não acaba sendo registrado nas estatísticas.

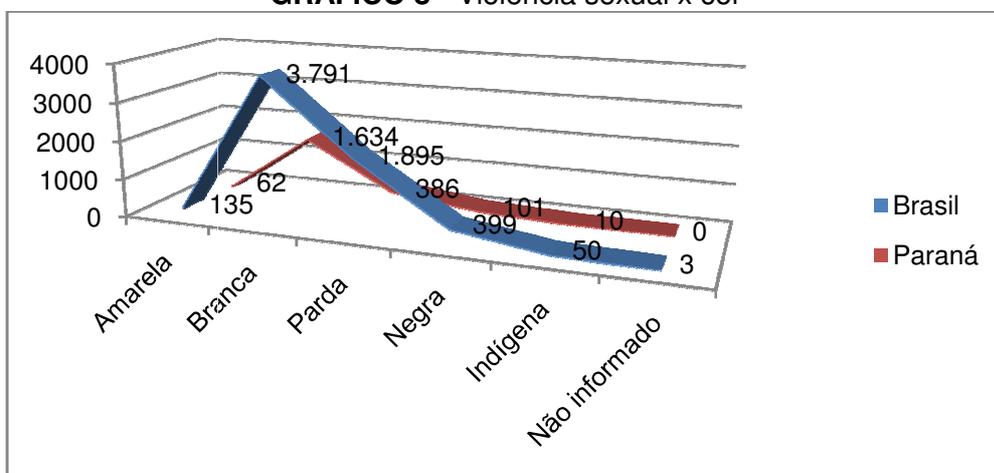
Quanto à idade e à cor predominante nos casos de violência sexual, destaco ser alvo de ocorrências adolescentes brancos/as, perceptível nos gráficos a seguir:

**GRÁFICO 7– Violência sexual x faixa-etária**



**Fonte:** Dados obtidos do Sistema de Informação para Infância e Juventude, 2013.

**GRÁFICO 8 - Violência sexual x cor**



**Fonte:** Dados obtidos do Sistema de Informação para Infância e Juventude, 2013.

Os gráficos permite refletir que o fator idade incide na expressão da criança e do/a adolescente em revelar a violência sofrida, pois considero a predominância entre 11 a 17 anos a faixa de idade em que a pessoa expressa os fatos por meio da linguagem escrita e falada com maior facilidade, e também, outra questão a ser pensada é sobre o aspecto de que quando o fato foi revelado possa não coincidir com a idade registrada no SIPIA (2013), o que pode ter acontecido anteriormente. Com relação à cor, ainda perpetua a dimensão enfocada pelos dados das pesquisas do Censo 2000, em que os/as brancos/as historicamente representaram mais que 50% da população, sendo somente no Censo de 2010 que houve ligeira queda na cor declarada, caindo para 47,73% (O GLOBO, 2011).

Infelizmente, os números revelam a reprodução da velha história, por mais que seja século XXI, há grandes similitudes de retornar aos séculos XV, XVI e XVII, em que as crianças eram coisificadas e tidas como objeto para satisfação dos desejos sexuais dos/as adultos/as. Sendo visível no Estado do Paraná, quando o levantamento da Secretaria de Estado da Saúde mostra que 45% dos casos de violência registrados nos anos de 2010 e 2011 envolveram agressões contra crianças e adolescentes, e os casos de violência sexual aparecem em segundo lugar das violências, correspondendo o estupro a 66,4% dos casos, seguido pelo assédio sexual com 22,4% (WAISELFISZ, 2012).

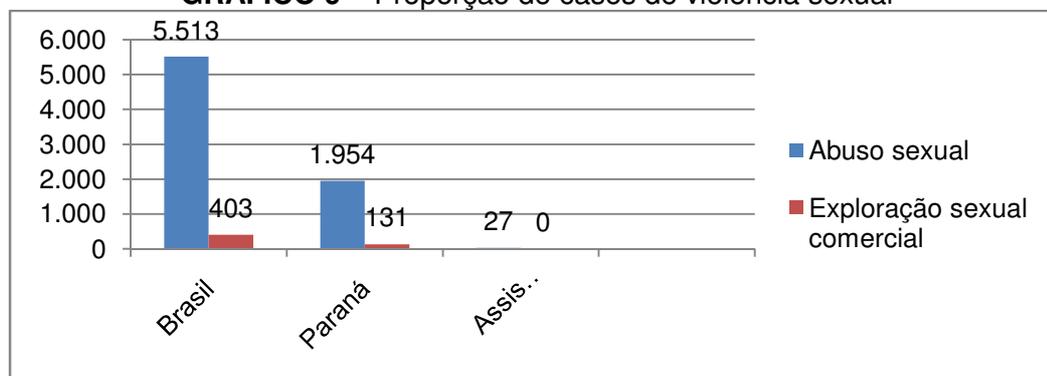
Essa sequência de dados estatísticos revela que os setores públicos não dialogam e cruzam suas bases de dados, tendo informações de toda e qualquer fonte de natureza, apesar de serem financiados com recursos públicos, infelizmente, não proporcionam em sua elaboração uma intersetorialidade, resultando em dados que delineiam realidades fragmentadas e um gasto irracionalizado do dinheiro público. Requer redimensionar esta frente de ação que é a de levantamento de informações, a qual deve subsidiar a (re) formulação de políticas de atendimento e de prevenção para diminuir o número de casos.

Apresento ainda os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná na figura 1, que também não revela a totalidade dos casos no Estado, pois muitos não são notificados (MARINGÁ, 2012).

**FIGURA 1 – Casos de violência sexual no Paraná**

Fonte: MARINGÁ, 2012.

Comparando os dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, evidenciados na figura acima, com os relatórios de dados do SIPIA 2009-2013 a seguir:

**GRÁFICO 9 – Proporção de casos de violência sexual**

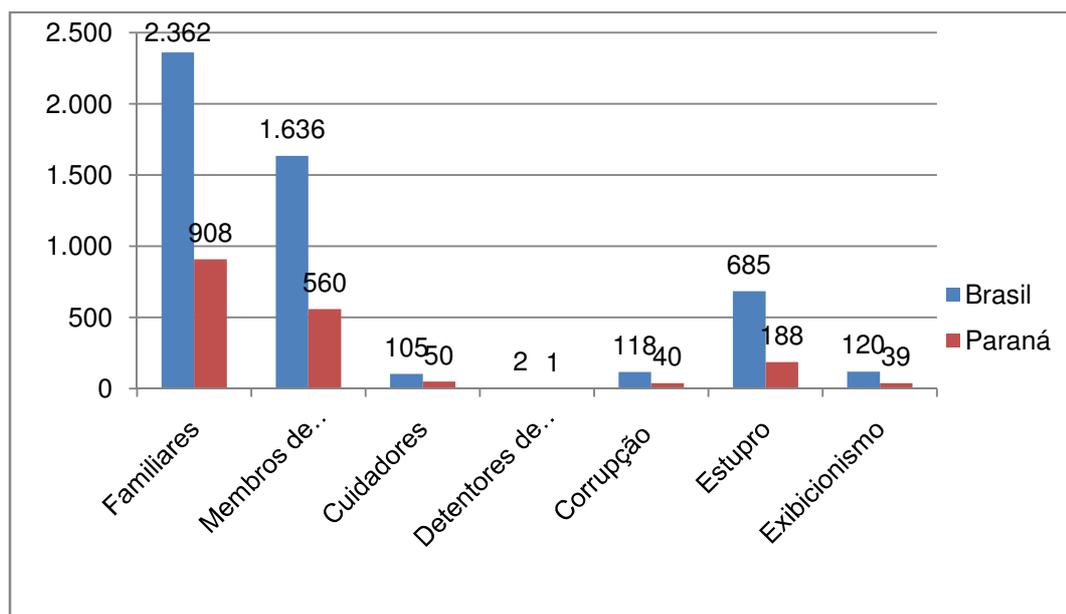
Fonte: Dados obtidos do Sistema de Informação para Infância e Juventude, 2013.

Percebo novamente a discrepância nos dados, confirmando o pensamento anteriormente delineado sobre boa parcela dos direitos violados da infância e juventude não serem atendidos no Conselho Tutelar, cujo considero a “porta de entrada” dessa demanda, e também sobre a estrutura que este órgão dispõe para alimentar o sistema. Porém, não desconsidero que é uma riquíssima fonte de dados que possibilita mensurar, apesar de suas fragilidades, uma realidade difícil,

que serve de parâmetro para elaboração e revisão de políticas públicas e investimentos de impostos.

Ainda sobre os indicadores do SIPIA (2013), apresento as particularidades da violência sexual, isto é, abuso sexual e exploração sexual, visível nos gráficos 10 e 11 que seguem.

**GRÁFICO 10** – Distribuição de abuso sexual

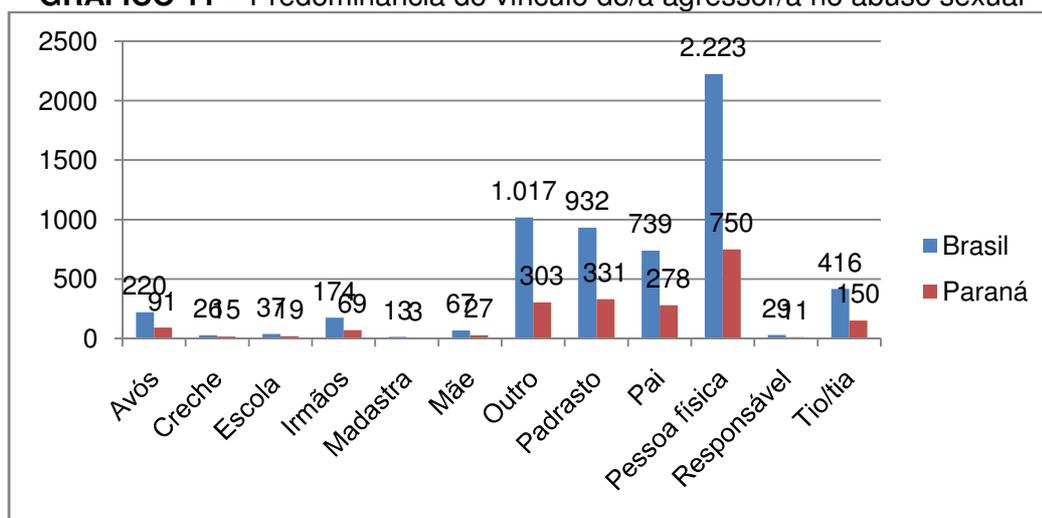


**Fonte:** Dados obtidos do Sistema de Informação para Infância e Juventude, 2013.

Os dados apontam a concentração dos casos de abuso que não empregue a força física, mas que envolve relações de poder e desigualdade. Embora sobressaia à incidência de violadores/as em pessoas físicas<sup>10</sup> e outros<sup>11</sup>, o número de agressores/as que possuem vínculo familiar é bastante próximo da primeira colocação, conforme o gráfico 11. Nesse caso, a relação de poder é reforçada pelos vínculos de afetividade dos laços familiares, vale lembrar que a compreensão aqui demarcada é aquela formada por todos/as que tenham laços de afeto e afetividade e não necessariamente que seja ligação consanguínea (MIOTO, 2004).

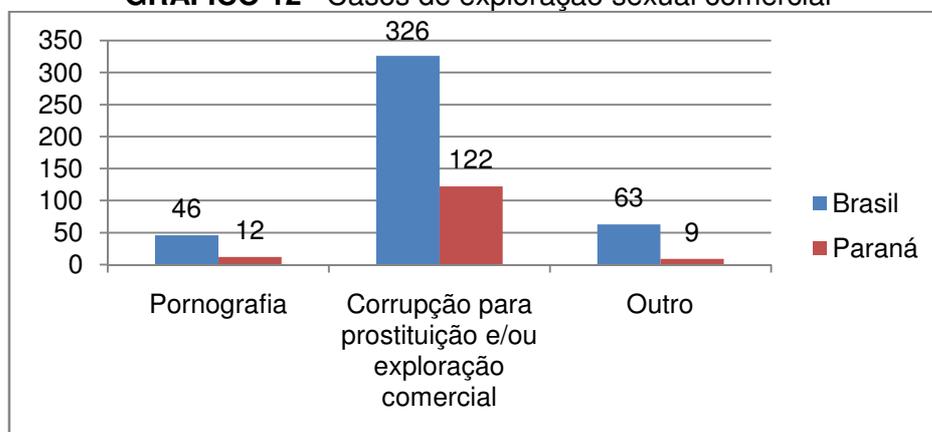
<sup>10</sup> Pessoa desconhecida.

<sup>11</sup> Não se enquadra em outras opções do SIPIA, podendo ser conhecido/a da vítima.

**GRÁFICO 11 – Predominância do vínculo do/a agressor/a no abuso sexual**

**Fonte:** Dados obtidos do Sistema de Informação para Infância e Juventude, 2013.

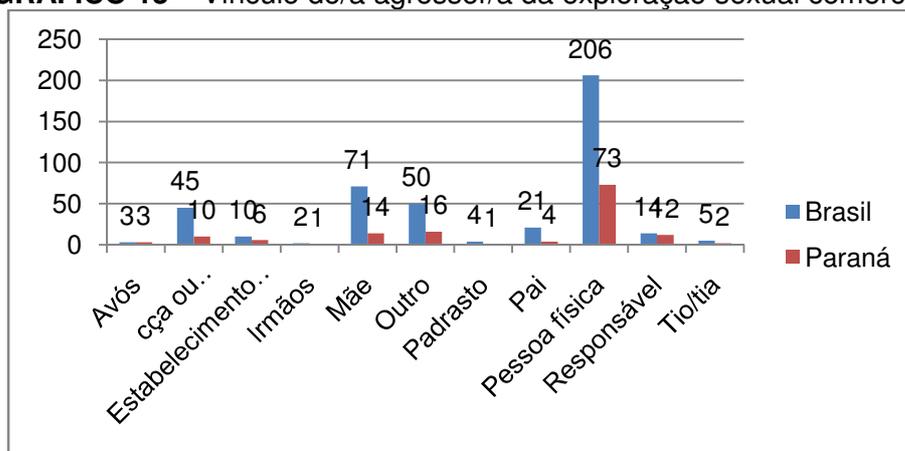
Quanto aos casos de exploração sexual comercial, mesmo o Brasil sendo considerado o 2º. país com maior índice de exploração sexual comercial, considerado pela BBC (2010), ainda ocupa poucos registros no SIPIA (2013), verificando-se no gráfico 12:

**GRÁFICO 12 – Casos de exploração sexual comercial**

**Fonte:** Dados obtidos do Sistema de Informação para Infância e Juventude, 2013.

Percebo que não há no sistema uma classificação para turismo sexual e a exploração sexual virtual, que ganham notoriedade nos meios de comunicação, revelando a necessidade de melhor preparo daqueles/as que identificam esta violação de direitos.

Sobre o aspecto do vínculo segue a tendência dos casos de abuso sexual, concentrando em pessoa física, como pode ser identificado no gráfico 13:

**GRÁFICO 13** – Vínculo do/a agressor/a da exploração sexual comercial

**Fonte:** Dados obtidos do Sistema de Informação para Infância e Juventude, 2013.

Infelizmente, repete-se a sequência da exploração sexual dada pelos vínculos familiares, sobretudo da genitora, seguindo para a violação da própria criança e/ou adolescente que se prostitui, demarcando o sustento do vício de drogas conforme é trazido em documentários como da BBC Brasil **“Nosso Mundo: As Crianças Prostituídas do Brasil”** (BBC, 2010; SBT, 2011). Seguido da exploração realizada pelo/a pai e mãe, sobre o que analiso que estes/as têm essa violação enquanto fonte de renda para a sobrevivência familiar. Claro que isto não descaracteriza a dimensão da violência e por consequência de seu aprofundamento em exploração do trabalho infanto-juvenil, mas, revela a face da desigualdade no país. Até porque, a exploração sexual comercial é o 3º negócio mais rentável do mundo, perdendo somente para o tráfico de drogas e o tráfico de armas. E segundo o procurador do Ministério Público do Trabalho, Eduardo Varandas, a exploração é antecedida pelo abuso sexual (SBT, 2011).

Imbuída por todo este arsenal estatístico e de indicadores sociais, aprofundo a discussão do fenômeno enfoque, no qual a dimensão teórico-conceitual delineada pela violência sexual infantil se evidencia mediante uma relação de abuso de poder entre uma pessoa mais velha em relação a uma criança, na sua ampliada tipificação, isto é, por meio do abuso sexual ou da exploração sexual, e por dados palpáveis desta conotação, refletindo suas particularidades de ocorrência. Observo os sinais e comportamentos da vítima deste fenômeno de estudo, pois, é inegável que a criança sofre alterações em sua sociabilidade e manifestações cotidianas quando é violado/a, primeiramente seu

corpo e conseqüentemente toda sua estrutura biopsicossocial. Esses indícios se expressam na perspectiva de Rosas e Cionek (2006, p.14), da seguinte maneira:

- Interesses não usuais sobre questões sexuais, isto inclui expressar afeto para crianças e adultos de modo inapropriado para a idade, desenvolve brincadeiras sexuais persistentes com amigos, brinquedos ou animais, começa a masturbar-se compulsivamente.
- Medo de uma certa pessoa ou sentimento de desagrado ao ser deixada sozinha em algum lugar ou com alguém;
- Uma série de dores e problemas físicos sem explicação médica;
- Gravidez precoce;
- Poucas relações com colegas e companheiros;
- Não quer mudar de roupa na frente de pessoas;
- Fuga de casa, prática de delitos;
- Tentativa de suicídio, depressões crônicas;
- Mudanças extremas, súbitas e inexplicadas no comportamento infantil (anorexias, bulimias);
- Pesadelos, padrões de sono perturbados;
- Regressão a comportamentos infantis tais como choro excessivo, enurese, chupar os dedos;
- Hemorragia vaginal ou retal, cólicas intestinais, dor ao urinar, secreção vaginal;
- Comportamento agressivo, raiva, fuga, mau desempenho escolar;
- Prostituição infanto-juvenil.

Quando a violência sexual ocorre, informações são transmitidas à criança que variam conforme sua idade, grau de desenvolvimento e assimilação, não sendo por via de regra todos os sinais acima listados, mas têm grandes possibilidades e devem ser observados na criança. O/a agressor/a manipula a situação favorável a ele/a unicamente, por vezes culpabilizando a criança, levando-a ao isolamento, ao medo, à depressão, repercutindo também nas condições físicas do funcionamento biológico como o controle da urina e esfíncteres, bem como as manifestações na sociabilidade como agressividade, irritabilidade e afastamento dos/as colegas de sua idade (BRAUN, 2002).

Está lhe passando uma mensagem sobre o mundo: que ela só é importante por causa de sua sexualidade, que os homens querem que as meninas dêem sexo e que os relacionamentos são insuficientes sem sexo. Está dizendo que ela pode usar sua sexualidade como uma forma de chamar a atenção e conseguir o afeto de que necessita, que o sexo é um instrumento. Quando ele lhe diz para não contar a ninguém, ela aprende que alguma coisa relacionada com sexo é vergonhosa e má, e que ela, por ter

tomado parte nisso, é e indecente e que ele pelo mesmo motivo também é assim. *Aprende* que o mundo é mau e imoral, e, portanto, nada confiável. Percebe que mesmo aqueles em que deveriam confiar podem traí-la e que ela pode se trair (SAFFIOTI, 1997, p. 94, grifo do autor).

Enquanto profissional que atuou no CREAS de 2009 a 2012, percebo que os reflexos do abuso ou exploração sexual são danosos e devem ser percebidos com cautela para não assustar a criança, pois o fato de falar, o como se direcionar à mesma, a maneira até mesmo de como tocá-la, pode impulsioná-la a permanecer com um comportamento arreado, perpetuando o silêncio dentro de si. Isto pode se revelar no processo pedagógico mediante desenhos, falas, textos, havendo prejuízos sérios no processo ensino-aprendizagem da criança, sendo o próximo foco de discussão com vistas a conhecer e refletir como a violência sexual incide diretamente no desenvolvimento pedagógico da vítima, esclarecendo o papel do/a professor/a frente a essa dificuldade.

### **3. CONHECENDO AS IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA NA ESCOLA**

Os estímulos fomentam aprendizados, costumes e se internalizam na medida em que se repetem em nosso desenvolvimento. Bons estímulos, ambiente saudável, relações sociais tranquilas permitem uma reação aos estímulos externos com possibilidades de correspondência favoráveis. Entretanto, também se internalizam fatores negativos e desfavoráveis como conflitos relacionais, dores, tristezas e essas apreensões anteriores ao ambiente escolar refletem no dia-a-dia da pessoa.

Diante disso, reflito nesta seção sobre as implicações de estímulos de violência sexual no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Observando como estão organizadas historicamente as políticas de atendimento a infância e como estímulos dolorosos, geram prejuízos na sociabilidade e apreensão dos conteúdos científicos na vida da criança.

Não há como separar vida escolar, vida privada e comunitária, desde os primeiros anos de vida, fazemos ao longo do desenvolvimento humano é driblar essas questões, para que cada campo de sociabilidade sofra o menor impacto possível de um sobre o outro, mas em algum momento se entrecruzam e se implicam. A tristeza, o reviver no pensamento do fato da violência sexual ocorrida incide no momento de aprendizado, e é sobre isto que discorro, considerando a organização das políticas de atendimento à criança, com destaque as políticas de assistência social, saúde e educação, que enfocam a garantia de direitos de crianças.

#### **3.1. Políticas de atendimento à criança**

As iniciais ações de atendimento a infância no Brasil são de cunho assistencialista, tendo algumas mudanças somente a partir dos anos de 1980. Por mais que pincele alguns aspectos sobre a prerrogativa legal acerca da criança no país, não enfoco sobre os atendimentos ofertados a estas, tarefa apontada aqui

para compreender a importância de estruturar políticas, sobretudo as educacionais, que sofrem os rebatimentos das relações de poder.

Anterior ao período colonial, no caso dos/as indígenas, as crianças eram responsabilidade não apenas dos/as pais, mães mas de toda a tribo. E então quando adentra-se o período de colonização, as crianças e os/as adolescentes abandonados/as e marginalizados/as, em Portugal, eram trazidos/as para o Brasil para colaborar na aproximação com os/as índios/as e na catequese, sendo a partir de 1700 que surgiram as primeiras escolas, criadas como espaços de ordem e homogeneização das crianças da elite. Entretanto, voltada as crianças da classe mais abastada, as demais não eram inseridas, e as garotas serviam à satisfação sexual de seus senhores. Ainda, neste mesmo período, surgem as “Rodas dos Expostos”<sup>12</sup> (FREITAS, 2003).

Somente em meados do século XIX, em Salvador, foi desenvolvida iniciativa de atendimento a meninos/as abandonados/as, e a partir de 1908 são criadas escolas infantis para imigrantes, sendo a primeira escola infantil em Belo Horizonte, depois em 1909 o primeiro jardim de infância municipal do Rio de Janeiro, que também não abrangia toda a população em idade escolar, sendo somente em 1919 criado o Departamento da Criança, iniciativa governamental decorrente de uma preocupação com a saúde pública (FREITAS, 2003).

Mas a conotação à criança neste momento é a de menores, decorrendo inclusive em 1927 na promulgação do Código de Menores, primeiro documento legal para a população menor de 18 anos. Somente em 1930 tem-se a criação de departamentos do Governo para gerenciarem e executarem políticas de atendimento, mas sob a égide clientelista, com destaque a criação o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1942, é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), órgão do Ministério da Justiça que funcionava como um equivalente ao sistema penitenciário para a população menor de 18 anos, cuja lógica de trabalho era a reclusão e a repressão das crianças e adolescentes abandonados/as ou autores/as de atos infracionais; e a LBA que ofertava assistência aos/às desvalidos/as (FREITAS, 2003).

---

<sup>12</sup> Artefato de madeira fixado ao muro ou janela do hospital, no qual era depositada a criança, sendo que ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo, sem que a identidade de quem ali colocasse o/a bebê fosse revelada. Teve origem na Itália durante a Idade Média (GALLINDO, 2006).

Enfatizo o trabalho da ativista Pérola Byington, que em 1930 fundou a Cruzada Pró-Infância, em parceria com a educadora sanitária Maria Antonieta de Castro. Promoviam inicialmente atendimentos às crianças e gestantes, e depois ampliaram para os serviços de clínica geral, higiene infantil e pré-natal, bem como organizaram serviços atrelados à educação como creches e bibliotecas infantis. Em 1959, Pérola inaugurou o Hospital Infantil e Maternidade da Cruzada Pró-infância, hoje denominado Hospital Pérola Byington, caracterizado como Centro de Referência da Saúde da Mulher, administrado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SÃO PAULO, 2013).

Também como decorrência de movimentos internacionais pela implantação e disseminação dos direitos humanos, em 1950 é fundado o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, em João Pessoa/PB. Noto que desde a década de 1920, iniciativas de atendimento à infância são desempenhadas no país, mas o marco regulatório das mesmas é impresso somente na Constituição Federal de 1988, em que se atribui a responsabilidade ao Estado em assumir esta parcela da população. A partir daí se procede a instauração do ECA, da LOAS e da LDB, demarcando a partir de então políticas de atendimento parametradas por princípios legais, com vistas à garantia do direito e não mais assistencialista e esporádica.

A doutrina da proteção integral prevê a política pública, sendo prestada através dos serviços de: creches, escolas, parques, assistência à saúde. Sob este viés as linhas de ações previstas no Artigo 87, do ECA (BRASIL, 1990), pelas quais se fundamentam o atendimento à criança e ao/a adolescente, são:

- I - políticas sociais básicas
- II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem
- III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão
- IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos
- V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente
- VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes

VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos (BRASIL, 1990, p. 42).

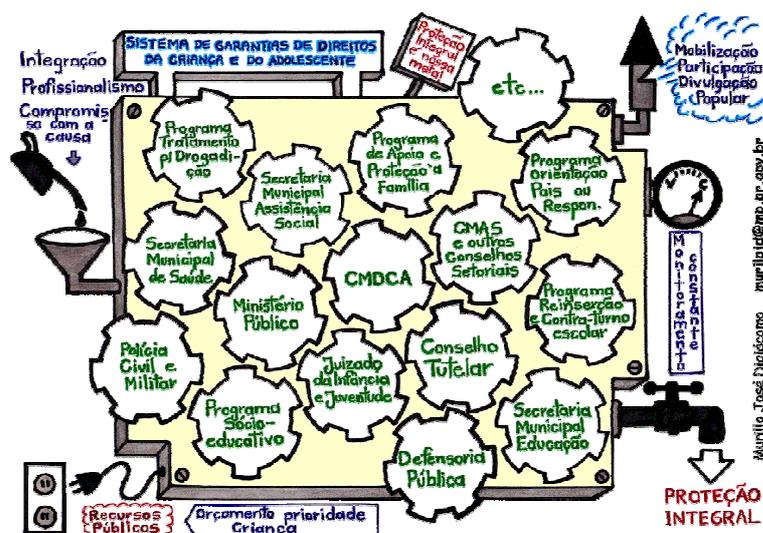
O dualismo do atendimento à criança no Brasil prevaleceu durante longos anos. As crianças dos segmentos mais pobres recebiam atendimento assistencialista de cuidado com a higiene ou saúde, e o atendimento educacional eram voltados para a compensação da sua situação de pobreza. Em contrapartida, as crianças da classe burguesa acessavam instituições que objetivavam a educação e o seu desenvolvimento.

Com relação ao enfrentamento da violência sexual, encontram-se os CREAS pautados nessa organização, bem como as unidades de ensino. Para tanto, faz-se necessário atuar em rede, ou seja, os serviços públicos e privados estarem articulados, pressupondo o entrelaçamento de ações que assegurem os mínimos sociais, garantindo aos/as cidadãos/ãs a defesa dos direitos sociais. Acredito que a partir disso, se fortalecerá o sistema de garantia de direitos.

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (CONANDA, 2006, Resolução nº 113, art. 1º).

Ou seja, todos os órgãos de atendimento devem estar integrados e engrenados conforme figura ilustrativa a seguir:

FIGURA 2 - Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente



Fonte: PARANÁ, 2012, p. 20.

Os Conselhos Municipais de Direitos de Crianças e Adolescentes devem impulsionar a elaboração de diretrizes e fiscalização das políticas de atendimento executadas, verificando se estão em consonância com a demanda da realidade. Especialmente na perspectiva da formação, que também deve ser contemplada nas pautas de discussões destes órgãos para deliberação de recursos para o enfrentamento da problemática, pois conforme sinalizado, a prevenção é o método mais eficaz e econômico de atendimento as vítimas de violência (ABRAPIA, 1997).

Desde muito pequenas, as crianças memorizam o aprendizado por meio de suas relações, permitindo a evolução ou não de seu desenvolvimento,

[...] a infância é o espaço das descobertas e de necessidades tantas que comprometem o adulto a participar da satisfação destas como colaborador sensível do desenvolvimento desse novo ser. A criança é um “ser em criação”, um ser que começou seu desenvolvimento, e não um ser completo ou acabado do qual possam ou devam ser exigidas compleições de suposta perfeição. E, talvez mais ainda que o adolescente e o adulto, seja a criança o sinal forte de evolução e o maior signo de novas possibilidades humanas (NUNES; SILVA, 2006, p.11).

Logo, esta memorização de conteúdos é construída e estimulada, o que não seria diferente com relação ao abuso e/ou a exploração sexual, gravadas na

memória da criança, dando vazão a grandes prejuízos pedagógicos, contudo, por estarem em processo de (re) construção tais dificuldades podem ser minimizadas, sendo imprescindível a observação antecipada deste fenômeno que ocorre com muitas crianças, que abordo na sequência.

### 3.2. Prejuízos pedagógicos

Direta ou indiretamente, a violência traz prejuízos sérios e em diferentes níveis para o desenvolvimento saudável da criança. O impacto desse acontecimento não é temporário ou passageiro, e não deve ser desconsiderado, pois há

[...] efeitos a longo prazo (que) não são evidenciados de imediato. Deve ser reconhecido como um sério problema da infância. Mesmo que crianças vitimizadas sejam retiradas de suas casas, os efeitos da experiência vivida repercutirão em toda sua vida (DAY et al, 2003, p. 14).

Autoras como Amazarray e Koller (1998), Ferrari e Vecina (2002), Viodres e Ristum (2008) corroboram sobre o expressivo impacto da violência sexual no desempenho e na vida acadêmica da vítima como: alterações no desenvolvimento cognitivo, na linguagem, na memória e no rendimento escolar, baixa concentração, agressividade e impulsividade. E essas características são diferentemente encontradas nas crianças, variando em maneiras e graus, não tendo como classificar um perfil absoluto. Ressalto também os reflexos biopsicossociais da violência sexual, para não ter uma visão conservadora e pejorativa de que a vítima de violência assume identidade homossexual e/ou comportamento de promiscuidade, a qual compreendo ser uma leitura enviesada e tendenciosa, que, inclusive, faz-se presente em estudos de Azevedo (1988 apud MORAES, 2006 p. 16) que menciona sobre os efeitos a curto e em longo prazo da vitimização sexual.

Os possíveis efeitos do abuso sexual a curto prazo na infância são problemas de ajustamento sexual (homossexualidade; preocupação com assuntos sexuais; masturbação excessiva; gravidez; promiscuidade; abuso sexual de crianças menores; entre outros).

Uma afirmação equivocada, pois a homossexualidade não tem natureza na violência sexual, não podendo esse discurso ser encarado como preponderante e determinista. Pois, não se nasce homem, mulher ou homossexual, mas sim, torna-se, cuja identidade de gênero está envolta por relações sociais (SOARES; MEYER, 2003).

O papel da família e das referências de convívio é essencial, no sentido de proporcionar um ambiente benéfico para o desenvolvimento, um ambiente externo com condições saudáveis, mediante estímulos positivos, equilibrado, boa relação familiar, vínculo afetivo, diálogo, entre outros, que devem nortear a concepção de desenvolvimento daquele/a que sofreu tal situação.

Caso esse ambiente não seja fomentado, é possível que a superação das marcas da situação de violação de direitos seja dificultada, visto que

[...] as consequências da violência doméstica podem ser muito sérias, pois crianças e adolescentes aprendem com cada situação que vivenciam, seu psicológico é condicionado pelo social e o primeiro grupo social que a criança e adolescente têm contato é a família (ROSAS; CIONEK, 2006, p.11).

Crianças que são testemunhas ou vítimas de violência no ambiente doméstico tendem a desenvolver um repertório de estratégias inadequadas, isto é, aprendem estratégias agressivas para lidar com possíveis contrariedades e formam, assim, seu leque de respostas ao estresse. Agindo deste modo, elas são rejeitadas ou hostilizadas por colegas e professores/as, o que afeta o processo de aprendizagem e de estabelecimento de relações sociais, diminuindo a probabilidade de revelação da violência sofrida, estabelecendo um círculo vicioso (VIODRES; RESTUM, 2008). Assim, o fracasso escolar e os comportamentos agressivos podem ter, em sua origem, a violência sexual.

É de suma importância atentar para alguns sinais no sentido de identificar possíveis situações de violência sexual, a criança

[...] revelará repetidamente na escola o intenso conflito traumático através de seus desenhos, que falarão de corpos mutilados, uma imagem corporal fragmentada, tais como figuras sem rosto, sem braços; mãos que batem, mãos em forma de punhal, olhos que espreitam, pessoas sem roupa, órgãos genitais, quarto trancado, criança chorando e prisão; ou em suas redações, poemas e contos, um conteúdo rico para o professor observar, identificar e

ajudar a criança no seu *pedido de socorro*. Em um trabalho em sala de aula sobre o corpo, a identidade ou a imagem corporal, o/a educador/a poderá criar situações em que a violência sofrida se tornará evidente (BARBOSA, 2008, p. 83, grifos do autor).

As formas de expressão da criança no ambiente escolar, que está sofrendo dia após dia com aquela situação que lhe sufoca, são as mais diversas, o olhar atento do/a professor/a e de todos/as aqueles/as que o/a rodeia é necessário. Mas, infelizmente, mesmo comportamentos apontados acima, a identificação de vítimas de violência ainda passa por vistas grossas, implicando na reprodução por anos do abuso e/ou exploração sexual, evidencio alguns sinais passíveis de reconhecimento da criança que tem seu direito violado.

### 3.3. Sinais indicativos da violência sexual

Observo que transtornos psíquicos, pesadelos, quadro fóbico-ansiosos, isolamento social, sentimento de estar sujo, problemas de aprendizagem, depressão, medo, abuso de álcool e outras drogas, comportamento autodestrutivo, ansiedade, estigmatização, baixa autoestima, queixas somáticas, agressividade, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), comportamentos regressivos (enurese, encoprese, birras, choros), fuga de casa, são sintomas e sequelas da violência que podem aparecer na infância e se estender pela vida adulta (SILVA; RESENDE, 2011).

Algumas crianças ficam paralisadas, perplexas diante da violência sofrida. Outras reagem, emitindo sinais de sintomas: tristeza profunda, enurese noturna, roubo, pânico, conduta oposta a sua habitual (apatia ou agitação, medo ou agressividade), irritabilidade, instabilidade emocional, isolamento dos colegas e amigos, indisposição excessiva diante de atividades de sua preferência e regressão na escola (AMARO, 1997, p. 20-22).

Sobretudo, quando o abuso vem imbricado por situações de violência física, é possível observar visivelmente suas sequelas como infecções e marcas, mas quando não há o emprego da força física deixa marcas afetivas ainda mais graves e preocupantes como a culpabilização, depressão, isolamento, angústia, valendo ressaltar que cada criança reage de formas diferentes. Fatores como a idade, o ambiente e a maneira como ocorreu a violência são influentes nos

reflexos da sociabilidade da criança. Considero ainda a questão do vínculo do/a agressor/a com a vítima, pois quanto mais forte, permeados por sentimentos como no caso de genitores/as, principalmente, pode agravar ainda mais as sequelas, podendo levar até mesmo a tentativa de suicídio (LANDINI, 2011).

Os reflexos dessas alterações comportamentais perpassam pela escola, que acabam por imprimir o local de fomento à aprendizagem, já que os

[...] aspectos emocionais estariam ligados ao desenvolvimento afetivo e sua relação com a construção do conhecimento, a expressão deste através da produção escolar [...]. O não aprender pode, por exemplo, expressar uma dificuldade na relação da criança com sua família; será o sintoma de que algo vai mal nessa dinâmica (WEISS, 2004, p. 24).

Assim, como em nós adultos/as que expressamos em nossos campos de sociabilidade, como ambiente de trabalho, relações com os/as colegas e familiares, sentimentos e resultados de relações sociais conflituosas, também não é diferente com a criança vítima de violência sexual, que exprime de uma maneira explosiva, falante ou não, direta ou indiretamente aspectos dessa vivência negativa e dolorosa, podendo vir a desenvolver a *Síndrome do Pequeno Poder*, cunhada por Saffioti (1989, p. 19), na qual a pessoa

[...] age de mau humor e mesquinamente. Na verdade, consciente de seu diminuto poder, de seu não poder, trata de ampliá-lo ou criá-lo na relação interpessoal que estabelece com outra pessoa. Essa síndrome sempre tem lugar numa relação interpessoal e miúda, se comparada ao plano macrossocial. Todavia, é preciso cautela para não pensá-la como decorrência de atributos pessoais negativos. Sua natureza não é individual, mas social.

Esta síndrome pode ser observada diretamente no ambiente escolar, o desenvolvimento saudável fomenta interações equilibradas, em que a criatividade e as descobertas positivas propiciam o aprendizado. Entretanto, se permeado por situações de violência sexual, esse desenvolvimento é arrolado por bloqueios e prejuízos, resultantes de interações rodeadas pelos diversos tipos de violência, dos quais o/a educador/a tem o dever de coibir.

Para ter uma ideia como se faz necessária e urgente intervenção, estudos como a de Donato (2011) frisam que

[...] a tendência para os sintomas de o abuso sexual desaparecer com o tempo (12 a 18 meses após o incidente abusivo). Assim, nem todos os sintomas persistem até a vida adulta; no entanto há uma parcela considerável de casos (entre 10% a 24% destes), cuja sintomatologia piora com o tempo (KENDALL-TACKETT, WILLIAMS; FINKELHOR, 1993 apud DONATO, 2011, p.29).

Neste sentido, a escola, por meio de seus/suas profissionais, que estão próximos das crianças, deve atentar-se aos sinais que elas oferecem, as vítimas pedem socorro seja via própria voz, por linguagem corporal ou por meio de ações e comportamentos que indicam que há algo de errado. Cabe também ao/a professor/a, assim como a psicólogos/as, assistentes sociais, enfermeiros/as, médicos/as, advogados/as, magistrados/as, promotores/as, estarem atento a ouvir e perceber os sinais da criança abusada, que legalmente o próprio ECA (BRASIL, 1990) expõe esta prerrogativa.

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:  
Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990, p.99).

Reconheço que identificar a vítima de violência não é tarefa fácil, no entanto é primordial que isto ocorra. Estar imbuído/a desta tarefa de romper com o ciclo de silêncio remete a pensar que esta revelação supõe que a criança tenha confiança para que isto ocorra. O/a professor/a principalmente deve acolher o relato e transmitir confiabilidade e atenção, esclarecendo que a criança não terá prejuízos com isso e que acredita em sua fala. Para tanto, o protocolo a seguir também pelo/a professor/a é o clarificado no ECA (BRASIL, 1990), em seu artigo 13 que “[...] os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (BRASIL, 1990, p.17).

Compartilho a reflexão de Rocha et al (2011, p. 259), que mesmo o Governo criando estratégias de enfrentamento a este tipo de violação, “[...] a

participação da escola neste contexto ainda é incipiente, o que demanda ações mais consistentes de envolvimento destas instituições na rede de enfrentamento deste tipo de violência”, sobretudo, quando se localiza na escola, ambiente somente de transmissão de conhecimento conforme é ilustrado no quadro seguinte:

**QUADRO 3 - Funções da escola**

<b>Funções</b>	<b>Aquisições</b>
Cuidar das crianças	Manter as crianças ocupadas enquanto seus pais estão em atividades.
Socialização	Colocá-las em contato com outras crianças Ensinar-lhes normas básicas de conduta social Prepará-las para o mundo do trabalho.
Aquisição de conhecimentos	Adquirir habilidade básicas instrumentais: ler, escrever, expressar-se, lidar com a aritmética. Adquirir o conhecimento científico.
Ritos de iniciação	Submetê-las a provas que servem de seleção para a vida social. Estabelecer discriminações entre elas.

**Fonte:** DERVAL, 2001, p. 85.

No entanto, tenho como hipótese de pesquisa, que a escola e seus/suas trabalhadores/as não estão preparados/as para receber essa demanda, mesmo quando uma criança revela o abuso sexual a alguém e esta passa ser de confiança, tamanha responsabilidade é exigida para com as informações lhes repassadas.

Atribuo hipoteticamente tal fato ao não saber como lidar com a situação e quais os encaminhamentos necessários, o medo de se envolver com um assunto particular, como a violência sexual é encarada, bem como se envolver no âmbito policial e jurídico, o que dá vazão à omissão. Embora existam mecanismos sigilosos, sobretudo quando não se confirma a situação de violência, não deveria causar uma ação contrária, de negar a denúncia ou se omitir. Para tanto, passo a assinalar sobre a formação docente acerca da temática e como tem sido enfrentada a violência sexual enquanto uma demanda socialmente posta ao ambiente escolar.

#### **4. FORMAÇÃO DO/A PROFESSOR/A E A VIOLÊNCIA SEXUAL**

Delinear a formação do/a professor/a revela-se, num primeiro momento, um tanto quanto específica, pois a área do conhecimento se subdivide em Matemática, Biologia, Língua Portuguesa, entre outras que são limitadas em si mesma, sendo que após a obtenção do título de licenciado/a se detém o conhecimento cada vez mais aprofundado de sua escolha profissional. Contudo, as relações sociais travadas requerem uma gama de conhecimentos sobre os quais educadores/as não possuem total domínio, revelando impotência em conhecer todas as áreas. A realidade exige ao menos breve noção sobre suas alterações, e, como seres sociais, temos a capacidade de atuar sobre e na realidade, bem como sofrer com suas mudanças.

Diante disso, o ato de se formar não significa estar pronto/a, acabado/a, finalizado/a para atuar sobre uma realidade. Pelo contrário, a formação deve ser uma constante, que requer informação e capacitação. Nesse sentido, discuto sobre a formação docente, suas fragilidades com relação às demandas da realidade, como é o caso da violência sexual contra criança, que perpassa o ambiente escolar e requer intervenção de professores/as que se formaram para atuar sobre uma área específica do conhecimento, mas que, recebe cotidianamente gritos de socorro mediante elaborações textuais, desenhos, ou até mesmo na negação do/a aluno/a em proceder a estas atividades que resultam do processo de aprendizagem, o que pode significar que este/a esteja sob bloqueios fundamentados na dor, por ainda não ter condições por si só de negá-los.

##### **4.1. A necessidade da formação docente sobre violência sexual contra criança**

Em leituras acerca da formação docente numa perspectiva crítica, de modo a compreendê-la não como simples ação no interior das instituições para preparar o/a professor/a para atuar em sala de aula, mas entender o que é de fato formação e como esta deve se delinear com o objetivo de fazer educação com qualidade, vislumbro a transformação da realidade também a partir das unidades de ensino, compreendo que a formação crítica proposta por Freire (1996, p.41), é

“[...] assumir-se como ser social e histórico como um ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar”.

A aproximação com a formação docente embora mínima se visualiza mediante programas de capacitação, formação continuada e/ou palestras informativas, sendo que compartilho os modelos de formação tratados por Nóvoa (1991) e Chantraine-Demilly (1992), no sentido de atender a uma determinada ideologia. Não abordo as fases e os modelos da formação continuada, pois o enfoque se direciona a tematizar a necessidade da formação acerca da violência sexual contra criança, pondero que, sem dúvida, a escola constitui um *locus* de formação continuada.

A formação sobre violência sexual deve permitir aos/às professores/as e a todos/as os/as envolvidos/as na escola: diretores/as, coordenadores/as, zeladores/as, cozinheiros/as, enfim, a todos/as os/as trabalhadores/as da educação, o compromisso político com esta situação, o que pressupõe dizer que

[...] há, no reino da prática pedagógica e da formação de professores/as, muito mais que domínio teórico, competência técnica e compromisso político. Lá estão histórias de vida, crenças, valores, afetividade, enfim, a subjetividade dos sujeitos implicados (OSTETTO, 2008, p. 128).

Noto que as crianças passam boa parte do tempo na escola, sendo que professores/as, funcionários/as e gestores/as podem encaminhar casos de violência. Afinal, ninguém melhor que o/a professor/a para reconhecer comportamentos incomuns em seus/suas alunos/as. E a escola deve estar preparada para lidar com essas situações, mas de modo geral não está, pois tratar do assunto sexualidade ainda é tabu em nossa sociedade, sobretudo na escola.

Historicamente, a sexualidade sofreu muitas alterações em sua identidade e comportamento, Ussel (1980), Foucault (1988), Giddens (1993) e Maio (2011), expõem que o surgimento da sexualidade enquanto palavra data de 1889, como sinônimo de anormalidade das mulheres desejarem o prazer sexual. Com repressão e desigualdade de gênero, a sexualidade é reproduzida ao longo do

tempo com um ranço discriminatório e até mesmo errôneo do ponto de vista científico quanto ao ensinamento na denominação dos órgãos genitais.

Frequentemente vemos atribuída à sexualidade uma significação de zona proibida para crianças. Muitas vezes o sexo é a linha divisória entre a “menoridade” e a maioridade como se somente os maiores e juridicamente emancipados tivessem sexo e fossem potenciais agentes sexuais (NUNES; SILVA, 2006, p.51).

Isto faz com que alguns/mas pais, mães, responsáveis, professores/as não falem sobre sexualidade e nem mesmo sobre a violência sexual, “[...] repetindo a educação sexual que tiveram repressora, acrítica e perpetuadora dos valores burgueses, inspiradores do consumismo e, portanto, de um sexismo que reforça a questão de gênero vigente” (MAIO, 2011, p. 160). Reforçando a diferença entre o sexo biológico, macho e fêmea, inconcebível, pois gênero é aquilo que socialmente se construiu e se representou sobre os sexos, dissociado do aspecto orgânico (SCOTT, 1995). Ocorre uma reprodução da violação de direitos da criança, que também tem condições de saber sobre questões da sexualidade, bem como sobre a prevenção ao abuso e/ou exploração sexual.

E essa limitação de abordagem ao assunto afeta, sobretudo as meninas, por conta da construção dos “papéis” de homem e de mulher, que fixou a oposição binária entre masculino e feminino. A mulher os papéis atribuídos remete à submissão, o servir, preparar o ambiente doméstico. E ao homem a conotação de virilidade, poder e conseqüentemente dominar questões correlatas ao sexo para demarcar essa postura. Para tanto, a própria instituição escola está permeada por esse conjunto de relações desiguais, se expressando nas brincadeiras e apresentações culturais, necessitando para construção de novos conceitos e modos de sociabilidade, pautados na igualdade, rever os conceitos de masculinidade e de feminilidade. Isto inclui repensar o conceito de sexualidade que ainda prevalece derivado do binarismo homem-mulher (BUTLER, 2009).

Ao fazer a leitura de Nunes e Silva (2006), observo que fica delimitado o estranhamento e alarde acerca das manifestações no comportamento e relações das crianças sobre questões sexuais. Para desvencilhar esse tabu, o/a professor/a deve aproveitar o momento em que há o manuseio dos órgãos

genitais não para repreender e/ou expor tal atitude, mas, sim, para compreendê-la, esclarecer as dúvidas, baseado no conhecimento científico. Até porque,

[...] a manipulação dos órgãos genitais, que se organiza ao redor dos três ou quatro anos, é uma das mais intensas descobertas infantis. A manipulação dos órgãos genitais proporciona intensa experiência de prazer para criança. Não se trata ainda de uma busca intencional, daí ser absolutamente ridículo e descabido reprimi-la como “masturbação” ou perversidade (NUNES; SILVA, 2006, p. 77).

Cabendo neste momento, observar a frequência desse comportamento, assim como demais atitudes de curiosidades e prazer na infância, causada pela manipulação do próprio corpo ou até mesmo o desejo em saber se o corpo do/a colega é igual ou não, pois é natural a descoberta daquilo que faz parte de si e que está em constante mudança. Deve-se atentar, se a criança está se machucando, perceber os reflexos disto na fala, nos desenhos, pois não é uma ação corriqueira, e caso seja, as leituras sobre abuso sexual indica como sendo um dos sinais da violação, mas que deve ser associado e contextualizado com outros fatores determinantes, não sendo uma situação comportamental isolada.

Porém, conforme já relatado por Maio (2011), não é comum essa abordagem tranquila e sensata dos/as professores/as para com os comportamentos dos/as alunos/as quanto à sexualidade, pelo contrário, a repressividade por meio do tom de voz alto, ríspido e o castigo infelizmente são algumas das atitudes encaminhadas nestas situações. Ou, ainda, a publicização entre o corpo docente e familiar de que uma criança tocou ou viu os órgãos genitais de outra, amparando para afirmar que tentou e/ou cometeu ato de violência sexual, colocando crianças como vítima e agressor/a nessa relação de descoberta, sendo isto vivido no exercício profissional no serviço de atendimento as vítimas de violência. Em nenhum momento considero totalmente “natural” e/ou generalizo tais manifestações do comportamento da criança, por isso a importância da observação constante e associada ao contexto mais amplo e, especialmente, do diálogo.

A respeito do diálogo, pondero sua importância para tecer as relações e os vínculos na unidade de ensino, logo, é indubitável a linguagem para fomentá-lo e

fortalecê-lo, mas Nunes e Silva (2006, p. 101) mostram a fragilidade dela para acometer a sexualidade, sugerindo que

[...] construir uma linguagem humanizada para abordar a fecunda riqueza da sexualidade humana passa por adquirir uma firme serenidade frente ao universo verbal ansioso vigente na sociedade atual, não para aderir a ele, mas para alterá-lo.

Ou seja, todos/as nós temos a responsabilidade em estabelecer um diálogo com a criança sobre suas vivências, curiosidades e manifestações sexuais de modo que a linguagem deve ser verdadeira, sem rodeios e adaptações com significações e nomenclaturas errôneas, respeitando o processo de desenvolvimento da mesma.

No entanto, a repressão, o discurso sob a égide do senso comum ou o silenciamento, perpassam as relações familiares e comunitárias como na escola. Braga (2002) em seu trabalho dissertativo destaca as dificuldades de educadores/as com relação às manifestações de questões da sexualidade das crianças no espaço institucional da creche, permite-me refletir que dentre estas dificuldades referem-se a comportamentos e linguagens que podem manifestar a vitimização por violência sexual. Maio (2011, p. 179) apresenta que:

[...] com mais de 20 anos de trabalho em escolas, foi possível perceber que alguns pais e mães, bem como professores e professoras demonstram insegurança, medo dificuldade, e até reprimem o/a aluno/a ao tratar de assuntos relacionados à esfera sexual.

É pertinente discorrer reflexivamente sobre a formação destes/as responsáveis e protetores/as das crianças, elucidando a dimensão da sexualidade, na qual acredito ser o início do entendimento para então abordar a violência sexual. Bem como sinalizar as perspectivas para o desenvolvimento de um trabalho que supere a continuidade desse fenômeno e características de atos de omissão nos encaminhamentos de crianças violentadas sexualmente. Destaco que, primeiramente, há que superar o fato de “[...] eu não tenho coragem de falar os nomes das partes íntimas para (*sic*) ninguém, muito menos para meus filhos (professora de Educação Infantil e mãe)” (CAMARGO; RIBEIRO, 1999 apud

MAIO, 2011, p.167), uma vez que o diálogo é o início para estreitar a relação de confiabilidade entre a criança e o/a adulto/a, com quem a primeira pode depositar suas angústias e sofrimentos.

Inclusive, é imposto ao gênero feminino, à figura materna, a obrigação de cuidar dos/as filhos/as, especialmente sobre as questões sexuais no que tange à filha, a mãe é a principal educadora sexual na infância (MAIO, 2011). Mas, não é a melhor forma e única de abordar a questão, pois é mais uma relação de violência tecida, a de gênero, porém, muitas ações familiares se reproduzem dessa maneira, ou nem mesmo há uma intervenção familiar. Então, visualizo que esta falha construída pode ser contornada pela escola, fazendo-se necessárias ações relativas:

[...] são apresentadas de forma a ressaltar o desenvolvimento integral da criança, envolvendo aspectos afetivos, relacionais, biológicos, alimentares e concernentes à saúde. O contexto sociocultural aparece como determinante nas construções humanas e nas necessidades básicas de sobrevivência, diferente em cada cultura, com isso, fica claro, no papel designado ao cuidar, a necessidade de envolvimento e comprometimento do/a professor/a com a criança em todos os aspectos, e a compreensão sobre o que ela sente e pensa, o que traz consigo, a sua história e seus desejos (FOREST, 2003, p. 4).

Sob esta perspectiva, observar sinais de mudanças no comportamento escolar é o primeiro passo para identificar, enfrentar e prevenir o fenômeno, observando sinais como:

- Assiduidade e pontualidade exageradas. Chega cedo e sai tarde da escola, demonstra pouco interesse ou mesmo resistência em voltar para casa após a aula.
- Queda injustificada na frequência escolar ou abandono.
- Dificuldade de concentração e aprendizagem, com baixo rendimento escolar.
- Não participação ou pouca participação nas atividades escolares.
- Surgimento de objetos pessoais, brinquedos, dinheiro e outros bens que estão além das possibilidades financeiras da criança e de suas famílias. Em alguns casos, este pode ser um indício de favorecimento e/ou aliciamento.
- Tendência ao isolamento social com poucas relações com colegas e companheiros.
- Relacionamento entre crianças e adultos com ares de segredo e exclusão dos demais.
- Dificuldade em confiar nas pessoas ao redor.

- Fuga de contato físico.
- Medo ou pânico de certa pessoa ou sentimento generalizado de desagrado quando a criança é deixada sozinha em algum lugar com alguém.
- Mudanças extremas, súbitas e inexplicadas no comportamento, como oscilações no humor (momentos de euforia e de depressão, por exemplo).
- Mal-estar pela sensação de modificação do corpo e confusão de idade.
- Regressão a comportamentos infantis, como choro excessivo sem causa aparente ou mesmo chupar dedos.
- Tristeza, abatimento profundo ou depressão crônica.
- Aparecimento de uma série de problemas de saúde sem causa aparente, como dor de cabeça, erupções na pele, vômitos e outras dificuldades digestivas, que na realidade, têm fundo psicológico e emocional.
- Traumatismo físico ou lesões corporais, como o aparecimento de hematomas, por uso de violência física (PORTILHO, 2011, p. 3-4).

A escola deve se comprometer com a garantia dos direitos de crianças e dos/as adolescentes, sendo primordial a adesão dos/as educadores/as com intuito de fortalecê-lo. A atuação do/a professor/a na identificação e denúncia da violência sexual é essencial, principalmente nos anos iniciais, visto que é a fase de maior permanência e contato entre crianças, instituição e educador/a. Esses dados vêm somente confirmar o estudo de quase duas décadas de Cunningham e Sas (1995) em que, em 44% dos casos de violência sexual, o/a professor/a é a primeira pessoa a saber, e em 52% o/a primeiro/a adulto/a, sendo de suma importância o saber identificar e encaminhar os casos.

Não sinalizo que a escola exerça o dever da família, mas sim, colabore dentro daquilo que é de sua responsabilidade legal, enquanto membro de uma sociedade de direitos para que os mínimos sociais sejam viabilizados.

Fechar os olhos para o fenômeno da violência ou mesmo não lhe dar a devida importância é perpetuar este estado de coisas. Quando todos se calam (ou se omitem), as chances de superação do problema se vão. O medo é o grande fator presente no complô do silêncio, e sabemos que em sua capacidade de amar. Medo de denunciar o que se vê à volta ou de desenvolver no trabalho com as personagens deste drama, quer sejam as vítimas, quer os agressores (RODRIGUES, 2002, p.14).

Acredito que, quanto antes os sinais da violência sexual forem reconhecidos, antes poder-se-á realizar uma ação preventiva para que as

consequências imediatas desse fenômeno se amenizem, possibilitando auxiliar a criança a compreender o ocorrido e ter condições de galgar ao desenvolvimento saudável. Muitas crianças têm dificuldades em falar e expor sobre o abuso e/ou exploração sexual, porém muitos/as adultos/as também têm medo de ouvir, pois, quando descoberta, a violência consiste em um trauma de maior monta, uma vez que “ao atuarmos contra o abuso sexual, o objetivo é interromper o mais rápido possível a violação, agir de forma interdisciplinar para cessar o ciclo de violência e minorar as consequências íntimas e sociais da violação” (AZAMBUJA; FERREIRA, 2011, p. 36).

Para tanto, a formação pedagógica do/a professor/a é essencial para que se percebam os sinais. Claro que somente identificá-lo não é suficiente para afirmar o ocorrido, mas é um alerta e não omissão da violação de direitos, para que aquele fato se perpetue na vida da criança que terá certamente consequências duradouras e terríveis. Pois, o objetivo de identificar os sinais de uma criança abusada, observar e suspeitar, é diminuir os danos que está sofrendo e/ou venha a sofrer.

A criança sabe (ao passo que percebe o tabu que é segredo que esconde) que a sociedade (a professora da escola, a mãe do coleguinha, a tia, a vizinha, o tio do armazém, o padre...) de um modo geral não está pronta para essa confissão direta, honesta e verdadeira. Sobretudo porque revela seu corpo violado (AMARO, 2011, p. 101).

Até porque a revelação da violência sexual implica rupturas e resistência, por se caracterizar uma situação que ocorreu uma só vez, como também pode ser fato repetitivo, tendo condições de desencadear a *Síndrome do Segredo* defendida por Furniss (1993, p. 29), que se expressa em decorrência da

[...] falta de evidências médicas e de elementos para comprovar o abuso sexual infantil, a necessidade de acusação verbal por parte da criança, a falta de credibilidade ao menor, as consequências da revelação, ameaças físicas e psicológicas, distorção da realidade, medo de punição pela ação que participou, a culpa da criança, a negação e a dissociação.

Ouvir de uma criança que está ali no ambiente escolar, para aprender e desenvolver-se saudavelmente, que teve seus direitos violados, é uma surpresa,

mas estar preparado/a para tal, não é algo que somente por meio da observação esporádica seja possível apreender, nem mesmo somente por meio das falas,

[...] o que se observa é que, em seu processo de subjetivação a criança vitimizada, guardadas as especificidades biográficas, corajosamente expõe ao se expor, grita silenciosamente ao submeter-se mais outra vez ao agressor. E um doloroso jogo, em que o protesto é um discurso onipresente, mas velado (AMARO, 2011, p. 10).

E quando o/a professor/a tem essa revelação da violência, também deve saber o que fazer, como proceder, pois, às vezes, a criança é desacreditada, sendo duplamente a situação de violência vivida, duvidando-se da criança e até mesmo daquele/a que a/o ouviu. Afinal, o fato revelado causa um estremecer e mexer com uma situação que até o momento estava acomodada em todos os ambientes de convivência. E, então, os/as professores/as depara-se com o árduo papel de ainda proporcionar uma vida diária “normal” à criança, causando menos danos possíveis, pois não descarto que estes são causados, mesmo em menor escala.

Agir isoladamente nos casos que envolvem maus-tratos contra crianças e adolescentes, com destaque aqui para as vítimas de violência sexual, é ir na contramão do compromisso de assumir a proteção integral a sujeitos de direitos. Mas é essa a realidade vivida por grande parte dos/as profissionais que se deparam cotidianamente com esse tipo de violência, em razão das ainda insuficientes ou até ausentes políticas institucionais locais ou nacionais, que pouco investem na formação e na articulação da rede social de atenção (AZAMBUJA; FERREIRA, 2011, p. 42).

Compreendo que a partir da revelação, vislumbre-se um acompanhamento com vistas ao empoderamento da criança e de todos/as aqueles/as que devem protegê-la, reconhecendo a situação de injustiça, opressão vivida e lutar para sua alteração, sendo isto possível mediante uma ação interdisciplinar e coletiva.

Mesmo a violência sexual sendo um dos novos fenômenos, colocados aos/às professores/as e a todo corpo educacional como tarefa de enfrentamento, torna-se necessário que o/a docente não se veja apenas como um/a especialista de uma única área do conhecimento, mas que seja educador/a esclarecido/a do compromisso político e ético de sua atuação voltada à cidadania e emancipação

do indivíduo. A escola tem como grande desafio a formação inicial dos/as professores/as, não podendo haver uma diferenciação entre “teoria e prática, pesquisa e ensino e conteúdo específico e pedagógico” (FIORENTINI; SOUZA JR.; MELO, 1998, p. 332), o que exige que esta formação seja repensada, novos conteúdos sejam introduzidos, possibilitando uma reflexão crítica da atuação docente e das próprias unidades de ensino, pois somente a formação não basta, a intervenção profissional também deve ser alterada, sobre o que penso ser um exercício a médio e longo prazo que estarão sendo construídos. E ainda

[...] a formação profissional segmentada não oferece recursos técnicos suficientes ao profissional do direito, da saúde, do serviço social e da educação para lidar com a complexidade que envolve a violência sexual intrafamiliar, contribuindo para elevar os níveis de vulnerabilidade experimentados pela vítima (AZAMBUJA; FERREIRA, 2011, p. 63).

Sobretudo, porque se deparam com esse segredo da criança, tendo o dever de rompê-lo quando suspeita e/ou confirma sua ocorrência, para que a vítima receba o mais rápido possível as intervenções profissionais necessárias para não continuar nesse ciclo de violência, bem como o/a agressor/a, não fomentar a repetição de violação de direitos. Uma vez procedida à denúncia, ocorrerão desdobramentos legais em que o/a denunciante pode ser chamado/a em Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, programas de atendimento às vítimas de violência e até mesmo ao Poder Judiciário, convocando, assim, o sujeito a se expor e comprometer-se com uma situação que, a princípio, mostra-se como interna da criança e sua família. Porém, ao refletir na unidade de ensino requer encaminhamentos objetivos e resolutivos, de maneira que a situação não se perpetue com consequências ainda mais complexas à criança e seu desenvolvimento.

A não reversão desta realidade, pesquisada por Brino e Willians (2003) e neste estudo novamente observada, continuará a ser retratada com resistência da escola por meio de seus/suas trabalhadores/as, pois a sexualidade, suas manifestações, vivências e conhecimento serão representados por

[...] gestos, desenhos, cenas e **palavras** (que) continuarão a permear o universo escolar, querendo ou não, por mais que os

dirigentes escolares criem mecanismos de repressão, velados ou explícitos. Não trabalhar, motivar, discutir, dinamizar a comunidade educativa para um trabalho de educação sexual acaba por perpetuar e proporcionar aos integrantes desse espaço – no caso, os alunos – desconhecimentos, ações deliberadas e escondidas, como sinais de protesto e de provocação (MAIO, 2011, p. 209-210 – grifo da autora).

Nesse sentido, a escola é o lugar ideal e necessário à prevenção desse fenômeno, uma vez que o próprio ECA (BRASIL, 1990) tem como objetivo estabelecer ações articuladas para intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento à violência infanto-juvenil, possibilitando a esses sujeitos, ao menos, apoio (BRINO; WILLIAMS, 2003). Este processo não é exclusivamente necessário à escola, mas também à família, aos meios de comunicação, aos comércios, às igrejas. O/a educador/a não está sozinho/a, ele/a deve encontrar apoio na instituição que presta serviço, na legislação, na rede de serviços disponíveis, “[...] é preciso estar preparado para auxiliar as vítimas a libertarem suas vozes sufocadas pela violência e rematrizar suas experiências de não proteção, oferecendo-lhes um novo modelo de relação em que padrões protetores possam agir” (NARVAZ, 2001, p. 20).

Problematizo que a ação do/a professor/a permeia aspectos subjetivos, como o olhar, o tom da voz, a maneira de se comportar e sociabilizar da criança, elementos que podem demonstrar sinais, em contrapartida, muitas vezes, o despreparo, o medo de envolver-se em situações de violência sexual, provoca a omissão do/a educador/a.

Em pesquisa realizada, Vagostello e cols. (2003), verificaram que os/as profissionais de escolas públicas e particulares necessitam serem melhores treinados/as para lidarem corretamente com situações de violência doméstica que envolvem os/as alunos/as, e ainda mostrou que os/as profissionais da educação têm pouco conhecimento sobre os sinais da violência sexual e sentem desconforto e receio sobre estas situações. E destaco não somente os/as professores/as e/ou profissionais atrelados/as a educação, mas também chamo a atenção para advogados/as, enfermeiros/as, médicos/as, assistentes sociais, psicólogos/as, juízes/as, promotores/as isto é, profissionais das diversas áreas que atuam sobre a realidade da criança vítima de violência.

Leituras baseadas em Butler (1979); Gomes, Junqueira, Silva e Junger, (2002); Habigzang e Caminha (2004) apontam que muitos/as profissionais que trabalham com crianças não se sentem preparados/as para identificar, encaminhar e continuar a trabalhar cotidianamente com vítimas de violência sexual, pois consideram extremamente arriscado e perigoso.

Neste sentido, a escola tendo seus/suas profissionais qualificados/as para acolher e criar vínculos com as crianças vítimas de violência pode re-significar os acontecimentos. Sendo a denúncia propulsora para romper com o ciclo do silêncio,

[...] é imprescindível que exista na escola, bem como em qualquer outra instituição, uma equipe interdisciplinar que agregue outros/as profissionais, pois situações de violência muitas vezes desencadeiam nos educadores e nas educadoras vários sentimentos e vivências que podem prejudicar uma atitude profissional no acompanhamento das principais vítimas, que são as próprias crianças (SARTORI; BRITTO, 2004, p. 95).

Entendo que a ação e intervenção transversal e interdisciplinar por meio das políticas sociais e instâncias deliberativas e participativas, são indubitáveis para o enfrentamento deste fenômeno multifacetado, devendo esta rede contemplar o Sistema de Justiça, por meio de representação e atuação das Varas da Infância e Juventude, Ministério Público, Defensorias Públicas, bem como Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, diretamente articulados aos serviços de atendimentos, via as políticas sociais instituídas, mediante seus organismos escolas e Centros de Educação Infantil (CEMEI), e atrelados, principalmente, ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) desenvolvido nos CREAS, têm condições de diminuir as implicações da violência sexual que tem seu rebatimento direto na aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos.

[...] não é um novo serviço, ou uma nova obra, mas sim uma concepção de trabalho que dá ênfase à atuação integrada e intersetorial, envolvendo todas as instituições que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes e suas famílias, destacando-se as escolas, creches, unidades de saúde, hospitais, programas de contra-turno escolar, dentre outros (OLIVEIRA et al., 2006, p. 144).

Contudo, é necessário à escola capacitar os/as professores/as para lidarem de maneira eficiente com a prevenção da violência sexual, sabendo observar os aspectos psíquicos, comportamentais e legais das crianças vitimizadas. A sensibilização destes/as profissionais de maneira articulada com outros setores, no sentido de realizar a prevenção secundária, preconizada no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2013), previne maiores implicações.

#### 4.2. A ação intersetorial como possibilidade de enfrentamento e prevenção à violência sexual contra a criança

O planejamento das políticas públicas refere-se a um processo permanente e metódico de abordagem, tendo uma dimensão política por ser “[...] um processo contínuo de tomada de decisões inscrito nas relações de poder” (BAPTISTA, 2003, p. 17). Caracterizando, a partir disso, intervir para a mudança de uma realidade, por meio do provimento de serviços sociais, objetivando o desenvolvimento social, porém, no período pós Constituição Federal de 1988, evidenciam-se fortes inspirações neoliberais nas ações do Estado no campo social.

O processo de Reforma do Estado, iniciado na década de 1990, “trabalharia em prol de uma redução do tamanho do Estado mediante políticas de privatização, terceirização e parceria público-privado, tendo como objetivo alcançar um Estado mais ágil, menor e mais barato” (NOGUEIRA, s/d apud SPOSATI, 2004, p. 41). Nesse contexto, as políticas sociais assumem características seletivas e compensatórias, deflagrando-se num movimento de des-responsabilização do Estado na gestão das necessidades e demandas dos cidadãos, em que o Estado transfere suas responsabilidades para as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e para o mercado, sobretudo, as de formular e construir estratégias políticas, para modificação da realidade, com intuito de combinar e garantir recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários para efetivação e ampliação dos direitos.

O fenômeno da agressão sistemática contra o público infanto-juvenil envolve diversos atores e setores; assim, o estabelecimento educacional precisa estabelecer relações com todos eles, numa perspectiva de interação intersetorial e em rede. É na contribuição advinda da educação que a escola deve fazer diferença nesse contexto. Isso, porém, só pode ser alcançado com o planejamento e o compromisso a ele associado (PERES; PERES, 2008, p. 177).

O atendimento adequado à demanda como a violência sexual contra a criança exige novas qualificações e capacitação teórica e técnica para leitura crítica da realidade, elaboração de diagnósticos nos municípios, formulação de indicadores sociais, apropriação do orçamento público, bem como capacidade de negociação, o que interpela as instâncias formadoras e requer a adoção de mecanismos abrangentes de educação continuada para técnicos/as e gestores/as públicos/as.

É urgente a necessidade de revisão da forma como vêm operando o planejamento, a execução e a operacionalização de ações voltadas ao enfrentamento à violência sexual em alguns espaços sócio-ocupacionais, que têm a responsabilidade de realizar a gestão pública no país, para que o ato de planejar se inscreva como um momento de liberdade e de criação. Desta maneira, o planejamento estratégico não é simplesmente seguir um roteiro ou uma sequência de passos, evidenciado por meio do preenchimento de formulários, na verdade é um processo de construção de uma nova realidade, compartilhada e que pode ser assumida por todos os setores organizados do Estado e sociedade civil.

Sobre esse desafio e possibilidade, compreendo que combater a violência sexual contra a criança requer responsabilidade de todos os setores públicos, sobre o qual centro minha reflexão, proponho debater sobre a intersetorialidade enquanto alternativa que almeja resultados para alterar o quadro da violação de direitos e dor causados às vítimas desse fenômeno.

Considero que a

[...] intersetorialidade é aqui entendida como a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Visa promover um impacto positivo nas

condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social (JUNQUEIRA et al, 1997, p. 24).

Isto significa, de fato, provocar mudanças na realidade social a partir da articulação de serviços e áreas de atuação em todas suas fases de desenvolvimento, visando o alcance do mesmo objetivo. Entretanto, a própria estrutura dos órgãos públicos que é setorizada, em seus três níveis de governo, organização do poder executivo ocorre por meio de Ministérios em termos de Governo Federal, secretarias no âmbito dos Estados e Municípios, ficando, assim, difícil evidenciar essa articulação entre si, pois há uma setorização, sendo reflexo disso.

Mediante uma atuação desarticulada, que dificulta o desenvolvimento de projetos de gestões democráticas e inovadoras, torna-se difícil, por meio deste modelo de operacionalização dos serviços, promover condições iguais de acesso aos direitos e sua correlação. Isto leva a refletir que uma perspectiva que se contraponha à setorialidade, numa nova lógica que se refere basicamente à população, reconhecendo os indivíduos e grupos, enquanto sujeitos, consideradas suas condições peculiares de vida, na qual haja uma articulação entre descentralização e intersetorialidade, credita-se estratégia, de fato, para o enfrentamento da violência infantil. Esta articulação entre setorialidade e intersetorialidade, diz respeito ao atendimento das necessidades e expectativas dos/as cidadãos/ãs de forma integrada, compreendendo assim um trabalho em rede, que constitui uma nova proposta, principalmente no campo das políticas sociais (BIDARRA, 2009).

O trabalho em rede, que ocorre por meio dos princípios da articulação, horizontalidade nas relações e ações, cooperação e troca de informações, denota um trabalho resultado da soma de forças e ações de diferentes organizações que tenham o mesmo objetivo (GUARÁ et al, 1998).

Então, ao pensar em trabalhar em rede de maneira articulada, como pressupõe a intersetorialidade, cria-se a possibilidade de responder efetivamente a violência sexual, na perspectiva de garantia dos direitos fundamentais da criança. É necessário, portanto, articular descentralização e intersetorialidade para que possa resultar em processo de desenvolvimento social, construindo um novo paradigma orientador da modelagem de gestão pública. A população é

heterogênea, em suas necessidades e aspirações, e para interferir sobre esta se deve respeitar e atender às suas peculiaridades, possibilitando acesso a bens materiais e imateriais disponíveis na sociedade contemporânea, ou seja, identificar as potencialidades da população, consideradas a partir dos direitos de cidadania, ocasionando uma nova relação de poder entre os/as diversos/as atores/atrizes.

A ideia de rede vem, também, como possibilidade de superação de trabalhos fragmentados, setorizados, paralelos, realizados por instituições governamentais e não governamentais e que hoje não respondem mais às demandas socioeconômicas dos seus usuários e nem expressam um compromisso com a realidade social (INOJOSA, 1999, p. 116).

É no município, em seu espaço territorial e social, que se têm condições para concretizar a integração e a ação intersetorial, podendo a interação ser construída por meio de um processo dinâmico entre os sujeitos, que devem sinalizar mudanças nas instituições sociais e de suas práticas, caracterizando um processo de construção e aprendizagem, em que as prioridades não sejam setoriais, mas definidas a partir de situações reais envolvendo ações integradas de vários setores, orientadas por planos específicos e integrados para grupos populacionais.

Nascimento (2010, p. 99-100) sinaliza que

[...] a interface, intersetorialidade, articulação entre as políticas passa então a ser um tema importante para a pesquisa, já que as políticas setoriais por si só não solucionam tudo e necessitam se comunicar para identificar as necessidades da população e os benefícios que podem ou não oferecer (e) intersetorialidade na gestão pública significa adotar uma decisão racional no processo de gestão, cuja aplicação pode ser positiva ou não.

No que tange ao enfrentamento à violência sexual contra a criança não é diferente, uma vez que a intersetorialidade passa a ser alvo das discussões rumo ao seu processo de implementação, expressando-se por meio de planos e protocolos norteadores de ações que atentam a prerrogativa do enfrentamento por todas as políticas sociais sobre a questão da violência sexual, quando expõe as inter-relações com as demais políticas setoriais, culminando na rede de proteção. Corroboro com a sugestão de Nascimento (2010), quando orienta que,

para a efetividade da intersetorialidade, faz-se necessária uma intervenção por meio de programas, projetos, serviços e equipes técnicas, na qual o diálogo e o trabalho em conjunto devem ser prerrogativas essenciais, a fim de não permitir que a violência continue em detrimento dos/as que optam pelo silêncio destas situações.

Ademais, ao operar a referência e contra-referência interna e externa se tem condições de possibilitar a diminuição do distanciamento entre os setores, demarcando um processo de não exclusividade de uma dada política social, como historicamente observo na política de assistência social e saúde, mas de todas aquelas que possuem a leitura integral e integradora de necessidades humanas e sociais. Mas, para implantar essa nova lógica de trabalho no aparato estatal, é preciso tomar decisões políticas, que implique em romper com a velha moldagem que reflete, na organização municipal, numa determinada estrutura de poder.

Entendo que para haver a real intersetorialidade, é necessária a construção de espaços em que objetivos e projetos sejam comuns, permeada pela comunicação entre as políticas sociais abarcando a troca de saberes, interações no processo de elaboração, formulação e execução de ações. Além disso, com a disponibilidade dos/as profissionais, gestores/as e população, é possível vislumbrar na perspectiva da intersetorialidade um parâmetro a ser perseguido para o enfrentamento da violência sexual infantil, abrangendo as políticas de transporte, habitação, cultura, educação, saúde, assistência social, entre outras, que tenham como foco em comum não permitir o abuso e a exploração sexual da criança e/ou adolescente, prioritariamente, garimpando conjuntamente estratégias para esse combate (BIDARRA, 2009).

Acredito que é por meio da construção do planejamento, respaldado em diálogos, pactuações entre os/as responsáveis pela operacionalização das mais diversas políticas sociais, que se alterará uma dinâmica de políticas e ações que estão isoladas ou justapostas, que alcançam a mínima cobertura e a resolutividade necessárias das demandas socialmente colocadas na realidade. Políticas de educação, saúde, assistência social, urbanismo, comércio, transporte, entre outras, devem se relacionar e desenvolver ações que tenham como uma única finalidade uma causa que deve ser de todos/as, o fim do abuso e

exploração sexual, destinando em seus instrumentos de planejamento e orçamento, previsões para enfrentar esta expressão social.

A educação para a sexualidade e campanhas alusivas ao 18 de Maio, são algumas das poucas ações existentes, mas entendo que não devem ser esporádicas como corriqueiramente se evidencia por projetos de curto prazo. É urgente avançar para um planejamento de ações contínuas, articulando e envolvendo todos os órgãos da administração pública, fomentando a participação efetiva da sociedade civil.

Ações de fomento à pesquisa, capacitações continuadas e incentivo a atividades que visem o combate à violência sexual contra criança, mostram-se como estratégias plausíveis para o cumprimento dos pilares da gestão pública, principalmente no que concerne à sua eficiência e ainda demonstra-se como parâmetro para racionalização de recursos públicos. Enfatizo que, primeiramente, os/as profissionais da administração pública devam estar habilitados/as para compreender as novas determinações do Estado e da sociedade, permitindo-lhes contemplar novas formas de trabalho que não condizem ao isolamento de ações pontuais para enfrentarem situações de abrangência como as aqui tratadas (LIMA; MAIO, 2012).

O trabalho em rede nos revela ser uma das possíveis soluções para o enfrentamento eficaz da violência sexual, permitindo celeridade e redução de maiores danos que se perpetuam na vida das vítimas, porque possibilita que os casos sejam identificados, acompanhados e monitorados pela rede local. Sob essa perspectiva, a escola tem o compromisso ético e legal de notificar as autoridades competentes sobre casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos, objetivando, assim, garantir a qualidade de vida e, sobretudo, o desenvolvimento pleno da criança. Diante disso, concordo com Louro (2001) e Maio (2011) sobre a inserção da educação para a sexualidade e conteúdos voltados para a identificação da violência sexual enquanto possibilidade de enfrentamento dessa situação que move e indigna a maioria das pessoas.

Mas, infelizmente, pesquisas como a de Rocha et al (2010, p. 281) apontam para o fato de que, no geral, as

[...] escolas não estão se articulando à rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. [...] as escolas não promovem ações específicas de enfrentamento, nem mesmo adotam medidas preventivas que contribuam para um efetivo combate a este tipo de violência, tais como a informação da comunidade escolar sobre a realidade da violência sexual, a criação de ambiente que verdadeiramente inclua a criança diferente, ou mesmo trabalhar com membros das famílias responsáveis pela educação das crianças.

Para tanto, falar em violência sexual sem abordar sexualidade é inconcebível, pois a sexualidade adulta e infantil são dimensões diferentes, mas que deve ser tratada, a prevenção do fenômeno aqui enfatizado requer trabalhar esta temática, respeitando, sem dúvida, a idade e com estratégias adequadas. Felipe (2006, p. 216), estuda a pedofilização, apresentando que

[...] o conceito de pedofilização tem sido por mim utilizado no intuito de pontuar as contradições existentes na sociedade atual, que busca criar leis e sistemas de proteção à infância e adolescência contra a violência/abuso sexual, mas ao mesmo tempo legitima determinadas práticas sociais contemporâneas, seja através da mídia – publicidade, novelas, programas humorísticos –, seja por intermédio de músicas, filmes etc., onde os corpos infanto-juvenis são acionados de forma extremamente sedutora. São corpos desejáveis que misturam em suas expressões gestos, roupas e falas, modos de ser e de se comportar bastante erotizados.

Sua literatura envolve uma reflexão que chamo para este trabalho por sua pertinência, visto ser necessária trabalhar a educação para a sexualidade também como uma maneira de prevenir a violência sexual, embora haja restrições em abordar a sexualidade. Sendo que, para realizar a prevenção, é preciso discutir sobre o assunto, de maneira ética e responsável, mas os/as profissionais não estão preparados/as, tanto no que permeia a sexualidade quanto o abuso e/ou exploração sexual infantil.

Assim, a escola, que tem a obrigatoriedade e a oportunidade de explorar a curiosidade humana, deve também trabalhar com aspectos gerais da sexualidade, trazendo projetos adequados de educação sexual escolar, para todos da comunidade educativa: pais e mães, professores e professoras, alunos e alunas, funcionários e funcionárias e equipes administrativa e pedagógica (MAIO, 2011, p. 178).

Corroboro com Maio (2011) em ser uma ação conjunta e que mediante uma ação continuada de educação para a sexualidade transversal e intersetorial, poderia vislumbrar a prevenção do fenômeno. A ABRAPIA (1997) sinaliza três fases da prevenção: a *prevenção primária*, que objetiva eliminar ou reduzir os fatores sociais, culturais e ambientais que proporcionam a violência contra criança e adolescente, a *prevenção secundária*, que visa à detecção das situações de violência, e, a *prevenção terciária*, que é o acompanhamento por profissionais capacitados/as.

São identificados em 1970, programas de prevenção primária do abuso sexual, nos Estados Unidos, as atividades permeiam de 1 a 12 sessões, com recursos metodológicos de filmes, teatros, livros, discussões, dinâmicas e representações (BRINO, 2007). No Brasil há iniciativas relatadas nos estudos de Brino e Willians (2003), Padilha e Gomide (2004), Brino (2007) e Figueiró (2009).

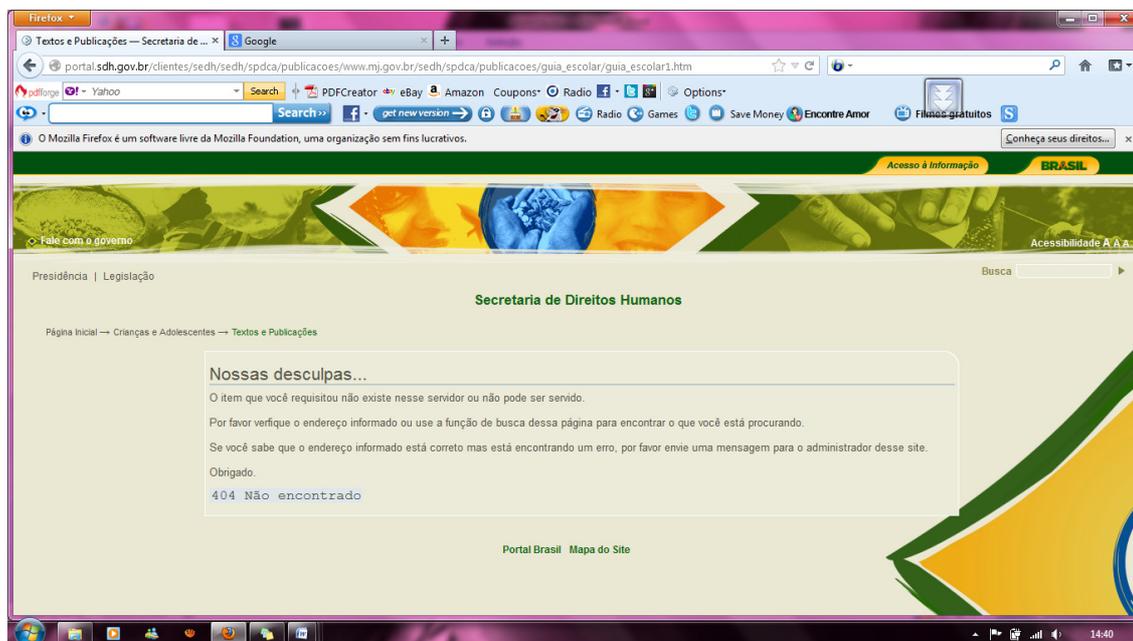
Mesmo a ABRAPIA, em 1997, sinalizado sobre a importância da prevenção, sobre a qual concordo numa vertente articulada via uma rede intersetorial para que possa desencadeá-la e o Relatório das Nações Unidas sobre a Violência Contra Crianças (ONU, 2006) apontado para necessidade de políticas escolares e currículos que apoiem o desenvolvimento de atitudes e comportamentos não violentos e não discriminatórios Peres e Peres (2008, p. 179) registram por meio de pesquisa que

[...] um dos pontos fracos para o enfrentamento da violência na escola é a falta de atualização dos professores/as sobre o tema, assim como um dos pontos fortes é o interesse dos professores/as em proteger as crianças das situações de abuso (capacidades internas à instituição).

Sendo que, a iniciativa existente acerca da prevenção se ateve à elaboração do “Guia Escolar”, pela SEDH em parceria com o MEC, lançado em 2003 e reeditado em 2004, e na concepção do parecer do relator da ONU é um

[...] método para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes [...] o Guia Escolar como instrumento de referência em matéria de prevenção da violência sexual e sugere o desenvolvimento de metodologias adequadas à sua apresentação nas escolas públicas do país (SANTOS et al, 2004, p. 9).

O Guia fora disponibilizado como uma ferramenta de trabalho para subsidiar programas de capacitação voltados aos/as professores/as e profissionais da educação em todo o Brasil, disponível nos *sites* da SEDH, entretanto, quando acessei o *link*, em 10 de Fevereiro de 2013, a seguinte mensagem apareceu:



É caracterizado como instrumento que informa, mune com aspectos legais e conceituais sobre o fenômeno do abuso e da exploração infanto-juvenil os/as trabalhadores/as das unidades de ensino, chamando a atenção para denunciar casos como estes.

É uma das ferramentas com riquíssimo conteúdo, capaz de informar, orientar e treinar trabalhadores/as da educação e da sociedade civil em identificarem vítimas da violência sexual e procederem aos encaminhamentos corretos. Seu conteúdo se organiza a luz do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, pautado nas prevenções primária, secundária e terciária. Discorre sobre o papel da escola em romper com o ciclo da violência sexual, explicando como notificar casos de violência sexual, como acionar a rede de proteção à criança e ao/à adolescente e o Disk-Denúncia 100. Aborda sobre experiências, metodologias e sugestões de como implantar o Guia Escolar, fornecendo um rol de referências bibliográficas e catálogo de filmes que podem ser utilizados no ambiente escolar.

Porém, se houve a distribuição e um trabalho acerca desse material observo sobre a falta de formação dos/as profissionais na educação a respeito dos casos de violência sendo também um dos fatores pesquisados neste estudo, sobre o qual aponto seus resultados, no que tange ao acesso dos professores/as, diretores/as e coordenadores/as da educação fundamental entrevistados/as.

Ainda em 2004, o MEC/SECADI elaborou o projeto “Escola que Protege”, enfatizando a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes na formação. Foi lançado o projeto piloto nas capitais: Fortaleza, Recife e Belém<sup>13</sup>, sendo operacionalizado por meio de parcerias com as universidades públicas na modalidade de atividades de extensão, com a oferta de cursos gratuitos aos/às profissionais de educação do ensino fundamental e médio. Conta com uma cartilha “**Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**”, tendo sua segunda edição lançada em 2008.

Para exemplificar que a ação preventiva pode ter resultados positivos Brino (2007, p. 13) coloca que

[...] durante a década de 1990, foi registrado nos Estados Unidos, um declínio de 40% dos casos notificados de abuso sexual comprovados pela agência de proteção à criança. Esse dado evidencia possivelmente, que o investimento em programas de prevenção durante as décadas de 1980 e 1990 podem ter efetivamente protegido a criança da ocorrência do abuso sexual. Há ainda outros países (Canadá, Grã-Bretanha, Suécia, Austrália, Nova Zelândia, Espanha e Israel) desenvolvendo e investindo em programas de prevenção, que, também apresentaram declínio substancial nos casos de abuso sexual. No Canadá esse declínio foi de 49% entre os anos de 1993 e 1998.

Assim, vale investir na prevenção secundária, conforme sinalizado pela ABRAPIA (1997, 2002), de modo urgente e efetivo, articulando as mais variadas redes instituídas, conforme já assinalai, por meio da família, instituições públicas e privadas, sobretudo a escola e comunidades locais, de modo que a prevenção seja abordada sob o parâmetro da garantia de direitos, desvinculada de dimensões valorativas e do senso comum, permitindo, assim, vislumbrar a

---

<sup>13</sup> Sendo que entre 2005 e 2010, considerando o número de formados/as e de previsões, 36.274 profissionais foram beneficiados/as com o projeto, sendo a região Nordeste a que teve mais profissionais capacitados/as (8.770), seguida da Sudeste (7.786), Norte (7.687), Sul (7.591) e Centro-Oeste (4.440) (SIPIA, 2013).

transformação das ações de pais, mães, profissionais, instituições, principalmente docentes e unidades escolares. Para tanto, é necessário despir-se das roupas velhas, para trilhar por um novo caminho, criar novas estratégias, no qual velhos/as e atuais atores e atrizes destruam suas concepções autoritárias para dar margem e edificar seres com novos conteúdos. Possibilitar a formação humana e humanizada daqueles/as que desde sua concepção têm o direito a vivenciar e saber sobre a sexualidade e suas manifestações, especialmente sobre aquilo que o/a viole.

Para perceber o nível de compreensão dos/as profissionais da educação acerca da violência sexual, traço um caminho metodológico que apresento seguidamente, mostrando a seleção dos/as inquiridos/as, o processo de coleta e apresentação dos dados.

## 5. RECORTES METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para o exercício da investigação é necessário o planejamento de seu desenvolvimento, fundamentado em técnicas e métodos de análise, esse processo de apreensão teórica do objeto a ser investigado é permeado por um caminho metodológico definido antecipadamente.

Durante o processo de pesquisa científica utilizo de instrumentos e técnicas que subsidiaram a coleta e auxiliaram a expor os resultados de nosso estudo. Nesta seção discorro detalhadamente sobre os caminhos pelos quais enveredo a atitude investigativa.

### 5.1. Tracejando o tipo de pesquisa e instrumentos de coleta dos dados

A dimensão metodológica da pesquisa requer bastante cautela no seu tracejar, uma vez que consiste no planejamento do momento de investigar o objeto de pesquisa e dar vida à sua apreensão por meio da análise e leitura dos dados pesquisados. A forma como a pesquisa foi delineada centrou-se em apreender os dados por meio dos/as pesquisados/as, compreendendo a metodologia qualitativa, enviesado por estudo de caráter exploratório, visto que a temática proposta não é demasiada de produções no que tange ao envolvimento da escola sobre a questão da violência sexual contra criança.

Conforme Gil (1999, p. 43), a pesquisa exploratória

[...] visa proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo, [...] (oferecendo) um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.

Diante da dificuldade quanto à identificação e notificação acerca da violência sexual pelos/as profissionais da educação e visualizando nessa política papel importante perante essa expressão, pauto no pressuposto do tipo de pesquisa assinalada, envolvendo levantamento bibliográfico, documental e entrevistas com pessoas que se deparam com nosso objeto, ou seja, utilizo estes

instrumentos para nortear a investigação, com o intuito de saber qual a concepção e a forma de tratamento dispensado pelos/as profissionais da educação municipal de Assis Chateaubriand/PR com relação à violência sexual, na perspectiva de enfrentamento e prevenção da mesma.

Evidencio como presunções antecipadas e provisórias a esta questão central, que os/as profissionais da educação não compreendem a violência sexual enquanto uma expressão de seu cotidiano, bem como a inexistência de uma formação acerca do assunto que lhes ofereça mecanismos e auxiliem na construção de estratégias de fomento ao combate e à prevenção da violência sexual em suas unidades municipais.

As respostas a essas questões centrais foram abordadas na pesquisa e passo a analisá-las com vistas a expor acepções a respeito. Não obstante, para fazer uma análise desse objetivo geral de compreender o entendimento, os encaminhamentos às situações de violência sexual, bem como a formação dos/as pesquisados/as, tenho como objetivos específicos deste estudo:

- a) Conhecer o nível de compreensão/entendimento dos/as professores/as, equipe pedagógica, diretores/as da educação municipal sobre violência sexual;
- b) Analisar a produção teórica voltada aos/às profissionais da educação no âmbito do município e seu rebatimento na formação de uma proposta pedagógica;
- c) Identificar o tratamento/encaminhamentos aos casos de violência sexual na educação municipal dispensados pelos/as profissionais da educação (professores/as e equipe pedagógica); e
- d) Analisar quais as estratégias de prevenção à violência sexual no âmbito escolar municipal.

Embasada na pesquisa exploratória, recorro aos instrumentos e técnicas ofertadas por esta modalidade, procedendo em nosso estudo à aplicação de entrevista semi-estruturada, visto que “[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam a pesquisa” (TRIVIÑOS, 1994, p.146), contando com um roteiro de questões previamente formuladas, que possibilitou aos/às entrevistados/as darem depoimentos seguindo sua própria linha de raciocínio.

Por meio desse instrumento busco compreender o objeto de pesquisa, a violência sexual contra criança na concepção dos/as profissionais da educação

municipal de Assis Chateaubriand. Utilizo o gravador, com aqueles/as que autorizaram com intuito de facilitar e melhor apreender os dados coletados. Posterior à apresentação da proposta investigativa a pessoa se dispunha a realizar entrevista, que na grande maioria dos casos ocorreu na sequência, somente em algumas situações foi agendado para outro momento, conforme sua disponibilidade de data, horário e local. Ademais, anterior ao processo de entrevista, explanei com a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a mesma, conforme prevista pela aprovação do processo nº 028.92812.0.0000.0104 do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Maringá – UEM (ANEXO A).

Para tanto, desdubro a pesquisa em três momentos, desde a elaboração do projeto de pesquisa, isto é, no primeiro período estabeleço contato com a gestão da educação municipal, mais especificamente com a equipe pedagógica responsável pela formulação e organização da dimensão formativa dos/as professores/as municipais e o método de ensino disseminado na localidade de pesquisa. Realizei conversas informais com esta equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Assis Chateaubriand e apreciamos o Plano Político Pedagógico (PPP) vigente, planejamento de capacitações e proposta de Semanas Pedagógicas de 2012, e, listagens sobre dados acerca do número de unidades de ensino, quantitativo de profissionais da educação municipal para se apropriar do universo de pesquisa, sendo, neste momento, anunciada autorização para realização do procedimento de coleta de dados, entrevista, que posteriormente foi formalizada por meio do termo de autorização da Secretária Municipal de Educação para então adentrar nos espaços educacionais locais para coleta dos dados (APÊNDICE A).

Num segundo instante, me aproximo dos sujeitos alvo da pesquisa, visando explicar a proposta investigativa e ter a adesão dos/as mesmos/as a contribuírem mediante entrevista. Durante a realização das entrevistas com os sujeitos primariamente delimitados no projeto de investigação: 34 professores/as, 06 diretores/as e/ou coordenadores/as, e, 08 profissionais da equipe pedagógica, senti a necessidade em entrevistar profissionais da rede de atendimento às vítimas de violência sexual do município, visto que poderiam fornecer informações quanto às demandas de violência sexual que advêm da escola e como os/as

profissionais da educação lidam com a situação em interface com os serviços de atendimento, vislumbrando complementar os dados coletados (APÊNDICE B). Então, procedi com a elaboração de instrumentos para coleta de dados com 11 profissionais, ampliando o número de pesquisados/as, o que resultou em 59 entrevistados/as.

E por fim, no terceiro momento fora dada continuidade ao que antecipou a elaboração do projeto da dissertação, o levantamento inicial de dados sobre o número de casos de crianças violadas sexualmente no Brasil, Paraná e no município de Assis Chateaubriand, conforme visualizado na subseção **2.4**, e mais especificamente sobre a localidade pesquisada que pode apreciar e analisar nesta seção. Esta fase da pesquisa permitiu inicial reflexão e aproximação com a realidade pertinente sobre a qual discuto na análise dos dados, é norteadada pela técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2009) apresenta.

Para fins de conhecer o ambiente e os entrevistados/as da pesquisa, apresento o processo de escolha dos/as mesmos/as, evidenciando quem são e de onde falam.

## 5.2. Caracterização do ambiente de pesquisa

O município de Assis Chateaubriand está localizado na região oeste do Paraná.

**FIGURA 3** – Localização geográfica do município de Assis Chateaubriand/PR



Fonte: IBGE, 2010.

Composto por dois distritos<sup>14</sup>, que são Bragantina e Encantado do Oeste, e, sete localidades<sup>15</sup>: Terra Nova do Piquiri, Nice, Engenheiro Azaury, São Pedro do Piquiri, Silverópolis, Alto Alegre e São Cosme e Damião, com uma área territorial de 969,587Km<sup>2</sup>. A população do município tem 33.025 habitantes, sendo que na faixa etária de 00 a 10 anos de idade, recorte de pesquisa, há 4.209 crianças de 0 a 9 anos idade, e 2.597 pessoas na faixa etária de 10 a 14 anos de idade (IBGE, 2010).

Entre 0 e 14 anos, 5.519 crianças e adolescentes frequentaram em 2010 creche ou escola, 54 não frequentavam, mas já haviam frequentado creche ou escola, e, 1.232 que nunca frequentaram creche ou escola. Considero que aproximadamente 5.361 crianças e/ou adolescentes estavam inseridos/as na rede pública de ensino, a qual compreende desde a creche até o ensino regular fundamental, na qual está inserido/a o público de investigação, correspondendo a aproximadamente, 20,6% da população (IBGE, 2010).

O município conta com a sede do Escritório do Núcleo Regional de Educação (NRE), tendo como municípios jurisdicionados: Brasilândia do Sul, Formosa do Oeste, Iracema do Oeste, Jesuítas, Nova Aurora e Tupãssi. Com relação à educação local, o município dispõe de 14 escolas e 04 Centros de Educação Infantil (CEMEI), abrangendo 311 funcionários/as diretos/as, isto é, professores/as, equipe pedagógica, diretores/as e coordenadores/as. Tais dados foram obtidos em conversa informal com a coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Assis Chateaubriand em 2011, antes de iniciar a pesquisa de campo.

No que tange à realidade do serviço de atendimento a vítimas de violência sexual, Assis Chateaubriand, conta com a estrutura de 01 CREAS, 01 Conselho Tutelar, 01 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 01 Delegacia de Polícia Civil e 01 Delegacia de Polícia Militar. Destaco que estes equipamentos situam-se na sede urbana do município e realizam atendimentos para todo o território. Os serviços de saúde compreendem a: 02 Unidades Básicas de Saúde na sede do município e 01 em cada distrito e patrimônio, lembro que corresponde

---

<sup>14</sup>Distritos pressupõem a divisão do município, isto é, se descentraliza de certos departamentos da administração pública (polícia, saúde etc).

<sup>15</sup> Pequenos povoados no interior do município.

a 7 localidades destas situadas na área rural. Dispõe também de 01 unidade de atendimento emergencial que realiza as pré-consultas, consultas, procedimentos ambulatoriais e intervenções médicas básicas de primeiros socorros. Quanto ao atendimento hospitalar possui convênio com 02 unidades particulares que atendem em escala semanal de plantão, nas quais é realizado o primeiro atendimento no caso de abuso para ser preenchida a notificação de ocorrência por profissional de medicina (CRAS, 2009).

Ademais, quando da elaboração do projeto de pesquisa, foram contabilizados 68 casos de violência contra criança e/ou adolescente pelo Conselho Tutelar local, destes, 43 se concentravam na faixa etária de 00 a 10 anos<sup>16</sup>, sendo 22 pessoas que foram e/ou estavam sendo atendidos pelo CREAS, sendo 9 meninos e 13 meninas, em que o tipo de violação de direitos observados foram: negligência 4 casos, sexual 13 casos e múltipla violência 5 casos<sup>17</sup>, registrando-se 18 casos de violência sexual no total de 22. Ao atualizar esses dados, noto uma alta de 20 casos no intervalo de 10 meses, totalizando, assim, no período do levantamento, 42 casos, sendo 22 do gênero feminino e 20 do gênero masculino, provendo 34 casos do Conselho Tutelar, 3 do Ministério Público, sendo que escola, CRAS, delegacia e demanda espontânea apresentaram 1 caso cada, e 1 não informado a procedência (LIMA, 2013).

A partir dessa realidade municipal é que planejo a realização da pesquisa em 07 unidades de ensino, dentre elas 03 CEMEI que atendem crianças de 04 meses a 03 anos de idade, e, 04 unidades que atendem crianças de 04 anos a 10 anos de idade.

Nos CEMEI, o alvo das entrevistas foi um/a profissional em cada instituição que atende crianças de 04 meses a 02 anos e outro/a que atende crianças de 02 a 03 anos, contemplando também sua equipe pedagógica, resultando assim em um total de **12** profissionais, nas 03 unidades desta natureza.

Com relação às 04 unidades que abarcam os anos iniciais (1<sup>o</sup> ao 5<sup>o</sup> ano), que por ora também ofertam Educação Infantil, a entrevista se esquematizou da seguinte forma: em 02 unidades, realizada a pesquisa com professores/as que atendem crianças de 04 a 06 anos de idade; e em 02 unidades, profissionais que

---

<sup>16</sup> Dados do SIPIA – Sistema Informatizado para Infância e Adolescência, período de 01/01/2007 a 06/07/2011.

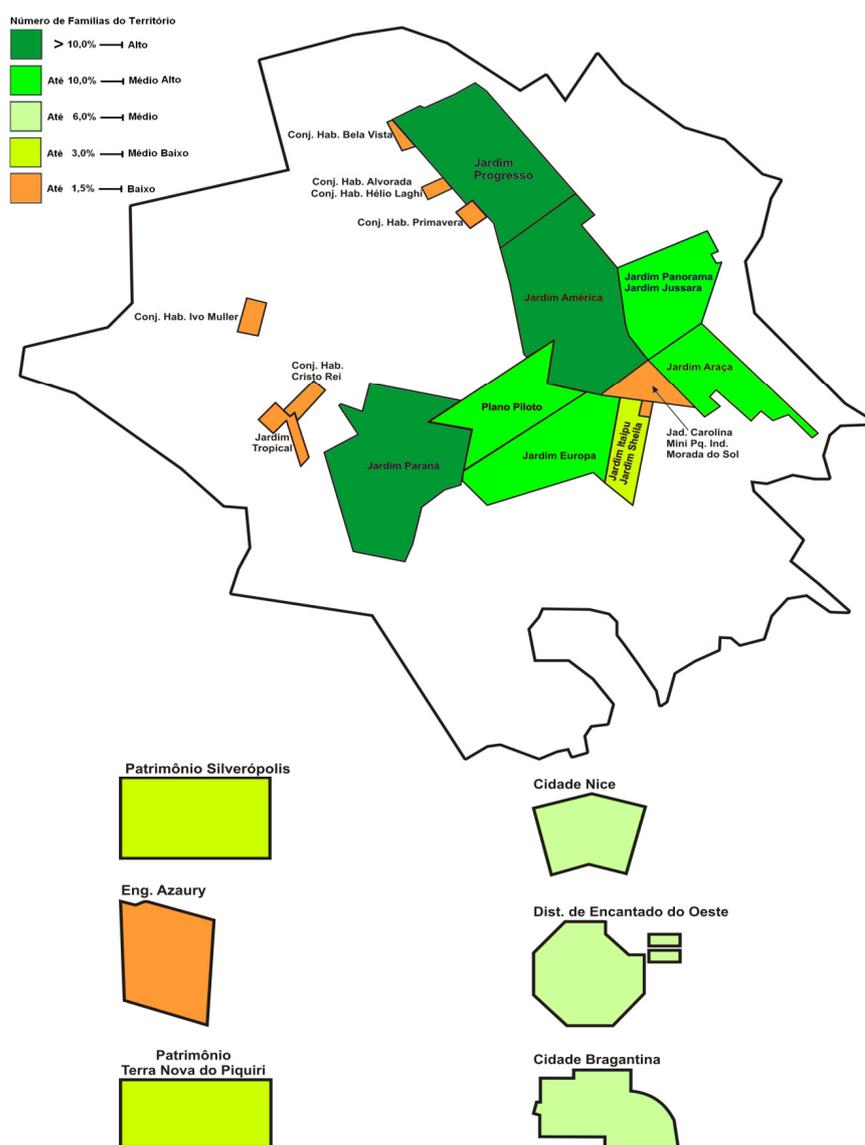
<sup>17</sup> Que incluem sexual e negligência.

atendem crianças de 07 a 10 anos, bem como a equipe pedagógica das mesmas, totalizando assim **22** profissionais das instituições que ofertam os anos iniciais.

As definições desses/as entrevistados/as foram estabelecidas mediante os seguintes critérios:

- Bairros em que houve registros de ocorrência de violência sexual no CREAS, nos quais há instituição de ensino;
- Escolha de uma unidade que ofereça serviço de Educação Infantil e uma que ofereça anos iniciais (1<sup>o</sup> ao 5<sup>o</sup> ano), de acordo com a classificação territorial utilizada no diagnóstico municipal que se baseia por sua escala populacional, isto conforme distribuição na figura 4:

**FIGURA 4 – Divisão territorial do município de Assis Chateaubriand**



**Fonte:** CRAS, 2009, p. 32.

A seguinte classificação dos bairros por escala populacional é distribuída conforme tabela abaixo:

**TABELA 4 – Classificação dos bairros x casos de violência sexual infantil**

<b>Classificação bairro x diagnóstico</b>	<b>Bairro</b>	<b>Casos</b>
Baixo	Primavera	3
Baixo	Bela Vista	4
Baixo	Carolina	1
Baixo	Tropical	1
Médio baixo	Terra Nova	1
Médio	Bragantina	1
Médio alto	Araçá	3
Alto	Progresso	5
Alto	Centro	1
Alto	América	1
Alto	Paraná	1

**Fonte:** LIMA, 2011, p. 12.

A escolha resultou em um bairro de cada escala populacional que teve maior número de casos registrados. Para tanto, as unidades e a quantidade de entrevistados/as ficou disposta conforme a tabela 5:

**TABELA 5** – Organização das unidades de ensino x entrevistados/as

<b>Classificação bairro</b>	<b>Bairro</b>	<b>Unidades de ensino</b>	<b>Entrevistados/as</b>	<b>Total</b>
Alto	Progresso	Escola Municipal Nellita Ramos Sabella e CEMEI Criança Esperança	4 professores/as (07 a 10 anos de idade) 2 pessoas (direção + equipe pedagógica)  2 professores/as (01 - 04 meses a 2 anos; e 01 – 02 a 03 anos de idade) 2 pessoas (direção + equipe pedagógica)	10
Médio alto	Araçá	Escola Municipal Janice Galdino e CEMEI Mundo Magico	3 professores/as (04 a 06 anos de idade) 2 pessoas (direção + equipe pedagógica)  2 professores/as (01 - 04 meses a 02 anos; e 01 – 02 a 03 anos de idade) 2 pessoas (direção + equipe pedagógica)	9
Médio	Bragantina	Escola Municipal Ney Braga e CEMEI Bragantina	3 professores/as (04 a 06 anos de idade) 2 pessoas (direção + equipe pedagógica)  2 professores/as (01 - 04 meses a 02 anos; e 01 – 02 a 03 anos de idade) 2 pessoas (direção + equipe pedagógica)	9
Médio baixo	Terra Nova	Escola Municipal Santa Terezinha	4 professores/as (06 a 10 anos de idade) 2 pessoas (direção + equipe pedagógica)	6
Baixo	Conjunto Bela Vista	Cobertura contemplada no bairro Progresso	Já está contemplado nos entrevistados/as do bairro Progresso	-
				<b>34</b>

**Fonte:** LIMA, 2011, p. 13.

Ou seja, a distribuição dos/as pesquisados/as ficou assim: 20 professores/as; 7 diretores/as; e 7 coordenadores/as pedagógicos/as. Entretanto, no decorrer, conforme assinalado anteriormente tive a necessidade em entrevistar os/as profissionais que atuam nos serviços de atendimento às crianças vítimas de violência, sucedendo em entrevista com os/as trabalhadores/as que atuam nos CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, órgão gestor da Secretaria de Assistência Social e da Mulher e Secretaria Municipal de Educação, contemplando mais **15** pessoas.

Saliento que, durante o processo mais pessoas se dispuseram de própria vontade a falar sobre o assunto, bem como tiveram algumas que, embora atendessem aos critérios de seleção, não se dispuseram a realizar a mesma. Assim, obtive um arsenal de **59** entrevistas, sendo 11 inquiridos/as dos serviços de atendimentos às vítimas de violência e 48 atrelados/as às unidades de ensino, com 5 recusas pelos motivos: 3 pessoas disseram que não sabiam o que falar e tinham medo de errar nas respostas, e, 2 pessoas manifestaram não ter interesse em ser pesquisado/a. Destaco que, até revelarem tais motivos, diversas tentativas foram feitas, como contatos telefônicos, agendamento das entrevistas e no momento de abordagem a pessoa não se encontrava no local marcado.

### 5.3. Processo de coleta de dados

No planejamento do projeto de pesquisa previ que a forma de abordagem aos/as inquiridos/as ocorreria com a prévia explicação da proposta de pesquisa aos/às mesmos/as e caso houvesse disposição em participar, a pessoa seria selecionada, desde que contemplando aos critérios estabelecidos, e em caso de não adesão, nossa alternativa seria realizar a pesquisa junto a um/a profissional de cada ano escolar mediante aceite, somando 34 pesquisados/as, mas que totalizou em 48 pessoas atreladas à educação, ultrapassando o previsto em nosso planejamento anterior.

Os/as entrevistados/as foram contatados/as mediante telefonemas para estabelecer um primeiro contato e agendamento da explanação da proposta de pesquisa que ocorreu em seus espaços respectivos de trabalho, e aceite era apreciado e assinado o TCLE (APÊNDICE C) e então ocorria a entrevista.

Somente em poucos casos agendei para outro momento conforme a disponibilidade do/a pesquisado/a.

O período da pesquisa ocorreu de Junho a Setembro de 2012, e, a média de duração das entrevistas foi de 15 a 35 minutos, exponho aqui o menor e maior tempo. Posteriormente os áudios foram transcritos na íntegra sobre os quais passo a trabalhar no preparo das informações, para análise dos dados que enfoco sobre sua abordagem a partir da análise de conteúdo, enquanto técnica de análise.

#### 5.4. Método de análise de dados

Para análise dos dados coletados emprego a técnica de análise de conteúdo, fundamentada em Bardin (2009 p.38) que consiste em um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens”. Essa técnica possibilita, particularmente, agregar novas interpretações além daquelas que tinha como elementos de hipóteses, pois anterior a aplicabilidade da pesquisa havia algumas categorias que possibilitavam fomentar algumas análises prévias, mas com leitura das entrevistas aprofundo estas classificações dando vazão, a partir dos estudos de Bardin (2009), a construção de novas categorias e subcategorias de análise.

As categorias são rubricas ou classes em que se agrupam um conjunto de informações comuns sob um título mais amplo, caracterizado por uma organização intencional do/a pesquisador/a que julga quais as mensagens são comuns umas as outras para formar essa categoria. Dentro dessa classificação categorial, Bardin (2009) estabelece as subcategorias que surgem do desmembramento das categorias gerais iniciais, que foram definidas por temas, que

[...] é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. O texto pode ser recortado em idéias constituintes, em enunciados e em proposições portadoras de significações isoláveis (BARDIN, 2009, p. 105).

Ou seja, pode desconectar ideias de sua totalidade para melhor analisar seu conteúdo, elegendo temas pertinentes à pesquisa, portanto, elejo categorias centrais mais amplas e suas subcategorias que permeiam especificidades na abrangência da categoria. Isto permitiu ampliar o leque de significações aos temas para subsidiar posteriormente a análise em sua totalidade. Esta perspectiva vem de encontro à proposta investigativa, uma vez que possibilita ponderar entrevistas abertas com conteúdo que tem viés opinativo e valorativo. “De igual modo, em análise de conteúdo, a mensagem pode ser submetida a uma ou várias *dimensões* de análise” (BARDIN, 2009, p. 118, grifo da autora).

Delimitadas as categorias por sua classificação temática e suas subcategorias mais elementares, originaram-se outras subcategorias menores definidas pelas palavras, que é a menor unidade de registro na análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Visualizo a multiplicidade de respostas dos/as 59 entrevistados/as, reconheci e separei as respostas que estabeleciam similitudes e as que não, na verdade procedi ao “[...] método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem” (BARDIN, 2009, p.37). Esta técnica permitiu classificar as diferentes falas cada uma em suas gavetas, segundo os critérios predeterminados, livres de qualquer confusão entre falas.

Três etapas de tratamentos dos dados fundamentadas em Bardin (2009) foram indispensáveis para a análise, que são: a) Leitura e pré-análise, que consistiu na leitura atenciosa e extenuante das transcrições das entrevistas, na qual apropriado dos conteúdos expostos de modo a elencar as mensagens que corresponderam às categorias que permearam a análise; b) Agrupamento e exploração do material, sobre o qual organizo os conteúdos em suas categorias e subcategorias, congregando os conteúdos semelhantes entre os quatro grupos de entrevistados/as que são: grupo 1, Gestoras; grupo 2, Apoio Pedagógico; grupo 3, Professores/as; e grupo 4, Serviço de Atendimento, para posteriormente dialogarem sobre seus resultados; e c) Tratamento dos resultados, na qual ressalto as informações de maior relevância dentro das subcategorias elegidas, apresentando as classificações temáticas abordadas aos conteúdos pelos/as pesquisados/as, para então evidenciar os resultados da interpretação e reflexão teórica sobre os mesmos.

Para coleta de dados, utilizo de roteiro de entrevistas semi-estruturada baseado em Camargo e Libório (2006), destacando que aos grupos 1, 2 e 3, as questões norteadoras pautaram-se nos seguintes conjuntos temáticos: a) Dados pessoais; b) Nível de compreensão dos sujeitos da pesquisa sobre violência sexual, consequências, atitudes, papel da escola, local e idade adequado para tratar sobre o assunto; c) Conhecimento sobre o Guia Escolar; e, d) Abordagem do assunto na formação inicial e continuada dos/as pesquisados/as (APÊNDICE D).

Quanto ao roteiro aplicado aos/às profissionais dos serviços de atendimento as vítimas de violência sexual, nortearam as seguintes questões temáticas abrangentes: a) Dados pessoais; b) Encaminhamentos da violência sexual infantil; c) Sobre o papel da escola e idade adequada para tratar do assunto; d) Articulação com as unidades de ensino para o enfrentamento da violência sexual infantil, e, e) Formação inicial e continuada (APÊNDICE E).

Visando garantir o sigilo da identidade dos/as entrevistados/as na apresentação e análise dos dados coletados, atribui pseudônimos, garantindo a ética necessária em uma pesquisa como essa, conforme pode se apreciar na próxima seção que enfoca os resultados e discussões acerca dos dados coletados no processo de pesquisa.

## **6. APREENSÕES E REFLEXÕES DO PROCESSO INVESTIGATIVO**

Revelar e discutir os dados da pesquisa é ponto bastante esperado desde a coleta, pois permite verificar se nossas hipóteses se confirmam ou se refutam. Neste momento, portanto, cabe uma reflexão aprofundada sobre o objeto de pesquisa que me fascina e move ainda mais indagações, que discuto conforme ocorre à apresentação dos dados.

Com intuito de tornar dinâmica a elucidação dos dados coletados, ilustro por meio de quadros, tabelas, fragmentos de falas dos/as inquiridos/as e gráficos que embasam palpavelmente aos resultados mensurados neste processo investigativo, que apresento em seguida, organizados em subtítulos que evidenciaram as categorias e subcategorias de análise, nas quais apresento os dados e faço as discussões concomitantemente.

### **6.1. Perfil dos/as entrevistados/as**

Conhecer os/as entrevistados/as é primordial na pesquisa, por isso aproximo mediante quadro ilustrativo abaixo o perfil dos/as mesmos/as, enfoco informações que considero relevantes como: idade, formação, tempo de atuação profissional, vínculo institucional e gênero.

QUADRO 4 – Perfil dos/as entrevistados/as

SUJEITO	GRUPO	BAIRRO	PERFIL						SEXO
			FORMAÇÃO	ANO DE FORMAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	IDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO NA INSTITUIÇÃO	VÍNCULO	
ELZA	GESTORAS	ALTO	GEOGRAFIA	1988	SIM	48	30 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
ELIANE	GESTORAS	MEDIO ALTO	LETRAS	1994	NÃO	52	3 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
NILDA	GESTORAS	MEDIO	PEDAGOGIA	2009	SIM	44	23 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
NEIDE	GESTORAS	MEDIO	PEDAGOGIA	2006	SIM	50	2 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
NALVA	GESTORAS	MEDIO BAIXO	LETRAS	2000	SIM	46	2 ANOS E MEIO	ESTATUTÁRIA	F
GABRIELA	GESTORAS	MEDIO ALTO	PEDAGOGIA	1999	SIM	53	3 MESES	ESTATUTÁRIA	F
ALICE	APOIO PEDAGÓGICO	ALTO	PEDAGOGIA	2000	SIM	48	6 MESES	ESTATUTÁRIA	F
ANDREIA	APOIO PEDAGÓGICO	ALTO	PEDAGOGIA	2007	SIM	27	1 ANO	ESTATUTÁRIA	F
BÁRBARA	APOIO PEDAGÓGICO	MEDIO ALTO	PEDAGOGIA	2004	SIM	35	1 ANO	ESTATUTÁRIA	F
BRUNA	APOIO PEDAGÓGICO	MEDIO ALTO	PEDAGOGIA	2005	SIM	40	3 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
BRENDA	APOIO PEDAGÓGICO	MEDIO ALTO	PEDAGOGIA	2006	SIM	30	2 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
CASSIA	APOIO PEDAGÓGICO	MEDIO	PEDAGOGIA	1996	SIM	38	9 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
CÁTIA	APOIO PEDAGÓGICO	MEDIO BAIXO	PEDAGOGIA	2007	SIM	38	4 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
CAMÉLIA	APOIO PEDAGÓGICO	ALTO	PEDAGOGIA	2006	SIM	38	4 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
CARLA	PROFESSORA	ALTO	PEDAGOGIA	2010	SIM	43	1 MÊS	ESTATUTÁRIA	F
CACILDA	PROFESSORA	ALTO	LETRAS	2003	NÃO	32	7 ANOS	ESTATUTÁRIA	F

LILIAN	PROFESSORA	ALTO	PEDAGOGIA	2006	NÃO	32	6 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
LORENA	PROFESSORA	ALTO	PEDAGOGIA	2000	SIM	45	19 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
LORIEN	PROFESSORA	ALTO	GEOGRAFIA	2007	SIM	42	8 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
LARISSA	PROFESSORA	ALTO	LETRAS	2000	SIM	41	21 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
RONALDO	PROFESSOR	ALTO	PEDAGOGIA	2010	SIM	25	2 ANOS	ESTATUTÁRIO	M
TACIANA	PROFESSORA	MEDIO ALTO	PEDAGOGIA	2010	NÃO	30	2 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
TELMA	PROFESSORA	MEDIO ALTO	PEDAGOGIA	2008	SIM	38	2 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
ANDRESSA	PROFESSORA	MEDIO BAIXO	MATEMATICA	2001	NÃO	36	17 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
DASLAINY	PROFESSORA	MEDIO BAIXO	LETRAS	2006	SIM	34	6 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
LUCILENE	PROFESSORA	MEDIO BAIXO	LETRAS	2006	SIM	36	6 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
AMETISTA	PROFESSORA	MEDIO BAIXO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1989	SIM	50	23 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
SIMONE	PROFESSORA	ALTO	PEDAGOGIA	2006	SIM	37	1 ANO	ESTATUTÁRIA	F
CIDA	PROFESSORA	ALTO	GEOGRAFIA	2010	NÃO	26	3 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
MARCIA	PROFESSORA	ALTO	MATEMATICA	CURSANDO	NÃO	21	2 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
GISLAINE	PROFESSORA	ALTO	GEOGRAFIA	2011	NÃO	31	6 MESES	ESTATUTÁRIA	F
YARA	PROFESSORA	ALTO	PEDAGOGIA	2009	SIM	32	8 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
ANAHY	PROFESSORA	ALTO	MAGISTERIO	2009	NÃO	37	2 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
AMANDA	PROFESSORA	ALTO	PEDAGOGIA	CURSANDO	NÃO	26	8 MESES	ESTAGIARIA	F
NAYARA	PROFESSORA	MEDIO ALTO	PEDAGOGIA	2010	SIM	35	5 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
JORDANA	PROFESSORA	MEDIO ALTO	PEDAGOGIA	CURSANDO	NÃO	23	3 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
SILVIA	PROFESSORA	MEDIO	PEDAGOGIA	2010	NÃO	27	1 ANO	ESTATUTÁRIA	F
ALESSANDRO	PROFESSOR	MEDIO	NORMAL SUPERIOR	2004	SIM	35	7 ANOS	ESTATUTARIO	M
SAMANTA	PROFESSORA	MEDIO	PEDAGOGIA	1994	SIM	41	21 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
JANAÍNA	PROFESSORA	MEDIO	PEDAGOGIA	1999	SIM	36	1 MÊS	ESTATUTÁRIA	F
FRANCI	PROFESSORA	MEDIO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	2006	SIM	27	2 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
LEONOR	PROFESSORA	MEDIO	PEDAGOGIA	2012	SIM	44	12 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
SUSAN	PROFESSORA	MEDIO	LETRAS	2005	SIM	42	2 MESES	ESTATUTÁRIA	F
ANGELINA	PROFESSORA	MEDIO	LETRAS	2005	SIM	37	2 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
MARLI	PROFESSORA	MEDIO	PEDAGOGIA	CURSANDO	NÃO	20	2 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
YASMIN	PROFESSORA	ALTO	PEDAGOGIA	2003	SIM	33	6 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
KEMILY	PROFESSORA	ALTO	PEDAGOGIA	2007	SIM	45	7 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
PILLAR	PROFESSORA	MEDIO ALTO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	2008	SIM	38	6 MESES	ESTATUTÁRIA	F

CLEMENSILVIA	SERVIÇO DE ATENDIMENTO	TODOS TERRITÓRIOS	PEDAGOGIA	2010	SIM	42	6 ANOS	ELETIVA	F
DAÍNE	SERVIÇO DE ATENDIMENTO	TODOS TERRITÓRIOS	CIÊNCIAS SOCIAIS	2008	SIM	25	2 ANOS	ELETIVA	F
RUTHI	SERVIÇO DE ATENDIMENTO	TODOS TERRITÓRIOS	SERVIÇO SOCIAL	1992	SIM	51	3 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
RICARDO	SERVIÇO DE ATENDIMENTO	TODOS TERRITÓRIOS	SERVIÇO SOCIAL	2007	NÃO	27	4 ANOS	ESTATUTARIO	M
ELMIDES	SERVIÇO DE ATENDIMENTO	TODOS TERRITÓRIOS	PSICOLOGIA	2007	SIM	44	3 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
MILENI	SERVIÇO DE ATENDIMENTO	TODOS TERRITÓRIOS	PSICOLOGIA	1987	SIM	54	3 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
RUBIA	SERVIÇO DE ATENDIMENTO	TODOS TERRITÓRIOS	PEDAGOGIA	1993	SIM	47	3 ANOS	CARGO COMISSIONADO	F
ISABEL	SERVIÇO DE ATENDIMENTO	TODOS TERRITÓRIOS	PSICOLOGIA	1998	SIM	38	3 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
ISADORA	SERVIÇO DE ATENDIMENTO	TODOS TERRITÓRIOS	SERVIÇO SOCIAL	2007	SIM	25	2 MESES	ESTATUTARIO	F
MARTA	SERVIÇO DE ATENDIMENTO	TODOS TERRITÓRIOS	SERVIÇO SOCIAL	2007	SIM	27	2 ANOS	ESTATUTÁRIA	F
HORTÊNCIA	SERVIÇO DE ATENDIMENTO	TODOS TERRITÓRIOS	PSICOLOGIA	2005	SIM	39	1 ANO	ESTATUTÁRIA	F

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Noto que o perfil dos/as pesquisados/as do gênero feminino, 55, se sobressai em relação aos do masculino, 4. A idade varia entre 20 e 59 anos de idade, concentrando maior número de entrevistados/as na faixa etária de 30 a 39 anos, correspondendo a 24 pessoas. A distribuição se organiza na tabela abaixo:

**TABELA 6 – Faixa etária dos/as pesquisados/as**

<b>Faixa etária</b>	<b>Número de investigados/as</b>
20 – 29 anos	13
30 – 39 anos	24
40 – 49 anos	16
50 – 59 anos	6

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Isto denota a idade ainda considerada de população ativa para o trabalho, destaco o vínculo empregatício predominante o estatutário, 54 pessoas, 2 eletivos/as, 1 contrato por tempo determinado e 1 cargo comissionado, 1 estagiário/a, revelando um perfil de profissionais com estabilidade funcional que tem condições desse vínculo possibilitar formação de carreira na função. Sobre isto, considero que esses/as profissionais tenham mais condições que aqueles/as que estão ali temporariamente e por indicação em virtude de plano de governo político partidário, e têm a possibilidade de intervir e ver mudanças na realidade com suas ações dando continuidade aos serviços prestados.

A formação que se destaca é de nível superior em Pedagogia, 28 pessoas; seguida pela formação em Letras, 8; Serviço Social, Psicologia e Geografia, 4 em cada ramo de formação; Ciências Biológicas, 3; Matemática, 2; e Normal Superior e Ciências Sociais, 1 em cada área. Destes, 4 têm Magistério e estão cursando nível superior. E a demarcação da data de sua formação salienta-se entre os anos de 2003 a 2007, conforme a tabela 7:

**TABELA 7 – Ano de formação dos/as pesquisados/as**

<b>Ano de formação</b>	<b>Número de investigados/as</b>
1983 – 1987	1
1988 – 1992	3
1993 – 1997	6
1998 – 2002	6
2003 – 2007	24
2008 – 2012	15
Cursando	4

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Dentre os/as que possuem nível superior, 45 têm pós-graduação, 10 não possuem, e 4 estão cursando, denotando uma continuidade nos estudos. Há, portanto, possibilidades de continuar o aperfeiçoamento profissional, visto que se trata de profissionais que datam curto prazo de inserção nas instituições, prevalecendo o tempo de atuação na instituição de trabalho de 1 a 5 anos que correspondem a 32 entrevistados/as. Verifico com mais detalhes, na tabela seguinte o período de atuação dos/as mesmos/as:

**TABELA 8 – Tempo de atuação dos/as pesquisados/as**

<b>Tempo de atuação na instituição</b>	<b>Número de investigados/as</b>
> 1 ano	9
1 – 5 anos	32
6 – 10 anos	10
11 – 15 anos	1
16 – 20 anos	2
21 – 25 anos	4
26 – 30 anos	1

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Noto um perfil de profissionais jovens, que têm uma formação atual, visualizando uma segurança no vínculo empregatício, que permite desenvolver e se envolver com a instituição em que desempenha a função e que tem condições de contribuir para alterar a realidade, denunciando os casos de violência sexual contra crianças a partir de sua realidade profissional. Para tanto, analiso, a partir disto, a compreensão destes/as acerca desse fenômeno multifacetado, que se revela em todas as classes socioeconômicas: o abuso e a exploração sexual, bem como os encaminhamentos dados por estes/as, nestas situações.

## 6.2. Bastidores da pesquisa

Compreender as nuances e a essência da pesquisa é um exercício que somente o/a pesquisador/a consegue se atentar sobre e perceber o que é, muitas vezes, incompreensível. Nesta investigação expressaram-se de várias formas, como em lágrimas, em lembranças que ofuscam os olhares, no silêncio pelo qual percebi o pensamento do/a entrevistado/a fluir por salas de aulas e rostos e olhos infantis e se perguntar em silêncio: Será? É a partir destas observações no comportamento dos/as pesquisados/as, que exponho sobre o processo de

indagação aos/às profissionais que atuam cotidianamente na execução de políticas sociais essenciais à população, compartilho a maneira como fui recepcionada no ambiente de pesquisa.

Inicialmente, quando falava que estava ali para realizar uma pesquisa enquanto estudante do Programa de Mestrado em Educação da UEM, observei um desconforto e este aumentava quando citava que era sobre violência sexual contra criança, provocando olhares entre os/as entrevistados/as, um mexer nas cadeiras, toque entre as mãos, ou então expressões como “Ai, que difícil”, ou até mesmo por telefone “Ai, será que vou conseguir falar sobre isso, não sei muita coisa”. Mas, na sequência quando me apresentava enquanto assistente social do município e que atuava no CREAS, no serviço de enfrentamento à violência sexual contra a criança, presenciava um suspiro forte e um cochichar, e logo em seguida, ouvia o comentário: “Então poderemos falar com ela a respeito daquele caso”, tendo a adesão, confesso que este fato possibilitou uma maior confiabilidade dos/as pesquisados/as.

Também, durante e/ou após as entrevistas surgiram questionamentos dos/as entrevistados/as, se estavam corretos/as quanto à forma de pensamento e encaminhamentos expostos, bem como quando chegava ao questionamento da formação, em seguida, havia comentários sobre visualizar um projeto de ação desencadeado a partir da pesquisa para se implantar no município, legitimando nossa proposta interventiva que almejo resultar desse processo investigatório, cumulando ainda mais nossa responsabilidade e dever ético profissional e de pesquisadora em dar uma devolutiva aos/as investigados/as.

Nesse processo consegui apreender três tipos de pesquisados/as:

a) Aqueles/as que em suas respostas de culpabilização da criança fez-me sentir mal, suas falas chama atenção por conter afirmações que solidificava sua visão de senso comum, e por mais que ficava estarecida e com vontade de falar o contrário, levantar discussões, mantive postura de pesquisadora sem interferir na coleta dos dados, o que foi um grande desafio;

b) Aquele/a outro/a em que muitas vezes, sentia que estava falando o que gostaria de ouvir, mas que me deixou com dúvidas sobre se de fato era aquela sua postura diante de casos de violência; e

c) O/A entrevistado/a que se colocava para discutir a situação mostrou-se disposto/a ao diálogo, mais que simplesmente emitir sua opinião, querendo conferir se teve procedimentos adequados, plausíveis em situações de violência sexual, entendendo a criança como sujeito em desenvolvimento e mostrando sua preocupação e compromisso para alterar essa realidade.

Em suma, a recepção nos locais de pesquisa fora bastante acolhedora, com pesquisados/as dispostos/as a contribuir. Destaco que somente em um local fui uma única vez, nos demais retornei de 2 a 4 vezes. As direções e coordenações sempre colocaram uma sala reservada para facilitar o trabalho, para que não houvessem interferências, e os/as investigados/as, quando em horários de trabalho, tinham autorização para colocar outro/a professor/a para dar aula em seu lugar, podendo participar da pesquisa.

Quanto aos/às que não aceitaram participar da pesquisa, esclareço que re-agendei por telefone e *in loco* reiteradamente, e estes/as desmarcavam próximo ao dia ou horário acordado, ou então chegava ao local e o/a candidato/a pesquisado/a havia saído até a pessoa indagar se haveria problema em não participar, o que, em contrapartida, não forcei para não prejudicar também no processo de pesquisa, e, sobretudo não ser prerrogativa dessa proposta.

### 6.3. Apresentação e análise dos dados

Divido a análise de dados em dois momentos, primeiro faço uma análise por grupos de pesquisa em separado, e em segundo, dialogo com os resultados apresentados de modo a fazer uma discussão de todos os grupos numa totalidade. Justifico essa organização dada à particularidade da análise de conteúdo propiciar conhecer e melhor analisar as fragilidades e/ou as potencialidades de cada grupo e do todo, subsidiando elencar mais elementos para discussão acerca da formação docente.

Desdobro, assim, as seguintes categorias e subcategorias de análise acerca dos instrumentos de pesquisa aplicados:

**QUADRO 5** - Categorias e subcategorias de análise

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Relatos</b>
A. Aspectos conceituais	a1) Compreensão sobre	Relatos sobre o

sobre o fenômeno violência sexual infantil	abuso sexual	entendimento sobre abuso sexual e suas características
	a2) Compreensão sobre exploração sexual	Relatos sobre o entendimento sobre exploração sexual e suas características
	a3) Ocorrência de casos de violência sexual na escola	Relatos sobre casos que tiveram contato no espaço de atuação
	a4) Demandantes e procedimentos aos casos de violência sexual aos serviços de atendimento	Relatos sobre o principal demandante de casos de violência sexual e se o serviço de atendimento realiza devolutiva aos encaminhamentos
	a5) Sinais para identificação da violência sexual no comportamento da criança	Relatos sobre os sinais de mudança no comportamento da criança que sofre violência sexual
	a6) Consequências da violência sexual para o desenvolvimento integral da criança perceptíveis no âmbito da escola	Relatos sobre as implicações da violência sexual no processo de desenvolvimento pedagógico da criança
B. Encaminhamentos e resoluções sobre casos de violência sexual infantil	b1) Atitudes em casos de violência sexual	Relatos sobre as atitudes que tomariam frente a casos de violência sexual infantil
	b2) Papel da escola diante de casos de violência sexual	Relatos sobre qual a responsabilidade da escola frente à violência sexual
	b3) Potencial da escola e ação articulada para enfrentar a violência sexual	Relatos do grupo de serviço de atendimento sobre o potencial da escola em realizar prevenção da violência sexual, bem como se desenvolvem ações articuladas para tal
C. Enfrentamento e prevenção à violência sexual contra a criança	c1) Local adequado para tratar sobre a violência sexual	Relatos sobre o melhor lugar para abordar a violência sexual com as crianças
	c2) Idade apropriada para falar sobre a violência sexual contra criança	Relatos sobre a idade apropriada para falar sobre violência sexual com a criança
D. Formação pedagógica sobre violência sexual infantil	d1) Conhecimento sobre o material Guia Escolar	Relatos acerca de conhecimento do Guia Escolar
	d2) Formação inicial sobre	Relatos sobre acesso a

	violência sexual	conteúdos de violência sexual na formação inicial
	d3) Participação em cursos de capacitação sobre a temática	Relatos sobre acesso a conteúdos de violência sexual durante a atuação profissional
	d4) Interesse por formação na área	Relatos sobre interesse em cursos de formação sobre violência sexual

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

#### *A. Aspectos conceituais sobre o fenômeno violência sexual contra criança*

Nesta categoria, relato as compreensões dos/as investigados/as sobre as formas de violência sexual, isto é, abuso e exploração sexual infantil, permitindo discorrer sobre a conceituação pessoal de cada pesquisado/a, trazendo características que demarcam cada um desses tipos de violência. Bem como, se em algum momento da atuação profissional na instituição de ensino se depararam com casos de violência sexual, e como percebem os sinais nas crianças que sofrem tal tipo de violência para identificar este fenômeno, sobretudo como esta ocorrência incide no desenvolvimento escolar da criança.

Para tanto, organizo a apresentação dos dados mediante as subcategorias para tornar mais dinâmica a compreensão, contando com tabelas que subsidiam verificar as denotações apontadas pelos/as pesquisados/as, se delimitando pelas palavras localizadas nas respostas.

##### *a1) Compreensão sobre abuso sexual*

Sobre o entendimento acerca do abuso sexual, observo que no grupo das Gestoras esse tipo de violência sexual é classificado da seguinte forma:

**TABELA 9** – Classificação temática sobre abuso sexual: Gestoras

<b>Classe Temática</b>	<b>Definições das pesquisadas</b>
Toque, carícia, com ou sem penetração	Elza, Eliane, Nilda, Gabriela
Perversão	Nalva
Não sabe	Neide

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Evidencio nas seguintes falas, aquelas que atribuem significação próxima à conceituação de cunho científico de abuso sexual, que se explicitam indiretamente em:

*[...] abuso é alguma coisa, com criança principalmente, que tá transgredindo as leis próprias do ser humano né. Eu digo assim porque fala 'tudo tem seu tempo, sua hora' então mesmo o abuso tem também né, sua hora determinada para certos, certos atos né, mas mesmo quando é a força, é violência né, abuso, mas se tratando de criança toda forma de, como se diz, mesmo até de um próprio passar a mão na criança depois de conhecida, até mesmo o próprio sexo eu acho que já é um abuso quando desconhecido, porque você tá violando o direito da criança [...]* (ELZA).

*[...] o abuso sexual é quando alguém se aproveita da criança, ou do adolescente, ingênuo né, talvez nem chega assim a consumir, mas eu entendo por abuso, a partir do momento, desde que ele fala, né, já começa assim psicologicamente, a criança já vem sofrendo, né, um toque, às vezes um carinho né, fora do normal, é, tipo assim, é se insinuando ou querendo, como se diz! Pegar a criança ou o adolescente para ele. E também o abuso consumando mesmo, que é triste né, que é a violência né, violência sexual, o estupro. Têm casos que a pessoa, esse adulto a que abusa sexualmente da criança, do adolescente, ele chega bonzinho, oferecendo objetos, oferecendo doces né, pra ir conquistando essa criança, até que vai, acontece né. Casos assim, às vezes, não pratica o ato sexual ali com os próprios órgãos genitais, mas usam da mão* (ELIANE).

*pra mim é quando toca, ou fala ou faz algo no corpo* (GABRIELA).

Destaco das falas que a expressão “né” remete ao pedido de confirmação das informações oferecidas.

Quanto à atribuição perversão, que remete a uma confusão com o comportamento do/a pedófilo/a que de modo indireto alude ao/à abusador/a e não à dimensão do abuso sexual, denoto por meio da seguinte fala:

*abuso sexual ele é, como que eu vou dizer, sem interesse financeiro, a pessoa simplesmente tem uma perversão dentro dela e ela gosta de criança* (NALVA).

E a última entrevistada do grupo 1 – Gestoras, disse:

*[...] não sei* (NEIDE).

Quanto ao grupo 2, Apoio Pedagógico, as compreensões perfazem ao demonstrado pela tabela a seguir:

**TABELA 10 - Classificação temática sobre abuso sexual: Apoio Pedagógico**

<b>Classe Temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
Toque e conversa	Alice, Bárbara, Brenda, Cátia, Camélia
Penetração de objetos	Andreia
Não sabe	Bruna, Cassia

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Dimensionam, portanto, o toque e a conversa com interesses sexuais como sendo o abuso sexual, denotando isso por meio dos relatos:

*aquele carinho mais íntimo pode ser tanto de pais, irmãos, tios, tias, babás, pessoas de fora, uma carícia (ALICE).*

*[...] esses carinhos exagerados. Chega uma pessoa adulta e pede para ver o 'pingulim' da criança né, daí eu acho que é chato né, fazer esse tipo de brincadeira de pessoas adultas né, ou então chega e aperta né o 'pingulim' do menininho eu acho chato (CÁTIA).*

*mas o abuso também não é só sexual né, a criança pode ser abusada de outras formas, através do trabalho infantil, pode ser verbalmente, pode ser ofendida verbalmente sem acontecer ato nenhum (BÁRBARA).*

Quanto à penetração de objetos, a entrevistada coloca que abuso sexual é

*a introdução de algum objeto nas partes sexuais da criança e na verdade a criança não sabe o que o adulto está fazendo com ela, na verdade ela tá ali totalmente inocente, o adulto não, acredito que seja isso (ANDREIA).*

Quanto às duas últimas entrevistadas do grupo de apoio pedagógico uma esclarece diretamente não saber e a outra desconversa sobre a conceituação de abuso sexual, não apontando conhecimento e/ou opinião a respeito.

*eu não sei. (Silêncio). Não sei (BRUNA).*

*é complicado (CASSIA).*

Com relação ao grupo 3 - Professores/as, por seu número significativo de entrevistados/as, 34 pessoas, os elementos temáticos elencados nesta subcategoria foram mais extensos, levando-me a agrupá-los por suas similitudes, ficando dispostos da seguinte maneira:

**TABELA 11** - Classificação temática sobre abuso sexual: Professores/as

<b>Classe Temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
Muda o foco	Carla, Jordana, Marli
Toque íntimo, carícia forçada	Cacilda, Lucilene, Yasmin
Mexer, ato sexual com criança	Nayara
Fala, toque, assédio, manipulação	Lorena, Pillar
Fala, toque, exibição de vídeo e televisão	Lorien, Simone, Alessandro
Ato, palavra, gesto	Gislaine
Aliciar, palavras	Yara
Molestar, acariciar com ou sem penetração	Andressa
Relação sem sentimento, sem prazer da vítima	Cida
Criança é despertada para o sexo	Larissa
Criança inocente	Lilian, Ronaldo, Taciana, Kemily
Viola direito, desrespeito, violência física, verbal, psicológica	Telma, Silvia, Janaína, Angelina
Relação de troca do corpo por doce	Daslainy
Violência física	Marcia, Amanda
Adulto machuca a criança, deixa triste	Samanta
Violência na parte sexual	Franci
Perseguida pela família	Leonor, Ametista
Gesto, estupro, ato de transgressão do brincar, da inocência	Susan
Agressão	Anahy

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Observo que Cacilda, Lorena, Pillar, Lorien, Larissa, Andressa, Lucilene, Simone, Cida, Gislaine, Yara, Nayara, Alessandro, Franci, Susan e Yasmin caracterizam mediante algum ato ou comportamento do/a violador/a contra a criança que demarca a situação de violência sexual, sobretudo, alguns/mas assinalam o desdobramento de como pode ocorrer essa tipologia de violência como o estupro, com ou sem penetração, exibicionismo, manipulação da genitália da criança, sendo expresso em relatos que chama a atenção pelos detalhes apontados, como:

*acho que às vezes, esse abuso, às vezes, acontece momentaneamente, quando a menina é pequena e a mãe fala 'cadê minha periquitinha?' 'cadê meu pipizinho?' e vai tocando, e isso vai dando certo prazer na criança, e às vezes o pai e a mãe não dá conta né, criança né e tal. E a gente troca criança e tudo, mas quando ela chega e a gente pega no colo a gente percebe. Tinha uma menininha que chegava na escola e ela sempre colocava a vagina no canto da carteira e ficava esfregando, esfregando, e em casa, a gente conversava, era porque a mãe ficava acariciando quando ela era pequenininha, então, não sei se espontâneo ou inespontaneamente ela sentia prazer naquilo. A mãe estimulou.*

*Isso é (silêncio), agora abuso é quando você força, você tem interesse na criança toda hora, mesmo que ela não queira, apalpando, pegando, eu acho que isso aí é o abuso. Fazer coisas fora do comum com a criança.*

*Porque a criança sofre abuso, a criança não tá sabendo né (CACILDA).*

*desde a palavra, o simples ato de você falar com malícia com a criança, já é uma forma de abuso, muita "pegação", "beijação", passar a mão, isso já é abuso (PILLAR).*

*[...] acho que desde o momento que você, principalmente com a criança, que você já constrange ela, ou num toque, ou numa fala, eu acho que a partir daí já está sendo esse abuso. Porque uma criança, ela vai inocente, ela não tem essa malícia, apesar de que a gente sabe que dependendo do convívio da criança tenha principalmente aqui no nosso caso, a gente ouve cenas assim das crianças que você não acredita, você fala: "meu Deus, isso não tá acontecendo." Por que o que que acontece? Aqui eles têm assim, por a família não ter, assim, não são todos, mais a maioria das famílias são desestruturadas eu acho que eles veem cenas tanto de televisão, ou de vídeo, ou o até mesmo em si, porque você ouve às vezes conversa deles que às vezes a gente tem que intervir, porque daí eles têm essa inocência e fala em sala de aula: "ai o namorado da minha irmã fez isso, fez aquilo, e eles tavam lá no quarto, aí a gente ouve barulho", ou às vezes os meninos vocês ouvem eles conversando 'oh, fiz isso e isso' entendeu? Então eu acho assim oh, se já começa ter essa liberdade, para mim já parte para um lado abusivo para a criança. Aí têm as falas, verbalmente, aqueles palavrões, eu acho que partiu daí, já é o abuso, para mim, particularmente (LORIEN).*

*eu acho que é o ato de o homem ou mulher aliciar menores através das palavras, ou alguma criança e já, e a criança não entende que ela tá carente, seja por parte afetiva, aí ele leva pro lado da afetividade e traz ela pra próximo dele com interesse de abusar dela, é o abuso né (YARA).*

*ah, mexer na criança né, [...]. A gente entende assim, você sabe né, entendo pouco, mas dá para perceber né (NAYARA).*

*abuso sexual (silêncio) olha eu não sei se vou dar a resposta certa mas na minha opinião o abuso sexual não é só o ato em si desde que você pegue uma criança aí eu desconsidero um pouco a idade de criança, para mim a criança, porque dizem que criança é até os 17 mas eu acho que tem (que) ver a maturidade, psicologia dela. Mas desde que forneça ou mesmo que não force, mas induza (a) assistir um filme pornô, mas que comente alguma coisa com ela que ela não está preparada maturamente para aquilo eu já considero uma forma de abuso. Não precisa ter toque, não precisa ter o ato em si, desde que você ou fale, converse que você, que você, o incentivo a fazer algumas coisas já é uma abuso. Eu acho que pai que deixa a criança assistir um DVD ou filme pornô ou alguma coisa inadequada para idade, eu já acho que é um tipo de abuso porque querendo ou não querendo já tá coagindo, já fazendo alguma coisa que ela não está preparada (ALESSANDRO).*

Mesmo rico em detalhamentos e menções, sobre as configurações que se imprimem nas diversas formas do abuso sexual, ressalto que há a compreensão de que este ocorre sempre de uma pessoa mais velha com relação a uma criança, o que permite apontar que esses/as entrevistados/as têm uma noção próxima aos conceitos abordados sobre esta subcategoria, em que o/a agente violador/a pode ser membro ou não da família e a relação desigual de poder, imposta pela condição de maior idade, porte físico de um/a mais velho/a para com um/a mais novo/a se conota nessa relação, o que corrobora a concepção de Foucault (1995).

A maioria dos/as professores/as entrevistados/as, têm noções em linhas gerais do que é o abuso sexual, porém, a todo o momento fica clara a preocupação em estar fornecendo a resposta adequada, assim como a insegurança, perceptíveis mediante os momentos de silêncio ou então nos momentos em que alguns/mas entrevistados/as enfocam algum caso ou passagem de alguma experiência para então mudar o foco da questão.

Em contrapartida nas falas de alguns/mas, ficam evidentes muita confusão ao esclarecerem sobre o abuso sexual, como pode observar nas preleções:

*sexual é quando, a criança de repente tá sendo perseguida por alguém dentro de casa, de repente o próprio pai, ou o irmão, ou um próprio tio (LEONOR).*

*ah no mundo que a gente tá vendo no rádio, na TV, é criança, adolescente, idosos, eu sempre falo para eles se acontecer com a*

*minha filha eu mato, eu como mãe é uma dor tão grande. Para gente imaginar para ela, na cabecinha da criança, imagina a consciência dela, envolve tudo o psicológico, a criança, tem criança aqui que não tá acostumada a bater, tá brincando, tem criança que nunca veio aqui. [...] Agora o abuso sexual contra a criança é uma coisa tão pesada, ela não tem atitude, ela não sabe o porquê tá acontecendo com ela (SUSAN).*

*e aí têm aqueles (que) não contam. Alguns contam, outros são mais fechados (ANGELINA).*

Distanciando até mesmo em algumas falas expressivamente as particularidades que envolvem o ato sexual, como o próprio nome sexual sugestivamente deixa falsamente entender, trago essa dimensão nos relatos abaixo:

*eu acho que o abuso a criança tá inocente (LILIAN).*

*eu acho que seria mais que fisicamente né, seria a criança ser explorada afetivamente, e que sofrerá uma consequência muito grande futuramente (MARCIA).*

*é uma agressão contra a criança e a criança vai levar isso para o resto da vida (AMANDA).*

*a violência ou abuso sexual é com aquela criança que não sabe se defender, porque hoje em dia, uma menina de 14 anos já sabe se defender, ou às vezes é coagida, às vezes quem está fazendo isso é alguém próximo e ameaça: “se você falar eu te mato”, mas às vezes não, e ela consegue procurar ajuda. E uma criança de três ou cinco anos, não sabe se defender, nem como agir (KEMILY).*

Ou seja, é presente a questão de que sinaliza a vida da vítima inteiramente, que deixará lembranças e marcas que jamais serão esquecidas e o atrelamento de violência ao caráter estritamente físico demarcado em Chauí (1999) e Guerra e Azevedo (2001).

E ainda, há entrevistados/as que divagam e revelam incertezas na resposta ao questionado:

*também seria né, informação precoce. Porque a gente ouve falar, quando a criança pergunta alguma coisa você já tem que responder por que ela já tá preparada para ouvir aquilo que ela perguntou. Eu acho que não, eu acho que você tem que dar a informação, mas conforme a idade dela, a faixa etária dela. Você*

*não pode colocar os bois na frente da carroça, ela não vai saber. E essas coisas assim, as crianças são tão curiosas, que elas aprendem, e parece que ninguém tem que ensinar. Por exemplo, assim, eu tive muito pouco informação com meus pais, e nem por isso eu era tão inocente assim, então as coisas que a gente, principalmente essas coisas, a gente aprende, não precisa ninguém ensinar, por exemplo, até na escola fala-se de educação sexual, eu acho que depende de qual educação sexual você vai dar. Por exemplo se você falar de sexo como uma coisa bonita, a criança vai ouvir aquilo ali e vai ser um adulto normal sem problemas sexuais (CARLA).*

*[...] quando você fala em abuso, exploração, violência, essas três palavras de certa forma, é, ruins, pesadas né, e quando a gente fala de criança, de adolescente, essas três palavras são a mesma coisa que falar matar, porque assim, não sei (JORDANA).*

Os dados revelam que muitos/as pesquisados/as, confundem o abuso sexual com a violência física ou psicológica, isto é, combinam o ato ou jogo sexual entre o/a adulto/a e uma criança e/ou adolescente, para estimular sexualmente a/o último/a, para obter satisfação sexual, com o processo disciplinador de uma criança mediante a força física ou a subordinação desta, sendo que, quando trazem elementos correlatos à subcategoria aparecem incipientes e soltos em suas falas (AZEVEDO; GUERRA, 2001). Em suma, os dados revelam desconhecimento sobre o fenômeno, sobre o que pressuponho adiantar que sobre os sinais do abuso possam ser mais difíceis de serem identificados por estes/as mediante essa fragilidade de compreensão, confirmando, num primeiro momento, parte das hipóteses sobre a falta de compreensão da violência sexual.

No entanto, aprecio a outra modalidade desse fenômeno de relação de poder que se exprime pela exploração sexual que aponto na sequência. Antes, evidencio as informações obtidas pelos/as profissionais que atuam no serviço de atendimento às vítimas de violência do município de Assis Chateaubriand, que para melhor organização corresponde ao grupo 4, que tem em comum ao instrumento de pesquisa esta mesma subcategoria de análise.

Explicito neste grupo os seguintes elementos temáticos:

**TABELA 12 - Classificação temática sobre abuso sexual: Serviço de Atendimento**

<b>Classe Temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
------------------------	---

Mexer na parte sexual, com ou sem penetração	Clemensilvia, Daíne, Hortência
Palavras, com ou sem penetração, mídia, exibicionismo, <i>voyeurismo</i>	Ricardo, Isadora
Bulinar, cariciar	Ruthi
Ato sexual	Elmides, Rubia
Relação sexual sem permissão, bulinar para o prazer de outrem	Mileni, Isabel
Prazer do/a abusador/a	Marta

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

É unânime neste grupo a compreensão de que se trata de uma violação de direitos da criança, mas que nas falas dos/as entrevistados/as, por serem profissionais que atuam na rede de proteção, não caracterizam as especificidades deste tipo de violência. Mediante seleção de alguns relatos deste grupo, atento a esta questão:

*bom a violência sexual infantil ela tem vários aspectos, então ela não trata, só que às vezes as pessoas confundem, acham que violência sexual é só a penetração, mas a violência sexual é o abuso, a violência sexual ocorre também quando a criança se depara com palavras, a própria palavra “sexual” precocemente, isso já é uma violência sexual a criança. Se ela é tratada de uma forma errada, e isso pode trazer várias (silêncio) pra alma dessa criança, então como a criança está numa fase de desenvolvimento, então é importante que esse assunto, inclusive a questão da relação sexual seja tratada de acordo com a idade dessa criança. [...] Então esta questão da violência sexual, é uma coisa que a gente não pode mais fechar os olhos, existiu um caso isolado, mas hoje são inúmeros casos, não são mais fatos isolados, e o Conselho como órgão de defesa tem que estar atento a isso, e estimular os outros órgãos também de defesa, que se propicie algum programa alguma política pública que possa atender essa demanda que está surgindo e aumentando cada vez mais (DAÍNE).*

*é qualquer ato que seja feito com a criança envolvendo área sexual. Para mim é a violência sexual infantil. Qualquer ato que venha causar transtorno, todos os tipos de constrangimento né é a violência sexual né, é o mais agravante é o ato em si né, o ato mesmo, de fato ocorrido com a criança (RUBIA).*

*aquele carinho mais íntimo pode ser tanto de pais, irmãos, tios, tias, babás, pessoas de fora, uma carícia (HORTÊNCIA).*

As particularidades que considero enquanto as categorias conceituais do abuso sexual como o *voyeurismo*, o exibicionismo, atos libidinosos, aparece somente nas falas de 3 entrevistados/as que seguem:

*ai você me apertou. Abuso, bom (silêncio), você fala no que diz respeito a contato? Abuso sexual infantil, bom eu acho que é o adulto interagindo com a criança ou adolescente para seus instintos libidinosos, ou seja, visualmente, o adulto, existe adulto que sente prazer olhando uma criança, ou por meio de contato da criança com o adulto, pelo contato direto com o adulto com a criança, com a penetração vaginal, anal, toque nas partes íntimas, eu acho que eu entendo abuso nesse sentido como um todo, essa é a minha compreensão (RICARDO).*

*e o abuso sexual é quando alguém é, o termo não é explorar, quando alguém usa do seu poder para submeter uma vítima, um menor, a algum tipo de capricho sexual né, seja desde carícias, ou visualização desta criança, ou realmente cometer o ato sexual com esta criança (ISABEL).*

*todo ato, não necessita exatamente do contato físico, mas qualquer palavra, qualquer gesto, exibicionismo, voyeurismo, tudo relacionado com a questão do desejo sexual do adulto com a criança né. O abuso sexual não envolve a questão da (silêncio), não envolve a questão comercial, há o abuso onde o adulto resolve satisfazer seu desejo com a criança. Pode ser dentro ou fora da família né (ISADORA).*

Percebo que somente os/as profissionais mencionados/as, expressam mais propriedade e conhecimento sobre esta subcategoria, denotando também fragilidade nos serviços que, por ordem, deveriam estar bem amparados técnico-operativamente para atender essa demanda.

Friso que, do grupo dos/as profissionais da educação, alguns/mas se aproximaram do conceito de abuso sexual, mas houveram aqueles/as que confundiram com a violência física, psicológica, pedofilia e/ou perseguição e/ou não souberam e/ou divagaram nas respostas. Revelando a ausência de educação para sexualidade no decorrer da formação fundamental e até mesmo superior dos/as entrevistados/as, expressa até mesmo nas nomenclaturas derivadas aos órgãos genitais com palavras no diminutivo com referência a animais como pode ser observado no relato de Cacilda, denotando o não acesso à educação para a sexualidade, mostrando a fragilidade e necessidade de inserir tais conteúdos em espaços como a escola, por exemplo, como Louro (2001) e Maio (2011) defendem como possibilidade de ser uma temática a ser trabalhada em diversos campos como família, escola e grupos de sociabilidade.

É claro que não desconsidero o assinalado em linhas gerais como a questão dos vínculos entre pessoas mais velhas e experientes, referenciando as

relações de poder para com a criança (FOUCAULT, 1995). Bem como os diversos atos e comportamentos que podem imprimir o abuso, mas a minoria, que assinala com maior propriedade intelectual, mostra que é mínimo o rompimento com o senso comum para compreender o fenômeno em suas nuances apregoadas como o estupro, estupro de vulnerável, prostituição e rufianismo (FIGUEIREDO, 2012).

No entanto, a violência sexual exposta na subseção 2.4, não confere somente ao abuso sexual, mas também se desdobra por meio da exploração sexual aludida em princípios legais e conceituais já trabalhados, que tem como característica preponderante a relação de poder para exploração da criança para satisfação sexual de outrem, envolvendo a lucratividade daquele/a que a/o explora. Para tanto, a exploração é alvo da próxima subcategoria de análise para subsidiar o nível de compreensão acerca do fenômeno mais amplo que é a violência sexual.

#### *a2) Compreensão sobre exploração sexual*

Neste subitem de apresentação e análise de dados observo relatos pertinentes ao entendimento dos grupos de sujeitos acerca da exploração sexual. Início pelo grupo de Gestoras, onde apenas duas classificações foram apuradas, até porque corresponde a um número menor de entrevistadas neste grupo, uma que conota a exploração sexual enquanto relação sexual com fins lucrativos, visível nas falas:

*a exploração sexual é quando alguém comercializa né, o adolescente, neste caso, até crianças hoje em dia, a gente vê sendo explorada sexualmente né, vendendo o corpo, mas sempre tem alguém por trás né, que ganha para isso, acaba usando a criança pra tirar vantagem né. Para receber em cima daquilo (ELIANE).*

*exploração venda do seu corpo na rua em troca de dinheiro e a criança não sabe o que é (NILDA).*

*a exploração é quando a criança, usa a criança para obter ganhos, para conseguir. Tem muita gente que paga para sair com criança, não sei se por aqui acontece este tipo de coisa, mas a gente lê muito né em revistas, a internet ajuda muito também, a*

*gente vê muitos casos de crianças que são usadas para isto, para fazer dinheiro mesmo, aí é exploração mesmo (NALVA).*

A dimensão da relação de poder aqui configurada se explícita inclusive naquela que pode ser realizada por membros da família e/ou terceiros/as, visando sempre à satisfação sexual mediante relação de troca por dinheiro, deixando claro um nicho ilegal que é o desdobramento da exploração via a prostituição infantil (FOUCAULT, 1995).

Em contrapartida, o outro elemento temático verificado foi por meio do relato de Neide, que esclareceu não saber dar significado a esta subcategoria:

*eu não entendo muito, mas eu acho que não é a mesma coisa, (abuso sexual) não sei (NEIDE).*

Mesmo nas respostas que assinalaram a questão da lucratividade, resalto que as características de turismo sexual e pornografia não foram aludidas nas abordagens dos/as pesquisados/as, revelando assim o que lhes são mais comuns e/ou próximo de seu domínio cotidiano, proporcionado, até mesmo, pela veiculação nos meios de comunicação que, corriqueiramente, aborda a exploração sexual vinculada ao sustento do vício das drogas pelos/as adolescentes e como meio de sobrevivência de famílias vulneráveis econômica e socialmente (SBT, 2011).

No grupo 2, Apoio Pedagógico, observo as mesmas conotações apontadas pelas Gestoras, bem como mais dois elementos que são:

**TABELA 13** - Classificação temática sobre exploração sexual: Apoio Pedagógico

<b>Classe Temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
Relação de troca por dinheiro	Alice, Andreia, Cassia, Cátia, Camélia
Toque	Brenda
Trabalho infantil	Bárbara
Não sabe	Bruna

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Novamente predomina a questão da satisfação sexual condicionada a fins lucrativos para quem explora, esclarecendo que o/a violador/a não é somente o/a

que paga, mas também o/a que viabiliza esse crime, ficando evidente nos relatos abaixo:

*sim, a exploração sexual para mim, o modo de ver seria o dinheiro, coloca a menina ou menino para trabalhar na rua, numa casa em troca de dinheiro (ALICE).*

*exploração na rua você vai vender, a pessoa está sendo induzida por outro e o terceiro recebendo gratificação e recompensa pelo trabalho do menor e ele nem percebe (CASSIA).*

*é dar recompensas a troco de favores sexuais né, quer que uma criança ou alguém faça um carinho, mas eu vou te dar alguma coisa né. Eu acho que exploração é isso aí (CÁTIA).*

O comentário acerca do trabalho infantil e a caracterização da exploração sexual como sendo abuso sexual simultaneamente, chama atenção, ilustradas por meio das falas:

*mas o abuso também não é só sexual né, a criança pode ser abusada de outras formas, através do trabalho infantil, pode ser verbalmente, pode ser ofendida verbalmente sem acontecer ato nenhum (BÁRBARA).*

*acho que é a mesma coisa (refere ao abuso). (Fala sobre o abuso) Tem o abuso sexual, mas acho é a questão do toque, da conversa, tudo é forma né. Às vezes a forma de falar com a criança né, uma forma carinhosa de pai, para a criança né, ela não sabe. Aí não tem como né (BRENDA).*

Isto revela duas compreensões que, num primeiro momento, parece caminhar no entendimento do fenômeno quando elucidam que também é o abuso sexual, presente nas falas de Bárbara e Brenda, e depois como sendo trabalho infantil (Bárbara), mas que, num segundo momento, os/as entrevistados/as colocam ambos num mesmo patamar, entendendo da mesma forma os conceitos. Claro que não desconsidero que a exploração sexual infanto-juvenil também seja uma modalidade de trabalho infantil, pois é caracterizada sim como uma das formas dessa violação. Mas, revela a confusão dos/as pesquisados/as em compreender a subcategoria, mostra mais uma vez a necessidade de formação a respeito, que não será de difícil compreensão visto que os/as mesmos/as já possuem algum esclarecimento (ABRÁPIA, 2002).

E o enfoque da falta de formação, permanece na análise do grupo Apoio Pedagógico, quando Bruna menciona não saber o que compreende por exploração sexual:

*não sei (BRUNA).*

Demarco assim, a necessidade de falar amplamente sobre o assunto, reconhecer suas múltiplas formas de expressão na realidade, ultrapassando o enfocado nas campanhas alusivas tanto ao dia 18 de Maio<sup>18</sup>, como ao dia 12 de Junho<sup>19</sup>, pois os encaminhamentos dados a essas questões serão direcionados conforme a compreensão de cada um. Confio a este grupo que possa proceder a encaminhamentos às vítimas de violência sexual, podendo antever que o entendimento se confunde com outros tipos de violência e, como visto não há uma compreensão do mesmo, sendo urgentes a formação e informação de qualidade a um fenômeno que é responsável por alto índice de ocorrências de exploração sexual, conforme defendido por Willians e Brino (2003).

No que tange ao grupo 3, Professores/as, as subcategorias temáticas levantadas nas respostas foram:

**TABELA 14 - Classificação temática sobre exploração sexual: Professores/as**

<b>Classe Temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
É o mesmo que abuso sexual	Carla, Jordana, Angelina, Marli, Pillar
Relação de troca por dinheiro	Cacilda, Lorena, Lorien, Ronaldo, Andressa, Ametista, Nayara, Samanta, Franci, Kemily
Atos, palavras, gestos, em troca de dinheiro	Gislaine
Relação de troca por doce	Daslainy
É o abuso com complemento de troca por dinheiro	Cida, Marcia
Relação de troca, culpa na criança	Lilian, Lucilene
Ocorre na adolescência, culpa do sujeito	Larissa, Yasmin
Criança inocente, adulto se aproveita	Taciana
Viola o direito, desrespeito, violência física, verbal e psicológica	Telma, Leonor
Atos obscenos, criança frequenta locais impróprios (bares)	Simone

<sup>18</sup>Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei Federal nº 9.970/2000.

<sup>19</sup>Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, criado pela Lei Federal nº 11.542/2007.

Seduzir	Yara
Forçar a relação sexual	Anahy, Amanda
Violência verbal	Silvia
Ato sexual, libidinoso	Alessandro
Algo além da idade	Janaína
Uso velado da criança	Susan

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Analiso que significativa parte dos/as pesquisados/as deste grupo reconhecem a exploração sexual como à relação sexual, enquanto violação de direito da criança, mencionando características, prevalecendo à associação com finalidades financeiras e de troca por objetos, que também se fizeram presentes e prevaletentes nos grupos anteriores. Entre estes/as, que aludem à questão comercial e lucrativa, trago as falas de investigados/as de diferentes unidades de ensino, atendendo as diferentes classificações territoriais para perceber como perpassa essa compreensão:

*agora exploração é quando fulano fala ‘vai lá e paga 1 real’ ‘eu te dou 1 real se você pegar no meu (silêncio)! (pênis)’ então isso é exploração. Tem gente que ensina a criança a fazer, a ser explorado (a) mesmo. É o mesmo que vou te dar um doce né, em troca de alguma carícia assim (CACILDA).*

*pois é, primeira vez que me fazem essa pergunta. Porque o explorar eu entendo assim: que tem uma pessoa atrás que tá ganhando em cima disso, tá abusando e tá explorando, é quase que igual, mas a exploração ele tá tendo um retorno para si. Ele não tá deixando de abusar, porque tá abusando aquele ser né, e explorando ao mesmo tempo, financeiramente. Porque a gente vê tantos casos em televisões, que passam as matérias lá, e tem um ali aliciador né, atrás dele, e ele ganha financeiramente o lucro para si. Ele tá abusando daquela criança e tá explorando também. Eu acho que tem ali uma interligação né (LORIEN).*

*e a exploração não, a exploração ela já tem uma certa consciência e geralmente entra o fator econômico, alguém tá ganhando em cima disso. Às vezes não a criança, mas um pai ou uma mãe que permita que isso aconteça.*

*E ainda também tem a questão da violência, que às vezes não é nem abusada, mas às vezes só ver e de ouvir, que foi o que aconteceu comigo aqui na escola, eu já tive uma aluna que tive problema (RONALDO).*

*[...] tem gente que abusa mesmo diretamente da pessoa, da criança, do adolescente, e tem gente que joga a criança para o território sexual e (silêncio). Eu penso assim, que joga a criança para alguém, por exemplo, a mãe lá “vai com fulano que você vai*

*ganhar dinheiro pra nós.” Eu entendo assim né, na minha cabeça se fala assim. (NAYARA).*

*é quando o adulto usa a criança para ganhar dinheiro, às vezes até os próprios pais usam os filhos para trazer dinheiro para casa, para ajudar (SAMANTA).*

*se bem que eu acho que exploração a pessoa que já faz isso com a criança já é uma forma de explorar o outro, é uma coisa que ela não queira. Mas hoje, isso puxa bem mais pro lado do financeiro, do dinheiro (GISLAINE).*

Além da questão financeira, levantam que se diferencia do abuso sexual, conforme nos seguintes relatos:

*mais o abuso é quando é para o prazer dele não é? Para mim exploração sexual, além de ter o abuso ele vai tá ganhando com isso (CIDA).*

*exploração? Ah, aí se for “de menor” é abuso, porque se for uma menina necessitada, carente, principalmente na nossa região tem muita menina carente ela vai querer partir pro dinheiro, ele vai usar o artifício da fala para seduzir ela. Não, ele vai trazer ela para a exploração sexual para o benefício dele. Não vai deixar de tá abusando dela de certa forma né? (YARA).*

*a exploração é mais o dinheiro né, eu acho que o abuso e a exploração, hummm, eu acho que abuso e exploração têm diferença, porque o abuso é uma criança, porque pode acontecer com o próprio irmão, aconteceu em casa né. A exploração já tá levando a praticar até o abuso, explorando, já levando a criança a praticar o ato sexual, o fato é que têm dois lados da moeda. Se você é de uma família que segue aquela religião, não tô assim toda religião, mas assim que o pai conversa, o pai e mãe que têm carinho, que abraça que beija, normalmente tem família que não fala com carinho (LEONOR).*

*é abuso mesmo, é passar a mão nas partes íntimas, a gente vê muitos casos de violência sexual até de pais que abusam de crianças, padrastos [...] (PILLAR).*

Noto muitas incertezas nas falas, mas que, inconscientemente, os/as pesquisados/as expõem particularidades deste tipo de violência como à sedução, porém, atenta ao relato de Leonor, que atrela a orientação religiosa como possibilidade de esclarecimento e diálogo sobre a questão, penso que, a religião acoberta e conforta a aceitação das situações de violência sexual, não resolve a questão, ademais, vai na contramão do referencial utilizado, isto é, das políticas

educacionais e legislações como a Constituição Federal de 1988. Sobretudo Louro (2001) e Maio (2011), delineiam todo viés científico que a dimensão da sexualidade e suas violações devem ter para a inserção da educação para sexualidade na escola, defendendo essa instituição como laica.

A discussão sobre a escola laica demarca o século XVIII, travando fortes lutas com a dimensão religiosa que fundamentaram o ensino, para tanto, o rompimento com esses arcabouços ainda perpassa a concepção de muitos atores e atrizes da educação. Sobre isto, penso que o Estado e os/as professores/as, não devem imprimir em suas instituições qualquer credo, direção política partidária, e sim uma educação para todos/as, igualitária em pressupostos de qualidade e igualdade de acesso e permanência, sem qualquer influência dominante de poder, sustentando assim uma educação permanente, continuada, em que os indivíduos tenham a oportunidade de criarem, discutirem e refletirem com liberdade para o exercício da práxis transformadora da realidade (MÉSZAROS, 2005).

Bem como, foram enfocados tipos de exploração que vão além da relação de troca de favores sexuais para fins lucrativos, se explicitando nos seguintes relatos:

*eu acho que explorar é quando tem uma fundamentação, igual, o pai explora a criança em atos obscenos, expor a criança, tá saindo, tá levando a criança em local onde não deve levar, igual, levar em ambientes não permitidos para a idade já tá explorando não é? Igual se a mãe vai num bar, nesses bares aí, aqui têm muitos, esses bares aí que as mulheres vão ganhar a vida, e levam uma criança, ela já está explorando seu próprio filho né? (SIMONE).*

*exploração visa obter lucro ou praticar o ato mesmo que não tenha o lucro, [...] Eu acho que exploração sexual ela acontece quando há o abuso realmente, quando há um ato não só ato sexual, mas o ato libidinoso, e eu acho dessa maneira porque isso é uma coisa que eu acho assim não pode ser só a penetração ou com carícia mas desde que seja um de maior consciente e uma pessoa tenha maturidade para entender o que tá acontecendo e tá influenciando a outra que não tem esse conhecimento, eu acredito que seja o abuso e que seja a exploração mesmo que não tenha o lucro, não que a Lei seja assim, eu discordo de algumas coisas da Lei (ALESSANDRO).*

Os/as entrevistados/as, em linhas gerais, referem-se ao que está previsto no ECA (BRASIL, 1990) sobre a proibição de frequência e/ou permanência em locais impróprios, aludindo o Artigo 149 da lei 8.069/1990 que esclarece:

compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará:

I - a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em:

- a) estádio, ginásio e campo desportivo;
- b) bailes ou promoções dançantes;
- c) boate ou congêneres;
- d) casa que explore comercialmente diversões eletrônicas;
- e) estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão (BRASIL, 1990, p. 68-69).

Eles/as possuem, portanto, uma compreensão legal da questão, bem como uma compreensão da violência sexual enquanto ato libidinoso que é a satisfação da libido, do desejo sexual seja por meio de relação sexual anal, vaginal, oral ou masturbação com sexo feminino ou masculino (HOAUISS, 2004). Está ausente a dimensão da relação de poder e submissão que esta implica.

Somente para três pessoas, a exploração sexual não se diferencia em nenhum momento do abuso sexual, como pode observar nos relatos abaixo:

*eu acho que as duas [abuso sexual e exploração sexual] estão interligadas né, quando você fala em abuso, exploração, violência, essas três palavras de certa forma, é, ruins, pesadas né (JORDANA).*

*eu não sei dizer se tem diferença ou não (é igual ao abuso sexual) (ANGELINA).*

Percebo esclarecimento amplo dos/as pesquisados/as, aludindo em seus relatos diretamente as dimensões conceituais e legais da exploração sexual, visto pelos detalhes das falas, no entanto, a insegurança se mostra nos períodos de silêncio e em formas de perguntas de confirmação, demonstrando a preocupação em estarem corretos em suas respostas.

Já outras 8 entrevistadas mencionaram de forma generalizada o entendimento sobre essa subcategoria, não se atentando a detalhes na maneira como esta ocorre, confirmando essas dúvidas e confusões nas falas:

*abuso dá a entender assim que são pessoas de má índole se aproveitando de menores indefesos né, geralmente crianças, que não têm como se defender e acabam se aproveitando da situação. Lógico que têm vários outros jeitos de colocar isso, mas essa é a maneira que eu tenho de pensar (TACIANA).*

*eu acho que é tudo aquilo que desrespeita o ser humano como um todo. Toda aquela atitude que violar os direitos, desrespeitar é uma forma de violência né? Seja física, se verbal, seja psicológica, que é a pior né? (TELMA).*

*eu acho que exploração sexual ééé, é obrigado mas às vezes (silêncio) a pessoa já está ali, sabe que é menor de idade mas ela está se expondo para isto né, então eu acho que é uma exploração porque a pessoa sabe que ela é uma criança e mesmo assim está ali forçando ela (ANAHY).*

*ah, exploração seria o fato cometido assim, seria o abuso? Não, o abuso seria isto, seria o que envolve o verbal né. Eu acho que não tem muita diferença não, mas caminham juntos né? (SILVIA).*

*eu particularmente eu não sei a diferença entre o abuso e a exploração, a gente imagina. [...] agora exploração já seria mais no uso da criança, subliminar, é algo mais velado (SUSAN).*

Mediante a essas preleções considero a ausência de discussões e leituras desses/as entrevistados/as sobre a temática, porém ainda é menos preocupante que a compreensão de Larissa e Yasmin que, infelizmente, culpabilizam a vítima de vivenciar a situação de exploração e atrelá-la somente a algo que ocorre na adolescência, denoto pouco conhecimento dessa realidade e de forma deturpada, remontando a períodos conservadores da Antiguidade e Idade Média, bem como do senso comum (ARIÈS, 2006; AZAMBUJA; FERREIRA, 2011).

*e exploração sexual é uma criança de 12, 13 anos **que ela se permite**, de repente ela já foi abusada antes e ela até pegou um **certo gosto por aquilo ali**, e ela continua se prostituindo, eu não sei se tem diferença de um para o outro (abuso e exploração sexual) (LARISSA, grifos nossos).*

*é complicado! Por exemplo, uma menina de 14 anos, é uma criança, existem casos que essas crianças vão ser exploradas sexualmente porque os pais “empurram”, mas têm casos que é **uma opção, a criança tem esse discernimento** [criança/adolescente] de saber o que é certo ou errado. [...] Existem casos que **as meninas vão por opção**, existem casos que não, a mãe ou o pai às vezes leva a criança para a exploração sexualmente para obter dinheiro, mas a gente conhece casos, que adultos oferecem dinheiro para essas crianças (YASMIN, grifos nossos).*

Apreendo o desconhecimento sobre exploração sexual, sobre a fase da infância e adolescência preconizados no ECA (BRASIL, 1990), artigo 2º, que considera criança a pessoa até 12 anos incompletos, e adolescente de 12 a 18 anos, assim como em leituras de estudiosos/as acerca do desenvolvimento como Vygostsky (1999), cujos aparatos legais e teóricos consideram essas faixas etárias como fases de desenvolvimento, não cabendo delimitar que se escolhe, neste momento da vida, ser explorado/a sexualmente. Há sim condições e fatores que levam a esta situação, permeadas por situação relacional de poder e desigualdade. Mas ao mesmo tempo, saliento o enfoque sobre a criança e/ou o/a adolescente ser incentivados/as e aprenderem a utilizar o corpo para sedução, que este é veículo para sustento e consumo, ou seja, pela via da erotização que se faz em torno do corpo infantil.

Com relação ao grupo 4, Serviço de Atendimento, é unânime a atribuição do fenômeno a ganhos financeiros para o/a explorado/a e/ou para terceiros/as, visível por meio das seguintes falas:

*olha a exploração sexual acredito que está mais vinculada a obter fins lucrativos, essa é a diferença, agora para a criança a exploração e o abuso não têm diferença, porque tanto a exploração, quanto o abuso é a violência sexual, então para a criança eu não acredito que exista essa diferença. A diferença está neste agente violador, este agente violador foi em busca de fins lucrativos, alguma coisa neste sentido, ele comercializa isso (DAÍNE).*

*[...] é você se aproveitar economicamente ou de alguma outra forma da criança para a satisfação de um terceiro, né, é isso que eu entendo como exploração, é como se fosse uma orgia com explorações, prostituição né, uma pessoa que faz a intermediação entre a pessoa que prostitui e o cliente (RICARDO).*

*exploração é quando tem fins lucrativos (MILENI).*

*[...] a exploração que não deixa de ser um abuso, e eu acho isso bem interessante, é a questão de pessoas estarem explorando né, o menor, a criança, para o ato sexual, eu vejo isso assim, o abuso é o ato em si, mas a exploração ela é tanto a exploração quanto o abuso também, para aquela pessoa estar induzindo a criança, o menor a estar praticando né? (ELMIDES).*

*[...] e a exploração não deixa de ser o ato, mas é quando ela é usada pra tirar algum proveito além do prazer né, além do prazer tem um proveito financeiro. Geralmente financeiro (RUBIA).*

*a exploração sexual tem fim comercial né, onde há a troca do dinheiro pelo corpo da criança (ISADORA).*

*[...] a exploração é quando traz benefício ao pai, tia, eu via até uma mãe que explorava a filha por uma lata de óleo. [...] Muitas vezes se coloca a culpa na menina porque ela coloca um short curto como se ela estivesse provocando, mas é o direito de usar a roupa que deseja (HORTÊNCIA).*

As falas revelam mais segurança na abordagem e detalhamento, remetendo a prática da relação de poder e troca que perpassa a exploração sexual, confirmando o conceito que baliza este estudo (ABRAPIA, 2002; VIODRES; RISTUM, 2008; FIGUEIREDO, 2012). Mesmo Clemensilvia, ao enfocar a relação sexual que perpassa esta subcategoria, não deixa de citar a finalidade financeira:

*[...] exploração sexual é quando você continua fazendo, e a criança é forçada, o adolescente, e forçadamente continua. Ainda mais as meninas que se prostituem porque tem alguém pagando, alguém aliciando, alguém forçando. Só que é mais difícil do que parece, de constatar que existe (CLEMENSILVIA).*

Destaco, desta última fala, a dificuldade em constatar esse tipo de violência sexual, em virtude de geralmente haver uma rede organizada em torno dessa violação, que é formada muitas vezes por juízes/as, policiais, rede de táxis, caminhoneiros/as, enfim, muitos/as agentes que, por sua função, deveriam proteger, mas acabam infringindo a legislação e o direito de crianças e/ou adolescentes, e, embora possua mais visibilidade em cidades turísticas, destaco que há casos que permeia também essa realidade em Assis Chateaubriand. A experiência profissional no CREAS permite confirmar situações que apresentam esta dificuldade de confirmação, pois meninos/as fazem parte de festas particulares e em locais reservados com pessoas que aludem às funções citadas, e em troca recebem vestuários, sustento familiar, com terceiros/as aliciando tal prática.

A partir dos dados apresentados, muitos entrevistados/as não souberam e/ou fizeram confusões sobre o que é o abuso sexual e exploração sexual, não

havendo predominância em determinada classificação territorial ou unidade de ensino, balizado por diversos/as investigados/as de diferentes instituições e localidades.

Constato que os/as pesquisados/as que tiveram experiência, de casos de violência sexual, que será focado na subcategoria a3, têm mais clareza comparados/as aos/as que não possuem essa vivência, mas que também não foge da concepção do senso comum. Tal fato demarca o despreparo dos/as profissionais da área da educação apontados por Flores e Caminha (1994), Brino e Willians (2003a) e Camargo e Libório (2006).

Isto justifica, portanto, a pertinência em levantar junto aos/às investigados/as se já presenciaram no local de atuação casos de violência sexual, sobre o que apresento em seguida.

### *a3) Ocorrência de casos de violência sexual na escola*

Enfocar esta subcategoria significa levantar dentre os/as pesquisados/as se já se depararam em algum momento de sua atuação profissional como professores/as, supervisores/as, orientadores/as, coordenadores/as e/ou diretores/as com casos de violência sexual no âmbito escolar. Sobre isto, trago alguns relatos de impotência e perplexidade por parte de alguns/mas entrevistados/as.

Realço que não foi um questionamento direto no momento da pesquisa, mas elenco enquanto uma subcategoria, pois casos experienciados pelos/as pesquisados/as Elza, Nalva, Cátia, Bárbara, Nilda, Ametista, Cacilda, Lorena, Lorien, Ronaldo, Telma, Andressa, Marcia, Silvia, Alessandro, Samanta, Leonor, Kemily e Lucilene foram citados/as ao longo das mesmas, destaco os seguintes:

*ah, têm várias situações né, uma das situações foi a que enfrentamos na escola, em que o vizinho chamava ele para a casa dele e oferecia coisas em troca de ter relações com ele; tem também o fato de que padrastos com crianças dentro de casa, passar a mão né, ir para o ato propriamente dito que a gente já ouviu falar também, este tipo de coisa, não só homens com crianças, mas também mulheres com crianças (NALVA e CATIA).*

*então é como a gente falou para você, a gente não tem certeza, a gente sabe que alguma coisa não tá certo, então, qual foi o*

*primeiro passo? Nós encaminhamos para fazer uma avaliação, então primeiramente ele passou por uma avaliação pedagógica né, e aí a gente ainda não teve o retorno da aprendizagem né, mas o outro retorno a gente não teve ainda, vamos ter que aguardar. Dependendo do que for, vai ser encaminhado pro psicólogo, aí depois que vai para os outros profissionais. A gente enquanto professor, a gente tenta perceber, no dia-a-dia né, com a convivência a gente percebeu né, então, mas é muito restrito né, o que cabe a gente, o que a gente pode fazer né. Conversando com a criança, tentando tirar, mas a gente não tem muitos meios né, deste conhecimento para poder tá fazendo um trabalho assim né. Tem o encaminhamento né (BÁRBARA, NILDA e AMETISTA, mesmo caso).*

*alguns anos atrás, uma família, que o pai **usava** todas as filhas, aí através do comportamento da menina [...], aí a escola foi investigando, e acabou denunciando esse pai, e foram até embora daqui. E foi através da escola (LORENA, grifo nosso).*

Lorena expõe a conotação de coisificação, da criança enquanto objeto, remetendo as concepções remontadas até o século XX, e que o ato da escola investigar e dar informações pressupõe uma tentativa de enfrentamento, embora despreparada e insegura a instituição e seus/suas profissionais (ABRAPIA, 1997; ARIÈS, 2006).

Sobre isso destaco o seguinte relato:

*[...] que foi o que aconteceu comigo aqui na escola, eu já tive uma aluna que **tive problema**. Tanto eu, quanto a equipe, tivemos que investigar a fundo, **ela tava trazendo problemas para escola, no assunto sexual**, ela tava assim com 6 anos, tava com uma conversa, com assuntos que não tinha nada a ver com a idade dela, e ela conseguia contar fatos com detalhes e que a gente desconfiou e depois a gente consegui confirmar que não era com ela, ela presenciava a irmã (RONALDO, grifos nossos).*

Saliento o trecho destacado, em que se confirmam os prejuízos ao desenvolvimento escolar evidenciados por Amazarray e Koller (1998), Moraes (2006), bem como que os/as professores/as percebem estes, entretanto não possuem conteúdos que permitem confirmar e/ou subsídios que fomentem essa observação antecipada, verificando somente após um longo tempo decorrido, sendo que se tivesse uma formação pedagógica acerca do assunto possibilitaria encaminhamentos rápidos e prejuízos de menor monta ao/à aluno/a.

*então, eu não sei se você vai perguntar mais alguma coisa, mas nós temos mais um outro caso, e nós ficamos sabendo, que quando a gente ficou sabendo aí foi o caso de declaração com a mãe, de uma criança que tava sendo abusada, aí nós ficamos totalmente paralisados, olhava a criança, parecia que tinha aberto um buraco e não sabíamos como agir, porque daí diante de uma realidade que você acha que acontece só lá longe tava acontecendo aqui, e a gente não viu, criança né, e daí até um dia a gente comentando o que fazer? Fazer de conta que a gente não sabe? Como tratar essa criança? Porque daí depois que você fica sabendo você começa a prestar mais atenção nas atitudes, o comportamento é diferente, mas é muito difícil a gente saber o que fazer né, tem quer ser feito de pouquinho né, porque a gente tem que saber o que falar né? Foi a mãe que chegou e veio contar, aí depois eu chamei as crianças e fui conversar, aí eu pensei 'meu Deus, o que dizer?' porque é uma situação constrangedora para nós e para eles, porque a mãe contou na frente da equipe o que tava acontecendo dentro da família. Mas a gente não sabe analisar, não sabe o que dizer para as crianças, o que eu pude dizer naquele momento foi assim, um toque, não pude dizer homem com homem, mulher com mulher, não! **Homem com mulher, mulher com homem, Deus tem um plano de vida pra gente e que você tá desrespeitando seu irmão, não é isso que Deus quer de você. O que você vai dizer para estas crianças?** No momento o que eu pude dizer para eles foi isso, não pude levar para esse lado, porque eu não tinha uma formação, uma preparação para isso. E hoje, todo dia quando eu olho no rostinho dele, eu fico falando "meu Deus, como pode né?" "como será que tá a vida dessa criança? Será que mudou alguma coisa?" porque também eu não me sinto no direito de tá invadindo, né, de tá perguntando isso, **porque cada vez que eu perguntar vai machucar** né, mas aí, a gente foi orientado a não falar nada também, aí a gente pediu que viesse psicóloga, nesse caso, mas nós estamos aguardando o profissional conquistar essa criança né. Porque na verdade eles reproduziam o que viviam né, é criança, não sabe o que é certo, o que é errado até certo ponto. De repente é sem maldade, mas se não é percebido o que acontece? Continuum. A tendência aí é continuar. Eu queria entender que até agora só foi uma tentativa, mas se continuar na tentativa pode se concretizar né! (TELMA).*

Fica esclarecido o não saber que providências tomar, ganhando cena o discurso heteronormativo e abismado de que é uma situação errônea, pressupondo que a criança é culpada por isso ou então que é assexuada, conforme demarcado em Nunes (2009). Corroboro mais uma vez a necessidade em desencadear a discussão sobre a formação docente acerca do conteúdo de sexualidade.

*[...] nós tivemos um caso, de abuso sexual também, e essa criança, (silêncio) a gente percebeu que é delicado, só que a gente não pode fazer nada, só acho que a gente pode fazer é intermediar e contar com a ajuda de pessoas competentes e que a gente possa fazer o melhor possível, aqui, quando a criança voltar, não distingue de maneira alguma e fazer o melhor possível (MARCIA).*

*olha eu já trabalhei com (um) aluno aqui na escola só que na época já tinha sido descoberto, o pai tá pagando, o pai na época era o padrasto só que assim tá uma coisa que tem mudar dentro das escolas, eu nunca tive uma reunião com a equipe pedagógica, minha nem, nem em Assis nem com ninguém falando que ia trabalhar com aluno que sofreu abuso. Eu sabia porque na escola os outros comentam, a gente fica sabendo aí eu me preparei, fui procurar material para pesquisar algumas coisas para poder trabalhar, porque o aluno vem para você, querendo ou não querendo ele sofreu uma agressão, ele traz as consequências, não é que você vai diferenciar esse aluno, mas você tem que ter um carinho, uma atenção maior, um trabalho diferenciado, não é que você vai separar ela, mas tem que ter um trabalho diferenciado (ALESSANDRO).*

A fala de Alessandro chama atenção, em virtude de frisar sobre a necessidade em discutir o assunto, bem como a disposição e comprometimento em ir buscar subsídios externos, expondo que não é uma atitude comum até porque ainda é um tabu abordar sexualidade.

*[...] até eu tive dois alunos que sofreu abuso do padrasto, no começo a gente não entendia, não compreendia o que era aquilo porque as crianças eram bem arredias, não deixa a gente tá chegando, não deixava a gente perguntar, mas aí quando a gente vai percebendo mais a fundo, vai percebendo, e às vezes, mesmo quando a gente pergunta, eles não têm coragem de dizer, de falar [...] Ah eu sou a professora dos casos, a gente tinha um caso aqui na escola que irmão tava abusando da irmã e a gente foi conversar com o Conselho Tutelar e sabe o que eles disseram que isso era um caso normal, não seria normal se fosse entre um adulto e uma criança, e como é entre duas crianças então é normal, e aí deixou por isso, e aí vai ficando então (SAMANTA).*

Observo que do total de 48 entrevistados/as, referente aos grupos atrelados ao espaço educacional, 19 relataram ocorrência e/ou suspeita de violência sexual, mas expressam com dificuldades em identificar e até mesmo para relatar, explícita nos momentos de silêncio. Atribuo tal situação por não ser discutida a questão, perceptível inclusive na fala dos órgãos genitais, pois não

noticiam a nomenclatura correta e sim sinônimos por eles/as criados/as, confirmando a tese de Maio (2011) sobre a necessidade de inserção da educação para sexualidade no espaço escolar. E ainda, permeia a sensação de medo com relação à denúncia, percebem os casos, mas têm medo em levantar a suspeita e não encontrar o suporte esperado quando encaminharem ao Conselho Tutelar, por exemplo.

Este fator é constatado na pesquisa de Brino e Willians (2003a) realizada com 20 professoras em uma cidade do estado de São Paulo em que a maioria, 13, relataram terem tido conhecimento de casos de violência sexual, sendo que destas somente 4 professoras ressaltaram que foram crianças da escola onde atuavam.

Para tanto, continuo as discussões a respeito desses dados juntamente com a próxima subcategoria, em virtude de apresentar o principal demandante de casos dessa natureza aos serviços de atendimentos.

#### *a4) Demandantes e procedimentos de casos de violência sexual aos Serviços de Atendimento*

Mostro nesta subcategoria, o principal demandante de casos de violência sexual aos serviços de atendimento, bem como os procedimentos tomados no interior destes, a fim de confrontar se os casos relatados anteriormente, pelos grupos 1, 2 e 3, materializam-se em denúncias para serem tomadas as providências cabíveis. No entanto, há tamanha incoerência em pensar sob essa lógica, pois a escola ainda é a que menos demanda esses casos, sendo o maior encaminhador o Conselho Tutelar, notável na tabela de atribuições temáticas:

**TABELA 15** – Demandantes de casos de violência sexual

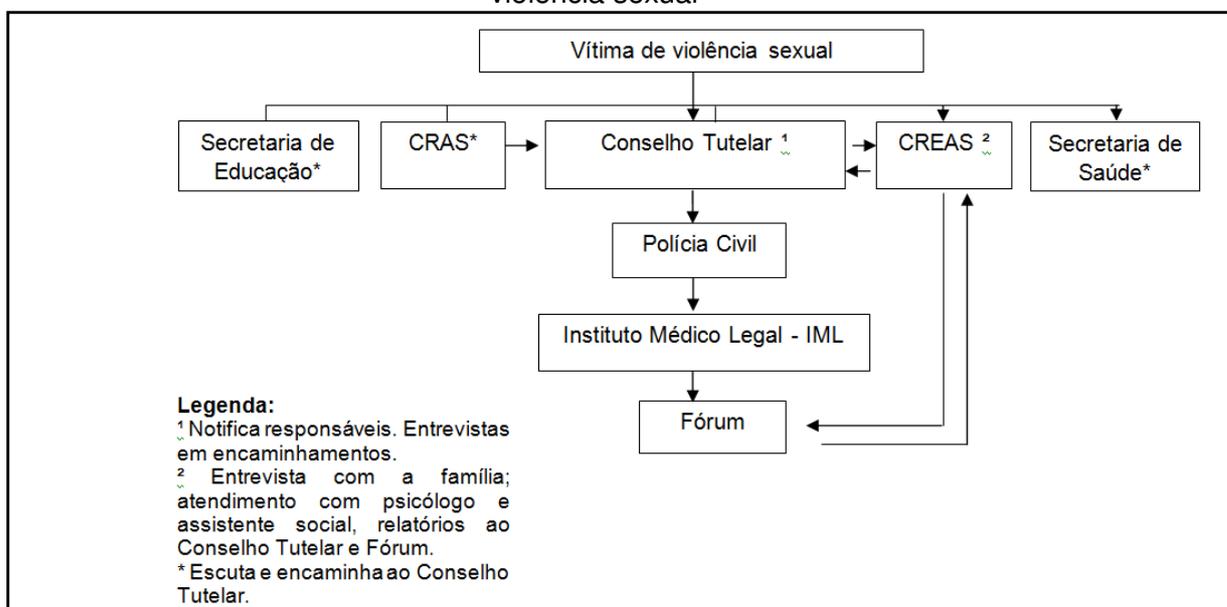
<b>Classe Temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
Comunidade anônimo	Clemensilvia
Escola	Daíne, Rubia
Nunca atendeu a casos	Ruthi, Ricardo
Conselho Tutelar	Mileni, Isabel, Isadora, Marta
Não informou	Hortência
Demanda espontânea	Elmides

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Saliento que cada pessoa fala amparada naquilo que chega ao seu ambiente de intervenção, seguindo uma lógica planejada de variação, pois depende de onde está se falando. Atendo-me ao Conselho Tutelar, que é local amplamente divulgado e previsto no ECA (BRASIL, 1990), uma entrevistada vinculada a este órgão revela ser a escola, e outra menciona que a maior demandante é a comunidade, por meio de denúncias anônimas.

Assim, recorro ao CREAS, equipamento para o qual o Conselho Tutelar encaminha os casos de vítimas de violência para fazer a verificação e registro da procedência dos casos de violência sexual contra criança, tendo como principais demandantes o Conselho Tutelar e o Ministério Público, estando a escola em último lugar, sendo que no período de 2007 a 2013 a escola efetuou apenas 1 encaminhamento para este órgão<sup>20</sup>. Isto ocorre, também, com relação aos procedimentos efetuados pelos serviços de atendimento, em que as respostas são variáveis, pois cada um se coloca de onde fala, que possibilita esquematizar o seguinte fluxograma dos encaminhamentos e procedimentos aos casos de abuso e/ou exploração sexual:

**FIGURA 5 - Fluxograma dos encaminhamentos e procedimentos aos casos de violência sexual**



**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

<sup>20</sup> Dados oriundos do cadastro de vítimas de violência do CREAS, período de 01/01/2007 a 23/05/2013, de Assis Chateaubriand/PR.

Verifico a contradição em haver casos que perpassam o âmbito escolar, pois as unidades de ensino minimamente encaminham os mesmos aos serviços de atendimento, é o que verifico sobre as devolutivas destes últimos, pois, talvez a causa de pouco acionamento destes serviços seja em virtude de não existir um retorno sobre os casos encaminhados.

Sobre esta prerrogativa, apuro unanimemente junto aos/às entrevistados/as do grupo 4, Serviço de Atendimento, quando e como são feitas as devolutivas aos órgãos que realizam os encaminhamentos. Em contrapartida, os/as entrevistados/as mencionam que isto ocorre em todo o momento, resguardados o sigilo sobre estes, não expondo detalhamento de informações quando o/a denunciante se trata de uma pessoa ou um órgão que não esteja diretamente atrelado aos aparatos do sistema de justiça. Observo esta questão em alguns relatos selecionados:

*a devolutiva que nós damos a escola, é que a criança está sendo atendida, os casos aqui do Conselho Tutelar não se abre detalhes, sobre o que aconteceu aqui, sobre o que conversamos, não. O que precisa ficar claro é assim: houve uma denúncia e esta denúncia foi recebida, foi averiguada ou está sendo averiguada, se a procedência ou não, e que a criança está sendo acompanhada, essa é a devolutiva (DAÍNE, conselheira tutelar). com certeza né, porque primeiro se a pessoa chegar e denunciar já uma situação, uma opinião, porque não chegou ninguém com essa denúncia. Se ela chegar, de denunciar e você não atender e não dar uma devolutiva então você tá mais uma vez tornando difícil que ocorra essa denúncia e que seja trabalhada essa situação. Então a devolutiva, não só nesse caso, mas em todos os casos (RUTHI, assistente social).*

*sim, é dado, porque nós mandamos um relatório. E às vezes fazemos contato por telefone, agora é (silêncio) aumentou bastante esta questão de telefonar, e a gente liga também, para informar como é que tá (MILENI, psicóloga).*

Saliento a importância da devolutiva, visto ser uma forma de incentivo à denúncia e, principalmente, é dever do próprio serviço de atendimento. O próprio medo, recuperando a análise da subcategoria anterior, visto o expressivo número de pessoas do grupo ligado à educação vivenciaram ou suspeitavam de casos, mas nem sempre denunciavam, definindo aspectos a serem considerados para uma ação formativa docente e fator de aprimoramento a articulação em rede

Outro fator, em virtude desse baixo índice da escola ser demandante de casos de violência contra criança, atribuo, hipoteticamente, ao não saber identificar as vítimas do abuso e/ou exploração sexual, dados que apresento na sequência.

*a5) Sinais para identificação da violência sexual no comportamento da criança*

Autoras como Amaro (1997), Rosa e Cionek (2006), Silva e Resende (2011), Maio (2011) e Portilho (2011), que fundamentam este estudo, salientam muitas das alterações no comportamento da criança que é vítima da violência sexual, durante e posteriormente a violação de direitos. Em suas literaturas, mostram claramente que esses sinais podem ser identificados por qualquer pessoa que conviva com a criança, desde que a observe com mais cautela e sistematização, ou seja, cotidianamente em suas relações e não esporadicamente ou por ações isoladas.

Nesse sentido, levanto juntos aos/às pesquisados/as, as condições que possuem para identificar dentre seus/suas alunos/as, que diariamente se relacionam, observam e acompanham, por meio dos sinais no comportamento, se estão sofrendo ou sofreram abuso e/ou exploração sexual. A partir disso, o grupo 1, Gestoras, levantaram elementos temáticos que vão sendo complementados e sofrendo acréscimos por outros elementos apontados pelos grupos 2 - Apoio Pedagógico e 3 - Professores/as, definindo o primeiro grupo na forma que segue:

**TABELA 16** – Sinais violência sexual: Gestoras

<b>Classe Temática</b>	<b>Definições das pesquisadas</b>
Quietude, medo, isolamento, retraí	Elza, Eliane, Nalva
Não sabe	Neide, Nilda, Gabriel

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Essas classificações estão visíveis nas seguintes falas:

*[...] e quando se trata de uma criança que é, digamos, que tá dentro da normalidade de uma criança, que brinca, que corre, que estuda normal, e você vê de repente uma mudança grande, de repente ficar mais quieta, arredia né, até mesmo da gente chegar perto, aí a gente já fala 'aconteceu alguma coisa nesse campo de abuso né', ela tem medo do toque, aí toda pessoa que chega*

*perto dela, ela se retrai né? Dá para perceber qualquer coisa e a gente vai tentar investigar, dentro daquilo que está ao nosso alcance (ELZA).*

*[...] os sintomas que eu sei assim, que as crianças podem apresentar, é irritabilidade; às vezes uma mudança de comportamento, uma criança que era calma a partir disso ela começa a ficar irritada, agressiva, calada, se isola, às vezes não quer muito participar da conversa, das brincadeiras, ficam retraídas, e os pés, as mãos, ela apresenta um nervosismo, às vezes era uma criança falante, e acaba ficando quieta (ELIANE).*

*porque por trás do abuso tem a ameaça, né, a pessoa ameaça, aí a criança começa a se retrair, começa a ficar quietinha, ela começa a apresentar problemas de saúde, no caso que nós tivemos aqui era, como era o nome daquilo? Era incontidência, mas no caso era urinária e fecal, e tem este tipo de coisa, a criança fica mais retraída ainda porque não (silêncio) tem outra coisa, a criança às vezes apanha e tem que esconder o machucado (NALVA).*

As gestoras revelam vários sinais que remete pensar de acordo com a literatura disposta, que diz respeito à violência sexual, inferindo a percepções de alterações comportamentais físicas e psicológicas, bem como aspectos de saúde como a incontidência vesical, mas a insegurança se faz presente nos momentos de silêncio e questionamentos se estão corretas em suas colocações, que visualizo fortemente no seguinte relato:

*será que não é a agressividade? Eu não sei diagnosticar se ela tá sendo abusada. Muitas vezes faz xixi na roupa e me pergunto: será que foi abusada? (NILDA).*

Tal relato demarca o não saber identificar o caso, sendo necessária formação pedagógica na área, que é explicitamente exposta por Neide:

*não. Então, não sei (NEIDE).*

A pesquisada não sabe quais os sinais no comportamento da criança que sofre e/ou sofreu algum tipo de violência sexual.

O grupo 2, Apoio Pedagógico, além das classes levantadas pelo grupo 1, acrescenta as seguintes subcategorias:

**TABELA 17-** Sinais violência sexual: Apoio Pedagógico

<b>Classe Temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
Quietude, medo, insegurança	Brenda, Cassia
Choro	Bárbara
Falta de concentração	Cátia
Não sabe	Alice, Andreia, Bruna, Camélia

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Atribuem características de cunho psicológico, físico e cognitivo, transparecendo nas falas que seguem:

*a criança não vai falar né, às vezes a pessoa fala para ela “não pode falar né” então a criança vai ficar mais quieta né. E normalmente ela tem medo né (BRENDA).*

*retraem, entram num túnel para esconder, insegurança, medo. Exemplifiquei que teve uma mãe que foi abusada e fica a dúvida se a filha também foi. E será que para todas as pessoas os sintomas são os mesmos? Cada pessoa, organismo reage de uma maneira (CASSIA).*

*aparece (silêncio) chorando muito né, aí a gente acha que tá acontecendo alguma coisa ali né, talvez não é um abuso assim de forma sexual, mas o psicológico fica abalado, da criança né (BÁRBARA).*

*[...] eles ficam meio voando né, então eu acho que a criança perde muito (CÁTIA).*

Todas as atribuições acima aludem minimamente ao exposto por Portilho (2011), revelando ínfima noção sobre como identificar casos de violência sexual, necessitando de mais informações para observar com maior propriedade, pois há diversos sinais no comportamento físico, psicológico e desenvolvimento cognitivo, que são fundamentadas por Azevedo e Guerra (1989), Amaro (1997), Rosa e Cionek (2006), como as lesões genitais, anais, pânico, pesadelos, fugas, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), mas não aparecem nas respostas. Em contrapartida, 3 pessoas do grupo Apoio Pedagógico mencionam não saber identificar situações de abuso e/ou exploração sexual infantil, conforme as afirmações abaixo:

*eu nunca me deparei com um caso assim, eu não sei se eu saberia identificar (ALICE).*

*não sei (BRUNA).*

*é difícil, não sei, mas (silêncio) (CAMÉLIA).*

*[...] porque numa criança é difícil você estar diagnosticando, perguntando, principalmente criança que ainda não fala, não conversa, porque às vezes a parte íntima de uma criança pode estar totalmente avermelhada ou machucada, e você não sabe se a criança tem alguma alergia, se a criança coçou, alguma coisa, eu mesmo não conheceria, (silêncio) que os sintomas é difícil diagnosticar, é claro que se tivesse um estudo ajudaria a diagnosticar (ANDREIA).*

Esses fragmentos corroboram o defendido por Butler (1979); Gomes, Junqueira, Silva e Junger, (2002); e, Habigzang e Caminha (2004) sobre a falta de preparo dos/as profissionais que trabalham com crianças, em identificar vítimas de violência sexual, exigindo qualificação e ética profissional.

Essa necessidade também é manifesta no grupo 3, Professores/as, em que dentre as classes temáticas sobressaem as de conteúdo físico, permite justificá-las em virtude de estarem mais expostas nos/as alunos/as para que os/as professores/as percebam, pois são muitos/as alunos/as que demandam sua atenção o que dificulta uma observação mais aprofundada sobre um/a ou outro/a aluno/a. Organizo esses elementos da seguinte forma:

**TABELA 18 - Sinais violência sexual: Professores/as**

<b>Classe Temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
Retrai, isolamento, quietude	Lorien, Nayara, Leonor, Angelina, Ametista
Quietude, encolhimento, medo	Larissa, Andressa, Lucilene, Cida, Alessandro, Samanta, Marli
Agitação, ir sempre ao banheiro	Taciana, Franci
Agressividade, revolta, mudança de comportamento	Telma, Marcia, Yasmin, Pillar
Arredia, envergonhada, culpada	Simone
Através da fala	Jordana
Fala inadequada	Janaína
Mudança de comportamento	Ronaldo, Yara, Kemily
Difícil	Daslainy, Susan
Não sabe	Carla, Gislaine, Anahy, Amanda, Silvia
Muda o foco	Cacilda, Lilian, Lorena

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Ressalto muitos/as entrevistados/as generalizaram, mudaram o foco da resposta e/ou não sabem quais são os sinais. Poucos pesquisados/as atribuem características ao comportamento da criança, revelando alguma leitura e/ou experiência sobre casos de violência sexual. Dentre os/as que referenciaram particularidades físicas acerca dos sinais de identificação, visualizo nas afirmações:

*então, depois dessa palestra (realizada pelo CREAS durante campanha alusiva ao dia 18 de Maio no ano de 2012), uma dica que eu achei bacana no filme (Os pássaros e as abelhas – O segredo), é que a criança muda completamente, se ela brincava, é conversadeira, assim, sair com as crianças, ela se retrai, ela fica quieta, ela já não tem a mesma comunicação, ela fica isoladinha no canto. Eu achei muito interessante, porque a partir desse filme que a gente viu, eu acho que daí dá a possibilidade ao professor, de tá prestando mais atenção (LORIEN).*

*ela fica diferente das outras né! Você vê que é uma criança mais isolada, fica triste, fica medrosa demais, fica com medo né, você vê que é uma criança assim, diferente (NAYARA).*

*[...] só que criança fica mais arredia, ela fica mais envergonhada né, ela acha que ela é culpada né (SIMONE).*

*um aluno que nós tivemos há alguns anos, é, ele ficava muito tímido, muito retraído, e com cismas de pessoas adultas, até mesmo a gente, tipo assim, ele não dava muita abertura né, não dava muito lado, muita amizade, não ficava muito próximo, parece que ele via no adulto, é, sentia um medo, ele não sentia confiança, ele não passava muita confiança, ele tinha insegurança, e muito disperso também, não conseguia se concentrar, parecia que por mais que ele tivesse te olhando, você não tava ali (ANDRESSA).*

*[...] mas a criança era assim mais retraída, conversava pouco, mais distraída assim, não tinha grandes amizades, mais assim o aluno pode ficar mais retraído, ficar mais isolado (LUCILENE).*

*[...] era retraída, não produzia tanto quanto os outros alunos; não se comunicava. [...] apresentar problemas de saúde, a defecar na roupa (AMETISTA).*

*acho que se caso for consumado alguma coisa mesmo tem algum sinal no corpo da criança. Às vezes tem criança que não quer que toque nela, não quer tirar a roupa assim, pode a mãe bater na criança ou coisa do tipo. Que por mais que (silêncio) pode ser que esteja acontecendo o abuso né (CIDA).*

*[...] tem criança ela é infra, mais para dentro, ela é assustada, tem medo fica amedrontada e só que como a criança pode apresentar*

*esses comportamentos sem ser abusada, então primeiro todos os professores/as o que ela falou ele deve ser um pouquinho e a criança um pouquinho dele. [...] Então quando a criança começa a mostrar medo, a introspecção, a falta de falar, de se mostrar, de participar de atividade principalmente do brincar. E como se assassinasse um pouco da infância dela, não sei se eu tô usando, eu tenho um pouco de dificuldade de expressar, eu uso esse termos forte. E uma criança e ela passa a ser um adulto em miniatura (ALESSANDRO).*

Estes fragmentos retratam a compreensão de Ariès (2006) das crianças do século XV ao XVIII, sendo que mesmo as relações sociais construídas historicamente, reproduz-se características em outro momento histórico, reforçando a ideia da criança coisificada e não sujeito de suas interações sócio-culturais. Vê-se uma infância que perde seu encanto, alegria, colorido, correlatos a esta fase, havendo a noção de várias infâncias (NUNES, 2009).

*[...] a criança fica agitada, às vezes ela quer ir ao banheiro, sofreu abuso sexual, sempre quer ir ao banheiro, com frequência, as crianças são agitadas né, mas têm maneiras, coisas que a gente fala 'não é normal, alguma coisa está acontecendo' só que aí a gente não sabe identificar né? Se é violência sexual, psicológica. Eu acho que aqui na escola a gente vivencia, mas essas situações sabe, a gente desconfia, mas não tem certeza (TACIANA).*

*de certa forma acontece uma mudança muito brusca no comportamento da própria criança, então ora ela é cativa, ora ela é agressiva, revoltada, então assim, (suspiros) têm dias normais que as crianças têm atitudes normais, no dia a dia, mas tem dia que a gente percebe que a criança chega transformada no colégio (silêncio) na parte de comportamento, no próprio olhar da criança a gente percebe que é assim um olhar diferente, a gente não consegue identificar qual o tipo de violência que essa criança tá sofrendo, a gente percebe pelas atitudes mesmo (TELMA).*

*eu acredito que, (silêncio) ela demonstra né, ou agressividade, ou mesmo uma rejeição afetiva, ela tenta se esconder mais, ou né, demonstra mais, assim, ah, não sei. (MARCIA).*

É unânime a mudança de comportamento da criança, remetendo a uma leitura que o/a professor/a tem muito a contribuir para o processo de identificação e notificação a violência, e até mesmo para superação de traumas desencadeados (ABRÁPIA, 1997).

*[...] pelo desenho, porque a criança sempre reproduz aquilo que está passando em casa, engraçado que elas contam, os pequenos contam, até o segundo ano eles contam, os maiores não, eles não contam. [...] às vezes ela está sofrendo isso e fica revoltada, fica agressiva, outra criança fica isolada. Cada um reage de uma forma (YASMIN).*

*eu percebo que muitas vezes a criança chega à escola agitada, nervosa, violenta, às vezes sofre abuso, às vezes sofre violência e a gente não sabe às vezes esse é o jeito dela falar, mas assim sinais nunca percebi não, é difícil conversar com a criança e perguntar, por medo dela chegar em casa e comentar que a professora falou e pode sobrar pra gente. O que eu percebo é assim, que a criança chega na escola agitada, nervosa mas a gente não sabe se essa é a causa (PILLAR).*

Esses sinais corroboram os resultados das pesquisas com professores/as realizadas por Brino e Willians (2003a) e Libório e Sousa (2004), na qual são apontados comportamentos como: o isolamento, a quietude, o retraimento, o medo, a vergonha, a tristeza e problemas de aprendizagem.

O fato dos/as pesquisados/as terem experiência com casos de abuso e/ou exploração sexual reflete diretamente nas respostas, apontam com detalhes e mais de um sinal na mudança de comportamento da criança, porém, há afirmações rodeadas por incertezas dos/as pesquisados/as como Lilian, Franci e Jordana, que, embora demarcassem alguns sintomas, esclarecem não saber, não terem vivido situação semelhante que possibilite mais esclarecimento a respeito:

*então não é só a criança que fica muito quietinha, mas pode ser aquela criança que brinca demais, que é extrovertida demais, pode estar acontecendo alguma coisa também. Então quando a criança te dá muito trabalho em sala de aula, já é uma situação de investigação. Porque aquela criança que dá muito trabalho, alguma coisa por trás tem. Então não é só a quietinha. Ou é muito distraída, muito quieta, em sala de aula, né, é distraída, não se relaciona bem com as outras né (LILIAN).*

*não, eu não saberia, eu não sei qual sinal que seria que eu poderia ver talvez uma inquietação, mas têm vários motivos para ela ficar inquieta ou quieta, às vezes uma menina porque é muito agitada alegre e de repente se fecha (FRANCI).*

*assim, no meu caso, não sei que é porque eu tô nova, eu nunca presenciei aqui, a gente nunca teve casos, mas assim, eu acredito que sim, daria para presenciar né, porque a criança não esconde, a criança conta (JORDANA).*

Os/as demais pesquisados/as discorrem, em linhas gerais, sobre os sinais, visíveis nas seguintes ponderações:

*só de olhar não, mais na convivência, porque esse caso que eu relatei aconteceu ano passado, e foram uns três meses a gente observando, depois que eu notei algumas mudanças no comportamento, mais uns três meses observando e passando para equipe, e a equipe também observando para gente conseguir ter uma ideia do que seria para poder depois chegar na família (RONALDO).*

*acho que dá, acho que ela acaba mudando o comportamento (YARA).*

*ah é difícil, para falar a verdade é bem difícil, você olha assim, fala será? (enfático) Mas de repente não era aquilo, aí você acaba calando, fica um tempo observando (DASLAINY).*

*aqui no CEMEI se torna mais fácil porque a gente tem o contato mais direito com a criança, troca a criança, faz a parte da higiene, dar banho e a gente percebe algum sinal, no caso a gente desconfia né. [...] No CEMEI acredito ser mais fácil, mas para a gente identificar é um tanto difícil a gente não tem preparo, não tem formação para isso, às vezes com a experiência com o tempo a gente começa a ficar mais ligada, a gente percebe algum sinal. [...] Às vezes a gente percebe alguma mudança, mas, mas a gente não consegue identificar se, se tá com algum problema na família, mas se é uma outra pessoa que tá explorando essas crianças mas na ponta consegue identificar exatamente o que, aconteceu (SUSAN).*

*dá, dá pra perceber no desenho, na hora de fazer uma atividade, no comportamento na escola, no comportamento com os coleguinhas, e às vezes tem criança que chega e fala (KEMILY).*

Somente uma menciona que identificaria apenas por meio da fala da criança, mediante a mudança de comportamento físico e/ou psicológico não perceberia:

*eu não conseguiria perceber, a não ser através da fala, que ela fala, que ela comunique que está sendo abusada, tá sofrendo abuso, mas ela tem medo né, criança tem medo, porque ela é orientada, geralmente elas são ameaçadas né, e elas não podem falar. Mas eu só identificaria através da fala (CARLA).*

Ademais, os/as entrevistados/as esclarecem diretamente a dificuldade e o não preparo em reconhecerem esses sinais, somando-se a esses fatores as falas

que mudam o foco nas respostas ou francamente revelam não saber identificar os sinais de uma criança que está ou foi violada.

*eu acho muito difícil, muito, muito difícil, porque assim, eu nunca presenciei nenhum caso em sala, alguma coisa assim, eu tive a experiência de um amigo que a filha dele tava sendo abusada, não sei, estavam passando a mão nela, então de início ninguém percebeu nada. Então eu acho muito complicado sabe (GISLAINE).*

*eu não saberia identificar quais são os sinais (AMANDA).*

*não, eu não consigo identificar só de olhar. [...] às vezes em produção de texto ela pode até colocar alguma coisa, medo, uma coisa assim, mas só de olhar não. Sem falar que é uma coisa muito delicada e muito séria, porque para você levantar uma questão dessas você vai estar se expondo muito e tá correndo o risco de tá respondendo por isso aí, caso não se confirma (LARISSA).*

Denoto extrema dificuldade em apontar qualquer sintoma que a criança possa vir a apresentar estando explícito qualquer tipo de informação a respeito, que não é só uma falha na formação docente, mas também na própria política pública de enfrentamento à violência, que deve informar e sensibilizar a população conforme prevê o eixo de prevenção do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013).

*às vezes a gente pode até ver, porque moramos em um lugar pequeno, e a gente souber de algum caso dá para acompanhar ali, agora para diagnosticar assim não (SILVIA).*

*olha, no nosso trabalho a gente acaba vendo. Qualquer comportamento que não seja normal você já começa a sondar, assim (CACILDA).*

*[...] eu acho que eles (crianças) ficam de forma muito diferentes, eu acho que não é fácil (LORENA).*

Essa lacuna em não identificar os casos de violência sexual, desde a suspeita até a confirmação, se revela na opinião dos/as entrevistados/as do Grupo 4, Serviço de Atendimento, que esclarecem sobre a escola pouco ou não identifica esta situação, com exceção de Daíne e Ricardo, que afirmam:

*em caso de violência sexual é a escola, a escola encaminha bastante, na escola vai estar refletindo e se a escola não encaminha direto como esse sendo o problema, acaba encaminhando por um outro problema, e como eu disse, os olhares atentos aqui do Conselho numa simples suspeita da violação do direito da criança já encaminha pro profissional responsável, eu acredito que a escola está encaminhando mais e tem também o disque 100 que nós também recebemos, mas quem encaminha mais é a escola (DAÍNE).*

*então, a escola ela vem evoluindo a passos lentos não só nesta questão, mas em tudo o que diz respeito a tudo para além da sala de aula em si. Acredito que ainda eles são muito ligados nessa questão, que o **papel deles é de dar aulas**, com o restante ele ainda não se preocupa tanto assim, até mesmo pelas situações de trabalho, não ter condições de olhar para além do quadro e do giz. Mas acredito que já, a nova geração está vindo profissionais, que estão participando e começando a ver isso também (RICARDO).*

Pontuo o destaque da última fala sobre o papel de educar da escola, contrariando o proposto pela LDB (BRASIL, 1996) e PCN (BRASIL, 1998), sobre abordar questões da realidade extra-escolar.

Em contrapartida, os/as demais entrevistados/as deste grupo levantam várias restrições para essa ocorrência como o medo, a falta de preparo, formação, se materializando em:

*às vezes até tem. Pela formação que tem, pela vivência em escola, ou por curso e até palestra que tenha vivido, mas a maioria tem medo de denunciar, inclusive de agente de saúde, enfermeiras, e agente comunitária, médico não, médico constatou chama. Agora enfermeira, agente de saúde, principalmente agente de saúde deveria ser muito mais colocado para eles terem a certeza de que denunciou, será feito o trabalho e não vai ser denunciado o nome. Mas é porque eles têm uma, como que eu posso dizer assim (silêncio), ahn o agente comunitário é uma pessoa da comunidade delas, é uma pessoa conhecida, então é muito mais fácil de entrar na casa, conversar, obter detalhes, e agente comunitário, no geral isso, é muito difícil eles denunciarem (CLEMENSILVIA).*

*deveria ser, eu falo pela nossa realidade, [...] eu acho que a escola, ela tem a tendência de estar tentando resolver da forma que eles entendem por correta, e de repente deixa a desejar no sentido de estar denunciando né, eu até entendo que é toda uma situação né, de medo da repreensão por parte das pessoas envolvidas. Mas eu vejo que poderia ser bem mais, porque eu*

*vejo que os casos são muitos, que a gente tem certeza, mas ficam meio que, em geral as famílias denunciam, e não a escola (ELMIDES).*

Sobressai o medo e a falta de formação como entraves à escola denunciar a violência sexual contra criança, mas a importância de que este espaço é o ideal para prover as denúncias e um trabalho em conjunto é preponderante, revelando outro foco do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013) que exige viabilidade.

*olha, se tem não se chega né, então aí que é o complicado, eles seriam os melhores é, as pessoas que têm mais qualidade né, porque tão ali em convivência o maior tempo com a criança né, e o olhar de professor tivesse capacitado para perceber os sinais físicos, sinais comportamentais desta criança que sofre violência demonstra então que seriam ótimos parceiros para gente. Então há dificuldade assim, às vezes por medo “não vou falar da minha escola” né “minha escola não vai poder ser exposta desta forma né” e acaba deixando a criança ser violada, explorada, abusada né? (ISADORA).*

*Muito pouco, talvez 2 casos que já recebi, pois os professores, diretores tem medo de denunciar, de se envolver em um assunto que possa mexer com a família, e esta possa ameaçar o profissional que faz a denúncia (HORTÊNCIA).*

Saliento sinais como interesses sobre questões sexuais, que implicam em perguntas, falas e brincadeiras, inapropriadas para a idade, com conhecimento “aguçado” sobre sexo e sexualidade conforme Rosas e Cionek (2006), se revelam nas percepções dos/as professores/as, permite afirmar que os/as mesmos/as se atêm ao visual. Exigindo uma formação mais aprofundada para levantar e despertar a observação sistemática em sala de aula, para realizar o trabalho de identificação, que não necessariamente implique em confirmação da situação, mas caso haja suspeita, este deve ter os encaminhamentos cabíveis, sendo de suma importância esse olhar diferenciado à criança, pois as consequências dessa violação de direitos incidem a curto, médio e longo prazo, afetando todas as áreas de sociabilidade e desenvolvimento cognitivo.

*a6) Consequências da violência sexual para o desenvolvimento integral da criança, perceptíveis no âmbito da escola*

Os reflexos, resultados das relações primárias, da sociabilidade familiar e comunitária no processo de aprendizagem e memorização da criança, que, em se tratando de situações de abuso e/ou exploração sexual, terá implicações em seu processo cognitivo. Por isto, as crianças vítimas de violência sexual necessitam de atendimento especializado, conforme alertam Brino e Willians (2003a).

A partir disso, questiono aos/às pesquisados/as sobre as consequências da violência sexual para o processo de aprendizagem da criança violada. Nas respostas obtidas, dos grupos das unidades de ensino, Elza e Eliane apontam a falta de atenção e/ou concentração, Nilda e Nalva a aprendizagem lenta e Neide diz não saber.

Sobre a falta de atenção e concentração, os relatos foram os seguintes:

*[...] ela vai tá ali, como diz no popular, martelando aquilo na cabecinha dela ali, aquilo que aconteceu com ela né, então a parte emocional dela já vai tá abalada né, então o emocional estando abalado é difícil né, não tem rendimento (ELZA).*

*tem um bloqueio né, a criança não consegue mais pensar né, ela tá sempre incomodada com aquilo, tá com aquilo em mente, acaba atrapalhando mesmo o desenvolvimento intelectual dela, o aprendizado, até a socialização dela, tudo prejudica né (ELIANE).*

É um significativo reflexo, que incidirá sobre a qualidade do aprendizado, Nunes e Silva (2006) mencionam que a falta de concentração faz com que as possibilidades de aprendizado diminuam, tomando um ritmo lento em que a criança não tenha condições de apreender como outra que não sofreu ou está sofrendo tal violação.

As alocações, a seguir, classificam como consequência a questão da aprendizagem lenta:

*tem muita dificuldade, não consegue acompanhar a turma no desenvolvimento, mais lenta (NILDA).*

*[...] prejudica, atrasa, porque a criança fica pensando no que aconteceu, o no que vai acontecer depois (NALVA).*

E se há uma aprendizagem lenta, exigirá trabalhos diferenciados com esse/a aluno/a, acarretando numa possível distinção de acomodação social e intelectual. Também têm aqueles/as que não sabem quais são as implicações pedagógicas, como:

*assim, a gente como professor a gente assim teve um caso lá na escola e a gente sentia assim, a criança tinha muita sabe? Medo de tudo, se a gente chegasse perto né, num sei se isso ocorre também, mas depois a gente foi descobrir né? (NEIDE).*

*a mãe que não liga, só se preocupa com o trabalho, a criança sente abandonada, então são vários os fatores, não é só a violência sexual (GABRIELA).*

Observo que os/as pesquisados/as colocam situações que julgam talvez terem relações com os prejuízos pedagógicos, mas não revela com certeza e fundamentada teoricamente e/ou em embasadas por alguma vivência, denotando o desconhecimento acerca dos comprometimentos dessa violação de direitos.

No grupo Apoio Pedagógico, dos 6 pesquisados/as, 3 não sabem ou confundem os prejuízos na aprendizagem com os sinais de que a criança está sendo vitimizada sexualmente, visível na tabela abaixo dos elementos temáticos levantados:

**TABELA 19 – Consequências pedagógicas da violência sexual: Apoio Pedagógico**

<b>Classe Temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
Agressividade	Alice
Medo e insegurança	Andreia, Cassia
Falta de atenção e insegurança	Bárbara
Aprendizado lento	Cátia
Dores	Camélia
Não sabe	Bruna, Brenda

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Demonstro nas falas seguintes a fragilidade em não saber mensurar os rebatimentos da violência sexual no processo de aprendizagem da criança, como:

*sim, sim, ameaça de alguém muda o comportamento. Se torna mais agressiva quando tem algum problema em casa. A gente já sabe porque alguma coisa aconteceu em casa ela vem diferente, ela tá mais agressiva, mais nervosa, não aceita às vezes o*

*contato com o professor com o coleguinhas de chegar perto, restringe (ALICE).*

*com certeza! [...] Não sei (BRENDA).*

*não sei (BRUNA).*

Alice, Brenda e Bruna, esclarecem não saber mesmo. Quanto às entrevistadas que apontaram prejuízos correlatos ao desenvolvimento cognitivo, evidenciamos as seguintes afirmações:

*sim, sim a gente percebe. Com as crianças, não a questão da violência sexual, mas quando a família tá desestruturada, quando o pai ou mãe brigam, então o comportamento dela muda muito. Pode, porque na verdade eu acredito que a criança fica mais quieta, mais na dela, ela tem medo de ter uma relação, de tá conversando com algum coleguinha, com alguém porque ela tem medo que isso aconteça com ela aqui dentro da escola (ANDREIA).*

Saliento a menção sobre família desestruturada, remetendo a análise que a entrevistada se baseia em um modelo “ideal” de família constituída e defendida pelo padrão heteronormativo, na qual o arranjo familiar é composto por pai (homem), mãe (mulher) e filhos/as, sobre o qual discordo, não há um modelo padrão de família e sim arranjos familiares, que independente de sua formação não quer dizer que irá violar direitos da criança, o seu papel de protetora não pode ser alterado se ela é ou não uma família que foge ao padrão socialmente imposto, que se rompe a cada dia (MIOTO, 2004).

Outros relatos revelam a apreensão visual das implicações pedagógicas da violência sexual

*[...] então fica assim, de corpo presente, mas você vê que a criança não gostaria de estar ali. A cabecinha dela não está ali, você percebe (BÁRBARA).*

*insegurança, medo do conteúdo novo (CASSIA).*

*eu acho que o aprendizado é bem lento, porque ele não absorve tudo, porque ele não tá presente em todos os momentos de corpo e alma né, eles ficam meio voando né, então eu acho que a criança perde muito (CÁTIA).*

Observo relatos repletos de incertezas expresso nas palavras “acho”, ficando os/as pesquisados/as atentos/as ao que é visual na mudança do comportamento, independentemente se é ou não acarretada por violência sexual.

O relato de Camélia chama atenção, por evidenciar, inclusive, dores sem motivação sintomática real, e que são somatizadas em decorrência da violação, conforme pode ver abaixo:

*eu percebo que na potencialização, ela se afasta bastante, não quer brincar, fica o tempo todo falando que dói a barriga, dói o braço, dói a perna, fala que tem machucado e não tem. O psicológico fica bem abalado, e reflete sim na aprendizagem (CAMELIA).*

Noto um conhecimento mais aprofundado, com uma conotação científica dos sinais da violência sexual, referenciando busca por leituras e subsídios teóricos como Furniss (1993) e Santos et al (2004).

Quanto aos/às demais pesquisados/as, assinalam mais elementos que tratam das implicações pedagógicas da violência sexual, sobretudo no grupo de professores/as, organizadas pelas seguintes definições ofertadas a esta subcategoria:

**TABELA 20 - Consequências pedagógicas da violência sexual: Professores/as**

<b>Classe Temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
Bloqueios e distúrbios diversos	Carla, Lorien
Falta de concentração	Larissa, Andressa, Marcia, Silvia, Franci
Atraso, <i>déficit</i> de aprendizagem	Ronaldo, Alessandro
Não rende, não memoriza	Taciana
Falta de motivação	Telma
Aprendizagem lenta	Lucilene, Angelina
Insegurança de relacionamento, medo	Cida, Yara, Susan
Não desenvolve como as outras “normais”, retraída, inferiorização, não socializa	Nayara, Samanta, Marli, Ametista
Depende da forma como lidar com a criança	Janaína
Silêncio, não se expressa	Leonor
Não informou	Cacilda, Lorena, Daslainy, Simone, Gislaíne, Anahy, Amanda, Jordana
Não sabe	Lilian, Yasmin, Kemily, Pillar

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

O que chama imediatamente, a atenção é a quantidade de professores/as que não informaram, entendo que não quiseram se arriscar em falar. Assim, aglutino as falas por semelhanças nas classificações temáticas decorrendo em três grandes grupos: um que sofreu os mais *diversos bloqueios* (fala e expressão); *aprendizado lento*; e *outros* (depende da forma como lidar com a criança e falta de motivação), sendo o último bastante vago, não citando quais seriam esses bloqueios e/ou razões que justifiquem tais colocações.

Sobre os que remetem a *diversos bloqueios*:

*com certeza! Além de todos os distúrbios de aprendizagem que a gente já conhece, esse seria mais um para se retrair, ele vai se sentir humilhado, vai se sentir um nada, vai ser bloqueada mesmo a aprendizagem dele (CARLA).*

*[...] eu creio que há um bloqueio nessa criança, ele não consegue aprender. Oh, ele frequenta o psicólogo, apesar que essa criança tem um histórico de vida assim muito triste, porque o pai dele foi assassinado, a mãe não assumiu ele, quem assumiu ele foi uma tia, e essa tia que para ele era a mãe foi assassinada faz pouco tempo. Então até para ele ir no velório ele falava assim: “meu Deus, meu pai foi assassinado, minha mãe foi assassinada, será que eles vão vir me matar também?” não usou a palavra assassinar, mas usa matar. Então é uma criança que tem muito problema, já não tem uma família estruturada, porque é família que tem bar, bar que tem mulher, **provavelmente** essa criança **tenha sido abusada** neste local. A gente não sabe né, porque é frequentado por várias pessoas, ou na casa, não se sabe mas ele tem muita dificuldade. E eu creio que é pelo convívio familiar, e por já ter sofrido este abuso prejudica o andamento escolar né (LORIEN).*

*ela não vai ter segurança de se relacionar com outras pessoas, a família dela que seria o porto seguro (CIDA).*

*tem prejuízo, porque abala tudo a criança né. Eu vi uma reportagem que a menina falou assim: eu não falei para minha mãe porque eu achei que ela ia notar meu jeito. Eu tinha esperança dela notar meu jeito que eu tava e fazer alguma coisa com o meu padrasto. Então, ela tava tão insegura, que a todo tempo ela dava os relatos de que alguém ia notar, acho que é isso, eles pedem socorro de uma forma medrosa né. Que nem a minha filha fala: “mãe, a primeira coisa que eles usam é ‘vou matar a sua mãe se você falar’ e é a que o filho mais gosta, mais próximo, e eu falo, nem se falar isso para você, que vai me matar, que eu tô te chamando se você não vir vou te matar, é uma chantagem emocional (YARA).*

Novamente observo que as informações fornecidas são resultado de busca de conhecimento de outras fontes que não foram ofertadas pela formação docente, confirmando um campo de fragilidades e necessidades para o/a professor/a:

*ah tem né, ela se cala para o mundo diante dela, ela às vezes, a criança muda assim totalmente, do nada, pode ficar conversando em silêncio. E às vezes tem vontade de falar, mas não fala. E com os coleguinhas fica arredia (LEONOR).*

*tem, com certeza reflete no comportamento, ela torna uma criança insegura. Eu já tive contato com meninas que foram abusadas e a gente percebe não que vai rotular, mas percebe a diferença de comportamento, é uma criança insegura, carência afetiva, um medo, uma coisa assim de mais insegurança (SUSAN).*

A insegurança é a consequência comum em todas as falas, embora estes bloqueios possam variar em cada criança, segundo Furniss (1993) e Amazarray e Koller (1998), a severidade dos efeitos do abuso sexual se correlacionam à idade do início da violência sexual, à duração da mesma, se houve emprego ou não de força física, à diferença de idade e ao grau de afetividade entre vítima e agressor/a, acarretando trauma de maior ou menor monta. Ora, conseguem perceber os prejuízos, em contrapartida não sabem como agir diante destes.

Com relação aos/às que apontaram como prejuízo o aprendizado lento, ressalto as afirmações:

*ah, muito. A criança não tem o interesse de aprender o que você tá ensinando, parece que a cabeça da criança fica centrada em outra coisa que não é o que tá acontecendo ali dentro da sala, naquele momento, então ela não tem atenção, ela não tem interesse em aprender o que a gente tá ensinando, e isso é bem visível (LARISSA).*

*ah, com certeza, se ela não consegue se concentrar, ela tem medo da gente, tem sempre um receio de chegar perto. [...] Uma criança assim tá sempre no mundinho dela, aí é meio complicado para ela conseguir se desenvolver iguais as outras (ANDRESSA).*

*eu acho assim, o psicológico dela está sempre abalado, não vive uma vida normal iguais às outras crianças da idade dele. Eu penso que na cabecinha dele vai estar sempre tentando esconder algo, pensando que todo mundo sabe o que está se passando com ele, dá a impressão que é uma marca que vai ficar pra ele. Sempre que se faz algo errado, não dá a impressão que todo*

*mundo está sabendo? Eu acho que o aprendizado dele fica prejudicado por isso. [...] Não acompanhava, não participava da aula, pra falar alguma coisa tinha que instigar mesmo, estimular mesmo, e nem nas atividades dele, que ele fazia sozinho, individualmente (AMETISTA).*

*sim. Eu acredito que no aprendizado né, no desenvolvimento cognitivo da criança. Também afeta a questão da autonomia da criança também, afeta muito, afeta a questão da afetividade da criança, até mesmo a ter revolta né, antes de tudo, a criança fica mais apreensiva, com o tato, então é isso, são questões que creio que ela leva para vida inteira (SILVIA).*

*ah, eu acredito que sim, [...] e ela não consegue se concentrar eu acho que isso vai vem na cabeça da criança ela fica constrangida (FRANCI).*

*[...] ela perdeu muito, ela ficou muito atrasada, e esse ano ela já não acompanha mais a turma, ela tá com um déficit muito grande, porque o conteúdo do ano passado que ela não aprendeu e agora faz falta, porque agora continua e cada vez dificultando mais e ela não tem aquela base do ano passado e não compreende o novo, e vai atrasar (RONALDO).*

São nítidos os relatos de perda de conteúdo, de dificuldade de desenvolvimento cognitivo, pressuponho analisar se há estes prejuízos que incidem na vida escolar é urgente e necessário ao/à professor/a saber, lidar com a situação, até mesmo para desenvolver estratégias para minimizar as dificuldades de aprendizagem da criança, exigindo formação aos/às docentes para saberem lidar com essas situações.

*é prejudicado, eu não tenho como te explicar, [...] mas é uma é uma criança tímida, mais recatada, se o professor não deu atendimento especial para ela, incentivar para ela participar da aula não fazer uma atividade diferenciada para ela participar ela vai ter um déficit, agora a criança que houve, pelo menos no momento que eu tive contato, você aumenta em 10 esse recatamento, se sentir isolada, se você coloca ela no meio ela vai para trás, ou para o canto, nunca na frente, nunca no meio, ela nunca quer participar abertamente, ela tem aquele receio a criança abusada (ALESSANDRO).*

*tem sim na aprendizagem né, do cotidiano. Por exemplo: a criança num dia ela desenvolve atividade, esse dia que você acha que aconteceu alguma coisa, ou no fim de semana, a criança não faz nada, não rende, parece que foi apagado da mente dela tudo aquilo que foi trabalhado até então né? Há uma regressão (TACIANA).*

*ah, com certeza, com certeza, né, porque a criança que não envolve com os amigos, que não tem assunto para conversar com os outros, que quer ficar sempre sozinho, o desenvolvimento dela vai ser prejudicado, no sentido de aprender mais tarde com certeza, com certeza (LUCILENE).*

*ah muito, com certeza. A criança assim, ela não tem estímulo, na verdade, ela fica uma criança bem apática, ela não quer saber, ela fica ali no seu cantinho, quer ficar quieta, não participa fica muito calada, fechada, ela não quer saber, ela quer ficar no seu cantinho, no seu mundinho, é calada, não quer interagir com as coisas, ela mais no seu mundinho, mais calada com as suas coisas. Mais devagar (SAMANTA).*

*acaba ficando isolada, porque na cabeça ela tem vergonha, não vai ter o mesmo contato como uma criança que não foi abusada, vai ficar num canto (MARLI).*

Fica evidente nesses relatos tamanho prejuízo que os/as entrevistados/as percebem da violência sexual nas crianças, vindo de encontro aos resultados obtidos em casos clínicos, analisados por Kendall-Tackett, Williams, e Finkelhor (1993 apud AMAZARRAY e KOLLER, 1998), os quais dividem os efeitos do abuso sexual em: idade pré-escolar (0 a 6 anos): ansiedade, pesadelos, transtorno de estresse pós-traumático e comportamento sexual inapropriado; Corroboro que mesmo sem referências teóricas, os/as professores/as pelas incipientes observações comportamentais e sem ter a consciência, identificam os prejuízos nas crianças, o que auxilia extremamente os serviços de atendimento, sendo um trabalho a ser potencializado, um campo de possibilidades para implementação do eixo de atendimento previsto no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013).

Outros sintomas que afetam a idade escolar (7 a 12 anos): medo, distúrbios neuróticos, agressão, pesadelos, problemas escolares, hiperatividade e comportamento regressivo; e adolescência (13 a 18 anos): depressão, isolamento, comportamento suicida, autoagressão, queixas somáticas, atos ilegais, fugas, abuso de substâncias e comportamento sexual inadequado. E destaque serem comuns as três fases: pesadelos, depressão, retraimento, distúrbios neuróticos, agressão e comportamento regressivo.

Outros prejuízos, que considero mais generalizados, também foram levantados, mas que complementam os já destacados e envolvem a classificação inicial de *outros*

*[...] aí a criança não tem expectativa de vida né, então antes a gente não conseguia entender o comportamento que ora era esperto, ora não é, né? Aí a gente começou a perceber, encaminhava para uma avaliação, aí a gente percebe que não é assim, ela é muito inteligente, consegue atingir os objetivos propostos, só que a vida pessoal, o psicológico né, aí dificulta tudo né? Agressividade com os amigos, não respeitando outros professores/as, então a gente percebe que é por isso que dificulta a aprendizagem (TELMA).*

*tudo vai depender da criança também né? De como foi, como ela está sendo trabalhada, enfim, todo o contexto né? (JANAÍNA).*

*sim, você percebe, mais no caso de violência, a desestruturação familiar atinge muito a educação (PILLAR).*

Os relatos remetem a variáveis como idade, vínculo do/a agressor/a, particularidades da violência, que implicam nos prejuízos à criança, sendo a escola instituição primordial na observação desses. Mas que deve ter suporte formativo e não do senso comum como novamente se expressa na fala sobre família desestruturada, é necessário superar construções heteronormativas historicamente solidificadas e excludentes (WEEKS, 2000).

Atento ao cuidado e compreensão para com a vítima de violência, para não intensificar esses prejuízos e saber lidar com técnicas e ferramentas que permitam minimizar as dores causadas. E, especialmente, refletir sobre a necessidade dos/as trabalhadores/as das unidades de ensino identificar esses casos, vistas as terríveis e incalculáveis implicações. Para tanto, além de saber observar rigorosamente, é necessário saber como proceder diante dessas situações, que passam a focar na segunda categoria de análise.

### *B. Encaminhamentos e resoluções sobre casos de violência sexual infantil*

Na construção da trajetória histórica e legal de proteção à infância, advirto que somente a partir dos anos de 1990 é que são assegurados no Brasil mecanismos que possibilitam o enfrentamento à violência sexual contra criança

(ABRAPIA, 1997; BRASIL, 2000). Baseada nisso, trago dados sobre quais as atitudes e encaminhamentos provocados pelos/as entrevistados/as, bem como sobre o papel da escola diante de situação de abuso e/ou exploração sexual infantil no âmbito escolar.

*b1) Atitudes em casos de violência sexual*

Sobre as atitudes que os/as pesquisados/as tomariam diante de um caso de violência sexual na unidade de ensino, é ponderada estritamente a função exercida na escola, manifesto na maioria dos relatos que acionam aquele/a que desempenha função superior à sua enquanto encaminhamento a ser efetuado, tendo as seguintes classes temáticas para o grupo de Gestoras:

**TABELA 21 – Atitudes em casos de violência sexual: Gestoras**

<b>Classe Temática</b>	<b>Definições das pesquisadas</b>
Denúncia	Eliane, Nilda, Neide
Encaminhamento à Secretaria de Educação	Elza, Nalva, Gabriela

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Observo essas classificações nos seguintes relatos:

*eu, eu, primeiro ia analisar né, a gente não tem nenhuma especialização para lidar com isso, nenhuma formação específica né, mas aí a gente ia encaminhar, ia procurar ajuda com algum profissional da área no caso né. Assistente social em primeiro lugar né, depois ia né, encaminhar pro psicólogo.*

*[...] Sabe por quê? Porque se é de fora se você não vê, é difícil você pegar e afirmar, falar, não, só porque a criança mudou de comportamento tá acontecendo isso, aconteceu isso, não tenho certeza, porque eu não tô vendo, eu sei que ela mudou de comportamento e tal, mas daí eu vou buscar alguém, um profissional nessa área que é capacitado, para analisar o comportamento e tudo mais, conversar com a criança, conversar com a família. Agora se eu tiver certeza, tiver visto, daí denúncia mesmo né, fazer um B.O. (Boletim de ocorrência) (risos) (ELIANE).*

*(Risos) ah é difícil né, mas assim, tentaria conversar com os pais né, para ver o que estava acontecendo e investigando também né os vizinhos, as atitudes da criança, para ver né, e daí procurar alguém que possa ajudar, o Tutelar né (NEIDE).*

*denunciaria, não precisa se identificar (NILDA).*

Ressalto que, mesmo com a atitude de denunciar, atendendo ao protocolo previsto legal e eticamente no ECA (BRASIL, 1990), duas entrevistadas colocam a importância de chamar alguém que reconheça, identifique, para só então fazer a denúncia, caracterizando o receio em levantar uma suspeita. Aprofundo essa questão, apresentando aquelas que se posicionam a favor de encaminhar à Secretaria de Educação, emitindo as seguintes opiniões:

*olha, eu sabendo que aconteceu com alguma criança, ou suspeitando né, a gente conversa com a equipe da escola, pede que os demais da equipe observem para ver se a suspeita é aquilo lá mesmo. E de imediato quando a gente acha que é mesmo alguma coisa nesse gênero a gente procura a Secretaria de Educação né, ou até mesmo tem a psicóloga da educação e aí a gente passa o caso para eles. [...] A gente tá na educação tem toda uma formação, mas não é específica para tá lidando com esse caso né, a gente faz os encaminhamentos, né? (ELZA).*

*primeiro a gente chama a assistente social e a psicóloga, conversa com eles, aí elas vão direcionar o que vamos fazer. [...] mas como escola a gente não tem como fazer muita coisa porque tem que partir da mãe, da família, e eles nunca querem admitir para nós que um filho (silêncio), que coloca alguns limites, né? (NALVA).*

*então eu vou procurar alguém de muita confiança para falar, porque a gente vê tanta coisa acontecendo que não dá pra arriscar. Tem que ligar para um psicólogo ou uma secretária de educação, contar o que aconteceu pra me orientarem, porque às vezes a pessoa pega e liga pra polícia e a polícia vem até a escola (GABRIELA).*

Denoto a insegurança e até mesmo a falta de conhecimento sobre o previsto pelo próprio ECA (BRASIL, 1990) quanto à denúncia, quando há suspeita de violação de direito:

Artigo 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:  
Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990, p. 99).

Também não desconsidero o fator medo, pois se trata de uma cidade pequena e assim como em todo o Brasil, o sistema de justiça requer provas para

verificação de denúncias, sobre o que pondero estar fundamentado também este tipo de comportamento narrados pelos/as entrevistados/as. E esta realidade vai se complexificando ao verificar os dados dos diferentes grupos que contemplam as unidades de ensino. Com relação ao grupo 2, Apoio Pedagógico, sobressai o encaminhamento à direção.

**TABELA 22 - Atitudes em casos de violência sexual: Apoio Pedagógico**

<b>Classe Temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
Encaminha à direção e equipe pedagógica	Alice, Cátia, Camélia
Encaminha para psicóloga	Andreia
Identifica e encaminha	Brenda
Denúncia	Cassia
Não sabe	Bárbara, Bruna

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Isto é visível nos discursos a seguir:

*passaríamos para direção, e a direção com certeza encaminharia para a Secretaria, e aí a Secretaria tomaria uma providência, toma cuidado porque já pensou se é uma coisa dessas (ALICE).*

*[...] nós conversamos com a (diretora) né, daí, mas na verdade nós não ficamos sabendo, porque pela criança nós nunca ficamos sabendo mesmo né, nós ficamos sabendo por terceiros né, daí nós conversamos entre nós mesmos, daí foi ela quem comunicou o Conselho né, a diretora, [...] (CÁTIA).*

*passar para equipe pedagógica né? (CAMÉLIA).*

*nós já tivemos caso de conversa com o pai, com a mãe que nós vimos mesmo que realmente a criança tinha razão, ela mudou totalmente o comportamento dela e conversando com a família, percebemos que estava tendo mudanças em casa e então percebemos mesmo até encaminhamos a criança para a **psicóloga**. [...] E daí não é real na verdade é algo complicado de você lidar, porque quando ainda é fora (agressor) da família se você vê marcas, a criança fala não que a gente vai falar que isso dito e é verdade absoluta, é claro que a gente pode conversar com a criança, chamar os pais e falar: olha acreditamos que isto esteja acontecendo porque a criança tá falando isso. Observa a criança agora se é uma situação dentro de casa (agressor), padrasto, uma madrasta como que nós vamos lidar, com aí eles se negam e fala que isso é mentira, como que nós vamos provar isso? Situação muito delicada (ANDREIA).*

*eu ia na casa da criança né, fazer visitas na casa, para ver se realmente consegue identificar. É uma situação difícil, porque que na escola é fácil, eu aqui na coordenação vou **procurar alguém para me ajudar**, agora na minha casa!!! (BRENDA).*

São sinalizadas muitas possibilidades, revelando, mais uma vez, o despreparo e o desconhecimento da legislação e da própria rede de proteção com seus serviços de atendimento. Bem como, a des-responsabilização, aponto um entrave que o papel da escola não é esse, embora a LDB (BRASIL, 1996) e até mesmo os PCN (BRASIL, 1999), enfoquem a educação para a convivência familiar, humana, no trabalho, bem como envolvem discussões e intervenções voltadas para cidadania.

Desse grupo, somente uma entrevistada diz que sua atitude seria a denúncia de imediato, ilustrada no depoimento abaixo:

*ligação anônima para o Conselho Tutelar, para ele tomar as providências, porque como professora não tem como investigar, eles Conselho Tutelar têm como averiguar, fazer entrevistas. Porque os pais mesmos questionam porque seu papel é investigar e ensinar (CASSIA).*

Analiso também a importância de um trabalho intersetorial que deve ser antecedido da circulação das informações, para que de fato a Rede funcione, cada instituição interagindo com outra (CONANDA, 2006).

Ademais, esses dados reiteram-se no grupo 3, Professores/as, que do total de 30 pesquisados/as, apenas 8 denunciariam, como pode ser observado na tabela 23:

**TABELA 23 - Atitudes em casos de violência sexual: Professores/as**

<b>Classe Temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
Denúncia	Carla, Larissa, Ronaldo, Cida, Yara, Samanta, Leonor, Angelina
Encaminha para orientação	Lilian, Marcia, Gislaine, Kemily
Encaminha para equipe pedagógica	Lorien, Silvia, Alessandro
Revolta, encaminha à coordenação	Anahy, Jordana
Encaminha para direção, supervisão	Andressa, Daslainy, Lucilene, Simone, Susan, Marli
Investigar	Cacilda
Orientar	Telma
Proteger	Ametista

Conversar com a família	Nayara
Me orientar	Pillar
Não informa	Janaína, Franci
Não sabe	Lorena, Taciana, Amanda, Yasmin

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Entre os/as que denunciariam ressalto algumas falas:

*denunciaria né. [...] Mas eu acho que é o mínimo que a gente pode fazer por essa criança, porque se não fazer ele vai sofrer esse abuso até quando? Primeira coisa seria denunciar (CARLA).*

*é muito difícil. Tem que denunciar. Você não pode ficar com medo de não falar, só que essa denúncia às vezes até na própria escola é difícil de você fazer porque ninguém quer se comprometer (LARISSA).*

*eu denunciaria de forma oculta, porque tem o risco também né que você corre, a gente vê acontecendo, vai que te ameaçam de morte porque você sabe né, é complicado (CIDA).*

*é difícil falar quando a gente tá de fora, é complicado. Tá tendo bastante audiência, bastante reportagem depois que a Xuxa deu o depoimento no Fantástico né, são caso horríveis né, mas eu denuncio, de forma oculta (YARA).*

*bom, eu penso que o papel do professor é denunciar, é falar, ir atrás de solucionar esse problema, só que às vezes a gente não é compreendida (SAMANTA).*

*primeiro o Conselho Tutelar, né? (LEONOR).*

*tem que avisar o conselho para ver o que pode ser feito (ANGELINA).*

Visto o baixo número de pessoas que destacaram como atitude a denúncia, reflito que mesmo esta podendo ser feita anonimamente, há o receio do envolvimento, no entanto, as entrevistadas apontam firmemente sua postura ética diante dessa violação de direitos. Em compensação, a maioria do grupo encaminharia para a orientação, supervisão e/ou direção, refletindo a postura hierárquica como prevalecente, o que inviabiliza uma ação autônoma do/a professor/a que convive a maior parte do tempo com a vítima.

Novamente, trago os dados da pesquisa de Brino e Willians (2003a) que também verificaram esta situação, pois apenas 4 pessoas fariam a denúncia, 15 disseram que tomariam outra atitude que não a denúncia, dentre estes, 6

disseram que conversariam com os/as pais/mães ou tentariam ajudar a criança em sala de aula, conferindo o medo de denunciar, havendo a conivência com a situação vivenciada pela criança.

Mediante a seleção de algumas falas de cada localidade de ensino verifico alternativas de encaminhamentos não condizentes com a denúncia:

*encaminho para equipe pedagógica (LILIAN).*

*encaminhar à equipe pedagógica [...] (MARCIA).*

*de imediato, após minha suspeita, vou encaminhar à equipe pedagógica [...] A equipe pedagógica é o primeiro passo, depois a escola entra em contato com a família e Conselho Tutelar (SILVIA).*

*eu acho que de primeiro momento vem a revolta né, a revolta e, e a gente procura as pessoas da nossa coordenação até a gente receber uma orientação (ANAHY).*

*é (silêncio) a gente tem toda uma preparação, tem toda uma equipe e não caberia a nós tomar uma decisão sozinhas, eu passaria para a coordenadora, para a direção [...] (JORDANA).*

*olha, eu não me lembro quem era professora na época, mas se eu percebesse, ou se eu desconfiasse, que tem uma criança sofrendo esse tipo de abuso na minha sala, o meu papel como professora seria primeiro conversar com a diretora, supervisão, passar para elas, aí depois a gente ver junto o que vai ser feito, levar para o Conselho, depois. Mas a primeira reação minha enquanto professor é avisar a supervisão (ANDRESSA).*

*ah, eu conversaria no caso com a diretora e a gente começaria a investigar porque aquela história assim, mas é uma coisa muito complicada porque é como eu falei a gente não tem preparo, não tem estrutura, é uma coisa muito difícil, subliminar, uma coisa muito difícil chamar esse pai e essa mãe para gente tentar ter uma certeza, mas até chegar a uma conclusão é bem delicado, até chegar. Uma se o caso é sério chamar o Conselho Tutelar para dar uma ajuda, porque a gente não tem toda essa bagagem (SUSAN).*

*é passado para orientação, o primeiro passo é dado aqui na escola mesmo, e a escola encaminha para algum setor, pra ver o que pode ser feito para ajudar. O que a gente percebe é que não estamos tão bem preparados nesta questão de violência sexual (KEMILY).*

A insegurança, o medo de se envolver, principalmente de não ter condições de confirmar a situação de violência sexual e a falta de preparo são

causas da inibição em denunciar, contrariando toda a luta histórica delineada pela garantia de direitos as crianças e adolescentes como sujeitos, o que ainda motiva as campanhas de prevenção e enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, corroborando com esta linha de pensamento àqueles/as que não se posicionaram diante do questionamento.

Portanto, não é uma característica de um único território, e sim uma problemática abrangente no município, sobre o que sinalizo ser considerada em ações de enfrentamento da própria execução da política de atendimento à criança e ao adolescente vítimas de violência sexual. Na pesquisa de Camargo e Libório (2006) também foram apontados fatores semelhantes à nossa investigação, pois as 8 professoras entrevistadas manifestaram que denunciariam, entretanto procurariam a direção ou coordenação da escola primeiramente, refletindo na postura hierárquica delineada.

Nesse sentido, analiso outra subcategoria que dispõe sobre o papel da escola, da qual trato em seguida.

#### *b2) Qual o papel da escola diante de casos de violência sexual*

Visto que a criança passa maior parte de suas horas diárias nas unidades de ensino, ingressando cada vez mais cedo haja vista a escola em tempo integral e o ensino de 9 anos, discuto sobre o dever ético e moral previsto no ECA (BRASIL, 1990, p. 18), “Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. Para tanto, cabe a escola intervir sobre casos de suspeita e/ou confirmação de violação de direitos, movendo-me a apresentar os dados de como os/as entrevistados/as compreendem o papel na escola frente a esta demanda, previsto no artigo 245 da Lei 8.069/1990.

Quanto ao grupo 1, Gestoras, levantei os seguintes elementos temáticos:

**TABELA 24 – Papel da escola: Gestoras**

<b>Classe temática</b>	<b>Definições das pesquisadas</b>
Denunciar	Nilda
Ouvir e encaminhar	Eliane
Informar	Nalva
Não sabe	Elza, Neide, Gabriela

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Somente 1 pessoa alude à função legal e social da escola, como de qualquer outra instituição e/ou cidadão/ã de denunciar situações de violência sexual, bem como qualquer tipo de violação de direitos contra criança e adolescente. Chamo atenção para incoerência e mudança da atitude enquanto profissional e esta como uma atribuição da escola. De 3 entrevistados/as que responderam que denunciariam na questão de sua atitude, somente 1 disse que procederia a denúncia enquanto papel da escola, e destaco que esta pessoa não é a mesma que se manifestou na subcategoria anterior, confirmando confusão e incerteza sobre o que fazer.

Enfoco adiante os discursos que referem as demais temáticas sobre o papel da escola como ouvir, encaminhar e informar, listados nas falas seguintes:

*a gente já encaminhou algumas crianças para a psicóloga, e todas as crianças que a gente encaminhou estão indo no neurologista, então sabe, realmente tinha necessidade. [...] Mas têm casos que a gente encaminhou que tá realmente precisa mesmo, se não depois não tem mais jeito. Mas é difícil, cada caso é diferente do outro né. Você não pode agir da mesma forma com todo mundo (ELIANE).*

*é difícil o pai e a mãe, mesmo nos dias de hoje no século XXI, é difícil o pai e a mãe chegar na criança e falar abertamente, eu nunca tive este problema com os meus filhos, tudo o que eles quiseram saber o “porquê” expliquei toda a vida, mas a gente entende que não é tão fácil de certas mães dizerem aos filhos. E a escola tem a obrigação de ajudar neste ponto. Ela tem obrigação e ajudar (NALVA).*

*eu acho que a escola tem que se envolver, mas não diretamente, mas ela tem que se envolver sim, porque afinal de contas a gente tá aqui trabalhando, o foco principal da gente é aprendizagem mas, meu Deus, é uma criança que tá ali, e não é só porque ‘ah, ela vai tá com dificuldade’ a nota dela vai cair, não é por isso mas é pelo próprio bem estar da criança né, você vai ficar de olhos fechados diante de uma situação dessa? (ELZA).*

*ah, eu acho que tem que ter né, porque é uma vida, é uma criança que tá aí né? Nossa é uma responsabilidade muito grande da parte da gente né e tem que fazer alguma coisa né? Deixar, (silêncio) não (NEIDE).*

Fica explícita nos relatos a insegurança e análise que os/as entrevistados/as não sabem o que fazer, qual é a função da escola, fechando-se somente a questões de aprendizagem, esquecendo-se de fazer parte do sistema de garantia de direitos, e aqui emprego o termo esquecer, porque são Gestoras, o que pressupõe saberem que fazem parte da Rede de Proteção.

No grupo 2, Apoio Pedagógico, não se altera muito o enfoque da questão, 2 pessoas expõem que é papel da escola denunciar, e o restante, 5, colocam respostas sobre ouvir, conversar ou então mudam o foco e/ou expõem a dificuldade em saber qual o papel da instituição, visível na tabela seguinte:

**TABELA 25** – Papel da escola: Apoio Pedagógico

<b>Classe temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
Muda o foco	Brenda
Difícil	Alice, Camélia
Observar, ouvir e conversar	Bárbara
Ouvir e denunciar	Cassia
Denunciar	Cátia
Não sabe	Andreia, Bruna

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Destaco os relatos de algumas entrevistadas que denotam tais dificuldades em reconhecerem a importância da denúncia e o envolvimento da escola com o fenômeno central de discussão, mesmo conhecendo que esta deve ter um posicionamento a respeito.

*é difícil porque pode ser feita na escola de repente palestra, orientação aos pais, mas é complicado (ALICE).*

*é, eles ficam o dia inteiro na escola, e quando chegam em casa, o pai e a mãe tão lá né, tudo bem, eles têm que ter o momento de intimidade deles, mas não precisa ser na frente da criança (BRENDA).*

Ora, reconhecem a urgência e conceituação do fenômeno, mas não sabem o que fazer como proceder, mesmo entendendo a importância, revelando mais uma vez fragilidades na formação destas profissionais.

Quanto as que dizem observar, ouvir, conversar, seleciono a seguinte fala:

*[...] a gente enquanto professor, a gente tenta perceber, no dia-a-dia né, com a convivência a gente percebeu né, então, mas é muito restrito né, o que cabe à gente, o que a gente pode fazer né. Conversando com a criança, tentando tirar, mas a gente não tem muitos meios né, deste conhecimento para poder tá fazendo um trabalho assim, né? Tem o encaminhamento, né? (BÁRBARA).*

Esclareço a incoerência com o questionado na subcategoria anterior, pois é mínimo o número de entrevistados/as que sabem reconhecer os sinais do abuso e/ou exploração sexual, sendo a denúncia o caminho adequado, ressalto as falas daquelas que a sinalizaram:

*ouvir se ocorreu, se houve e depois denunciar. A escola não está preparada, as próprias zeladora pedem preparo para lidar com a criança com TDH, pessoa com deficiência, mas não sabemos e que estamos fazendo (CASSIA).*

*[...] eu acho que a gente tem que ligar para o DISK 100, ou ligar pro Conselho, nem que for anônimo né, para a gente não ficar dando a cara a tapa né, porque daí a pessoa vai chegar na gente e a gente não tem como provar, mas eu acho assim, que a gente tem que alertar pro um suposto acontecimento para uma autoridade ir investigar né, para ter certeza (CÁTIA).*

Mostram-se ciente do envolvimento da escola com instâncias como Conselho Tutelar, Delegacias, Fórum que demarcam o compromisso ético e legal enquanto cidadãos e instituição, corroborando com os preceitos propostos no ECA (BRASIL, 1990).

Quanto ao grupo 3, Professores/as, também remontam as respostas dos grupos anteriores, conforme tabela de elementos temáticos.

**TABELA 26 – Papel da escola: Professores/as**

<b>Classe temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
Denunciar, encaminhar ao CREAS e Conselho Tutelar	Lilian, Marcia, Anahy, Amanda
Encaminhar para o Conselho Tutelar	Ronaldo, Andressa, Simone, Silvia, Franci, Susan
Chamar profissional	Telma
Palestras e conversa com os pais	Lorena
Investigar	Larissa
Conscientizar, esclarecer	Lucilene, Gislaine, Yara, Leonor
Conversar com a família	Nayara, Yasmin, Kemily
Discutir internamente	Alessandro, Samanta
Fazer algo	Cida, Ametista, Angelina, Marli

Muda o foco	Lorien
Não informado	Daslainy, Jordana, Janaína
Não sabe	Carla, Cacilda, Taciana, Pillar

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Somente alguns dos/as professores/as reconhecem que o papel da escola é denunciar e até mesmo chamar profissional habilitado/a para solucionar a questão da violência sexual, outros/as colocam que tomariam alguma medida interna, sendo comum entre os/as mesmos/as a dificuldade e a falta de formação sobre como proceder em relação aos casos.

Mais uma vez as hipóteses se confirmam diante dos dados coletados na pesquisa de campo, revelando a fragilidade na formação docente sobre a temática estudada aqui, no município de Assis Chateaubriand. Esta característica também se evidencia em Camargo e Libório (2006), onde das 8 professoras, das escolas municipais de Presidente Prudente/SP, 7 mencionaram que o papel da escola é orientar e trabalhar na prevenção da violência sexual e 1 expôs que cabe à unidade de ensino detectar casos de violência, não listando nenhuma delas o compromisso legal de denunciar.

Seleciono algumas falas de modo a contemplar diferentes origens (escola e organização territorial) que ilustram posicionamento plausível de denúncia:

*[...] então não é só a escola que vai denunciar, é a equipe toda que está avaliando o caso né, o psicólogo, o CREAS, o Conselho Tutelar, todo mundo ali junto. É todo mundo que vai denunciar, não é só a escola. E tem que fazer isso (LILIAN).*

*acho que é intermediar. Porque a criança passa mais tempo aqui, no caso do CEMEI do que em casa né. Nós tivemos um caso, de abuso sexual também, e essa criança, (silêncio), a gente percebeu que é delicado, só que a gente não pode fazer nada, só acho que a gente pode fazer é intermediar e contar com a ajuda de pessoas competentes e que a gente possa fazer o melhor possível, aqui, quando a criança voltar, não distingue de maneira alguma e fazer o melhor possível (MARCIA).*

*eu acho que no primeiro momento a escola tem que procurar as pessoas que sejam dos órgãos responsáveis né, daí passar para eles e a escola ensina, como é a gente que está com ela o dia-a-dia, é a gente que acompanha né, aí chama os responsáveis para isto (ANAHY).*

*[...] daí a gente procura, sei lá, os órgãos que a gente acha que, que a gente imagina que seja o competente, o Conselho Tutelar,*

*aí depois a gente vê junto o que vai poder ser feito né (ANDRESSA).*

*a equipe pedagógica é o primeiro passo, depois a escola entra em contato com a família e Conselho Tutelar (SILVIA).*

Noto tamanha fragilidade dos/as pesquisados/as, muitos/as não mencionam o órgão de denúncia, mas sinalizam características que predispõe remeter ao Conselho Tutelar e ao CREAS, ao contrário da maioria, que entende que esta situação multifacetada que é a violência sexual, a qual exige procedimentos profissionais cuidadosos, expõem que deva ser resolvida internamente com discussão e conversa sobre o que atento novamente para a falta de preparo inicial de observação aos sinais dessa violação, quiçá formação adequada, sendo possível observar nas seguintes afirmações:

*a escola tem que fazer também palestras né, conversar com os pais né, de um modo geral, para poder né, a gente ajudar (LORENA).*

*ah, eu acho que sim, eu acho que a gente pode conscientizar os alunos né, falar sobre este assunto da importância, né, se caso eles tiverem sofrendo alguma coisa sempre falar para os pais, professores, se eles tiverem qualquer dúvida (LUCILENE).*

*eu acho que a função da escola também é orientar né, porque não é só os pais que abusam, são pessoas próximas, então assim, o papel da escola também seja orientar esses pais para tá observando, passando um tempo maior com essas crianças, ou até mesmo (silêncio) o responsável, é ter um cuidado a mais com essas crianças. Então seria o papel da escola conhecer mais sobre eles, nós também, os educadores, estar conhecendo (GISLAINE).*

*aqui teve um caso e a gente tentou conversar com a mãe, conversou com ela, orientou e já pediu pra ela tomar providência e a ela tomou e denunciou, procurou (LEONOR).*

*[...] a escola, a escola pode, deve fazer sim, deve discutir, isso aí uma coisa que em (município vizinho) é feita e aqui não é feita, eu já falei várias vezes nas reuniões de sindicato deve, tem, que gerar um tempo para o professor, com para o secretário, zelador para discutir esses assuntos e também outros porque na escola acontece caso de racismo, bullying, nós já tivemos aqui uma bibliotecário com um menino que raspou a cabeça e falou: você tá parecendo um ratinho pelado! O menino virou um chorerêu, teve que chamar mãe, é bullying, e eu já vi outra que viu um menino e falou que menino é preto, é racismo por parte de um funcionário,*

*agora você imagina com uma criança que sofreu um abuso sexual, ela tá intimidadamente dolorida, ela tem dificuldade em falar, em participar de atividade da escola e imagina quando a escola não tá preparada, a nossa escola não tá preparada, eu tenho algumas informações a mais, eu acho que eu tenho, que os meus colegas, mas mesmo assim não me sinto preparado porque é trabalho psicológico muito forte (ALESSANDRO).*

*teria que ser trabalhado com a família e com a escola, com a assistente social e a família, escola e comunidade, todos juntos (KEMILY).*

Não descaracterizo as ações listadas nas falas de palestras e orientações como importantes, até porque o trabalho preventivo deve ser feito mediante ações como estas e conteúdos sobre educação para sexualidade, que devem estar fundamentadas e alicerçadas teóricas, metodológica e operativamente para não incorrerem a ações de senso comum e conformismo.

A sensibilização para fazer algo também reflete como saída do comodismo, pois o fato de incitar esse grupo a pensar a respeito, satisfaz, mesmo que não especifiquem o que fazer ou então esclareçam que não sabe qual é a função da escola, o processo de pesquisa faz com que reflitam que devam intervir de alguma forma.

Sobre esse grupo, que sinaliza não saber, também contemplo aqueles/as que não informaram postura acerca da questão, confirmando o que a maioria dos/as pesquisados/as do grupo 4, Serviço de Atendimento, reconhece que é papel da escola denunciar, bem como detectar e observar os casos, materializando nas falas:

*o professor é uma peça chave nisto daí, para conseguir detectar alguma coisa em relação ao aluno, alguma alteração e fazer esta abordagem para saber se a criança está sendo submetida a alguma situação de risco, mais ainda é muito ínfima esta ação do professor, ele, uma que ele não sabe este grau de importância que ele tem na detecção desta situação da violência e outra que ele ainda não está completamente orientado neste sentido (ISABEL).*

*ah, eu acho que sim, desde que capacitados né, que efetive a questão da equipe né, porque têm os profissionais da área da educação no município para poder fazer realmente um trabalho de prevenção de todas as formas de violência e a questão estadual que seja efetivada a Lei (da equipe multidisciplinar) que já existe, né? (ISADORA).*

Somente 3 pessoas, do grupo 4, não informaram a respeito do papel da escola. Por mais que está previsto na legislação o papel dos/as cidadãos/ãs e das instituições prestadoras de serviços, em denunciar casos suspeito e/ou confirmação de maus-tratos à criança e adolescentes, observo a falta de compreensão desta para com aqueles/as que intervêm diretamente e/ou se espera que intervenha com crianças, denotando mais uma vez um campo de fragilidades. Tais falas confirmam o desconhecimento até mesmo que esta atitude de omissão acarreta penalidades como multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência, conforme estabelecido no artigo 245 do ECA (BRASIL, 1990).

Mesmo demarcado por lacunas, visualizo também na escola um campo de possibilidades para realizar a prevenção e o enfrentamento à violência sexual, por isso recorro aos serviços de atendimentos nos quais vislumbro condições de apoiar intervenções na escola, se esta tem potencial para o cumprimento deste objetivo disposto no **Guia Escolar**: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (SANTOS et al, 2004) e no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013).

### *b3) Potencial da escola e ação articulada para enfrentar a violência sexual*

Embora a escola não reconheça os princípios legais de identificação e encaminhamentos de violência sexual, o serviço de atendimento visualiza o potencial da escola em realizar o enfrentamento à mesma, mas os/as pesquisados/as salientam que esta não o faz e não está preparada para tal, referindo-se mais uma vez à falta de informação e formação:

*identificar, eu acredito até que identifique, mas eles não fazem nada, a maioria deles não, na grande maioria deles não. Têm muito medo, às vezes o pai já tem uma certa fama, a mãe é tal coisa e então não faz. E a escola não faz não. Agora com as palestras (ação do CREAS) que estão tendo, de repente elas consigam, elas não são as únicas, elas terão que manter a firmeza a cada ano, fazer ele continuar ir na escola, para ver se elas conseguem detectar, as psicólogas indo conseguem ver, visualizar na criança alguma coisa assim, talvez, a gente consiga detectar mais, mais fácil (CLEMENSILVIA).*

*olha, se tiver sua equipe pedagógica competente seria capaz sim. Eu acredito que sim (RUTHI).*

*até tive contato com um trabalho na Secretaria Municipal de Educação, e eu acredito que eles não tenham muito preparo, muita noção, porque confundem tudo com, é, é, culpabilizam muito a família, é, falta de educação, falta de limite, e há uma certa dificuldade de falar sobre sexualidade, tratar sobre o assunto e até mesmo confundir né, no que seria importante trabalhar sobre o assunto. Então assim, não tem incentivo na secretaria para se capacitar para isso, né, não que eles não considerem importante, mas na hora de se construir um planejamento de fazer uma capacitação, mas vai do profissional, de buscar saber falar sobre isso. [...] É, eu acredito que seja um ótimo espaço, mas é preciso também trabalhar o assunto com os profissionais é, sobre o processo de como enxergar a criança na totalidade, né? (MARTA).*

Ressalto a fala de Marta, que atuou na Secretaria Municipal de Educação, sobre a qual concordo, pois a gestão da política local de educação deve entender a demanda como prioridade para incorporar ao planejamento de ações de formação docente para não ficarem restritas a ações isoladas como as pontuadas na subcategoria anterior de palestras e orientações. É necessário implementar e repensar o modo de gestão intersectorial no município (GUARÁ et al, 1998).

Sobre esta questão, destaco a seguinte fala:

*a escola seria, se os profissionais não tivessem esse medo/receio sobre tratar do assunto, mas não está preparada, não conseguem, não sabem focar esse assunto (HORTÊNCIA).*

Observo certa expectativa nas falas de que a escola pode ser o local adequado para abordar o assunto violência sexual, desde que com os/as trabalhadores/as embasados/as metodologicamente para essa finalidade, corroborando o envolvimento de um conjunto de profissionais conforme é destacado por Oliveira et al (2006). Apenas 1 pessoa não vislumbra esse potencial na escola, mas alerta ser em virtude também das fragilidades já apontadas.

*ela teria se ela valorizasse a questão. Mas como ela não vê a questão como um problema que ela pode ajudar, ela não tem potencial. Por quê? Porque eles não conseguem pensar que também influenciam na vida da criança, na vida da família, eles não conseguem entender: família – escola – família (MILENI).*

Ademais, salientam a questão de equipe pedagógica com profissionais para auxiliarem também nesse assunto, que embora a legislação 15.075 encontra-se aprovada desde 2006 no Estado do Paraná, autorizando a implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social nas unidades escolares da rede de ensino público, o Governo ainda não a implementou com a contratação das equipes interdisciplinares na Educação (Pedagogo/a, Psicólogo/a e Assistente Social), vindo aguçar essas necessidades que permeiam a política de educação e usurpam direitos da população.

A partir disso, questiono se há alguma ação articulada com as unidades de ensino para prevenir situações de violação de direitos desse tipo, as respostas, de Clemensilvia, Daíne, Mileni, Rubia, Isabel, Isadora e Marta, isto é, representantes de Conselho Tutelar, CREAS e Secretaria de Educação, foi que sim, como pode se visualizar em alguns relatos selecionados:

*é, nas escolas de maior risco conforme o CREAS passou para nós, e a gente foi junto acompanhado nas palestras até mesmo para identificação de conselheiros, de conversas [...]. O ano passado foi feito, mas foi num geral, este ano foi específico para escola de maior vulnerabilidade (CLEMENSILVIA).*

*[...] então o Conselho atua como coadjuvante, nessas campanhas, ou seja, ele não está em primeiro. Então ele atua, acompanha. Este ano nós tivemos muitas palestras nas escolas, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sempre ressaltando que a qualquer suspeita da violação do direito da criança e do adolescente em qualquer esfera, tem que comunicar ao Conselho, o Disk 100. Em palestras e em campanhas o Conselho trabalha, mas hoje é necessário mais que isso, isso não está sendo suficiente, então é uma coisa a se pensar e discutir mesmo (DAÍNE).*

*só palestra (MILENI).*

*existe estas palestras que a escola geralmente faz um levantamento das dúvidas que vêm a acontecer dentro da escola e eles repassam. Então faz um material, algum trabalho já em cima das dúvidas deles, né? (RUBIA).*

As campanhas e palestras destacadas referem-se a atividades alusivas ao dia 18 de Maio e/ou quando são solicitadas. Mas não há nenhuma iniciativa por esses órgãos para formação pedagógica dos/as professores/as, logo, a formação

docente não ocorre a curto prazo e esporádica, para de fato realizar o enfrentamento e a prevenção à violência sexual.

Embora os/as entrevistados/as sinalizem que tenham disponibilidade em participar e contribuir para com intervenção dessa natureza há a exceção de Ruthi que destaca:

*eu acho que a equipe do CREAS é, já pelo atendimento, já vai tendo aquele entendimento, aquela sensibilidade, aquela malícia de estar captando e estar fazendo este trabalho sim, com os professores, e com os funcionários da escola.*

É importante essa ponderação, haja vista que cabe ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) desenvolvido pelo CREAS em virtude de atender diretamente aos casos de violência sexual no município, ser o equipamento público de referência. Embora nada o impeça de realizar uma ação interdisciplinar envolvendo os mais diversos setores que compõem a rede de atendimento à criança e ao/a adolescente do município.

Os/as demais pesquisados/as salientam disponibilidade em subsidiar ações voltadas à formação, por meio de contribuições com base em suas experiências, justificando não possuir formação suficiente para capacitar outras pessoas e órgãos, estando isso presente nas seguintes falas:

*olha! Nós podemos contribuir com troca de experiências, agora capacitar eu acho muito forte para o conselheiro, porque nem nós somos; a capacitação que nós temos é no dia a dia, nem nós somos capacitados, e eu sou muito voltada para esse lado do estudo. [...] acho que a gente pode trocar experiência, mas não cabe ao Conselho dar capacitação. Pode dar orientação, inclusive sugerir: fulano de tal é perito neste assunto, converse com fulano, mas capacitar é muito forte pra nós (DAÍNE).*

*seria. Seria interessante.*

***Você acredita que o CREAS teria possibilidade em ajudar no programa de capacitação para os funcionários/as da educação? Se aumentar nossa equipe! (risos) se aumentar nossa equipe tem com certeza! (MILENI, fala nossa).***

*olha, contribuir acredito que sim, só que, no entanto nós temos que nos prepararmos, nós não somos preparados para falar sobre esse assunto. [...] primeiro precisa de uma capacitação para os funcionários do CRAS, porque a gente não tem, até por virtude do fato de ter um caso você vai buscar aquilo que você tá*

*necessitando né, então como ainda não necessitamos, não sentimos a necessidade de irmos para além do comum que todo mundo sabe (RICARDO).*

*sim, porque é igual eu falei né, muitos têm a teoria, mas na prática ele não tá vivendo, ele não tá vendo crianças vítimas de violência, atendendo família que tem um filho que é vítima de violência, então ele vê a situação, vê o procedimento, a forma como chega [...] (RUBIA).*

Noto a fragilidade de implementação do parâmetro norteador da violência sexual no que tange ao eixo Prevenção, do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013) que prevê o desempenho de capacitações e aprimoramento, que para os/as pesquisados/as a noção do trabalho em rede deve ser incorporada também à política de educação. Trata-se também de uma questão de compreensão dos/as gestores/as, visíveis nos relatos selecionados:

*competência tem, a condição vai depender também da vontade política da Secretaria Municipal. No momento que eu vivenciei dentro da secretaria (de educação) esse trabalho, havia um enfrentamento muito grande né, no sentido de não considerar estes pontos [...]. E quando surgiram propostas de enfrentamento disso, mesmo que fossem propostas que atingiriam na resolução do problema, que fossem válidas, elas eram deixadas em segundo plano. [...]. Uma vez que a gente também tivesse condições de se capacitar especificamente. Eu estaria disposta a fazer isto, desde que eu tivesse também condições de participar de um processo específico de capacitação anterior (MARTA).*

*sim, tenho disponibilidade e até mesmo por ser funcionária do município em contribuir e também participar dessa formação (HORTÊNCIA).*

Fica evidente a disponibilidade em contribuir para um trabalho formativo dos/as trabalhadores/as da educação, friso por parte deste grupo de profissionais um vislumbrar na política de educação condições em enfrentar a demanda de violação de direito, mas retomo que mesmo com enfoque à violência, assim como Nunes (2009), é necessário ofertar subsídios tanto a educadores/as, profissionais e as crianças quanto à discussão sobre sexualidade.

Diante disso, cabe aos órgãos governamentais e não-governamentais prover formação com conhecimento plausível para que os sujeitos saibam como

lidar com essas questões, especialmente como prevenir, sobre o que trato na próxima análise categorial.

### *C. Enfrentamento e prevenção à violência sexual contra a criança*

Esta categoria trará os dados que os/as entrevistados/as levantaram acerca do local adequado e a idade apropriada para falar com as crianças sobre abuso e exploração sexual, com vistas a viabilizar um dos objetivos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes que é promover ações de prevenção (BRASIL, 2013).

Sobretudo, compreendo a escola enquanto local eficaz para abordar esta questão, espaço de troca de informação e formação de opinião e atitudes. Concordo com isto e analiso na sequência os apontamentos dos/as entrevistados/as a respeito.

#### *c1) Local adequado para tratar sobre a violência sexual*

Este questionamento provocou reflexões e revelou desconhecimento da possibilidade da escola ser local adequado para tratar sobre o assunto violência sexual contra criança, sendo direcionados vários locais como possibilidades de abordagem do assunto.

No grupo de Gestoras foram cunhados os seguintes elementos:

**TABELA 27** – Local adequado: Gestoras

<b>Classe temática</b>	<b>Definições das pesquisadas</b>
Escola	Nilda, Neide, Gabriela
Polícia	Nalva
Não sabe	Elza, Eliane

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Dentre os/as que apontaram a escola, sinalizaram como metodologia de enfrentamento, palestra e reunião de pais/mães, visível nas falas:

*na escola, com palestras, projetos (NILDA).*

*ah eu acho que em reuniões de pais né, principalmente né (NEIDE).*

*eu acho assim, pra falar sobre esse assunto, tinha que ser num geral, fazer curso, uma reunião na escola, poderia ser com os pais e com os adolescentes, as crianças maiores juntos; no meu entender o Conselho Tutelar pode preparar palestras, conversar e orientar (GABRIELA).*

Percebo nas expressões “acho” e “não sei”, incerteza sobre a melhor metodologia à realidade, demarcando a necessidade de capacitações na área.

No grupo 2, Apoio Pedagógico, somente 3 pessoas apontaram a escola como local apropriado, ficando distribuída a classificação desta forma:

**TABELA 28 - Local adequado: Apoio Pedagógico**

<b>Classe temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
Escola	Brenda, Cassia, Camélia
Casa	Cátia
Vários	Alice, Andreia
Não sabe	Bárbara, Bruna

**Fonte:** Dados coletados com os sujeitos da pesquisa na entrevista, 2012.

Em contrapartida Cátia comenta que a escola não deve se envolver com estas questões expondo o seguinte:

*então eu acho assim, não tem um lugar adequado, se eu começar a conversar com a minha criança de dentro de casa, eu vou poder falar sobre isso com ela, né, vou ter abertura de perguntar, então eu acho que tem que começar em casa essas conversas (CÁTIA).*

Não discordo desta atitude, de iniciar com orientações no espaço familiar, entretanto, reitero a escola como espaço de formação, sociabilidade e longa presença da criança, que não impede que seja um conteúdo a ser focado, até mesmo porque se estará prevenindo crimes e traumas terríveis e por vezes irreparáveis (AMAZARRAY; KOLLER, 1998; AZAMBUJA; FERREIRA, 2011). Sobre isto os relatos que seguem aludem vários locais como apropriados:

*a sociedade no geral deveria estar preparada para isto e não está, através de palestra, de encontros, seminários, na igreja fazer palestra na igreja (ALICE).*

*até para as crianças mais novas, ser tratada de uma maneira diferente na catequese, porque na Bíblia tem alguma coisa que fala sobre a questão corpo. Poderia tá ligando algum conteúdo, alguma coisa dentro, e especialmente é ter uma formação para os professores primeiramente para eles estarem diagnosticando os casos de violência à maneira de lidar com caso de violência (ANDREIA).*

É interessante notar nesses relatos que a Igreja é trazida como local para abordar a questão em estudo, porém, sei que os casos de pedofilia, por exemplo, muitos são cometidos por membros dessa instituição. Em levantamento realizado pela SDH, divulgado com exclusividade pelo O Globo (2013), a partir de denúncias recebidas pelo Disk 100, em 2011, de 147 denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes em instituições de qualquer tipo de religião, 102 referenciavam violência sexual contra menores de idade. Sendo que em 2012, os registros de violência sexual chegaram a 193 denúncias, de um total de 340 registros que incluem violência física ou psicológica e negligência. A base de dados denomina genericamente como "igreja", não especificando a religião (O GLOBO, 2013). Faço a leitura que os/as profissionais se referem a esta com muito respeito, ilustrando em nossa análise a questão da purificação, o que remete a culpabilização da infância ou juventude que é acometida por essa violação, ou então, as restrições de informações sobre a sexualidade que perpassam por estas unidades religiosas já se enviesariam por uma questão doutrinária e não de causa de enfrentamento político como pé necessário com relação ao abuso e à exploração sexual.

Felizmente, significativa parte dos/as entrevistados/as, do grupo 3, Professores/as, reconhecem a escola como local adequado para o enfrentamento à temática aqui comentada, ficando as opiniões dos/as entrevistados/as organizadas assim:

**TABELA 29** - Local adequado: Professores/as

<b>Classe temática</b>	<b>Definições dos/as pesquisados/as</b>
Escola	Cacilda, Lilian, Lorena, Larissa, Ronaldo, Telma, Lucilene, Ametista, Cida, Marcia, Yara, Nayara, Silvia, Samanta, Janaína, Franci, Leonor, Susan, Angelina, Yasmin, Kemily, Pillar
Conselho Tutelar	Daslainy
Não sabe	Taciana, Andressa, Gislaine, Anahy,

	Amanda
Não informou	Carla, Lorien, Simone, Jordana, Alessandro, Marli

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Destaco que aqueles/as que sinalizaram a escola mencionaram em suas falas restrições como a falta de informação e preparo dos/as professores/as e/ou da escola, impedindo que esse trabalho seja realizado, aponto, assim, o caminho pelo qual gestores/as da educação e órgãos de enfrentamento devem galgar para alterar a realidade municipal e até mesmo do nosso país.

Em algumas ponderações selecionadas, é possível verificar as opiniões quando questionados/as se a escola é o ambiente adequado para tratar da violência sexual:

*na sala eu até comento a respeito daquilo que eu sei né, mas se eu tiver envergonhada eu não conto não, mas o que eu tiver de informações eu posso até pensar em repassar alguma coisa (LILIAN).*

*[...] então deveria acontecer, eu acho, dentro da própria escola, porque na escola a criança se sente segura, é lógico que tudo tem exceção, mas a maioria das vezes o professor é o melhor amigo do aluno, você vê que eles sentem na pessoa da gente uma segurança, então de repente dentro da própria escola que eles se sentem bem, seria o melhor lugar [...] (TELMA).*

*para mim é a escola né, porque a escola é o centro das informações né, tudo, qualquer informação nova que vem, vai através dos alunos né (SILVIA).*

*eu acho que na escola também é o local onde tem que ser falado. Falar de violência sexual é uma coisa meio constrangedora, pode até ser falado nas salas de aulas como palestra, de uma forma mais amena para a criança; pois é a partir disso que a criança vai falar: “posso confiar nela e contar o que está acontecendo comigo” (KEMILY).*

Mesmo as ressalvas, sobre a falta de preparo para abordar o assunto que se explícita nos depoimentos, constitui desafio a prevenção ao fenômeno e após 13 anos de aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, cujo foi revisado em 2012/2013, confirmo ainda as consequências de uma sociedade assolada pelo tabu e repressividade acerca da sexualidade delimitados por Ussel (1980) e Foucault (1988).

Esse desafio fica explícito nos relatos dos/as entrevistados/as que revelaram não saber o local onde realizar essa ação de enfrentamento visíveis nas falas a seguir:

*não sei (TACIANA).*

*eu não faço a menor ideia de onde deve tocar no assunto. Eu não sei (ANDRESSA).*

*ah, é tão delicado. [...]. E não sei dizer se a escola estaria pronta para isso ou não. Ou se seria o espaço ideal, também não sei (GISLAINE).*

*Essa pergunta é difícil né? Nunca parei para pensa sobre isso (silêncio). Eu acho (silêncio) que é um lugar neutro né, que elas estavam ali já (ANAHY).*

*não sei (risos), (silêncio) eu vou começar agora com você (risos). Na verdade é assim: não é que é difícil, é que a gente não sabe né, fica numa, (silêncio) sem saber o que fazer (AMANDA).*

Mais uma vez, compreendo no silêncio e nos risos, a insegurança e o não saber o que fazer diante desse fenômeno que urge por ações que façam parar esta dor, que se estende nas crianças, fazendo com que cada vez mais cedo seja necessário abordar a temática violência sexual, por meio da educação para sexualidade escolar, ofertando esclarecimentos aos/às professores/as, funcionários/as, pais, mães e crianças conforme apontando em Louro (2001) e Maio (2011).

A partir disso, coletei também, dados, sobre qual a idade apropriada para falar sobre violência sexual contra criança, que analiso adiante.

## *c2) Idade apropriada para falar sobre a violência sexual contra criança*

Parece bastante óbvio e pertinente, neste estudo, abordar a questão do abuso e/ou da exploração sexual contra a criança com intuito de prevenir casos desta natureza, bem como de quão despreparados/as os/as profissionais da educação estão. Barros (2011) atenta que os/as pais/mães devem ultrapassar o jargão de orientação aos filhos do "não fale com estranhos", debatendo de fato o assunto, bem como nas escolas esta temática envolva os discursos dos/as

professores/as com seus/suas alunos/as. Para ilustrar essa questão a “pesquisa da Safernet mostra que pelo menos 06 em cada 10 crianças, já mantiveram contatos com pessoas desconhecidas na internet” (FELIPE; PRESTES, 2012, p. 11).

Contudo, em levantamento junto aos/às pesquisados/as e aqui apresento os dados dos 4 grupos enfocados, sobre qual a idade que consideram apropriadas para falar sobre violência sexual com a criança, demonstrada na tabela abaixo:

**TABELA 30 – Idade adequada para abordar a violência sexual com crianças**

<b>Idade</b>	<b>Gestoras</b>	<b>Apoio pedagógico</b>	<b>Professores/as</b>	<b>Serviço de atendimento</b>
Bebé	-	Cátia	Alessandro	-
Pequenino	-	-	Gislaine, Jordana	-
< 1 ano	-	-	Cacilda, Susan	-
< 2 anos	Neide	-	Lilian, Ronaldo, Cida, Marcia, Yara	Ruthi
< 3 anos	-	-	Carla, Lorien, Simone, Anahy	Elmides, Mileni
< 4 anos	Elza	Camélia	Samanta, Yasmin, Kemily	Isadora, Marta
< 5 anos	-	-	Larissa	Clemensilvia, Isabel
< 6 anos	Nilda	-	Daslainy, Ametista, Nayara	-
< 7 anos	Eliane	Bruna	-	Daíne
< 8 anos	Nalva	Andreia, Cassia	Lucilene, Silvia, Janaína, Leonor, Angelina, Marli	Ricardo
< 9 anos	-	-	Franci	-
Não informado	Gabriela	Bárbara	Lorena, Telma	-
Não sabe	-	Alice, Brenda	Taciana, Andressa, Amanda, Pillar	Rubia, Hortência

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Observo uma variedade de opiniões, revelando incertezas e tabus sobre falar de violência sexual em virtude de a segunda palavra remeter ao sexo e sexualidade tendo uma conotação estritamente erótica, que remete falar sobre o assunto tardiamente. Em contrapartida, é desde os primeiros anos de vida que uma criança pode sofrer esse tipo de violência, sendo que, caso for se falar somente mais tarde a respeito colaborar-se-á para perpetuação por longo período

desse sofrimento e das marcas causadas. Mas, muitos/as adultos/as insistem em entender que a criança é um indivíduo assexuado, tendo muitas dificuldades em conversar sobre violência sexual, em virtude dessas limitações, muitas crianças estão mais vulneráveis à violência sexual por não saberem como ocorre e como se precaver na iminência desta. Defendo que, desde o nascimento, orientações podem ser ofertadas, compreendendo que o corpo da criança pertence a ela e que seus responsáveis devem auxiliá-la a cuidar até que esta aprenda a fazer isto independentemente e saiba identificar relações abusivas.

Seleciono relatos em que os/as pesquisados/as escolheu uma faixa etária de idade para ilustrar seus preceitos.

*Bebé:*

*[...] mas abuso, a gente tem que falar desde criança, desde pequenininho, desde bebezinho, tipo assim oh, 'aquí não pode ficar tocando, todo mundo ficar tocando' então a gente vai limpando a bundinha deles e já vai explicando né, vai falando 'oh, a mamãe vai limpar a bunda', e vai falando né, você deixa uma pessoa desconhecida trocar seu filho? Limpar seu filho? Nem consegue, né? (CÁTIA).*

*eu acho que desde que nasce, com os meus filhos, meu filho e minha filha eu faço isso, como que eu faço isso? Eu vou te falar com as coisas que eu li e aplico na minha **vida particular**, então eu falo para minha filha você não pode deixar ninguém relar em você, a mamãe vai dar banho em você, o papai não pode dar banho em você, o papai não pode ver você pelada porque seu corpo é diferente do corpo do papai (ALESSANDRO, grifos nossos).*

Por mais que ressaltem o cuidado e a abordagem desde bebê, o enfoque reforça a desigualdade de gênero, como se coubesse somente a mulher orientar sobre sexualidade das meninas e aos homens orientar a dos meninos, reproduzindo até mesmo numa tentativa de prevenção, a violência de gênero, que é como se expressa a violência sexual (LOURO, 2001; BUTLER, 2009; MAIO 2011).

*Pequenino:*

*Vou falar o que aconteceu comigo, com a minha filha eu falei 'o corpo é seu, faz parte de você, cuida, ninguém tem que ficar passando, pegando, então acho que já é um começo né, e foi desde pequenininha. Depende muito da idade, do que é passado, né? (GISLAINE).*

É perceptível que as respostas se definem com base na vida particular de cada pesquisado/a, não tendo uma base referencial teórico-metodológica, de fundamentação, nas justificativas apontadas.

< 1 ano:

*[...] com certeza, a partir de um ano de idade eles já começam a se tocar né, na hora que tá lavando, que vai trocar né, já começa a se descobrir, né? (CACILDA).*

< 2 anos:

*a partir dos 2 anos, porque há vários casos que acontecem com crianças mais novas até então a partir do momento que tá inserida na escola começa a tratar do assunto, desde que com a linguagem correta (RONALDO).*

*olha, eu acho que desde os 2 ou 3 aninhos ela já entende (YARA).*

Permeia a ideia de diferentes infâncias, por balizarem respostas a partir dos modos relacionais primários, em âmbito familiar, permeados por incerteza em emitir essa resposta, bem como a recorrência a experiências de vida dos/as pesquisados/as, por meio dos detalhes, aqueles/as que colocam a idade apropriada como sendo os primeiros anos de vida salientam que as orientações que devem permear são as noções de cuidados com o corpo, permanecendo na abordagem daqueles/as que se referiram como idade adequada a partir dos 3 anos, perceptíveis por meio dos relatos abaixo:

< 3 anos:

*abuso? Eu acho que desde os 3 anos acho que já pode falar, porque a criança não vai entender, discutir o que é um abuso. Mas assim, se alguém estiver manipulando o corpo dela ela vai falar (LORIEN).*

*eu acho que não existe uma idade. Porque existe o abuso interfamiliar, tem recém-nascido que é abusado, não recém-nascido, mas um bebê bem novinho. Então eu acho que não existe uma idade para você tá dando uns alertas tá sobre o abuso sexual. Porque a criança precisa dar sinal para gente, e se ela não achar que o abuso é uma coisa ruim, uma coisa errada, se ela não souber disso ela não vai dar os sinais, então precisa sim ir alertando, desde 3 anos, 2 anos e pouco, já dá pra compreender a*

*se cuidar, dá pra dar orientação, para saber quem que pode mexer em algumas partes da criança (MILENI).*

Novamente se expressa a noção do cuidado individual com o corpo e não a caracterização da sexualidade e da violação, reproduzindo o medo e o tabu que ronda a questão. A partir dos 4 anos, os/as entrevistados/as remetem à questão de uma sexualidade “aguçada” da criança, culpabilizando, em muitos relatos, a própria criança, sobre o que discordo, pois a erotização está naquele/a que a compreende e a fomenta, não sendo inerente à criança (FELIPE; PRESTES, 2012). Ou seja, a criança aprende por estímulo de outrem, observando essas situações nas seguintes falas:

*< 4 anos:*

*eu penso que a criança desde o pré tem que tá começando a se falar, porque essa questão sexo, sexualidade tá muito **aflorada**, é 4, 5 anos tem que tá, tem que começar a falar, claro que dentro do seu limite, sua faixa etária, mas tem falar sim (SAMANTA, grifo nosso).*

*eu acho que até mesmo os pequenos ali, de 4 anos, você pode tá falando mas assim, não uma coisa muito direta né, mas vai tá falando de se deixar tocar somente por pessoas que são da família, embora alguns casos acontece dentro da família, eu digo porque a gente tem notícia, ouve, é meio complicado né, mas para já ir colocando alguma coisinha (ELZA).*

*[...] para ser bem sincera mesmo eu nunca pensei nesse assunto (risos). [...] mas eu acho que uma idade, para falar sobre violência (silêncio) violência sexual (silêncio), hum eu acho que seria, hum eu acho que eu só queria dialogar com a criança, eu, a partir de uns 4 anos (MARTA).*

É nítido o receio em se falar da violência sexual com a criança, associando a conteúdos de sexo e sexualidade, dimensionados ainda como tabus presentes em nossa sociedade, constituindo desafio a ser superado. As diferenças culturais e construção de identidades estão em constante *devir*, remetendo que a abordagem a sexualidade se diferencia ao longo dos tempos e na contemporaneidade está rodeada por representações do consumo que submetem os corpos, em que compreendo a urgência em se falar abertamente no ambiente escolar e nos mais diversos espaços sobre sexualidade (NUNES, 2009).

Mas há as ressalvas de que o assunto pode ser tratado, desde que numa linguagem que respeite a idade da criança também está visível nas respostas daqueles/as que apontaram como idade apropriada a partir dos 5 anos até a partir dos 9 anos.

< 5 anos:

*logicamente que daí vai ser falado de uma forma muito delicada, na linguagem que eles entendam, eu acho que a partir da idade que eles começam a frequentar a escola, 5 anos já começar a mostrar. Desde que se tenha a linguagem correta [...] (LARISSA).*

< 6 anos:

*eu acho que uns 6 anos em diante já né, mas de acordo com a idade deles né, que dá para entender. Uns 6 anos já dá pra entender né? Já. Eu acho que 6 dá. Você vai usar o vocabulário de acordo com a idade, ah eu vou falar para ele entender de uma forma mais leve (DASLAINY).*

*do jeito que tá hoje a partir do 1º ano, 6 anos (NILDA).*

Sobre a fala de Nilda, refere à relação sexual cada vez mais cedo, reflito que esta soa como se a culpa fosse da criança e não dos estímulos que o meio reproduz, sobre isto trago a discussão de Felipe e Prestes (2012) acerca da erotização infantil. Diante da lógica do consumo, a criança acaba tendo um enfoque erotizado em suas vestes, maquiagem, estilo de cabelo, entre outras características, incitando ao prazer erótico, preparando-a para ser comercializada, explorada, reflexo da industrialização do corpo (PRECIADO, 2008 apud LESSA, 2011).

Traduz-se a dimensão da prostituição, que por ser entendida em alguns casos como profissão, se perde a noção que esta pode estar imbricada pela relação de violência, sendo banalizada e apropriada somente do ponto de vista mercantil de exploração da força de trabalho.

< 7 anos:

*gente, é meio difícil né, mas a partir daí dos, hum, vou arriscar, 3 anos não, acho que é muito pequenininho, hum mas acho que 7,*

*8 anos, a partir de que a criança esteja na 3ª, 4ª série, seria a idade, 7,8,9 anos (ELIANE).*

*acho que é 7,8,9 anos, essa (BRUNA).*

*acredito que com sete ou oito anos, “mas não é cedo pra falar disso com a criança”? Mas aí é que está! Esse assunto tem que ser tratado de forma adaptada, ou correta para a idade da criança [...] (DAÍNE).*

São respostas permeadas por dúvidas e ao mesmo tempo reflexos da repressividade da sexualidade, comentada por Foucault (1988) que infelizmente não perpassa o ambiente de atuação do/a professor/a. Até mesmo aquele/a que representa o serviço de atendimento tem dúvidas sobre demarcar a idade e o receio de abordar a questão com a criança, sobre o que ressalto que, primeiramente envolve o trabalho de quebra de paradigmas com a questão cuja extrapola a violação de direitos, devendo permear a dimensão cultural repressiva que ainda está presente nas concepções das pessoas (USSEL, 1980).

*< 8 anos:*

*[...] quando a criança chega na 4ª série, 4º e 5º ano ela está mais preparada para isto. No 5º ano a criança tem aula de educação sexual no livro, aí intercala com palestras para a criança entender certinho como tudo acontece, como que ela tem que evitar, o valor que ela tem que dar para o próprio corpo, para o corpo do colega (NALVA).*

*4º, 5º anos porque tem o conteúdo, não é direito da escola falar de menstruação, concepção de filho isso é papel da família, numa linguagem acessível à idade da criança (CASSIA).*

*eu acredito que com 8 anos, porque eu trabalhei o ano passado com o 1º, este ano estou com o 1º., e o ano passado tinha o 3º. ano, e no decorrer do 3º. ano parece que tem mais curiosidade, as ideias já são mais maduras para receber este conhecimento. No 2º. e no 1º. eu acredito que eles são bem imaturos ainda (SILVIA).*

*[...] eu penso que tem que ser na hora certa uns 8, 9, 10 anos, porque tem um livro na escola que mostra tudo lá, que mostra o corpo humano e aí você consegue ensinar (ANGELINA).*

*eu acho que de entendimento maior mesmo, 3º e 4º série, 8 e 9 anos (CLEMENSILVIA).*

Fica dimensionada nas falas a dimensão de que não está se prevenindo situações de violência, e, sim, como se focar o assunto fosse incentivar a prática sexual “precoce”, o que não se foca com esse questionamento, mas em virtude, mais uma vez, da palavra sexual remeter à relação sexual, acaba se explicitando nas seguintes falas:

*< 9 anos:*

*eu acho que a partir dos 9 anos, 9, 10 anos a faixa etária que está no 5º ano, e já começa a falar sobre o sistema reprodutor masculino e feminino, eu não sei talvez e coisa da minha cabeça, mas se a gente fala muito cedo dá a impressão de estar tipo abrindo a mente deles, eles ficam curiosos querendo saber o que, que é, e o que, que não é [...] (FRANCI).*

Até mesmo aqueles/as que não souberem responder a questão, refletiram a respeito, os/as tirando de seu lugar comum, de comodidade, sendo isto enfatizado nos relatos a seguir:

*Não sabe:*

*se eu te falar que minha filha tem 10 anos e eu nunca tive coragem de falar isso com ela. E eu venho cedo trabalhar e ela fica em casa com o padrasto sozinha mas eu nunca tive coragem de falar e isso nunca foi passado para gente, e a gente tem aquela limitação. Só que às vezes com 8 anos é tarde, porque a criança, antes de ontem uma criança de 3 aninhos pegou uma boneca virou ela de quatro arrancou a roupinha e ficou na boneca. Aí será que tava olhando um programa? Viu os pais? Aí a (nome de uma professora) deu um grito com ele e disse não! Você não pode fazer isso, e não podia, mas ela também não sabia o que fazer (ALICE).*

*ah, eu acho que desde pequeno já, em casa, a criança começou a falar, esse negócio de ficar andando pelado, isso para mim não é certo. [...]. Eu penso assim, a criança tem que ter respeito, que aquilo lá é dela, que é um presente de Deus e tudo mais, mas não criar aquele tabu, para depois a criança crescer e ‘Deus me livre de alguém pôr a mão aí’ a criança vai crescer de que jeito também né? Mas não sei definir certo uma idade (ANDRESSA).*

*não sei. Mas a gente vê na mídia e até mesmo casos aqui no município que as situações de violência tem acontecido cada vez mais com criança pequena, de 02 anos. Mas eu não sei qual seria a idade, idade?? (HORTÊNCIA).*

*não sei. Tá tudo tão precoce (PILLAR).*

Noto respostas permeadas por incertezas, que desperta em querer saber qual seria a idade adequada, cujo destaque ser desde o momento de primeiras sociabilizações. Portanto, abordar a questão é necessário por meio de uma linguagem compreensível à fase de desenvolvimento para melhor apreensão da criança, pois a informação é o primeiro mecanismo de prevenção, com a cautela de que para cada público existem metodologias e formas adequadas de como trabalhar a questão, desde que com conhecimento, o debate deve ser instaurado, e com toda certeza, nas escolas (BRINO, 2007).

A respeito da formação, a próxima categoria de análise enfatiza esta fragilidade, a qual passo a apresentá-la.

#### *D. Formação sobre violência sexual infantil*

Sobre este aspecto levanto junto aos/as entrevistados/as se conhecem e/ou tiveram contato com o material público “**Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**”, que serve de orientação a identificação e formas de enfrentamento à violência sexual contra criança. Bem como, confiro se durante o período de formação e/ou intervenção profissional tiveram acesso a conteúdos que abordassem a temática de discussão, e se há interesse em participar de curso de formação pedagógica nessa área.

Esses questionamentos ocorreram com intuito de fomentar proposta de ação para formação desses grupos pesquisados/as, uma vez que o compromisso do/a pesquisador/a é ir além de levantar dados da realidade e, sim, refletir sobre eles e provocar uma ação propositiva que materialize a modificação da realidade verificada. Diante disso, apresento os dados das referidas questões norteadoras que estão organizadas em subcategorias.

*d1) Conhecimento sobre o material “**Guia Escolar**”*

O material “**Guia Escolar: Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescentes**”, é uma publicação da SDH e do MEC, tendo sua primeira edição em 2003 e a segunda em 2004. Constitui

preciosa ferramenta de trabalho, este GUIA ESCOLAR, aplicado juntamente com programas de capacitação, contribuirá para aprimorar a habilidade de professores/as e profissionais da educação, em todo o País, para lidar com problemas de abuso e exploração sexuais de crianças e adolescentes (SANTOS et al, 2004, p.9).

No próprio Guia é exposta a experiência de implantação nos Estados de Goiânia e Pará, exemplificando passo-a-passo, o qual a princípio envolve diversos esforços, mas que remete a uma ação de multiplicadores, caracterizando-se por: - Estabelecer parcerias através de convênios com entes federados, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, universidades e a SEDH e a Secretaria de Inclusão Educacional do Ministério da Educação (SECRIE/MEC), para fins de realizar ações de prevenção ao abuso e a exploração sexual e construir metodologias e procedimentos para identificação e notificação; - Elaboração e implementação de projeto de pesquisa-ação; - Seleção de unidades educacionais para realizar a aplicação-piloto do Guia Escolar; - Sensibilização e capacitação de apoios pedagógicos equipes regionais, que também irão acompanhar a aplicação-piloto e desenvolve nas escolas participantes; - Capacitação de professores/as e outros/as profissionais das escolas participantes; Seleção e capacitação de professores/as para a aplicação-piloto, os quais terão que prepararem planos de aulas e de reuniões pedagógicas para debater os aspectos centrais do Guia Escolar com alunos/as, pais e familiares; - Realização das aulas temáticas e organização da reunião com pais e familiares; - Avaliação da experiência do Guia Escolar, a todos/as os/as envolvidos/as; e - Planejamento da extensão do trabalho a outras escolas da rede (SANTOS, 2004).

No entanto, os dados revelam que apenas uma investigada, Janaína conhece o Guia Escolar, esclarece o seguinte:

*eu já vi lá no colégio que eu trabalho. Lá tem folder, mas assim tem convite para fazer curso, enfim, só que eu não tive oportunidade de fazer no momento, mas faria (JANAÍNA).*

O restante dos/as pesquisados/as, 47 no total, que atuam no âmbito escolar, desconhecem esse material. Sobretudo ainda pondero com relação à única entrevistada que menciona conhecer, revela confusão e incerteza nesta informação, pois no Estado do Paraná a ação de capacitação de professores/as de escolas de Ensino Fundamental e Médio para identificação e notificação da violência sexual foi do Projeto “Escola que Protege” na Universidade Federal do Paraná, que foi desenvolvido pela SECADI/MEC, nas cidades de Paranaguá, Curitiba e Foz do Iguaçu (SILVA; LOPES; CARVALHO, 2008).

Sustento que mesmo com uma tiragem de 50 mil exemplares, que foram distribuídas aos Conselhos Tutelares Municipais, Secretarias de Educação, Prefeituras, Universidades, noto que em Assis Chateaubriand, pouquíssimo fora divulgado sobre este material (BRASIL, 2013).

Por ter acesso ao material, apóio seu conteúdo e adianto que o mesmo é consistente e pertinente ao enfrentamento direto da violência sexual no espaço escolar, tendo possibilidades de subsidiar projetos de formação de professores/as, diretores/as, supervisores/as e demais trabalhadores/as da educação com o intuito de transformar essa realidade crescente de abuso e/ou exploração sexual. Assim, a luta pelos direitos a essa população desbravada em 1990 com os preceitos legais de garantia, continua a trilhar sobre caminhos de rompimentos de barreiras e paradigmas em não se calar frente à dor e sofrimentos que podem ser evitados.

Portanto, a formação de formadores/as como os/as professores/as é bandeira de luta provocada e sustentada neste estudo, cabe notar por meio da próxima subcategoria que é urgente e necessária.

## *d2) Formação inicial sobre violência sexual*

Nesta subcategoria, os/as pesquisados/as foram inquiridos/as se durante seu processo formativo tiveram conteúdos correlatos à violência sexual.

Vislumbro, por meio destes, observar alguns conhecimentos na área. Os seguintes dados foram levantados:

**TABELA 31 – Formação inicial**

<b>Classe temática</b>	<b>Gestoras</b>	<b>Apoio pedagógico</b>	<b>Professores/as</b>	<b>Serviço de atendimento</b>
Sim	Gabriela	Brenda, Cassia	Larissa, Ronaldo, Telma, Simone, Jordana	Isadora, Clemensilvia, Elmides, Marta
Não	Elza, Nilda, Neide, Nalva	Alice, Bárbara, Cátia, Camélia, Andreia, Bruna	Carla, Cacilda, Lilian, Lorena, Lorien, Taciana, Andressa, Daslainy, Lucilene, Ametista, Cida, Marcia, Gislaine, Yara, Anahy, Amanda, Nayara, Silvia, Alessandro, Samanta, Janaína, Franci, Angelina, Marli, Yasmin, Kemily, Pillar	Ricardo, Daíne, Ruthi, Rubia, Mileni, Isabel, Hortência
Não informado	Eliane		Leonor	

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

Apenas 8 entrevistados/as tiveram algum conteúdo que aludisse à temática, inclusive de maneira muito incipiente, conforme as falas:

*tive com a professora (fulana), de psicologia, mas foi bem pouco assim, foi muito básico (BRENDA).*

*palestra sim, mas curso, pós, não (CASSIA).*

*[...] pouca coisa, mas dentro da psicologia (LARISSA).*

*a gente teve um pouco em psicologia, [...] então dentro de psicologia viu um pouco disso (RONALDO).*

*quando eu estava estudando sim, tinha palestras, até mesmo assuntos em sala de aula né, mas não para dizer que era específico da formação nossa, aí não. É palestras, essas coisas aí sim, mais informação mesmo. Nada de sério não (TELMA).*

*eu já. A gente fez sim um trabalho sobre a gravidez na adolescência, aí entra né, aí a gente teve uma ênfase grande assim, [...] (SIMONE).*

*eu já assisti palestras né, assim, relatos, até no curso de formação de docentes, o Conselho Tutelar trouxe, não divulgando nome, nem a idade, bem ética mesmo, mas trouxe um caso daqui de Assis [...]. Na faculdade também, a gente não tem uma disciplina específica que trata disso, mas lá a gente tem um diálogo né, às vezes alguém traz um relato, a gente vai, complementa, e vai virando aquela roda de conversas [...] (JORDANA).*

*eu tive, e até hoje me lembro da aula, cheguei até a passar mal, a professora levou um vídeo pornô, e eu nunca tinha visto, me senti muito mal, a professora trabalhou mais de mês.*

**Entrevistadora: E mostrava violência sexual contra criança?**

*Sim, o que ele achou de vídeo e de material ele escancarou (GABRIELA).*

Baseada em conteúdos superficiais, confirmo que não houve na formação dos/as pesquisados/as em sua grade curricular disciplina que ofertasse este enfoque de conteúdo, refletindo a necessidade em continuar a se informar e capacitar, mas principalmente em investir na formação contínua dos/as trabalhadores/as da escola. Destaco que, esta mesma problemática foi verificada no estudo de Camargo e Libório (2006), na qual todas as entrevistadas, 8 professoras de 2 escolas municipais de Presidente Prudente/SP, não tiveram acesso a qualquer conteúdo sobre a temática violência sexual na formação inicial.

Todavia, a dificuldade da formação também assola os/as profissionais dos serviços de atendimentos, dentre os quais, somente 4 entrevistados/as tiveram formação inicial por meio de estágio ou disciplina, sendo que aqueles/as que não tiveram formação inicial salientam:

*de jeito nenhum. Nunca fui, durante a faculdade, durante os cursos do CRAS nunca aprofundou sobre o assunto (RICARDO).*

*não, nenhuma. Nenhuma mesmo. Fiz três anos de direito também e não tinha nada que se falasse [...] (RUBIA).*

*não tive na graduação e posteriormente algumas capacitações, mas nada de forma aprofundada (HORTÊNCIA).*

Observo que os cursos das áreas humanas e sociais aplicadas, não contam com conteúdos direcionados à temática, os quais são demanda cotidiana do exercício profissional. Por isso questiono na próxima subcategoria se, durante

o exercício profissional, os/as entrevistados/as participaram de capacitação e/ou formação continuada sobre violência sexual.

*d3) Participação em cursos de capacitação sobre a temática*

Cursos de capacitação devem ser constantes, visto que a realidade está em transformação ininterruptamente, e os tipos de violência sexual também, ainda mais com tecnologias aprimoradas, o *sexting*, *sexcasting*, *sextosión* e *grooming*, como novas modalidades de abuso e/ou exploração sexual salientadas por Paiva (2012), fazendo parte do ambiente de atuação dos/as pesquisados/as.

Vislumbro na capacitação, mecanismo para prover mais denúncias de casos de violência sexual, rompendo com o ciclo do silêncio, bem como a redução dos casos e agilidade aos encaminhamentos cabíveis para intervenção sobre traumas e marcas dessa violação de direitos. No entanto, fica explícito, na tabela abaixo, que significativa parcela dos/as entrevistados/as não acessaram tal mecanismo de aperfeiçoamento profissional.

**TABELA 32 – Formação continuada**

<b>Classe temática</b>	<b>Gestoras</b>	<b>Apoio pedagógico</b>	<b>Professores/as</b>	<b>Serviço de atendimento</b>
Sim	Elza, Nalva,	Andreia	Lorien, Larissa, Ronaldo, Ametista, Cida, Gislaíne, Anahy, Pillar	Clemensilvia, Isadora, Rubia, Marta Ruthi, Mileni, Isabel, Hortência
Não	Eliane, Nilda, Neide, Gabriela	Catia, Brenda, Cassia, Alice, Bárbara, Bruna, Camélia	Carla, Cacilda, Lilian, Lorena, Taciana, Telma, Andressa, Daslainy, Lucilene, Simone, Marcia, Yara, Amanda, Nayara, Jordana, Silvia, Alessandro, Samanta, Janaína, Franci, Leonor, Susan, Angelina, Marli, Yasmin, Kemily	Elmides, Daíne, Ricardo

**Fonte:** Dados coletados com os/as inquiridos/as na entrevista, 2012.

A situação melhora comparada à formação inicial, mas teria condições de abranger um número mais elevado de capacitados/as. Somente 12 pesquisados/as dos/as atrelados/as a unidades de ensino expõem terem tido alguma formação a respeito, sendo interessante demarcar, por meio dos relatos, que se trata de ações de palestras e orientações, cujas não podem ser consideradas uma formação e/ou capacitação continuada, mas sim ações pontuais, conforme as afirmações:

*o que a gente sabe, alguma informação é a respeito de alguma palestra que a gente teve, mas bem pouco (ELZA).*

*como formação de professores/as, aí tivemos orientações (NALVA).*

*eu tive uma palestra sobre pedofilia, que mostra vários casos de criança que sofriam abusos sexuais, até caso depois de adolescente, na verdade **eu não sei se acostumam e até gostavam** [...] (ANDREIA, grifos nossos).*

*eu tive, foi lá no Criança Esperança (CEMEI do município), com os pais, acho que porque tava, foi uma palestra com os pais (BRENDA).*

*só mesmo aquela palestra aqui. A palestra e outros cursos que nós tivemos que às vezes fala né (LORIEN).*

*bom desde quando eu entrei só a palestra com as criança que eu vi (RONALDO).*

*assim, eu tive uma palestra que falava sobre violência contra a criança, contra a mulher, mas foi no geral assim. Foi a que mais assim, teve umas fotos e tal, foi assim, mas não chegaram a entregar nenhum papel para gente, mas foi assim (CIDA).*

*eu tinha passado só em alguns cursos, mas não é aprofundado o assunto. É feita palestra, mas nunca teve um momento assim da gente pegar para ler, **ter algum guia ou alguma coisa para a gente se basear naquilo ali**, mas não tem. **E faz falta** (ANAHY, grifos nossos).*

*palestras sobre violência sexual, como trabalhar em sala, se o aluno fala que foi violentado o que devemos fazer (PILLAR).*

Não desconsidero que as ações realizadas tiveram sua devida importância, mas é necessária também uma formação com conteúdos plausíveis, para eliminar dúvidas e conteúdos que ofereçam fundamentos para identificar e realizar

encaminhamentos para o enfrentamento da violência sexual. Verifico a ação de palestra, mencionada pelos/as entrevistados/as, no ano de 2012, o CREAS realizou esse tipo de atividade nas escolas voltadas às crianças e não ao corpo docente, alusiva ao dia 18 de Maio. Caracterizo que pode ser um aliado nesse trabalho de formação pedagógica dos/as trabalhadores/as das unidades de ensino, visto que, também, compõem a rede de proteção municipal.

Na verdade, este trabalho desenvolvido pelo CREAS data desde 2010, em que foi realizada palestra explicativa com Agentes Comunitárias de Saúde; em 2011 teve a ação de ciclo de palestras nas escolas e comunidades sobre a importância da denúncia aos casos de violência contra criança, bem como distribuição e exibição de DVD com os vídeos da coletânea “Que exploração é essa” às escolas municipais, estaduais, particulares e a estabelecimentos comerciais, bem como caminhada alusiva ao dia 18 de Maio com divulgação na mídia, *outdoors* e cartazes; em 2012 foram realizadas, novamente, palestras em escolas, comunidades e divulgação sobre como combater a violência sexual infantil no município; e em 2013 ação alusiva ao 18 de Maio com palestra nas escolas com alunos/as, professores/as, comunidades e membros da rede de proteção, na qual participei ministrando a palestra “**Abuso Sexual: identificando os sinais e rompendo com o silêncio**”, enfocando sobre os tipos de violência, método de identificação e enfrentamento à violência sexual infantil, sendo dada continuidade a abordagem desse assunto pelo CREAS, que marcou presença na semana pedagógica dos/as professores/as da rede municipal e estadual que ocorreu em Julho de 2013, abordando com mais profundidade a temática.

Sobre os/as entrevistados/as do grupo 4, Serviço de Atendimento, o quadro se altera consideravelmente quando questionados/as sobre capacitação e/ou formação continuada, 9 pessoas confirmaram terem participado desse tipo de ação, com exceção somente de 3, chamando atenção, entre as negativas, a da entrevistada do Conselho Tutelar:

*não, nós não tivemos, especificamente sobre violência sexual, eu particularmente não tive. [...]. Então como há uma falta de entendimento, e é uma preocupação nossa fazer o correto encaminhamento dessa criança, às vezes a gente entra em contato com o pessoal pra poder fazer com que a criança tenha um atendimento certo (DAÍNE).*

Saliento que o Conselho Tutelar é órgão considerado “porta de entrada” dos casos de violação de direitos infanto-juvenis, pressupondo melhor preparo, todavia, apresenta tamanha dificuldade, incorrendo muitas vezes a procedimentos errôneos em virtude dessa falta de formação. Até porque o fato de o processo de escolha do conselheiro tutelar ser eletivo e ausente da prerrogativa de formação na área e/ou experiência, contribui para tal.

Quanto aos/as que afirmaram ter participado, salientaram como metodologias de abordagem a formação: curso via *web* (Clemensilvia); palestras (Ruthi e Marta); capacitações ofertadas pelo Estado (Mileni, Rubia, Isabel e Hortência); e pós-graduação (Isadora). Assim, o primeiro passo para realizar qualquer capacitação é o interesse, levantado na subcategoria seguinte.

#### *d4) Interesse por formação na área*

Falar sobre abuso e/ou exploração sexual não é assunto agradável e prazeroso, pelo contrário, sentimentos de repulsa, horror, raiva, revolta paira, seja por meio da mídia ou então por algum caso próximo, seja familiar, vizinhança e até mesmo local de trabalho, com este tipo de situação.

Entendo que abordar uma temática que não cause encantamentos, receia em trazer bons resultados de aceite, mas quando levantado sobre o interesse em participar de formação nesta área, obtive unanimidade no aceite a formação, revelando que políticas de formação pedagógica devem ser desencadeadas, refletindo o mesmo resultado da pesquisa de Camargo e Libório (2006).

Visualizo a manifestação do interesse nos relatos selecionados a seguir:

*eu tenho sim. Eu acho que todo mundo poderia, e mesmo a gente dentro do estudo, precisa né, porque tem muita coisa que a gente não sabe. Porque de primeiro era muito raro isso, a gente não escutava falar. Que nem eu tava falando, eu nunca tinha convivido com uma criança assim. E eu achei ela diferente, mas eu não sabia, e eu queria ter mais profundidade sobre isso (LORENA).*

*eu tenho, eu tenho. Porque eu acho muito importante pro professor tá bem preparado sobre esse caso, porque daí ele pode ajudar o aluno. Porque o objetivo do professor, eu acho que é assim, quanto mais o aluno esteja bem consigo mesmo, o rendimento escolar vai ser outra coisa [...] (LORIEN).*

*sim, para poder entender e saber lidar (TACIANA).*

*sim, tanto como profissional, como também para pessoal né? (MÁRCIA)*

*sim, porque, eu acho que seria porque as crianças ficam muito tempo com nós, e nós teríamos que observar, perceber essa mudança de comportamento, se estiver sofrendo algum abuso [...] (ELIANE)*

*sim, seria bom. No dia-a-dia (NALVA)*

A participação previamente existe, o que não significa adesão, mas há a disposição, possibilitando realizar proposta que venha de encontro aos anseios e necessidades dos/as inquiridos/as que as apontam, rompendo com a maioria dos programas de formação que advêm de uma sugestão pré-formatada, verticalizada. Ademais, as falas estão imbuídas por justificativas da necessidade do intervir profissional com possibilidade de rompimento com o ciclo do silêncio e sofrimento das crianças vítimas da violência sexual.

Neste sentido, apreendo dos dados coletados que a maioria dos/as entrevistados/as possui compreensão sobre os conceitos de abuso e exploração sexual, tanto os/as entrevistados/as atrelados/as à política de educação, quanto os/as que atuam nos serviços de atendimento. Entretanto, os/as profissionais da educação, especificamente, não conseguem identificar os sinais na mudança de comportamento da criança que está sofrendo e/ou sofreu esta violação. Não assumem posicionamento de denúncia com relação aos casos e não entendem que a escola tem papel preponderante em realizar a denúncia para fazer cessar esta situação que permeia os/as que frequentam suas unidades.

Denoto um campo de grandes fragilidades que devem ser consideradas em uma proposta de formação desses/as investigados/as que venha a enfatizar os encaminhamentos e tratamentos dispensados às vítimas de violência e não unicamente se ater à compreensão do fenômeno, pois essa já existe. Logo, visualizo que as políticas públicas, também devem encaminhar suas ações interventivas na perspectiva desta realidade que neste momento se desnuda desta maneira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir um trabalho numa sociedade que está em constate *devir* e almeja transformações, creio não ser adequado, mas faço algumas ponderações sobre o que já fora apreendido para continuar a aproximação aos fenômenos da realidade, impulsionando (re) intervenções e retomadas de reflexões num fluxo contínuo sobre a mesma. Diante disso, teço algumas considerações acerca do trabalho exposto, que pretendo continuar a investigar e subsidiar intervenções diretas e indiretas que tenham como finalidade estancar a ferida da violência sexual contra a criança.

Primeiramente sopeso sobre o elemento violência sexual no sentido de que esta não cessa com a culpabilização do/a agressor/a e sua punição, pois conforme na análise dos dados, ela reflete em muito mais que a aplicação legal sobre a questão, cunhando dimensões que por mais estudos e tentativas de perceber na vítima a sua dor e sofrimento, vai muito além de sequelas físicas e psicológicas, tendo desdobramentos que estão presentes nas relações sociais cotidianas da criança que teve seu direito violado.

Parece-me tanto quanto óbvio uma pesquisa sobre esta temática resultar que os/as professores/as não possuem formação a respeito, não sabem como proceder diante de casos de abuso e/ou exploração sexual, que há confusão sobre o papel ético e legal da escola em prevenir este fenômeno, bem como a presença de fragilidades na articulação entre os serviços que atendem a criança violentada sexualmente. No entanto, não devo simplesmente corroborar com estes dados, e, sim, refletir sobre os caminhos para superar o que está dado. Entendo como necessidade a mobilização dos/as gestores/as das políticas que viabilizam os serviços de atendimento, a fim de visualizarem o impacto que esta má ou a falta de formação de seus/suas trabalhadores/as, resulta em sérios comprometimentos a demanda, sobretudo o esvair de recursos públicos que não alcançam eficácia, eficiência, quiçá efetividade dos serviços ofertados que são pactuados com os Governos federais e estaduais. A exemplo retomo a constatação que não previa hipoteticamente, mas se delineou no estudo, sobre o não cruzamento e interlocução dos dados estatísticos sobre as vítimas de

violência e violadores/as, sendo essas informações cruciais para (re) definir as diretrizes, metas e foco das políticas de enfrentamento e, conseqüentemente, da ações de atendimento que entendo se guiar por esses instrumentos.

Há vários pilares que se erguem como pontos de discussão do estudo, que pondero necessários a fim de sensibilizar a viabilidade de construção conjunta com os/as profissionais da rede de atendimento de Assis Chateaubriand, instâncias deliberativas e de controle social como Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como em conjunto com a universidade, formas de enfrentar o abuso e à exploração sexual. E, sinalizo que, embora tenha sido um estudo sobre uma abrangência local, forneceu subsídio suficiente pela revisão teórica e de outras pesquisas, em afirmar que essa realidade se ilustra em muitos municípios, seja de pequeno, médio ou grande porte, visualizando que a universidade pode contribuir com as discussões existentes em grupos de estudos. Sobre isso enfatizo que o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Diversidade Sexual (NUDISEX) está desenvolvendo o projeto de pesquisa “Observatório de Violência de Gênero” e terá condições de fomentar ações de formação aos/às educadores/as em sua realidade local e até mesmo regional, capaz de enfrentar esse tipo de violência, minimizando essa ferida que tem se alastrado em território nacional.

Por meio da formação docente, vislumbro a efetivação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013), não se caracterizando apenas como um instrumento político arquivado e revisado de tempos em tempos. Acredito que essa formação contribuirá para que os/as professores/as trabalhem o assunto com os/as alunos/as, que são cidadãos/ãs de direitos e que devem ser protegidos/as.

Chamo atenção à informação dos/as educadores/as, sendo que a maioria compreende a violência sexual em seus variados tipos, podendo com facilidade, mediante a formação docente, desmistificar confusões possíveis entre suas variáveis. No entanto, quanto a seus rebatimentos que incidem diretamente, também no resultado do trabalho docente, verifico a ausência de conhecimento, o que remete a pensar sobre muitas vezes não saber redirecionar e construir estratégias que vão de encontro com a necessidade daquele/a aluno/a que requer uma atenção particularizada, friso que esse particular não implica

necessariamente em segregação, mas, sim, o contrário. Agravando com os encaminhamentos que seriam para atenuar essas sequelas, sendo, contudo, omitidos, sufocados pelo medo de envolvimento com a situação, pela falta de informações, até porque significativa parcela dos/as professores/as toma como atitude, encaminhar o caso à direção ou coordenação e/ou tomar providências internas, vindo tardar medidas efetivas de acompanhamento adequado às vítimas e seus familiares.

Considero que isto não cessa por aí, o descomprometimento com a causa também é nítido, cabe aos/às gestores/as e aos/às trabalhadores/as da política de educação, repensar o espaço da escola, que também constitui ambiente de enfrentamento e prevenção à violência, que está inserida em um território, não devendo se fechar em si mesma, mas se articular com outros setores, a fim de ter condições de desencadear ações de mobilização e fomento à denúncia da comunidade interna e externa, bem como perceber o comportamento da criança, o que pode revelar a violação de direitos. Ou seja, deve haver uma superação ainda do modelo hierarquizado que se ilustra em algumas localidades e administrações, devendo ser substituídos por ações horizontalizadas, em rede, em que a escola possa abordar interdisciplinarmente mediante a efetivação da legislação que prevê a equipe para realizar esse tipo de trabalho, e que todos/as tenham formação sobre o assunto.

Entendo que os programas de formação de iniciativa do Governo, como o PAIR, devem se ampliar e se destinar a um público extenso, não devendo ocorrer somente em momento de iminência de eventos olímpicos e somente aqueles/as que executam o atendimento profissional especializado. Denoto que essas iniciativas têm condições de propiciar mudanças na realidade, e devem ser constantemente fomentadas discussões sobre valores, relações de poder, sexualidade, gênero, as diversas formas de violência, demarcando, assim, o papel de fato de educador/a que o/a professor/a deve ter.

Em suma, vislumbro nas ações de formação intersetorializadas um norte para iniciar o enfrentamento e prevenção à violência sexual infantil no município de Assis Chateaubriand, assim como em todo território brasileiro. Entendo que essa proposta deve ser inclusa como programa de formação docente continuada aos/às professores/as e constar na proposta pedagógica do município que se

encontra em processo de re-formulação, assim haverá parâmetros que viabilizem, por meio da política de educação, os direitos fundamentais da criança em desenvolvimento, articulando-se as demais políticas sociais do município, ativando o sistema de garantia de direitos à criança, e não em ações isoladas.

## REFERÊNCIAS

ABRAPIA. Maus-tratos contra crianças e adolescentes – Proteção e Prevenção: **Guia de Orientação para educadores**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, ABRAPIA, 1997.

\_\_\_\_\_. Maus-tratos contra crianças e adolescentes- Proteção e prevenção: **Guia de orientação para profissionais de saúde**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados. 2. ed. ABRAPIA, 2002.

AMARO, Sarita et al. **Serviço Social na escola**: o encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

AMARO, Sarita. **Crianças vítimas de violência**: das sombras do sofrimento à genealogia da resistência: uma nova teoria científica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

AMAZARRAY, Mayte Raya. KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. V.11, n.3. Porto Alegre: 1998, p. 23. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-79721998000300014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-79721998000300014&script=sci_arttext)>. Acesso em: 13 maio 2013.

ARENDT, Hanna. **Sobre a violência**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2. ed.,1994.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. (Tradução: Dora Flaksman) 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ASSIS, Simone Gonçalves. Violência, Criança e Comportamento. Um Estudo em Grupos Sociais Distintos. Relatório final de pesquisa. **Centro Latino Americano**

**de Estudos Sobre Violência e Saúde**/Fundação Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 1992.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? **Revista Virtual Textos & Contextos**. v. 5, n. 1, 2006, Porto Alegre. p. 1-19.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena Mariante *et al* (colaboradores). **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. [recurso eletrônico – *e-book*] Porto Alegre: Artmed, 2011.

AZEVEDO, Maria Amélia. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: problemas teóricos de pesquisa no Brasil. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA. **Temas em psicologia**. 1993, vol.1, n.3, p. 127-135.

\_\_\_\_\_. **Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Iglu, 2001.

\_\_\_\_\_. Vitimização e vitimização: questões conceituais. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989, pp. 25 – 47.

\_\_\_\_\_. **Apostilas do IV Telecurso de Especialização em violência Doméstica contra criança e adolescentes**. LACRI/USP: São Paulo, 1997

BANDEIRA, Lourdes. **Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília, 2005. CEPAL: SPM.

BARBOSA, Gabriella Ferrarese. **Formas de prevenir a violência sexual contra a criança na escola- um olhar da psicanálise e da saúde pública**. 100 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Veiga de Almeida, Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Subjetividade nas Práticas das Ciências da Saúde, Rio de Janeiro, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. (Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro). Edições 70. Lisboa, 2009.

BARROS, Odívia. **Segredo Segredíssimo**. Ilustração: Thais Linhares. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2003.

BBC Brasil. **Turismo sexual estimula exploração sexual infantil no Brasil**. 30 de julho, 2010. Disponível em <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100730\\_brasil\\_pedofilia\\_rc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100730_brasil_pedofilia_rc.shtml)>. Acesso em: 30 mar. 2013.

BIDARRA, Zelimar Soares. Pactuar a intersectorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. n. 99, jul./set., 2009, p. 483-497.

BRAGA, Eliane Rose Maio. **Sexualidade Infantil: uma investigação acerca da concepção das educadoras de uma creche universitária sobre educação sexual**. 2002. 195f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). UNESP, Assis.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção de violências e promoção da cultura de paz: impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes**. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil**. Natal, 2000.

\_\_\_\_\_. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Código Penal**. Decreto Lei nº 2848 de 7 de dezembro de 1940. Brasília, 1940.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Guia escolar contra abusos de crianças está na página da Secad**. 20 de junho de 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3344](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3344)> Acesso em: 10 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2010: CRAS, CREAS, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual, Entidades Beneficentes**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

\_\_\_\_\_. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Porta da Saúde – SUS: Viva – Vigilância de Violência e Acidentes**. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=30497](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=30497)> Acesso em: 06 Out. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política de Redução da Morbimortalidade por acidentes e violências**. Portaria MS/GM nº. 737 de 16/05/01. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos **Relatório do Disk Denúncia Nacional de maio de 2003 a agosto de 2010**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB. Lei nº 9394/96. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

BRAUN, S.. **A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo.** Porto Alegre: AGE, 2002. Disponível em: <<http://www.misteriosdocotidiano.com.br/materias/download-do-livro-free-a-violencia-sexual-infantil-na-familia-do-silencio-a-revelacao-do-segredo-suzana-braun-ebook-online-pdf/>>. Acesso em: 20 out. 2012.

BRINO, Rachel de Faria. **Professores/as como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: avaliação de um programa de capacitação.** 278 f. Tese de Doutorado pela Universidade Federal de São Carlos, Centro de educação e ciências humanas, programa de pós-graduação em educação especial, São Carlos – UFSCAR, 2007.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 113-128, julho/ 2003.

\_\_\_\_\_. Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. **Interação em Psicologia**. n. 2, julho/dezembro, 2003a. p. 1-10.

BUTLER, Sandra. **A conspiração do silêncio: o trauma do incesto.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CAMARGO, L. dos S.; LIBÓRIO, R. M. C. A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de Presidente Prudente. **Anais da 29ª Reunião Anual da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambú - MG. 2006. v. 1. p. 1-8.

CAPES. **Portal de periódicos**. Sistema de buscas. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em: 23 jun. 2013.

CEDCA. **Ata da Reunião Plenária realizada em 28 de agosto de 2009**. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.cedca.pr.gov.br/arquivos/File/Atareuniao280809Aprovada.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2013.

CHAUÍ, Marilena. Uma ideologia perversa. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais, p. 5-3. 14 mar. 1999.

CHANTRAINE-DEMAILLY, L. Modelos de formação contínua e estratégias de mudança. In: NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 139-158.

CHILDHOOD BRASIL. **Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras mapeamento 2011 – 2012**. Cidade: Editora, 2012. Disponível em<[http://www.namaocerta.org.br/pdf/Mapeamento2011\\_2012.pdf](http://www.namaocerta.org.br/pdf/Mapeamento2011_2012.pdf)>. Acesso em: 5 jan.2013.

CHILD WELFARE INFORMATION GATEWAY. **Emerging practices in the prevention of child abuse and neglect**. Washington DC.: Office on child Abuse and Neglec, 2003. Disponível em: <<http://www.childwelfare.gov/preventing/programs/whatworks/report/emerginginfo>>. Acesso em: 14 dez. 2007.

CORAZZA, Sandra Mara. **Infância & Educação**: era uma vez... quer que conte outra vez? Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CONANDA. **Resolução nº. 113/2006**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília/DF, 19 de Abril de 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias**: referências para a atuação do psicólogo. Brasília: CFP, 2009.

CONTE, J.R.; Sexual abuse of children. **Issues in childrens' and Families' lives**. Vol 1. Family violence: prevention and treatment (R.L. Hampton, T.P. Gullotta, G. Adams, E.H. Potter III & R.P. Weissberg, edit), Califórnia: Sage Publications, 1993. p. 56-85.

CRAS. **Diagnóstico social referenciado**. Assis Chateaubriand, Julho de 2009.

CUNNINGHAM A.H., &SAS, L.D. **The role of school programs in disclosure**. Tipping the balance to tell the secret: The public discovery of child sexual abuse. London Family Court Clinic Inc., Ontario, Canada, 1995.

DAVIDSON, Julia O'Connell; TAYLOR, Jaqueline Sanchez. Infância, turismo sexual e violência: retórica e realidade. In: LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. (Org.) **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. VIOLES/SER/Universidade de Brasília: Brasília, 2008. p. 119-136.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista Psiquiatria**. RS, 25 (suplemento 1): 9-21, abril 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2012. p. 143-150.

DERVAL, Juan. **Aprender na vida e aprender na escola.** (Tradução: Jussara Rodrigues) Porto Alegre: Artmed, 2001.

DESLANDES, Suely Ferreiro. **Prevenir a violência:** um desafio para os/as profissionais de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP/Centro Latinoamerica de Estudos sobre Violência e Saúde “Jorge Carelli”, 1994.

DONATO, Fabiana Juvêncio Aguiar. **Abuso Sexual:** silêncio e desocultação na dinâmica da escola. 264 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2011.

DSM-IV **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Brasília: Thesaurus, 2000.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Serviço Social, práticas judiciárias, poder.** São Paulo: Veras, 1999.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu - Dossiê:** repensando a infância. nº 26. Campinas Jan./June, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332006000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332006000100009&script=sci_arttext)>. Acesso em: 1 mar 2013.

FELIPE, Jane; PRESTES, Liliane Madruga. Erotização dos corpos infantis, pedofilia e pedofilização na contemporaneidade. **Anais da IX ANPED SUL** Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Rio Grande do Sul, 2012.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz. **O fim do silêncio na violência familiar:** teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009. p. 141-172.

FILIFE, Sônia *et al.* Violência, agressão, força. Uma tentativa de diferenciação de conceitos. In: **O Corpo violentado: estupro e atentado violento ao pudor**. Florianópolis: Editora da UFSC. 1998, p. 23-44.

FIORENTINI, Dario; SOUZA JR, Arlindo José de; MELO, Gilberto Francisco Alves de. Saberes Docentes: um desafio para acadêmicos e práticos. In: GERALDI, Corinta Grisolia (Org.). **Cartografias do Trabalho Docente: professor (a)-pesquisador (a)**. Campinas: Mercado das Letras, ALB, 1998, p.307-335.

FLORES, R. Z.; CAMINHA, R. M. Violência sexual contra crianças e adolescentes: Algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. **Revista de Psiquiatria do RS**. v.16, 1994. p. 158-167.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal**. São Paulo: Global, 51. ed., 2007.

FREITAS, Marcos Cezar. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

FOREST, Nilza Aparecida. Cuidar e educar: perspectivas para a prática pedagógica na Educação Infantil. **Revista Leonardo Pós**. V. 3, ago-dez/2003. p.1-9. Disponível em: <[http://sst.sc.gov.br/arquivos/eca20/seminario1/Cuidar\\_e\\_Educar\\_lcpq%5B1%5D.pdf](http://sst.sc.gov.br/arquivos/eca20/seminario1/Cuidar_e_Educar_lcpq%5B1%5D.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Genealogia e Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GALLINDO, Jussara. **Navegando na história da educação brasileira**. Faculdade de Educação, Unicamp, 2006. Disponível em <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_roda\\_dos\\_expostos.htm#\\_ftn1](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_roda_dos_expostos.htm#_ftn1)> Acessado em: 25 jul 2013.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor, e erotismo nas sociedades modernas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIL, Antonio Carlos; **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Romeu; JUNQUEIRA, Maria de Fátima da Silva; SILVA, Cristiani de Oliveira; JUNGER, Washington Leite. “A abordagem dos maus-tratos contra a criança e o adolescente em uma unidade pública de saúde.” **Ciência e Saúde Coletiva**. 7 (2), 2002. p. 275-283.

GOOGLE. **Google acadêmico**. Sistema de buscas. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/>> Acesso em: 23 jun. 2013.

GUARÁ, Isa Maria Ferreira da Rosa et al. **Gestão Municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente**. São Paulo: IEE/PUC – SP; Brasília: SAS/MPAS, 1998.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; CAMINHA, Renato Maiato. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HABIGZANG, Luísa F., KOLLER, Silvia H., AZEVEDO, Gabriela Azen; MACHADO, Paula Xavier. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 21 (3), 2005, p. 341-348.

HISGAIL, Fani. **Pedofilia: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

HOUAISS, INSTITUTO ANTÔNIO. **Dicionário eletrônico da língua Portuguesa Houaiss**. Editora Objetiva, 2004. Disponível em: <<http://200.241.192.6/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame?palavra=pederastia>>. Acesso em: 1 mar. 2013.

IBGE. **CENSO DEMOGRÁFICO 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 07 abr. 2013.

INOJOSA, Rose Marie. Redes de compromisso social. **Revista de Administração Pública**. Set/Out. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 115-141.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; INOJOSA, Rose Marie; e, KOMATSU, Suely. Descentralização e intersetorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de fortaleza. In: **XI Concurso de Ensayos Del CLAD** “El Tránsito de la Cultura Burocrática al Modelo de la Gerencia Pública: Perspectivas, Posibilidades y Limitaciones”. Caracas, 1997.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual**. Coleção Educação e Saúde. V. 4, São Paulo: Cortez, 2011.

LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. RESULTADO DOS TRABALHOS EM GRUPO: 2 - Plenária final: resultados, questões e encaminhamentos. In: \_\_\_\_\_ (Orgs). **Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**: relatório final. Brasília: Ministério da Justiça. 1998. p.69-79.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final – Brasil)**. Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

LESSA, Patrícia. Mulheres testosteronadas: adictas, malditas, transgressoras, bombásticas? Resenhas *Testo Yonqui* PRECIADO, Beatriz. Madrid: Espasa, 2008. 324 p. **Revista Estudos Feministas**. *Print version* ISSN 0104-026X Rev. Estud. Fem. vol.19 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2011. p. 288-291.

LIMA, Edyane Silva de; MAIO, Eliane Rose; Violência sexual infantil: discussão necessária nas unidades de ensino. **Anais do III Simpósio Nacional de Educação e XXIII Semana da Pedagogia - VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO**. III Simpósio Nacional de Educação e XXIII Semana da Pedagogia - VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO, 2012, Cascavel. Marechal Cândido do Rondon: Biblioteca da Unioeste, v. 22, 2012.

LIMA, Joana Azevêdo. **A repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações**. João Pessoa, 285 p. Orientadora: Maria de Fátima Pereira Alberto. Tese (Doutorado em Psicologia Social) UFPB – Universidade Federal da Paraíba, UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

LIMA, Edyane Silva de. **Faturas SUAS** – serviços do CREAS. Março/2007 - Maio/2013. Assis Chateaubriand/PR, 2013.

\_\_\_\_\_. **Projeto de pesquisa de mestrado em educação UEM**. Assis Chateaubriand, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução dos artigos: Tomaz T. da Silva. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 9-32.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pósestruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 179 p.

MACÊDO, José Emerson Tavares de. **A cidade de Londres no século XIX: uma abordagem sobre os marginalizados**. Disponível em: <[http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/pdf/A\\_CIDADE\\_DE\\_LONDRES.pdf](http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/pdf/A_CIDADE_DE_LONDRES.pdf)>. Acesso em: 1 mar. 2012.

MACHADO, Elisabeth Mazon. Violência ou Poder: O que ocorre dentro da sala de aula? Uma leitura a partir de Hannah Arendt. **Anais do Fórum Internacional de Cidadania-FIIC**. Santo Ângelo, RS. Brasil. 2005.

MARTINEZ, Josefina. Prevención del abuso sexual infantil: analisis crítico de los programas educativos. **Revista de la Escuela de Psicología**, Facultad de Ciências Sociales – Pontificia Universidad Católica de Chile, Volumen 9 – Número 20, Noviembre 2000. p. 63-74.

MAIO, Eliane Rose. **O nome da coisa**. Maringá: UniCorpore, 2011.

MARINGÁ. Violência sexual cresce 9,2% em Maringá e região. In: **Jornal O Diário**. Publicado em 24/08/2012. Disponível em <<http://m.odiario.com/zoom/noticia/596442/crime-sexual-aumenta-9-em-maringa/>>. Acesso em: 11 set. 2012.

MEDEIROS, Marcelo. **Abrapia: Mais uma ONG fecha as portas**. Disponível em: <[http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod\\_noticia=9097&cod\\_canal=39](http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=9097&cod_canal=39)>. Acesso em: 16 mar 2013.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital** (Tradução de Isa Tavares). São Paulo: Boitempo, 2005.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana (Org). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 9 – 27.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. pp. 9 – 27.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinils Ramos. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: ABRASCO, v. 4, n. 1, 1999. p. 7-23.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Trabalho com famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. **Revista Textos & Contextos**. Vol. 3, No 1, 2004. p. 1-15.

MORAES, Marcela da Silva. **Os prejuízos da criança que sofre violência sexual**. Palhoça/SC: Unisul, 2006. Disponível em: <<http://inf.unisul.br/~psicologia/wp-content/uploads/2008/07/MarceladaSilvaMoraes.pdf>> acesso em 23 out. 2012.

MOTTI, Antonio José Angelo; CONTINI, Maria de Lourdes Jeffrery; AMORIM, Sandra Maria Francisco de. **Consolidando a experiência do PAIR**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social e sociedade**. São Paulo, n. 101. Jan./mar., 2010, p. 95-120.

NARVAZ, Martha Giudice. A transmissão transgeracional da violência. **Revista INSIGHT**, jun. 2001, p. 18-22.

NÓVOA, António. **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1991.

NUNES, Maria do Rosário. **Pedofilização e o mercado: o corpo produto de crianças e adolescentes na era dos direitos no Brasil**. Orientadora: Jane Felipe de Souza. 151 f. Porto Alegre, 2009. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009. Porto Alegre, RS.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2. ed., 2006. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 72).

O GLOBO. **Brasil pode ter meio milhão de crianças agredidas por ano**. 23/04/2008. Disponível em: <[http://www.mp.ap.gov.br/portal/preview\\_apl.php?codigo\\_apl=2&codigo\\_item=1728&codigo\\_site=25](http://www.mp.ap.gov.br/portal/preview_apl.php?codigo_apl=2&codigo_item=1728&codigo_site=25)>. Acesso em: 5 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010: população do Brasil deixa de ser predominantemente branca**. Reportagem de Alessandra Duarte. 29/04/11. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/censo-2010-populacao-do-brasil-deixa-de-ser-predominantemente-branca-2789597>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **Pedofilia na Igreja, fantasma também no Brasil**. Deborah Berlinck Flávio Tabak. Publicado: 1/03/13 Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/pedofilia-na-igreja-fantasma-tambem-no-brasil-7707371>> Acesso em: 12 maio 2013.

OLIVEIRA, Vera Lúcia A. de; PFEIFFER, Luci; RIBEIRO, Carmem Regina; GONÇALVES, Maria Tereza; RUY, Iracema Aparecida Espigiorin. Redes de proteção: novo paradigma de atuação – experiência de Curitiba. In: LIMA, Cláudia

Araújo de (Coord.) et al. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 298 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). p. 143-150.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores/as**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Relatório da Assembléia Geral das Nações Unidas**. Distr. Geral. 23 de agosto de 2006. Disponível em <[http://www.unicef.org/brazil/pt/Estudo\\_PSP\\_Portugues.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/Estudo_PSP_Portugues.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2011.

PARANÁ. **MUNICÍPIO QUE RESPEITA A CRIANÇA** – Manual de orientação aos gestores municipais. Ministério Público do Estado do Paraná, Centro Operacional das Promotorias de Justiça da Criança e dos Adolescentes e da Educação. Curitiba, 3ª. ed. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 15.075** – Autoriza a implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico e social em todas as unidades escolares que integram a Rede de Ensino Público. Brasília: Diário Oficial nº 7219 de 05/05/2006.

PADILHA, M. da G.S.; GOMIDE, P. I. C. Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. **Estudos de Psicologia**, 2004. 9 (1), p. 53-61.

PAIVA, Leila. Violência Sexual – Conceitos. **Curso de disseminação da metodologia do PAIR – violência sexual contra crianças e adolescentes: teoria e prática**. Cidade: Instituto Aliança, 2012.

PERES, Aida Maris; PERES, Emerson Luiz. Planejamento estratégico e mapeamento inteligente como instrumentos na prevenção da violência no contexto da escola. In: SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; LOPES, Jandicleide Evangelista; CARVALHO, Arianne (Org.); **Por uma escola que protege: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes**. Ponta

Grossa: UEPG; Curitiba, Cátedra UNESCO de Cultura da Paz UFPR, 2008. p. 175-186.

PIMENTEL, Adelma; ARAÚJO, Lucivaldo da Silva. Abuso sexual intrafamiliar. **Revista Paraense de Medicina**. 20 (3) julho-setembro, 2006. p. 39-42.

PIVA, Ângela; SEVERO, Ariane; DARIANO, Jussara. Poder e Violência – Formas de Subjetivação e Desubjetivação. **Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade**. Porto Alegre, n.02, Abr/Mai/Jun 2007. Disponível em: <<http://www.revistacontemporanea.org.br/site/wp-content/artigos/artigo76.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

PLATAFORMA LEVEAD. **Curso PAIR Ead 2013**. Disponível em: <<http://evescaportoalegre.blogspot.com.br/2013/01/curso-pair-ead-2013-de-15-30-de-janeiro.html>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

PORTILHO, Gabriela. A escola pode interromper o ciclo da violência sexual. **Site Nova Escola**, maio - 2011. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/escola-pode-interromper-ciclo-violencia-sexual-685941.shtml>> Acesso em: 25 Ago. 2012.

PRISZKULNIK, Léia. Violência contra crianças: desafios só para médicos?. **O Mundo da Saúde**. São Paulo: 2009. 33 (1): 58-63. Disponível em: <[http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo\\_saude/66/58a63.pdf](http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/66/58a63.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2012.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da; LEMOS, Flávia Cristina; LÍRIO, Flávio Corsini. Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola. **Cadernos de Educação**. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas [38], janeiro/abril, 2011, p. 259-287.

RODRIGUES, Fátima. Prefácio. In: FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora. 2002. p. 9-14.

ROSAS, Fabiane Klazura; CIONEK, Maria Inês Gonçalves Dias. O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. **Conhecimento Interativo**. São José dos Pinhais, v. 2, n. 1, p. 10-15, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/impacto.pdf>> Acesso em: 20 maio 2012.

SBT. Conexão repórter: **Exploração Sexual Infantil 22.06.2011**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=y4C5Xyc642c>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. (Orgs.) **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989. p. 13 – 21.

\_\_\_\_\_. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil. In: REICHER, Felícia (Org.). **Quem mandou nascer mulher**. São Paulo: Ágora, 1997. p. 137-211.

SANTOS, Beatriz Camargo dos; Aspectos causadores da violência. In: SANTOS, Beatriz Camargo dos; et al (Orgs.) **Maus tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma abordagem multidisciplinar**. São Leopoldo: Série Cadernos do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Berthold Weber. 1997. p.15 – 34.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos et al.. **Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. 2.ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

SARTORI, Ari José; BRITTO, Néli Suzana. **Gênero na educação: espaço para a diversidade**. Florianópolis: Genus, 2004.

SÃO PAULO. História de Pérola Byington. **Hospital Pérola Byington – Centro de Referência da Saúde da Mulher**. São Paulo/SP, 2013. Disponível em: <[www.hospitalperolabyington.com.br/o-hospital.php](http://www.hospitalperolabyington.com.br/o-hospital.php)>. Acesso em 25 ago 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. V.20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SILVA, Laíssa Muniz da; RESENDE, Vera da Rocha. **A violência doméstica contra crianças e adolescentes: uma (re)visão**. 2011. Disponível em: <[http://www.ppi.uem.br/camposocial/eventos/i\\_jornada/076.pdf](http://www.ppi.uem.br/camposocial/eventos/i_jornada/076.pdf)> Acesso em: 20 maio 2013.

SIPIA-CT WEB. **Estatísticas 2009-2013**. Sistema de Informações para Infância e Adolescência, módulo para Conselheiros Tutelares. Período pesquisado 01/01/2009 a 01/03/2013. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos/ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2013. Disponível em: <<http://www.sipia.gov.br/CT/>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

SOARES, Rosângela de F. R; MEYER, Dagmar E. Estermann. O que se pode aprender com a “MTV de papel” sobre juventude e sexualidade contemporâneas? **Revista Brasileira de Educação**. nº. 23, mai/jun./jul/ago, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. Do assistencialismo à assistência social: o modelo de seguridade social brasileiro. In: **X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. 9 (2004 Nov. 2-5: Madrid). – CLAD. 15 p. Disponível em: <<http://siare.clad.org/fulltext/0050164.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

SPÓSITO, Marília Pontes. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: \_\_\_\_\_ (Org). **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: INEP/MEC, Comped, 2002, 221p. (Série Estado do Conhecimento, nº 7). p. 7-25.

STOPPINO, Mario. Violência (verbetes). In: BOBBIO, Norberto e outros. **Dicionário de política**. Tradução Carmen C. Varriallle e outros. Brasília: Edunb, v. 2, 1992, p. 1291-98.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1994.

USSEL, Jos Van. **Repressão sexual**. Rio de Janeiro: Campus, 1980

FIGUEIREDO, Ricardo Vergueiro. Acadêmico de Direito Penal. In: ANGHER, Anne Joyce (Org.) **Vade Mecum**. 15. ed. Atual. e ams. São Paulo: rideel. 2012 (Série Vade Mecum). p. 315-371.

VAGOSTELLO, Lucilena; OLIVEIRA, Andréia de Souza, SILVA, Ana Maria, DONOFRIO, Valéria, MORENO, Tânia Cristina de Moraes. Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo. **Cadernos de Psicologia e Educação**, 13 (26), 2003. p. 190-196.

VIGARELLO, Georges. **História do Estupro**: violência sexual nos séculos XVI-XX. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

VIODRES, Inoue, Silvia Regina; RISTUM, Marilena. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia**. Campinas, jan/mar 2008, 25 (1), p.11-21.

VYGOTSKY, L. S.. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VOLNOVICH, Jorge R. **Abuso sexual na infância**. Rio de Janeiro: Lacerda, 2005.

WAISELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2012.

WEISS, Maria Lúcia L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem**. 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO; Guacira Lopes, et al. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição. Belo Horizonte, 2000.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A**

Autorização de pesquisa da Secretaria Municipal de Educação



Prefeitura do Município de Assis Chateaubriand

**Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand  
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura**

**Declaração**

Eu, **Railda Moraes da Silva**, Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Assis Chateaubriand/PR, autorizo Edyane Silva de Lima, aluna do programa de Pós-graduação *Stricto Senso* em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, a realizar junto aos estabelecimentos de ensino jurisdicionados a este órgão, coleta de dados relacionada ao seu objeto de pesquisa.

E por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Assis Chateaubriand, 16 de Abril de 2012.

**Railda Moraes da Silva**

**Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura**

**Assis Chateaubriand**

  
**RAILDA MORAIS DA SILVA**  
Secr. de Educação, Cultura e Esportes  
CPF 834 957 209-44  
Port. 103/2011

Avenida Cívica, s/n, Centro Cívico – Fone (44) 3528-8465  
Assis Chateaubriand/PR - CEP 85935-000

**APÊNDICE B**

Autorização de utilização de dados do Conselho Tutelar e CREAS

CONSELHO TUTELAR DE ASSIS CHATEAUBRIAND – PR  
Avenida dos Pioneiros nº 1365 – E-mail: ct.assischat@hotmail.com  
Fone - Fax (44) 3528 1817 Plantão: (44) 9979-7320  
CEP 85.935 – 000 – Assis Chateaubriand – Paraná

### Declaração

Eu, **Aparecido Adilson Ramos Alves**, Presidente do Conselho Tutelar de Assis Chateaubriand/PR, autorizo Edyane Silva de Lima, aluna do programa de Pós-graduação *Stricto Senso* em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, a realizar junto a este órgão, coleta de dados relacionada ao seu objeto de pesquisa.

E por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Assis Chateaubriand, 17 de Abril de 2012.



**Aparecido Adilson Ramos Alves**  
Presidente do Conselho Tutelar  
RG 3.228.165-6 CPF 523.692.009-44



Prefeitura do Município de Assis Chateaubriand

Centro de Referência Especializado de Assistência  
Social  
Sistema Único de Assistência Social



## Declaração

Eu, **Raquel Fragoso**, Coordenadora do CREAS de Assis Chateaubriand/PR, autorizo Edyane Silva de Lima, aluna do programa de Pós-graduação *Stricto Senso* em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, a realizar junto a este órgão, coleta de dados relacionada ao seu objeto de pesquisa.

E por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Assis Chateaubriand, 16 de Abril de 2012.

**Raquel Fragoso**  
Coordenadora do CREAS  
Conf. Portaria 542/2011  
Assis Chateaubriand

Avenida dos Pioneiros, 788, Centro – Fone (44) 3528-5860  
Assis Chateaubriand/PR - CEP 85935-000  
e-mail: [creas\\_assischat@hومان.com](mailto:creas_assischat@hومان.com)

---

**APÊNDICE C**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada VIOLÊNCIA SEXUAL:** desafio conceitual e para formação profissional do Ensino fundamental no mundo de Assis Chateaubriand/PR, **que faz parte do curso de Pós-graduação Stricto Senso em Educação e é orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Eliane Rose Maio, da Universidade Estadual de Maringá - UEM. O objetivo da pesquisa é compreender qual é concepção e forma de tratamento dispensadas pelos profissionais da educação municipal de Assis Chateaubriand a violência sexual na perspectiva de enfrentamento e prevenção.**

**Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma:**

**Por meio de** entrevista semi-estruturada, que contará com um roteiro de questões previamente formuladas, que possibilitará uma abertura para a mudança ou mesmo para que os entrevistados possam dar depoimentos seguindo sua própria linha raciocínio.

**Informamos que poderão ocorrer** possíveis desconfortos em virtude do tema a ser abordado, violência sexual infantil, pode ser apreendido com receio e sensibilidade, mas o abordaremos de maneira respeitosa a opinião do sujeito da pesquisa, não insistindo e nem mesmo direcionando e/ou forçando suas respostas.

**Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.**

**Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade, sendo que caso seja autorizada gravação da entrevista, após sua coleta e análise, a mesma será destruída (deletada) de qualquer meio de gravação.**

**Os benefícios esperados são:** \* Compreendem a violência sexual no âmbito educacional municipal; \* Fomentar mecanismos de enfrentamento a esta expressão social; \* Auxiliar os gestores públicos na formulação e destinação de recursos a mesma. Contudo o resultados desta pesquisa serão socializados

através das campanhas de enfrentamento a violência contra criança do município de Assis Chateaubriand, apoiando os órgãos de garantias de direitos em suas ações.

**Caso você tenha mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta neste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.**

**Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.**

**Eu,....., declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo Prof<sup>a</sup>. Edyane Silva de Lima.**

\_\_\_\_\_ **Data:.....**

**Assinatura ou impressão datiloscópica**

**Eu, Edyane Silva de Lima, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.**

\_\_\_\_\_ **Data:.....**

**Assinatura do pesquisador**

**Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:**

**Nome: Edyane Silva de Lima**

**Endereço: Rua Nicaraguá, n.º. 263, América**

**(telefone/e-mail) (44)8803-4199 ou edyane.lima@bol.com.br**

**Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:**

**COPEP/UEM**

**Universidade Estadual de Maringá.**

**Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.**

**Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.**

**CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444**

**E-mail: [copep@uem.br](mailto:copep@uem.br)**

## **APÊNDICE D**

### **Roteiro I: profissionais da educação**

1. Dados pessoais (idade, formação - grau de escolaridade -, ano de formação, tempo de atuação em unidade de ensino, vínculo empregatício)

2. Sobre o nível compreensão dos sujeitos pesquisados:

a) Aspecto conceitual – o que você compreende como abuso sexual; exploração sexual; quais as causas da violência sexual contra crianças;

b) Quais os sinais dessa violência no comportamento da criança;

c) Conseqüências da violência sexual para o desenvolvimento integral da criança, perceptíveis no âmbito da escola;

d) Qual (is) atitude (s) tomaria diante de caso de suspeita ou confirmação de violência sexual envolvendo seus alunos;

e) Que local é apropriado para tratar do assunto.

f) Qual o papel da escola e seu (professor/ equipe pedagógica/ direção) para o enfrentamento a violência sexual;

3. Abordagem do assunto na formação inicial e continuada do sujeito da pesquisa.

a) Conhece o guia escolar

b) A discussão da violência sexual contra crianças foi trabalhada em sua formação inicial ou continuada; de que maneira;

c) Há ou houveram capacitação/curso em que o tema fora abordado;

d) Há interesse em conhecer mais sobre o assunto, por quais motivos;

## **APÊNDICE E**

**Roteiro II:** profissionais dos serviços de atendimento

1. Dados pessoais (idade, formação - grau de escolaridade -, ano de formação, tempo de atuação em unidade de ensino, vínculo empregatício)

2 - Encaminhamentos a violência sexual infantil

a) quem é/da onde provem o maior encaminhador/denunciante da violência sexual infantil;

b) quando o caso chega aos CRAS/conselho tutelar e CREAS, quais são os procedimentos dados

c) em situações onde a escola encaminha/denuncia é dado uma devolutiva sobre os encaminhamentos efetuados

3 – sobre o papel da escola

a) a escola através dos professores/diretores/supervisores tem identificado situações de violência sexual infantil

b) a escola tem realizado alguma ação para prevenção de situações desse tipo de violência

c) qual o papel da escola frente a violência sexual

d) a escola é local adequado e esta preparada para falar sobre a prevenção da violência sexual, porque

4- Articulação com as unidades de ensino para o enfrentamento a violência sexual infantil

a) vislumbra na escola potencial para prevenção

b) o conselho tutelar, CRAS e CREAS realiza alguma ação articulada com as unidades de ensino para o enfrentamento a violência. Qual (is). De que maneira.

c) conselho tutelar, CRAS e CREAS fomenta/ou alguma ação no sentido de formação de professores para identificação dos casos de violência sexual

d) qual a idade adequada para abordar o assunto violência sexual com a criança 8 idade apropriada

e) há disponibilidades enquanto conselheiro ou funcionário em subsidiar formação para os profissionais da escola.

**ANEXO**

**ANEXO A**

Parecer do Comitê de Ética sobre o projeto de pesquisa

---

## PROJETO DE PESQUISA

---

**Título:** VIOLÊNCIA SEXUAL: desafio conceitual e de formação profissional para o ensino fundamental no município de Assis Chateaubriand/PR  
**Área Temática:**

**Pesquisador:** Eliane Rose Maio

**Versão:** 1

**Instituição:** Universidade Estadual de Maringá

**CAAE:** 02892812.0.0000.0104

---

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

---

**Número do Parecer:** 29112

**Data da Relatoria:** 28/05/2012

### Apresentação do Projeto:

Segundo a pesquisadora, a violência sexual contra crianças e adolescentes é um fato alarmante nos dias de hoje. Muitos estudos têm destacado a necessidade de os profissionais terem conhecimento sobre as causas e as marcas que ficam em uma criança abusada.

Destaca-se, ainda, que "a violência contra a criança ultrapassa o âmbito privado, exigindo posturas legais e direcionamentos em intervenções de combate e prevenção. Buscando refletir sobre a importância das unidades de ensino atuarem como mecanismos de enfrentamento e fortalecimento da rede de proteção a crianças vítimas de violência".

Trata-se de protocolo de pesquisa de área temática III, proposto por pesquisadora vinculada ao Departamento de Teoria e Prática da Educação, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Estadual de Maringá.

### Objetivo da Pesquisa:

A presente pesquisa objetiva compreender a concepção e a forma de tratamento dispensadas pelos profissionais da educação municipal de Assis Chateaubriand em relação à violência sexual praticada em face de crianças, na perspectiva de enfrentamento e prevenção.

### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Apesar da temática envolver vulneráveis, a pesquisa realizar-se-á junto a professores e coordenadores pedagógicos, não sendo percebido a presença de óbices éticos que impeçam o seu desenvolvimento.

### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisadora pretende entrevistar e aplicar questionário a 34 professores, diretores e coordenadores pedagógicos de estabelecimentos de ensino localizados no município de Assis Chateaubriand, PR. As entrevistas serão gravadas, comprometendo-se a investigadora a preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa e a destruir as gravações após a sua transcrição.

### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada pelo responsável. Apresenta, também, autorizações do Conselho Tutelar, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social e da Secretaria de Educação do Município de Assis Chateaubriand.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi formulado de acordo com as exigências da Resolução 196/1996-CNS.

O cronograma de atividades apresentado é compatível com a natureza da investigação e prevê a realização das entrevistas no período de 01/06/2012 a 31/08/2012.

O orçamento da pesquisa envolve gastos na ordem de R\$ 400,00, com todas as despesas custeadas pela pesquisadora.

### Recomendações:

Recomenda-se que a identidade das vítimas de abuso sexual infantil seja preservada pela pesquisadora.

### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Face o exposto, tendo em vista o processo de análise do protocolo à luz da normativa ética vigente, e considerando que as recomendações supra-relacionadas não se configuram óbices éticos, podendo ser adequados sem a necessidade de nova submissão, este comitê de ética em pesquisa envolvendo seres humanos se manifesta por aprovar o protocolo em tela.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Face o exposto, tendo em vista o processo de análise do protocolo à luz da normativa ética vigente, este comitê de ética em pesquisa envolvendo seres humanos se manifesta por aprovar o protocolo em tela.

MARINGÁ, 30 de Maio de 2012

---

Assinado por:

Ieda Harumi Higarashi